

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI

Samara Maria Viana da Silva Lacerda

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ (1967–1999)**

**TERESINA
2021**

SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ (1967–1999)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Centro de Ciências da Educação (CCE), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação.

Orientador: Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes.

**TERESINA
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Processos Técnicos

- L131p Lacerda, Samara Maria Viana da Silva
A Prática pedagógica dos professores da educação profissional da Escola Técnica Federal Do Piauí (1967–1999)/ Samara Maria Viana da Silva Lacerda. – 2021.
228 f.
- Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2021.
“Orientador: Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes.”
1. História da educação. 2. Prática pedagógica. 3. Educação profissional. I. Lopes, Antonio de Pádua Carvalho. II. Título.
CDD 370.9

SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA

**A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ (1967 — 1999)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Centro de Ciências da Educação (CCE), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), linha de pesquisa História da Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em: 31/08/2021

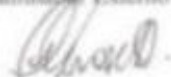
BANCA EXAMINADORA:



Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes
Presidente/orientador — UFPI

 Documento assinado digitalmente
CESAR AUGUSTO CASTRO
Data: 11/04/2022 13:56:03-0400
Verifique em: <https://verificador.rr.br>

Dr. César Augusto Castro
Titular: Examinador Externo – UFMA



Dr. Cristiano Ferronato
Titular: Examinador Externo – Universidade Tiradentes



Dr. Luis Carlos Sales
Titular: Examinador Interno – UFPI



Dra. Maria da Glória Carvalho Moura
Titular: Examinadora Interna – UFPI

Para os meus pais Maria da Conceição
Viana Silva e José Cardoso da Silva, meu
esposo Ramon Lacerda e minha filha Raquel
Viana, presentes que Deus me concedeu.

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer nos faz relembrar momentos em que trazemos à memória as reminiscências de instantes da nossa vida que compartilhamos com pessoas que nos acompanham, apoiam, colaboram, alegram...Enfim, pessoas especiais que, usadas por Deus, são bênçãos em nossas vidas.

Dessa forma, agradeço em especial ao meu Deus pela alegria da salvação, amor sem medida e por ter escrito uma história tão linda para mim.

Aos meus amados pais, Cardoso e Conceição, por terem cuidado tão bem de mim e me concederem tanto amor e carinho que chega a transbordar na vida das demais pessoas.

Ao meu irmão Wirasmar, que embora distante fisicamente, sempre esteve ao meu lado me apoiando e cuidando de mim.

Agradeço em especial ao *Meu Amor* Ramon, sempre com seu amor, cuidado e proteção para comigo. Sempre presente nos momentos fáceis e também nos difíceis. Obrigada, meu lindo! Também sou grata à família Araújo Lacerda por me acolher com tanto amor.

A minha filha Raquel Viana, que ao mesmo tempo que me mandava estudar me chamava para brincar. Te amo, filha!

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes, profissional que eu admiro desde a minha graduação e que sempre contribuiu com a minha formação, mesmo quando ainda não era meu orientador.

A Banca Examinadora da Qualificação e Defesa pela dedicação do tempo e contribuições na escrita da Tese.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, por me oportunizar esta formação e abrir espaço para minha pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí por me possibilitar a construção do conhecimento e esse espaço de formação.

A Professora Dra. Amparo Ferro por me apresentar o caminho da História da Educação.

Aos servidores e alunos do IFPI/Campus Angical, minha segunda casa, onde juntos trabalhamos e compartilhamos conhecimentos e afetos.

Aos sujeitos da pesquisa pela valiosa colaboração no nosso estudo.

À Igreja Batista Boas Novas, pelo apoio e constantes orações.

A Eulina Lima, melhor companheira que eu poderia ter na busca pelas fontes de pesquisa.

Aos melhores amigos e companheiros de estudo: Dalva, Djane, Higo, Kllenne e Thaís. A caminhada com vocês se tornou mais leve, pois apesar dos caminhos muitas vezes serem difíceis, foram sempre divertidos.

As minhas queridas amigas Ana Gabriela, Edilene Lima da Silva, Edilene Lima de Oliveira, Juliana Brito, Odaleia Costa, Samara Oliveira e Socorro Santana, com as quais tenho o prazer de compartilhar momentos de diversão e conhecimento.

Aos colegas da 10ª Turma do Doutorado em Educação da UFPI, pela troca de conhecimentos e experiências.

E a todos que contribuíram direta e indiretamente com esta pesquisa. Muito obrigada!

LACERDA, Samara Maria Viana da Silva. **A Prática Pedagógica dos Professores da Educação Profissional da Escola Técnica Federal do Piauí (1967–1999)**. Tese (Doutorado em Educação). 228f. Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina-PI, 2021.

RESUMO

A Prática Pedagógica dos Professores da Educação Profissional da Escola Técnica Federal do Piauí (1967–1999).

Samara Maria Viana da Silva Lacerda

Esta tese consiste em um estudo sobre a prática pedagógica dos professores da educação profissional da Escola Técnica Federal do Piauí (1967 – 1999), tendo o seguinte problema de pesquisa: de que forma se constituíram e se efetivaram as práticas pedagógicas dos professores das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), no período de 1967 a 1999? O recorte temporal deste estudo inicia em 1967, ano em que a Escola Industrial Federal do Piauí passou a ser denominada Escola Técnica Federal do Piauí, e finaliza em 1999, quando foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI). O recorte espacial é o Piauí, mais especificamente a cidade de Teresina, localização da escola investigada. O objetivo geral é: analisar a prática pedagógica dos docentes das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí, no período de 1967 a 1999. Os objetivos específicos são: (i) analisar as políticas educacionais para o ensino técnico no Brasil (1967 – 1999) e seus efeitos na prática pedagógica dos docentes da Escola Técnica Federal do Piauí; (ii) analisar a trajetória da Escola Técnica Federal do Piauí; (iii) investigar as experiências de formação dos professores das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí; (iv) compreender como se constituiu a prática pedagógica dos docentes das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante a partir das memórias e da documentação escolar. Optamos pela pesquisa historiográfica, sendo utilizada como abordagem teórico-metodológica a História Cultural. A construção do referencial teórico se alicerça, dentre outros, em: Brito (1996), Cunha (2000), Mendes (2003), Rego (2009), Saviani (2013) e Tardif (2002). Na investigação foram utilizadas fontes hemerográficas e documentais, tais como: leis, decretos e resoluções do Governo Federal, bem como diários de classes, manual do aluno, memorandos, fotografias, relatórios e demais documentos da Escola Técnica Federal do Piauí, guardados no Arquivo da própria Escola Técnica, atual Instituto Federal do Piauí. Para conhecimento do que se veiculava sobre a escola pesquisada na imprensa local, realizamos pesquisas nos Jornais “do Piauí” e “O Dia”, que se encontram no Arquivo Público do Estado – Casa Anísio Brito. Além da pesquisa documental, utilizamos a História Oral por meio de entrevistas temáticas com 07 (sete) sujeitos, compreendidos pelas categorias: alunos e professores do período estudado. Do estudo realizado, dentre as conclusões alcançadas, constatamos que no período de 1967 a 1999, a prática pedagógica dos professores das disciplinas técnicas da Escola Técnica Federal do Piauí se fundamentava nas políticas educacionais vigentes e orientações da ETFPI que direcionavam suas práticas, e ainda nos saberes experienciais e pedagógicos adquiridos ao longo da experiência escolar dos sujeitos e em momentos de formação.

Palavras-chaves: História da educação. História da Educação Profissional. Prática pedagógica. Escola Técnica Federal do Piauí.

LACERDA, Samara Maria Viana da Silva. **The Pedagogical Practice of Professional Education Teachers at the Federal Technical School of Piauí (1967–1999)**. Thesis (Doctorate in Education). 228f. Postgraduate Program in Education at the Education Sciences Center of the Federal University of Piauí. Teresina-PI, 2021.

ABSTRACT

The Pedagogical Practice of Professional Education Teachers at the Federal Technical School of Piauí (1967–1999).

Samara Maria Viana da Silva Lacerda

This thesis consists of a study about the professional education teachers' pedagogical practices in the Federal Technicist School of Piauí (1967–1999), featuring the following research proposition: How did the professional education teachers' pedagogical practices were constituted and applied in the Federal Technicist School of Piauí (ETFPi), from 1967 to 1999? The time clipping in the study starts in 1967, when the Federal Industrial School of Piauí had its name changed to Federal Technicist School of Piauí, and ends in 1999, when it became the Technicist Education Federal Center of Piauí (CEFET-PI). The spatial clipping is Piauí state, mainly Teresina city, where the investigated school is located. The main goal is: analyze the technicist teachers' pedagogical practices applied in vocational education in the Federal Technicist School of Piauí, between 1967 and 1999. The specific goals are: (i) analyze the educational policies addressed to technicist teaching in Brazil (1967 - 1999) and its effects in teachers' pedagogical practices in the Federal Technicist School of Piauí; (ii) analyze the historical path of the Federal Technicist School of Piauí; (iii) investigate the formation experience of teachers working with vocational school technicist disciplines in the Federal Technicist School of Piauí; (iv) understand how the pedagogical practices by the teachers working with vocational school technicist disciplines through memories and school registry files. It is a historiographic research with a theory-methodological approach on Cultural History. The theory within the study is based on: Brito (1996), Cunha (2000), Mendes (2003), Rego (2009), Saviani (2013) and Tardif (2002), among others. In the investigation, hemerographic and documental sources, such as laws, decrees and Federal Government resolutions, as well as classes reports, students' manuals, memorials, photographs, reports and other Federal Technicist School of Piauí documents kept in the Technicist School archives, currently known as Federal Institution of Piauí. For further understanding of what circulates locally about the school investigated, more research was done by reading the newspapers "*do Piauí*" and "*O Dia*" available within the Public State Archives - *Casa Anísio Brito*. Besides the document research, Oral History was obtained by means of themed interviews with 07 (seven) individuals, grouped in the categories: students and teachers from the period established for the study. Among the conclusions reached in the study, it was found out that the pedagogical practices by the teachers of technicist disciplines teaching at Federal Technicist School of Piauí were based on educational policies of the time and instructions from *ETFPi* which guided their practices, even in experiential and pedagogical knowledge acquired along the individuals school experience and formation time.

Keywords: History of education. History of professional education. Pedagogical practices. Federal Technical School of Piauí.

LACERDA, Samara Maria Viana da Silva. **La pratique pédagogique des enseignants de l'enseignement professionnel à l'École technique fédérale de Piauí (1967–1999)**. Thèse (doctorat en éducation). 228f. Programme de troisième cycle en éducation au Centre des sciences de l'éducation de l'Université fédérale du Piauí. Teresina-PI, 2021.

RÉSUMÉ

La pratique pédagogique des enseignants de l'enseignement professionnel à l'École technique fédérale de Piauí (1967–1999).

Samara Maria Viana da Silva Lacerda

Cette thèse consiste dans une étude sur la pratique pédagogique des enseignants de l'enseignement professionnel de l'École Technique Fédérale du Piauí (1967-1999), ayant le suivant problème de recherche: de quelle manière se sont constitués et se sont réalisés les pratiques pédagogiques des enseignants des disciplines techniques de l'enseignement professionnel de l'École Technique Fédérale du Piauí (ETFPI), dans le période de 1967 à 1999? La coupure temporelle de cette étude commence en 1967, l'année au cours de laquelle l'École Industrielle Fédérale du Piauí a été intitulée École Technique Fédérale du Piauí, et elle termine en 1999, lorsqu'elle a été transformée en Centre Fédéral d'Enseignement Technologique du Piauí (CEFET-PI). La coupure spatiale est le Piauí, plus spécifiquement la ville de Teresina, repérage de l'école étudiée. L'objectif général est: analyser la pratique pédagogique des enseignants des disciplines techniques de l'enseignement professionnel de l'École Technique Fédérale du Piauí, dans la période de 1967 à 1999. Les objectifs spécifiques sont: (i) analyser les politiques éducatifs pour l'enseignement technique au Brésil (1967-1999) et leurs effets sur la pratique pédagogique des enseignants de l'École Technique Fédérale du Piauí; (ii) analyser la trajectoire de l'École Technique Fédérale du Piauí; (iii) étudier les expériences de formation des enseignants dans les disciplines techniques de l'enseignement professionnel de l'École technique Fédérale du Piauí; (iv) comprendre comment s'est constituée la pratique pédagogique des enseignants des disciplines techniques de l'enseignement professionnel à partir des mémoires et de la documentation scolaire. Nous avons opté pour la recherche historiographique, en utilisant comme approche théorico-méthodologique l'Histoire Culturelle. La construction du cadre théorique s'appuie, entre autres, sur: Brito (1996), Cunha (2000), Mendes (2003), Rego (2009), Saviani (2013) et Tardif (2002). Dans l'étude ont été utilisées des sources hémographiques et documentaires, comme: lois, décrets et résolutions du Gouvernement Fédéral, ainsi que carnets de bord, manuel de l'étudiant, mémorandums, photographies, rapports et autres documents de l'École Technique Fédérale du Piauí, gardés dans les Archives de l'École Technique elle-même, actuel Institut Fédéral du Piauí. Pour savoir de ce qui a été diffusé sur l'école recherchée dans la presse locale, nous avons réalisé des recherches dans les Journaux «do Piauí» et «O Dia», qui se trouvent dans l'Archive Publique de l'État – Casa Anísio Brito. Au-delà de la recherche documentaire, nous avons utilisé l'Histoire Orale à travers de l'entretiens thématiques avec 07 (sept) sujets, compris par les catégories: étudiants et enseignants de la période étudiée. De l'étude réalisée, parmi les conclusions obtenues, nous avons constaté que dans la période de 1967 à 1999, la pratique pédagogique des enseignants des disciplines techniques de l'École Technique Fédérale de Piauí s'était basée dans les politiques éducatives actuelles et orientations de l'ETFPI qui ont dirigé leurs pratiques, et encore dans les connaissances expérientielles et pédagogiques acquises tout au long de l'expérience scolaire des sujets et dans les moments de formation.

Mots-clés: Histoire de l'éducation. Histoire de l'Enseignement professionnel. Pratique pédagogique. École Technique Fédérale de Piauí.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 – Municípios piauienses que ofereciam cursos profissionalizantes em 1985.....	73
Figura 01– Colégio Agrícola forma técnicos.....	43
Figura 02 – Piauí não precisa importar técnicos.....	45
Figura 03 – Distrito Industrial ganha mais 05 indústrias.....	47
Figura 04 – Ensino Profissional.....	51
Figura 05 – Escola Técnica Federal forma novos eletricitistas.....	53
Figura 06 – Bolsas de estudo para treinamento.....	55
Figura 07 – Professoras não encontram trabalho.....	56
Figura 08 – Discentes da Escola Técnica Federal do Piauí: 1976.....	58
Figura 09 – Discentes da Escola Técnica Federal do Piauí: 1985.....	58
Figura 10 – Educação prepara para o desenvolvimento.....	61
Figura 11 – A reforma do ensino na área do 2º grau.....	65
Figura 12 – Cursos Técnicos.....	67
Figura 13 – Curso Técnico em Edificações – regime de intercomplementaridade 1974.....	69
Figura 14 – Currículo do Curso Técnico em Edificações.....	70
Figura 15 – Mais de 3 mil e 500 alunos concorrem às vagas da ETFP.....	77
Figura 16 – Fachada da Escola Técnica Federal do Piauí.....	85
Figura 17 – Oficina de Marcenaria: 1969.....	87
Figura 18 – Solicitação de serviços.....	92
Figura 19 – Autorização para aquisição de material.....	92
Figura 20 – Composição do Departamento de Ensino.....	94
Figura 21 – Praça Marechal Deodoro da Fonseca.....	97
Figura 22 – Monumento Batalha do Jenipapo.....	99
Figura 23 – Bolsas para alunos de cursos técnicos.....	101
Figura 24 – Escola Técnica visita governador.....	103
Figura 25 – Banda de Música da ETFPI: 1971.....	109
Figura 26– Escola Técnica do Piauí tem Banda de Música.....	109
Figura 27 – Participação da Banda da ETFPI em atividade da escola.....	110
Figura 28 – Teatro Apolo.....	111
Figura 29 – Participação no Encontro de Corais das Escolas Técnicas, em Belo Horizonte – MG.....	114

Figura 30 – Apresentação do Coral nos anos de 1980.....	115
Figura 31 – Apresentação de dança.....	116
Figura 32 – Alunos e alunas da ETFPI participando de desfile cívico: 1970.....	118
Figura 33 – Apresentação de Desfile Cívico.....	121
Figura 34 – Manual do Candidato Curso Básico: 1985.....	125
Figura 35 – Escola técnica abre matrícula.....	126
Figura 36 – Local de Nascimento Alunos Curso Básico da ETFPI:1986.....	127
Figura 37 – Quantitativo de matrícula de alunos: 1998.....	131
Figura 38 – Situação do Ensino.....	134
Figura 39 – Encontro Pedagógico: 1970.....	136
Figura 40 – Declaração de Conclusão de Curso: Esquema I.....	147
Figura 41– Docentes da ETFPI realizando Cursos de Pós-Graduação em 1994.....	150
Figura 42 – Microestágio.....	166
Figura 43 – Capa de diário de classe do Curso Técnico em Eletrônica de 1974.....	167
Figura 44 – Ficha de avaliação: Disciplina Topografia.....	169
Figura 45 – Resumo da Matéria: Diários de Classe.....	170
Figura 46 – Objetos ETFPI – I.....	174
Figura 47 – Objetos ETFPI – II.....	175
Figura 48 – Objetos ETFPI – III.....	176
Figura 49– Oficina de Modelação: 1971.....	177
Figura 50 – Aula: ano de 1976.....	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Número de Matrículas no Piauí (1965-1967).....	28
Tabela 02 – Número de matrículas (geral) do Ensino Médio (2º Ciclo) por ramos de ensino no Brasil dos anos: 1960 a 1970.....	32
Tabela 03 – Número de matrículas do Ensino Médio (2º ciclo) do Piauí por ramo.....	33
Tabela 04 – Distribuição de Escolas Técnicas Industriais segundo Unidades da Federação e dependências administrativas no Brasil (1969).....	34
Tabela 05 – População rural e urbana do Piauí.....	39
Tabela 06 – Matrícula no início dos anos de 1967 e de 1968, por ciclo didático, segundo os ramos de ensino no Piauí.....	39
Tabela 07– Número de alfabetização da população do Piauí.....	41
Tabela 08– Ano de criação/oferta de cursos técnicos da ETFPI de 1967 a 1976.....	49
Tabela 09 – Alunos (as) matriculados (as) por curso e sexo na ETFPI.....	59
Tabela 10 – Capacidade de atendimento do Centro Tecnológico.....	63
Tabela 11– Quantidade de inscritos no Exame Classificatório da ETFPI.....	78
Tabela 12 – Quantidade de docentes do 2º grau do Piauí.....	79
Tabela 13 – Evolução de Matrícula da ETFPI por curso.....	129
Tabela 14 – Quantidade de docentes das disciplinas técnicas da ETFPI por curso e formação:1996.....	152
Tabela 15 – Classes dos Professores da ETFPI: Fevereiro de 1995.....	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Sujeitos da Pesquisa.....	23
Quadro 02 – Denominação dos sujeitos da pesquisa.....	24
Quadro 03 – Estabelecimentos de ensino comerciais e industriais do Piauí em 1969.....	41
Quadro 04 – Cursos profissionalizantes oferecidos pela rede estadual de ensino no Piauí em 1985.....	75
Quadro 05 – Empresas Conveniadas a ETFPI em 1999.....	105
Quadro 06 – Transcrição do Quadro da Figura 39.....	137
Quadro 07 – Disciplinas ministrados nos cursos Esquema I aos professores da ETFPI nos anos de 1972 e 1984.....	144
Quadro 08 – Disciplinas: Curso Esquema II.....	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRINPISA – Agroindústrias do Piauí S/A

2º BEC – 2º Batalhão de Engenharia de Construção - Exército Brasileiro do Piauí

BEP – Banco do Estado do Piauí S/A

BR – Brasil

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCENIPE – Centro Cívico Escolar Nilo Peçanha

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CEFET-PI – Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

CEFET-MA – Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão

CEFET-MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CENAFOR – Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional

CEPISA – Centrais Elétricas do Piauí S/A

CERNE – Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia

CETENNE – Centro de Educação Técnica do Nordeste

CF – Constituição Federal

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade

COHAB-PI – Companhia de Habitação do Piauí

COHEBE – Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança

COMDEPI – Companhia de Desenvolvimento do Piauí

EIT – Escola Industrial de Teresina

EIFPI – Escola Industrial Federal do Piauí

ELETRORAS – Centrais Elétricas Brasileiras S/A

ETF – Escolas Técnicas Federais

ETFPI – Escola Técnica Federal do Piauí

ETFN – Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte

FAFI - Faculdade Católica de Filosofia do Piauí

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí

FORTETT – Formação Teatral da Escola Técnica de Teresina

GRENPE – Grêmio Estudantil Nilo Peçanha

IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBEN – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MG – Minas Gerais
NE – Nordeste
PCDTE – Programa de Capacitação Docente do Ensino Técnico
PEBE – Programa Especial de Bolsa de Estudo
PI – Piauí
PIPMO – Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra
PNLD - Programa Nacional do Livro Didático
PNVT – Programação Nacional de Valorização do Trabalhador
PRODEPI – Processamento de Dados do Piauí
PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RN – Rio Grande do Norte
SEDUC – Secretaria de Educação
SEMHUR – Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo
SEMSUR – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
SEMTAS – Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social
NE – Nordeste
SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIE-E – Serviço de Integração Escola-Empresa
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TELEBRAS – Telecomunicações Brasileiras S/A
TELEPISA – Telefones do Piauí S/A
TG – Trabalho em Grupo
TI – Trabalho Individual
TO – Teste Objetivo
UF – Unidades da Federação
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UPES – União Piauiense dos Estudantes Secundaristas
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 O ENSINO TÉCNICO NO PIAUÍ (1967 – 1999).....	27
2.1 O ensino profissionalizante na sociedade piauiense.....	27
2.2 Os impactos da Lei n.º 5.692/1971 no ensino profissionalizante do Piauí.....	59
2.3 Lei n.º 7.044/1982, Lei n.º 9.394/1996 e o ensino profissionalizante.....	71
3 A TRAJETÓRIA DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ COMO INSTITUIÇÃO ESCOLAR (1967 a 1999).....	84
3.1 O cotidiano da Escola Técnica Federal do Piauí.....	84
3.2 Convênios e estágios na Escola Técnica Federal do Piauí.....	96
3.3 Práticas escolares da Escola Técnica Federal do Piauí.....	107
3.4 Ingresso e matrícula dos alunos na ETFPI.....	121
4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES DAS DISCIPLINAS TÉCNICAS DA ETFPI.....	133
4.1 Formação de professores para a educação profissional.....	133
4.2 As políticas de formação docente no ensino profissionalizante.....	139
4.3 A prática pedagógica dos docentes da ETFPI.....	156
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS E FONTES.....	185
APÊNDICES.....	198
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Sujeitos da Pesquisa.....	199
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista professor.....	203
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista coordenadores e diretores.....	205
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista alunos.....	206
APÊNDICE E – Unidades escolares que ofereciam cursos profissionalizantes no Piauí em 1985.....	207
ANEXOS.....	212
ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP.....	213
ANEXO B – Informações de cursos ofertados pela ETFPI.....	220

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem sua origem em minha experiência como pesquisadora na área de História da Educação, do que surgiu a necessidade de aprofundar a temática sobre o ensino técnico no Brasil e no Piauí, tendo em vista algumas lacunas presentes na história, especialmente aquelas relacionadas às práticas pedagógicas adotadas por professores de disciplinas técnicas¹ dos cursos profissionais. Desse modo, construímos o seguinte tema de pesquisa: A prática pedagógica dos professores das disciplinas técnicas da Educação Profissional da Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI).

O interesse em pesquisar esta instituição de ensino se deu pelo fato de ter sido aluna do Ensino Médio desta escola, no período de 2000 a 2002, e ainda por estar desde 2011 trabalhando como professora efetiva na referida instituição de ensino, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), ministrando disciplinas para os cursos de licenciatura, a exemplo da disciplina Educação Profissional e Tecnológica, que me fez refletir acerca da história desta instituição, voltando-me especificamente para a prática pedagógica e a formação dos professores que ali trabalhavam.

Nessa perspectiva, nossa pesquisa teve como recorte temporal o período de 1967 a 1999, correspondente aos anos em que a escola era denominada Escola Técnica Federal do Piauí².

Desse modo, o recorte temporal da pesquisa inicia em 1967, quando a Escola Industrial Federal do Piauí passou a ser denominada Escola Técnica Federal do Piauí e finaliza em 1999, ano em que a escola foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí. Como recorte espacial temos o estado do Piauí, mais especificamente a cidade de Teresina, onde está localizada a escola investigada.

A pesquisa tem o propósito de analisar a prática pedagógica dos docentes das disciplinas técnicas dos cursos profissionalizantes da Escola Técnica Federal do Piauí

¹ Compreendemos que as disciplinas técnicas são as disciplinas da área profissionalizante que compõem a grade curricular dos cursos técnicos.

² A Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI) passou por algumas mudanças em sua denominação. Em 23 de setembro de 1909 foi implantada em cada uma das capitais brasileira a Escola de Aprendizes Artífices. No Piauí, sua instalação aconteceu no dia 1º de janeiro de 1910, e em 1937 passou a ser chamada de Liceu Industrial do Piauí; em 1942 foi denominada Escola Industrial de Teresina (EIT), sofrendo uma nova alteração em 1966, com a denominação de Escola Industrial Federal do Piauí (EIFPI); em 1967 passou a ser chamada Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI); em 1999 Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI); e, por último, em 2008, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

(ETFPI) por meio de suas memórias e de fontes documentais referentes ao período compreendido entre 1967 e 1999. Para tanto, foi necessário levantar, organizar e analisar as fontes documentais da instituição, e ainda, trazer a memória dos alunos e dos docentes da instituição, as reminiscências do cotidiano escolar, de suas práticas pedagógicas e de formação profissional.

A referida pesquisa apresenta-se relevante pela importância da educação profissional e da ETFPI na sociedade piauiense, considerando seu papel na formação de profissionais qualificados para atuar no mercado de trabalho e na oferta de escolarização para uma parcela da população piauiense, foco do nosso estudo. Decorrente disso, propomos uma análise quanto à formação e à prática pedagógica dos professores das disciplinas técnicas dos cursos profissionalizantes ofertados no período investigado (1967-1999). Justificamos, assim, a relevância social desta pesquisa pela necessidade de ampliarmos a produção científica e acadêmica no âmbito da História da Educação e da história do ensino profissional no Brasil, especialmente no Piauí.

Refletindo sobre o tema proposto, por meio de análises em leis, decretos, pareceres, artigos e livros, surgiu o seguinte problema de pesquisa: De que forma se constituíram e se efetivaram as práticas pedagógicas dos professores das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí, no período de 1967 a 1999?

Ao lado deste problema, alguns questionamentos surgiram, dentre os quais: Como se expressava a cultura escolar da ETFPI no período de 1967 a 1999? De que forma as políticas educacionais direcionavam as práticas pedagógicas dos docentes da Escola Técnica Federal do Piauí? Quais experiências profissionais e de formação estão presentes na memória dos professores das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI)? Como eram organizadas/materializadas as práticas pedagógicas dos docentes?

Visando a responder estas perguntas, propomos como objetivo geral: analisar a prática pedagógica dos docentes das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí, no período de 1967 a 1999. E como objetivos específicos: (i) analisar as políticas educacionais para o ensino técnico no Brasil (1967 – 1999) e seus efeitos na prática pedagógica dos docentes da Escola Técnica Federal do Piauí; (ii) analisar a trajetória da Escola Técnica Federal do Piauí; (iii) investigar as experiências de formação dos professores das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI); (iv) compreender como se constituiu a prática pedagógica dos

docentes das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante a partir das memórias e da documentação escolar.

A tese que se delineia neste estudo é a de que a prática pedagógica dos docentes das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí fundamentou-se nas políticas educacionais e nos regimentos que direcionavam suas práticas, e também nos saberes experienciais e pedagógicos dos docentes, saberes estes produzidos por meio da prática pedagógica experienciadas no seu processo formativo escolar e profissional, na sua área de atuação e na formação continuada recebida na ETFPI.

Portanto, as práticas pedagógicas são práticas que são desenvolvidas de forma sistemática a partir do emprego de metodologias específicas com base nos objetivos de aprendizagens a serem adquiridas pelos educandos. A intencionalidade da prática pedagógica e o seu desenvolvimento são baseados em conhecimentos pedagógicos provenientes de variadas fontes. São práticas sociais que podem ser realizadas tanto em espaços escolares como em espaços não escolares, necessitando considerar o contexto social, político, econômico e cultural em que ocorrem.

Este trabalho situa-se no âmbito da História da Educação, no campo da história das instituições escolares, uma vez que: “[...] a história de uma instituição educativa traduz-se na construção de uma identidade cultural e educacional, que resulta da articulação do itinerário histórico com o modelo educacional.” (MAGALHÃES, 2004, p. 147).

Dessa forma, esta investigação se caracteriza como uma pesquisa histórica, pois possibilita a construção de conhecimentos, ampliando informações de fatos ocorridos no passado e expandindo o leque de produções históricas. Do mesmo modo, a História da Educação, quer como disciplina, quer como campo de pesquisas, vem proporcionando o conhecimento histórico na área da Educação à comunidade acadêmica e científica, pois: “A história da educação é um campo em aberto, marcado pela construção de novos campos e objetos de investigação, por uma associação investigação-ação, por uma renovação conceitual e epistêmica de base interdisciplinar.” (MAGALHÃES, 2004, p. 71).

Neste estudo optamos pela pesquisa historiográfica, pois ela possibilita a compreensão do passado e a construção de conhecimentos por meio da análise de documentos e da memória dos sujeitos pesquisados. Assim, “[...] pesquisar memórias para construir história exige, hoje, a instauração de um novo tipo de relações com o passado, a partir de novos pressupostos e procedimentos que nos são colocados.” (FÉLIX, 1998, p. 64).

Por se tratar de uma pesquisa historiográfica, almeja-se trazer à memória as práticas pedagógicas dos professores do ensino profissionalizante vivenciadas no cotidiano escolar, e a própria história da Escola Técnica Federal do Piauí, uma vez que esta, desde 1967, habilita profissionais e contribui para o crescimento cultural, social e econômico do estado do Piauí.

Foi utilizada como abordagem teórico-metodológica a História Cultural, por permitir ao pesquisador trabalhar com toda atividade humana, possibilitando a este o uso de diversas fontes. Conforme Burke (1992), a História Cultural proporciona a análise e a percepção de objetos de estudo, a partir tanto de novas fontes quanto de novas formas de abordagens, proporcionando o alcance dos objetivos traçados neste estudo.

Para coletar as informações necessárias à realização deste trabalho foi realizado levantamento bibliográfico a fim de alcançar os objetivos propostos, sustentando-se a fundamentação teórica em autores, como: Burke (1992), Cunha (2000), Halbwachs (1990), Brito (1996), Rego (2009), Magalhães (2004), Mendes (2003), entre outros.

A fonte na pesquisa histórica como indício do passado possibilita ao pesquisador produzir uma reflexão sobre o passado. Desse modo, a História Cultural permite o uso de diversas fontes tais como: imagens, vídeos, jornais, estatísticas etc. O uso de tais fontes se deu nesse tipo de pesquisa a partir do momento em que se passou a vislumbrar novos objetos de estudos, pois “com o alargamento dos temas abordados pela História da Educação [...] os pesquisadores foram, aos poucos, também ampliando o uso das fontes.” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 80-81).

Seguindo esse viés, no presente estudo foi realizada também a pesquisa documental com fontes hemerográficas e documentais, tais como: leis, decretos e resoluções do Governo Federal, bem como correspondências, atas, regimentos, fotografias, portarias, relatórios, jornal da escola e demais documentos da Escola Técnica Federal do Piauí, relevantes para o estudo porque entendemos, de acordo com Belloto (2002), que os documentos encontrados nos arquivos escolares testemunham a vida da instituição.

A partir das fontes coletadas no Arquivo da Escola Técnica Federal do Piauí, percebemos que os arquivos escolares são fontes indispensáveis no estudo das instituições escolares, uma vez que neles o pesquisador pode encontrar documentos tanto administrativos quanto pedagógicos. Para Mogarro (2005), os arquivos escolares constituem-se fontes de informações sobre a escola e devem ocupar um lugar central e de referência no universo das fontes.

Assim sendo, as fontes coletadas no arquivo escolar da ETFPI refletem a “própria multidimensionalidade e complexidade das realidades escolares e formativas, assim como a diversidade dos meios de intervenção dos agentes educativos.” (MOGARRO, 2005, p. 83). Portanto, os vestígios da história da instituição de ensino pesquisada foram encontrados nesse espaço, revelando o cotidiano escolar, a organização da escola, dentre tantas outras informações que podemos obter nos arquivos escolares.

Cabe destacar que a “sensibilização da comunidade escolar para a importância da preservação dessa documentação é uma ação relevante para a manutenção desse acervo documental.” (LOPES, 2019, p. 250). Nesse sentido, a organização e a preservação dos documentos escolares é tarefa imprescindível no cotidiano da escola para que se compreenda a sua história.

No que concerne ao arquivo escolar da instituição pesquisada, este possui espaço amplo e com uma diversidade de fontes com informações desde a fase inicial da escola, quando era Escola de Aprendizes Artífices, ao momento atual, enquanto Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. O arquivo conta com 02 (duas) servidoras arquivistas que atuam tanto no arquivo quanto no Controle Acadêmico da instituição. Alguns documentos estão separados por ano ou departamentos da escola, outros estão misturados sem uma temática específica e sem catalogação de datas. O fato de muitas fontes não estarem catalogadas dificultou a pesquisa. No ano de 2019 foi lançado o Projeto Memorial do IFPI em homenagem aos 110 (cento e dez) anos da instituição. A comissão do memorial digitalizou algumas fontes da instituição para exibição na página do memorial na Internet. As fontes digitalizadas para esta pesquisa, tanto no Arquivo Público como no Arquivo da ETFPI, foram cedidas à comissão do memorial para serem trabalhadas em novas pesquisas.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa coletamos informações nos jornais piauienses “O Jornal do Piauí” e “O Dia”, conservados no Arquivo Público do Estado – Casa Anísio Brito, a partir dos quais procuramos conhecer o que se veiculava sobre a escola pesquisada na imprensa local, bem como informações da cidade de Teresina. O motivo da escolha desses jornais ocorreu por estarem bem preservados e disponíveis para pesquisa no Arquivo Público, e ainda por encontrarmos notícias de todos os anos dentro do recorte de tempo escolhido.

Um fato relevante na pesquisa historiográfica é a memória, que permite a lembrança de momentos vividos no passado, tanto na vida individual quanto coletiva. Dessa forma, Félix (1998, p. 42) afirma que “[...] as lembranças, constituídas nas relações

sociais, são mantidas nos diversos grupos de referência e também nos espaços sociais da família, do trabalho, do lazer, da religiosidade, ancoradas no vivido, na experiência histórica”.

As lembranças dos sujeitos são importantes para reconstituição do passado e investigação do objeto de estudo, uma vez que a memória não fixa apenas os fatos, mas também as maneiras de ser e pensar, possibilitando ao investigador conhecer fatos do passado por meio de testemunhas do período estudado.

Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes do passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. (HALBWACHS, 1990, p. 80).

As testemunhas da história com suas lembranças trazem à tona fatos do passado vivenciados por elas que podem ter informações importantes para a escrita da história. Assim, as contribuições do uso da memória para esta pesquisa “[...] cria um imaginário histórico definido pela apropriação pessoal e pela doação de um sentido peculiar a uma determinada trajetória de contato e de construção de um patrimônio cultural comum.” (SOUZA, 2000, p. 15).

As memórias dos sujeitos são importantes para retomarmos a prática pedagógica dos docentes, bem como as experiências profissionais e de formação dos professores das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí, pelo fato de os sujeitos terem sido testemunhas dessa história.

Nesse sentido, recorreremos à metodologia da história oral para compreendermos o objeto de estudo a partir das testemunhas desses fatos, uma vez que “[...] essa forma de fazer história chama-se oral porque a fonte fala e se fala é porque o pesquisador (a) pediu que falasse sobre determinado assunto; há uma direcionalidade em relação à fonte, uma pretensão de que fale o que se quer ouvir.” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 88).

Dentro da história oral trabalhamos com a história oral temática ou entrevista temática, pois “[...] o que deve presidir são os questionários, que precisam estabelecer

critérios de abordagem de temas. As perguntas e respostas, pois, são partes do andamento investigativo proposto.” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 35).

Os questionários das entrevistas foram elaborados previamente de acordo com cada categoria de sujeitos, conforme a ocupação que eles vivenciaram na escola dentro do recorte estudado. São 03 (três) roteiros de questionários diferentes, conforme a categoria de cada sujeito, segundo sua ocupação na Escola Técnica Federal do Piauí, com perguntas que envolvem o cotidiano escolar, de forma a auxiliarem suas lembranças no período vivenciado. Os modelos dos questionários que foram aplicados encontram-se nos Apêndices B, C e D.

Visando compreender a escola pesquisada no decorrer de sua trajetória histórica “[...] articulam-se elementos que permitem observar rupturas e continuidades e o diálogo entre a tradição e a inovação. Gerações de alunos e professores, dentre outros sujeitos escolares, vivenciaram a dinâmica da escola no espaço e no tempo [...]” (LOPES, 2019, p. 242).

Foram realizadas entrevistas com 07 (sete) sujeitos que vivenciaram a dinâmica da ETFPI, seja como alunos(as), professores(as) ou coordenadores(as), os quais foram localizados pela documentação escolar arquivada, conforme o Quadro 01. A escolha de sujeitos atendeu aos critérios de: a) estarem dentre as categorias de **alunos(as)** (independentemente de ter concluído ou não o curso que estudava), de **professores(as)** que ministraram disciplinas técnicas nos cursos da ETFPI e/ou de ter exercido a função de **Coordenador(a)**; b) terem estudado, lecionado e/ou trabalhado como Coordenador(a) da instituição no período recortado (1967-1999) e aceitarem participar da pesquisa. Destacamos que, em todos os casos, foi garantido o anonimato dos sujeitos.

Quadro 01 – Sujeitos da Pesquisa

Quantidade de sujeitos	Categoria	Período
01	Aluno(a)	1967-1969
01	Aluno(a)	1970-1979
01	Aluno(a)	1980-1989
01	Aluno(a)	1990-1999
01	Professor(a) e Coordenador(a)	1970-1979
01	Professor(a) e Coordenador(a)	1980-1989
01	Professor(a) e Coordenador(a)	1990-1999
Total: 07	-	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos arquivos da ETFPI (1967 – 1999).

Ao catalogarmos os nomes dos possíveis sujeitos da pesquisa, procuramos o contato telefônico deles, o que foi tarefa difícil, pois a instituição não pode passar o número de telefone, por fazer parte do arquivo pessoal do servidor, assim conseguimos contatos de 18 (dezoito) possíveis sujeitos para pesquisa através de amigos e familiares, no entanto alguns números de telefones davam como inexistente ou em caixa postal. Assim, 07 (sete) pessoas através do contato telefônico manifestaram interesse em participar da pesquisa. Após agendamento da entrevista realizamos as entrevistas, sendo 04 (quatro) realizadas presencialmente e 03 (três) entrevistas virtual através do Google Meet, em virtude da Pandemia da Covid-19.

É importante destacar que decorrente da Pandemia da Covid-19 que impôs o isolamento social desde o início de março de 2020 houve a dificuldade de acesso a novas fontes devido à impossibilidade de realizarmos entrevistas, de retornar ao Arquivo Público e Arquivo do IFPI, bem como pesquisas em bibliotecas a fim de ampliar o campo da investigação, com novos dados e fontes para compor a pesquisa.

No Quadro 02 apresentamos os sujeitos da pesquisa que foram denominados pela categoria a que pertenceram na ETFPI, aluno (a) e professor (a) seguido de uma letra do alfabeto maiúscula. Destacamos no quadro o período que cada sujeito teve uma atuação na escola e as informações referentes à ocupação que exerceu no período pesquisado e a profissão atual de cada entrevistado.

Quadro 02 – Denominação dos sujeitos da pesquisa

Denominação	Período	Informações
Aluno A	1968 - 1975	Estudou no Curso Técnico em Estradas. Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.
Aluna B	1975 - 1977	Estudou no Curso Técnico em Contabilidade. Atualmente está aposentada.
Aluna C	1982 - 1984	Estudou no Curso Técnico em Contabilidade. Atualmente está aposentada.
Aluno D	1997-1999	Estudou no Curso Técnico em Eletrotécnica. Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.
Professor A	1973 - atual	Estudou no Curso Técnico em Estradas. Foi professor dos cursos técnicos em Estradas, Saneamento e Edificações. Foi coordenador de laboratório. Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.
Professor B	1974 - 2013	Estudou no Curso Técnico em Estradas. Foi professor dos cursos técnicos em Estradas, Saneamento e Edificações. Foi coordenador de área e de laboratório. Atualmente está aposentado.

Professor C	1996 - atual	Estudou no Curso Técnico em Eletrotécnica. É professor dos cursos técnicos em Estradas, Saneamento e Edificações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Foi coordenador de área.
-------------	--------------	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos arquivos da ETFPI (1967 – 1999).

Os sujeitos elencados nas 02 (duas) categorias têm lembranças distintas da prática pedagógica dos professores, uma vez que tinham ocupações diferentes e vivenciavam o cotidiano escolar nos seus locais de poder no interior da escola. Logo, criaram lembranças, ressignificaram e puderam interpretar, no momento das entrevistas, representações distintas sobre suas práticas no ensino profissionalizante.

Nessa perspectiva, concluímos que a história oral foi fundamental para a compreensão e para a análise do objeto de estudo, pois trouxe à tona fatos ocorridos no passado que foram fundamentais para compreensão do objeto de estudo, para que por meio das significações atribuídas aos fatos e reflexões pudéssemos reconstituir, ainda que parcialmente, a prática pedagógica dos docentes. Assim, após a realização das entrevistas, elas foram transcritas primando pela manutenção da fidelidade aos depoimentos e ao anonimato dos sujeitos.

A organização dos dados possibilitou à pesquisadora um maior contato com o campo de pesquisa e com os sujeitos investigados. Nesse sentido, foi realizado primeiramente análise de fontes hemerográficas e documentais, como leis, decretos e resoluções do Governo Federal, bem como correspondências, atas, regimentos, fotografias, portarias, relatórios, diários de classes, jornal da escola e demais documentos da Escola Técnica Federal do Piauí. Para a análise documental fizemos a crítica às fontes para a interpretação do conteúdo dos documentos. Realizamos, ainda, o cruzamento das fontes hemerográficas e documentais com os depoimentos das entrevistas temáticas com os sujeitos pesquisados, a fim de alcançarmos os objetivos propostos.

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Piauí, pela Plataforma Brasil, uma vez que foram realizadas entrevistas temáticas com os sujeitos investigados. No “Anexo A”, apresentamos o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.

Nosso trabalho está estruturalmente organizado da seguinte forma: **Seção I**, capítulo introdutório: apresentamos o objeto de estudo, a tese, o problema da pesquisa, os objetivos da investigação e a metodologia do estudo. **Seção II**: analisamos as políticas educacionais para o ensino técnico no Brasil nos anos de 1967 a 1999, compreendendo a

situação do ensino profissionalizante no Piauí, tendo como foco principal a Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI). **Seção III:** apresentamos a trajetória da Escola Técnica Federal do Piauí, ao tempo em que analisamos sua cultura escolar. E na **Seção IV:** discutimos a formação dos professores das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí e ainda analisamos como se constituiu a prática pedagógica dos docentes das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí, a partir das memórias e da documentação escolar.

2 O ENSINO TÉCNICO NO PIAUÍ (1967 – 1999)

No Brasil, a educação profissional passou por reformas³ materializadas em leis e políticas públicas, sendo oferecida em diferentes níveis e instituições. Nessa perspectiva, temos as Escolas Técnicas Federais (ETF), criadas no ano de 1959 em substituição às Escolas Industriais e Técnicas que foram transformadas em autarquias com o nome de ETF.

No Piauí, esse processo não foi diferente, leis e políticas educacionais implementadas nacionalmente conduziram a organização do ensino técnico no estado, em termos de estrutura administrativa e curricular. Neste último ponto, temos o currículo norteando as ações do ensino, com conhecimentos específicos da formação.

A mudança na denominação de Escola Industrial Federal do Piauí para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI) aconteceu no ano de 1967, quando passou a oferecer cursos técnicos em nível de 2º grau, proposto pela Resolução n.º 14, de 21 de março do mesmo ano.

Com um novo formato organizacional, o ensino técnico oferecido pela ETFPI continuou funcionando basicamente com a mesma estrutura material e humana. Objetivando compreender essa realidade educacional no Piauí e no Brasil, iremos nesta Seção investigar as políticas educacionais para o ensino técnico nos anos de 1967 a 1999, analisando a situação do ensino profissionalizante no Piauí, tendo como foco a Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI).

2.1 O ensino profissionalizante na sociedade piauiense

No contexto de industrialização e urbanização, ainda na década de 1950 do século XX, a sociedade brasileira passou a exigir maior qualificação de mão de obra, o que fez o ensino técnico ganhar maior dimensão no Brasil. Em 16 de fevereiro de 1959, o Presidente Juscelino Kubitschek sancionou a Lei n.º 3.552, criando as Escolas Técnicas Federais. (GAMA, 2015).

Cabe destacar que “As Escolas Técnicas Federais, pouco tempo depois de sua criação, ganharam status de autarquias com autonomia didática e de gestão por meio do Decreto n.º 47.038 de 16 de novembro de 1959.” (GAMA, 2015, p. 180). Tornando-se

³ Leis Orgânicas promulgadas a partir de 1942, Lei n.º 4.024/1961, Lei n.º 5.692/1971, Lei n.º 7.044/1982, Lei n.º 9.394/1996 e Decreto n.º 2.208/1997.

autarquias, as Escolas Técnicas Federais passaram a ter autonomia, com personalidade jurídica e patrimônio com receita própria para executar suas atividades.

As escolas técnicas situadas em diversos estados do Brasil, incluindo-se o Piauí, ofereciam cursos técnicos profissionalizantes, qualificando mão de obra para atuação em diversos setores da sociedade, pois os cursos eram ofertados pelas Escolas Técnicas Federais de acordo com os aspectos políticos, sociais e educacionais de cada estado. Nesse sentido, essa política pública contribuía não só para o desenvolvimento do país – prática comum a partir dos anos de 1930 como também auxiliava o progresso de estados, como o Piauí, que necessitavam qualificar sua mão-de-obra.

Na década de 1960, a sociedade brasileira vivenciava algumas transformações no âmbito dos setores político, econômico, social e educacional. As mudanças mais significativas estavam no surgimento de novas indústrias, no acelerado processo de urbanização e consequentes problemas sociais decorrentes de um desenvolvimento urbano-industrial desordenado advindo da ditadura civil-militar. O Brasil, administrado por esse regime político que conduzia o país e suas instituições, entre as quais a escola, sistematizou um amplo controle institucional com um projeto educacional atrelado a organismos internacionais e em sintonia com o modelo de desenvolvimento econômico e de segurança nacional proposto pelo governo militar. Nesse contexto, a educação recebeu investimentos em todos os níveis de ensino, havendo um crescimento no número de matrículas em todo o país. No Piauí, esse crescimento pode ser visto na Tabela 01, que apresenta o número de matrículas realizadas nos anos de 1965 a 1967, em nível primário, médio e superior.

Tabela 01 - Número de Matrículas no Piauí (1965-1967)

Graus de Ensino	Matrículas			Crescimento
	1965	1966	1967	%
Ensino Primário	143.983	147.272	161.702	20%
Ensino Médio	8.660	11.965	16.812	49%
Ensino Superior	---	292	359	19%

Fonte: Piauí (1969, p. 59)

De acordo com a Tabela 01, o nível de ensino que apresentou maior crescimento percentual no número de matrículas foi o ensino médio, com 49%. Crescimento justificado pela política de expansão do ensino adotado no período. Consequentemente, o ensino secundário, integrante do ensino médio, também se expandia, não só em relação à quantidade de prédios escolares, mas de cursos técnicos oferecidos. A Escola Técnica Federal do Piauí era uma dessas instituições com oferta de cursos técnicos que trouxe

contribuições significativas para a sociedade piauiense, formando mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, favorecendo o desenvolvimento social e econômico da capital, Teresina, e do estado do Piauí como um todo.

Para entender a relação escola-sociedade, precisamos compreender os ajustes e as transformações ocorridos no período pesquisado, e na sociedade piauiense, foco de nossa investigação. Cabe destacar aqui que não apenas a sociedade exerce influências ou determina ações realizadas na escola, mas “a transformação da estrutura educacional possibilitou novas formas de convenção e de relacionamento entre a Sociedade e o Estado.” (MAGALHÃES, 2010, p. 419).

Assim, no que se refere à educação profissional na década de 1960, foi publicada a Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961, considerada a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), que assegurou o direito à educação. Esta Lei, conforme Dallabrida et al (2013), provocou transformações no ensino brasileiro, possibilitou uma descentralização e uma flexibilização da educação, e mais, oportunizou a implantação de uma cultura técnico-científica, promovendo o agrupamento entre o ensino secundário e o técnico-profissional. Ainda segundo os autores, a reforma do ensino que se deu a partir da referida LDBEN, oferecia um currículo completo, com conteúdos de caráter geral e específicos à área de formação, o que possibilitava um posterior ingresso no ensino superior aos candidatos que desejassem prestar o exame vestibular.

Esta nova reforma do ensino brasileiro, devido seu caráter tecnicista e desenvolvimentista, estabelecia o oferecimento de um currículo baseado em conhecimentos gerais e habilidades técnicas, que garantiam ao aluno que concluísse qualquer uma das especificidades do curso colegial a possibilidade de ingresso ao ensino superior. (DALLABRIDA et al, 2013, p. 9).

Para Dallabrida et al (2013), a Lei n.º 4.024/1961 além de provocar a democratização do ensino secundário no Brasil, garantiu o acesso a este nível de ensino a grande parte da população brasileira, especialmente ao ciclo ginásial, e possibilitou a transmissão de saberes ligados a conhecimentos gerais e técnicos, pois aspirava à constituição de sujeitos capazes de desempenhar procedimentos de nível técnico profissionalizante. Nesse sentido:

Em 20 de dezembro de 1961 com a promulgação da lei 4.024 que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ‘inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana’, o ensino técnico de grau médio foi estruturado e passou a abranger o ensino industrial, agrícola e comercial, com duração de três séries anuais de estudos.

O ensino técnico foi alinhado ao ensino acadêmico, rompendo formalmente com a ideia de que a educação profissional se destinava de acordo com o Decreto 7.566/1909 somente aos ‘desfavorecidos de fortuna’ e o ensino propedêutico às elites. Dessa forma, ocorre a completa equivalência entre ensino profissionalizante e o ensino propedêutico para fins de acesso ao nível superior. (BRITO, 2016, p. 26).

Contudo, a Lei n.º 4.024/1961 não conseguiu superar a dualidade entre o ensino profissional e o secundário, uma vez que o ensino secundário continuou mantendo uma maior valorização social, fato este visualizado pelo número de matrículas da época “[...] dos 1.129.421 alunos matriculados no segundo ciclo [...] 50% das matrículas correspondiam ao secundário: 45% aos ramos normal e comercial e apenas 5% aos ramos industrial e agrícola.” (SANTOS, 2007, p. 219)⁴.

No início dos anos 40 do século XX com as Leis Orgânicas⁵ do Ensino foram implantadas no contexto do Estado Novo a educação profissional. A partir deste conjunto de Leis e da Lei nº 4.204/1961 ficou reestruturado o Ensino Primário e o Ensino Médio⁶, que segundo Romanelli (2006) representou a evolução do sistema educacional brasileiro.

No que concerne ao ensino técnico, a LDBEN n.º 4.024/1961 estabelecia:

⁴ No texto de Santos (2007, p. 219) não apresenta o ano que ele se refere, apenas informa que foi na época da Lei nº 4.024/1961.

⁵ “A Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942 representa a primeira medida a objetivar, concretamente, a regulamentação e a integração das escolas de ensino industrial, no sistema nacional de ensino médio [...] As Leis Orgânicas promulgadas pelo Estafo foram:

Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-Lei 4.073 de 30/1/42

Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-Lei 4.244 de 09/4/42

Lei Orgânica do Ensino Comercial, Decreto-Lei 6.141 de 28/12/43

Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto-Lei 8.529 de 02/1/46

Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-Lei 8.530 de 20/08/46

Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto-Lei 9.613 de 20/08/46

Em 1942, através do Decreto-Lei 4.048 de 22/01, foi criado o SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.” (PETEROSI, 1994, p. 37).

⁶ “Art. 34. O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.” (BRASIL, 1961).

Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos:

- a) industrial;
- b) agrícola;
- c) comercial.

Parágrafo único. Os cursos técnicos de nível médio não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino.

Art. 48. Para fins de validade nacional, os diplomas dos cursos técnicos de grau médio serão registrados no Ministério da Educação e Cultura.

Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos.

§ 1º As duas últimas séries do 1º ciclo incluirão, além das disciplinas específicas de ensino técnico, quatro do curso ginásial secundário, sendo uma optativa.

§ 2º O 2º ciclo incluirá além das disciplinas específicas do ensino técnico, cinco do curso colegial secundário, sendo uma optativa.

§ 3º As disciplinas optativas serão de livre escolha do estabelecimento.

§ 4º Nas escolas técnicas e industriais, poderá haver, entre o primeiro e o segundo ciclos, um curso pré-técnico de um ano, onde serão ministradas as cinco disciplinas de curso colegial secundário.

§ 5º No caso de instituição do curso pré-técnico, previsto no parágrafo anterior, no segundo ciclo industrial poderão ser ministradas apenas as disciplinas específicas do ensino técnico.

Art. 50. Os estabelecimentos de ensino industrial poderão, além dos cursos referidos no artigo anterior, manter cursos de aprendizagem, básicos ou técnicos, bem como cursos de artesanato e de mestria, vetado.

Parágrafo único. Será permitido, em estabelecimentos isolados, o funcionamento dos cursos referidos neste artigo.

Art. 51. As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino.

§ 1º Os cursos de aprendizagem industrial e comercial terão de uma a três séries anuais de estudos.

§ 2º Os portadores de carta de, ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se, mediante exame de habilitação, nos ginásios de ensino técnico, em série adequada ao grau de estudos a que hajam atingido no curso referido. (BRASIL, 1961).

De acordo com a Lei n.º 4.024/1961, o ensino técnico de grau médio, que estava inserido no ensino profissional abrangia os cursos: Industrial⁷, Agrícola⁸ e Comercial⁹. Com um currículo mais flexível, como observamos no Art. 49 da Lei n.º 4.024/1961, admite-se a flexibilidade em relação às disciplinas optativas, que poderiam ser ofertadas

⁷ O Ensino Industrial tinha como finalidade o treinamento de pessoal para as indústrias.

⁸ O Ensino Agrícola aquele preparava mão de obra para trabalhar no setor agrícola brasileiro, formando profissionais habilitados a diferentes modalidades do trabalho agrícola, ampliando a eficiência e a produtividade.

⁹ Ensino Comercial objetivava a qualificação dos alunos para trabalharem no comércio, setor da economia que crescia acentuadamente na maioria das cidades brasileiras no período.

segundo a escolha dos estabelecimentos de ensino, ou seja, o aluno do ensino médio receberia sua formação secundária e técnica em um mesmo estabelecimento, tendo autonomia para escolher os cursos que seriam ofertados.

Cabe destacar que durante a vigência do Decreto n.º 4.244, de 1942, que estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Secundário, o Ensino Secundário era considerado “[...] enciclopédico, enquanto os demais níveis de ensino formavam mão de obra para os setores da produção”. Já a partir da Lei 4.024/1961, o ensino secundário “passou a ser um dos ramos do ensino médio.” (SOUZA, 2019, p. 24).

Visando a conhecer o quantitativo de alunos matriculados no Brasil desde os anos de 1960 até 1970, bem como especificar em qual ramo de ensino estava concentrado o maior número de matrículas, apresentamos na Tabela 02 o número de matrículas do Ensino Médio (2º Ciclo), em termos gerais, por ramos de ensino no Brasil.

Tabela 02 - Número de matrículas (geral) do Ensino Médio (2º Ciclo) por ramos de ensino no Brasil dos anos: 1960 a 1970

Ano	Ramo Secundário	Ramo Comercial	Ramo Normal	Ramo Agrícola	Ramo Industrial	Total
1960	113.570	81.258	64.763	1.601	5.952	267.144
1961	125.327	91.119	72.421	1.811	10.459	301.137
1962	138.272	100.642	82.784	1.851	12.121	335.761
1963	156.347	109.115	109.885	2.442	18.807	396.596
1964	167.242	114.819	131.185	3.102	22.692	439.040
1965	189.576	121.858	169.690	3.709	24.277	509.110
1966	224.153	132.215	209.588	4.144	23.313	593.413
1967	261.911	143.296	246.274	5.243	30.589	687.313
1968	311.255	166.352	281.792	6.188	34.113	801.075
1969	394.826	190.987	274.367	7.060	41.254	908.494
1970	462.366	219.101	262.690	8.166	49.522	1.001.825

Fonte: Cunha (2000, p. 131).

Observamos, pela Tabela 02, que em 10 (dez) anos o número de matrículas do ensino médio avançou consideravelmente, sendo que o ramo secundário em todos os anos teve o maior número de matrículas em relação aos demais ramos de ensino, seguido do ramo normal, comercial, industrial e, por último, o ramo agrícola, com menor número de matrículas.

O fato de o ensino secundário apresentar, no período de 1960 a 1970, o maior número de matrículas, se deu pelo ensino secundário continuar mantendo a dualidade do sistema educacional, tornando-se mais fácil o acesso ao ensino superior àqueles alunos que seguiam por esse ramo propedêutico. Vale a pena ressaltar aqui, que quem frequentava esse

ramo de ensino, era a classe mais abastada, pois tinha maior possibilidade de ingresso nesse nível de ensino.

Um dos fatores para o baixo número de matrículas no ensino agrícola pode ter ocorrido devido às mudanças administrativas que ocorreram no Ministério da Agricultura em 1967, quando os estabelecimentos de ensino que pertenciam a este ministério passaram para o Ministério da Educação, o que, segundo Castelo Branco (2006), afetou o funcionamento das escolas e colégios agrícolas no país.

O ramo comercial teve matrícula superior ao ramo normal no período de 1960 a 1962. A partir de 1963, o número de discentes matriculados no ensino normal¹⁰ foi superior aos alunos do ramo comercial. É perceptível a diferença no número de matrículas do ano de 1960 para 1961 no ramo industrial quando este número praticamente dobrou, e a partir de então o número de discentes matriculados nesse ramo só cresceu, indicando aumento da procura pela qualificação no ramo industrial, sendo a procura pelo ramo industrial maior do que pelo agrícola.

A Tabela 03 apresenta o número de matrículas do Ensino Médio (2º Ciclo), em termos gerais, por ramos de ensino no Piauí.

Tabela 03 - Número de matrículas do Ensino Médio (2º ciclo) do Piauí por ramo

Ano	Ramo Secundário	Ramo Comercial	Ramo Normal	Ramo Agrícola	Ramo Industrial	Total
1960	1.059	762	376	-	-	2.197
1961	1.206	842	389	-	-	2.437
1962	1.232	832	523	-	-	2.587
1963	1.314	786	557	-	-	2.657
1964	1.442	685	679	-	-	2.806
1965	1.671	734	836	-	34	3.275
1966	2.192	600	1.232	-	-	4.024
1967	-	-	-	-	-	5.336
1968	-	-	-	-	-	7.020
1969	4.250	1.180	2.805	-	494	8.729
1970	4.818	1.395	2.928	49	541	9.731

Fonte: IBGE (1960 a 1971).

A Tabela 03 apresenta o número de matrículas do Ensino Médio (2º ciclo) do Piauí por ramo. Observamos que em determinados anos não aparecem informações de número de matrícula para o ensino agrícola e industrial. Acreditamos que há essa lacuna nas informações pelo fato de que apenas em 1967 houve a implantação do 2º ciclo na Escola

¹⁰ O Ensino Normal visava à formação de docentes para as escolas primárias.

Técnica Federal do Piauí e no Colégio Agrícola de Teresina. O número de matrículas para o Ensino Industrial em 1965 se refere aos alunos do Instituto Batista Correntino.

Observamos na Tabela 03 que as matrículas do Ensino Secundário no Piauí, assim como no Brasil foi sempre crescente e superior aos outros ramos de ensino, como verificamos na Tabela 02. No Piauí, o ramo industrial teve um avanço no número de matrículas, aumentando de 34 (trinta e quatro) matrículas em 1965 para 494 (quatrocentos e noventa e quatro) em 1969 devido à ampliação no número de escolas que passaram a ofertar o 2º ciclo a partir de 1967.

Embora houvesse um avanço no número de matrículas no ramo industrial, este detinha o menor número de matrículas em 1969 em relação aos demais ramos de ensino e em 1970 juntamente com o ramo agrícola eram os que menos atraíam alunos em comparação ao ramo normal e comercial tanto no Piauí, como no Brasil.

Contudo em função do processo de crescimento no número de matrículas no ensino industrial no Brasil, houve um aumento tanto na oferta de cursos profissionalizantes, como no número desses estabelecimentos de ensino. Na Tabela 04, vemos a distribuição de Escolas Técnicas Industriais no ano de 1969, segundo unidades da Federação (UF) e dependências administrativas no país.

Tabela 04 – Distribuição de Escolas Técnicas Industriais segundo Unidades da Federação e dependências administrativas no Brasil (1969)

Unidades da Federação	Rede Federal	Rede Estaduais	Rede SENAI	Escolas Isoladas	Total
Amazonas	01	--	--	--	01
Pará	01	01	--	--	02
Maranhão	01	--	--	--	01
Piauí	01	--	--	--	01
Ceará	01	--	--	--	01
Rio Grande do Norte	01	--	--	01	02
Paraíba	01	--	--	--	01
Pernambuco	01	--	--	--	01
Alagoas	01	--	--	--	01
Sergipe	01	--	--	--	01
Bahia	01	--	--	01	02
Minas Gerais	02	--	--	16	18
Espírito Santo	01	--	--	--	01
Rio de Janeiro	01	01	--	02	04
Guanabara	02	01	01	07	11
São Paulo	01	06	02	34	43
Paraná	01	01	--	--	02
Santa Catarina	01	01	--	02	04
Rio Grande do Sul	01	05	01	05	12
Mato Grosso	01	--	--	--	01

Góias	01	--	--	--	01
Distrito Federal	--	02	--	--	02
Total	23	18	04	68	113

Fonte: Cunha (2000, p. 129).

Pela Tabela 04 é possível analisarmos o quantitativo de escolas técnicas industriais no Brasil no ano de 1969, sendo que a oferta de escolas técnicas industriais ocorria em quatro segmentos: rede federal, redes estaduais, rede Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e escolas isoladas. Observamos na Tabela 04 o maior quantitativo de escolas industriais no segmento escolas isoladas, que possuíam 68 (sessenta e oito) escolas técnicas industriais distribuídas em 08 (oito) unidades da federação. Havia 23 (vinte e três) escolas ligadas ao segmento da rede federal, distribuídas em 21 (vinte e uma) unidades da federação. Já as redes estaduais, possuíam 18 (dezoito) escolas espalhadas em 08 (oito) unidades da federação. Com menor quantidade de escolas temos o segmento da rede Senai, com 04 (quatro) escolas em 03 (três) unidades da federação.

O segmento das escolas isoladas tinha a maior quantidade de escolas técnicas industriais no Brasil em 1969, e estavam distribuídas pelas regiões Nordeste, Sul e Sudeste. Cunha (2000) credita a numerosidade das escolas isoladas ao fato de possuírem administração autônoma e não disporem de redes. O autor destaca que entidades governamentais, como a Marinha de Guerra e as universidades federais, que mantinham escolas ou cursos técnicos, eram consideradas escolas isoladas por “não integrarem a rede federal [...] não estando sujeitas administrativamente à Diretoria do Ensino Industrial.” (CUNHA, 2000, p. 134).

De acordo com a Tabela 04, 43 (quarenta e três) escolas técnicas industriais eram sediadas em São Paulo, e um dos motivos desse quantitativo, que era o maior do país, conforme Cunha (2000) se deve ao fato de algumas empresas industriais terem instalado escolas técnicas visando preparar mão de obra para seu quadro de funcionários, como a “Companhia Siderúrgica Nacional, a Fundação Tupy, a Companhia de Aços Especiais Itabira e a Companhia Ferro Brasileiro.” (CUNHA, 2000, p.133).

A rede federal era a que mais abrangia as demais unidades da federação e as dependências administrativas, pois estava presente em todas as regiões do país: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, ainda que em número pequeno. Estavam presentes em cada estado por iniciativa do Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices em cada uma das capitais dos estados do Brasil.

No que concerne às escolas que ofereciam cursos no ramo industrial, temos as Escolas Técnicas Federais, distribuídas em 21 (vinte e uma) unidades da federação e dependências administrativas. Pela Lei n.º 4.759, de 20 de agosto de 1965, essas Escolas Técnicas Federais passaram a ter uma nova nomenclatura, acrescentando o nome do respectivo estado em que a escola se encontrava instalada.

Art 1º. As universidades e as escolas técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos estados, **serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo estado.**

Parágrafo único. As escolas e faculdades integrantes das universidades federais serão denominadas com a designação específica de suas especialidades, seguida do nome da universidade.

Art. 2º Se a sede da universidade ou da escola técnica federal for em uma cidade que não a capital do estado, **será qualificada de federal e terá a denominação da respectiva cidade.** (BRASIL, 1965, grifos nossos).

Dessa forma, a partir de 1966, a Escola Industrial de Teresina passou a ser denominada Escola Industrial Federal do Piauí, atuando no ensino profissional em nível de 2º grau. Cabe ressaltar que “a marca federal, levou as escolas da rede a ter mais conceito dentro das comunidades, onde estão inseridas nos seus Estados.” (REGO, 2009, p. 72).

No ano de 1967, o presidente do Conselho de Representantes da Escola Industrial Federal do Piauí resolveu pela Resolução n.º 14, de 21 de março de 1967:

Autorizar o Diretor da Escola Industrial Federal do Piauí a fazer funcionar na mesma Escola, a partir do corrente ano, os Cursos Técnicos de Agrimensura, Edificações e Eletromecânica [...]. (ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DO PIAUÍ, 1967).

Após a autorização do Conselho Representante da Escola Industrial Federal do Piauí, ainda em 1967, a Escola Industrial Federal do Piauí abriu edital para matrículas nos três cursos técnicos criados em nível de 2º grau, que foram: Agrimensura, Edificações e Eletromecânica. Estes cursos contaram com grande aceitação da comunidade e tiveram suas turmas preenchidas com 40 (quarenta) alunos em cada uma. (REGO, 2009).

Em 1967 houve uma nova modificação na nomenclatura da escola investigada. A Escola Industrial Federal do Piauí recebeu nova nomenclatura, passando a se chamar

Escola Técnica Federal do Piauí, e já no ano referido ofereceu cursos em nível de 2º grau, qualificando mão de obra para a prestação de serviços no Piauí, que necessitava de mais profissionais qualificados para atuarem nos diversos setores da sociedade.

Para entendermos o motivo da oferta de tais cursos pela escola pesquisada, bem como a aceitação da comunidade pelos novos cursos disponíveis, analisamos o contexto econômico do período, uma vez que o ensino técnico proporcionava a introdução de uma cultura técnica, considerada mais prática, aliada ao projeto tecnicista e desenvolvimentista que tanto o Brasil quanto o Piauí viviam nos anos de 1960. Sobre o assunto: “Em 1960, a preocupação do governo Chagas Rodrigues com a construção das estradas no Piauí direcionou os interesses para o crescimento espacial da cidade de Teresina; porém somente no final dessa década as mudanças começaram a efetivar-se.” (CASTELO BRANCO, 2007, p. 74).

Neste período houve uma política de intervenção estatal bem forte no Piauí, pois “A preocupação do governo se traduzia no industrialismo, no planejamento e na modernização institucional da administração pública, além da intervenção do Estado na economia.” (MEDEIROS, 1996, p. 74).

Mendes (2003) aponta que alguns fatos importantes ocorreram no Piauí na década de 1960 do século XX: no ano de 1964 temos o início da construção da Usina de Boa Esperança, a cargo da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança (COHEBE); e em 1965 foi criada a Companhia de Habitação do Piauí (COHAB-PI), e concluído o canal de desvio de águas do Rio Parnaíba para a construção da barragem de Boa Esperança. A cidade de Teresina, capital do estado, também passava por modificações:

[...] O governo Petrônio Portela Nunes, em 1965, inaugurou um novo momento piauiense, preocupando-se com a intervenção estatal no âmbito econômico, implantando empresas como CEPISA, TELEPISA, AGRINPISA. Nesse governo aparecem sinais de iniciativas à educação de forma mais consciente, por meio da estruturação dos ramos de ensino, primário e médio iniciando as metas estatais ao ensino superior. (CASTELO BRANCO, 2007, p. 102).

Havia o predomínio de um discurso desenvolvimentista coerente com os propósitos do governo militar no período da ditadura civil-militar. No entanto, “a industrialização continua mínima, uma vez que os incentivos fiscais da SUDENE e os

grandes projetos governamentais de implantação de polos industriais não atingiram o Piauí.” (MEDEIROS, 1996, p. 50).

Teresina apresentou indícios desse desenvolvimento como estratégia do governo de mostrar a modernização da região Nordeste. Assim, temos em 1967, a inauguração de um conjunto habitacional na capital, a inauguração do aeroporto de Teresina, Aeroporto Senador Petrônio Portella, o início do funcionamento da Faculdade de Medicina do Piauí, a inauguração do serviço de comunicação telefônica por microondas, o surgimento das primeiras ruas asfaltadas e a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí (FETAG). (MENDES, 2003).

Apesar das intervenções governamentais, tanto o estado do Piauí quanto a capital Teresina possuíam quadro de pobreza. Em sua dissertação Monte (2010) destaca o periódico “O Estado de 1971” que abordava sobre a realidade de Teresina.

Conforme, o periódico, a cidade apresentava um aspecto pouco convidativo ao visitante, não apenas pela falta de aparelhamento urbanístico, como vias de tráfego modernas e asfaltadas, um serviço de limpeza regular, além da retirada de animais das ruas, mas pela presença desconcertante de mendigos nos logradouros públicos e em estabelecimentos privados, o que dava à cidade um aspecto ‘desagradável’. Notamos que os pobres urbanos, figurados no periódico como mendigos, também eram vistos como um empecilho ao projeto modernizador para a cidade, já que ‘enfeavam’ a urbe e por esse motivo deveriam simplesmente ser extirpados do local. (MONTE, 2010, p. 99).

Assim como a cidade de Teresina crescia, a pobreza urbana também crescia. Segundo Monte (2010) era visível na cidade tanto o aspecto de falta de aparelhamento urbanístico como a presença de mendigos que contrastavam com o projeto de modernização da capital. Para a autora, uma das explicações para o problema da pobreza urbana na capital era o fato de a população da cidade ter um crescimento populacional acelerado decorrente do êxodo rural tanto no Piauí quanto em Teresina.

A Tabela 05 apresenta a poluição rural e urbana do Piauí por década.

Tabela 05 - População rural e urbana do Piauí

Ano	Urbana	Rural	Total
1960	298.152	965.216	1.263.368
1970	561.081	1.173.784	1.734.865
1980	897.993	1.242.043	2.140.036
1990	1.366.218	1.214.997	2.581.215
2000	1.787.192	1.054.010	2.841.202

Fonte: IBGE (1962, 1971, 1983, 2002).

Pela Tabela 05 observamos que a população rural cresceu nos anos de 1960 a 1980, havendo uma queda em 1990 e no ano 2000. Quanto a população urbana, esta apresenta constante crescimento nas décadas de 1960 a 2000, superando a população rural em 1990 e 2000. Não foi apenas no Piauí esse crescimento populacional na zona urbana, mas nos demais estados do país, principalmente pela migração do homem do campo para as cidades. Para Monte (2010) as taxas de crescimento de urbanização no Piauí foi um fenômeno localizado, pois “Em 1970, 32% da população do estado viviam nas cidades, por outro lado, havia um alto grau de concentração da população urbana do estado, nos quatro núcleos mais urbanizados, compostos por Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos.” (MONTE, 2010, p. 55).

Assim, com a crescente urbanização do Piauí e em especial de Teresina que nos anos de 1960 e 1970 foi uma das capitais nordestinas com maior crescimento populacional urbano como afirma Monte (2010), a situação de pobreza crescia constantemente, como relata Medeiros (1996, p. 63) “É assustadora a onda de esmolés, doentes e necessitados existente e sempre crescente em Teresina”.

Outro desdobramento do crescimento da população urbana no Piauí foi o aumento no número das matrículas escolares. Na Tabela 06 temos o número de matrículas no início dos anos de 1967 e de 1968, por ciclo didático, segundo os ramos de ensino do Piauí:

Tabela 06 - Matrícula no início dos anos de 1967 e de 1968, por ciclo didático, segundo os ramos de ensino no Piauí

Especificação	Total		Ginasial		Colegial	
	1967	1968	1967	1968	1967	1968
Ensino Secundário	23.048	24.663	20.463	21.511	2.585	3.152
Ensino Técnico	2.105	2.203	1.217	998	888	1.205
Ensino Normal	2.240	3.054	377	391	1.863	2.663
Total	27.393	29.920	22.057	22.900	5.336	7.020

Fonte: IBGE (1970).

Observamos pela Tabela 06 que o número de matrículas no ensino secundário prevalece nos anos de 1967 e de 1968 no curso ginasial. No ensino técnico que

contemplava os ramos agrícola, comercial e industrial, no ano de 1967, a matrícula predominante é no curso ginásial, e no ano de 1968, as matrículas são mais numerosas no curso colegial.

Apesar da pouca variação de 02 (dois) anos no ensino técnico apresentada na Tabela 06, o Piauí seguiu o crescimento nacional, inclusive no ramo industrial, que era ofertado até 1968 por 02 (duas) escolas no Piauí, entre elas, a Escola Técnica Federal do Piauí, que se organizava para ofertar mais cursos, melhorar sua estrutura física e de pessoal para contemplar mais alunos.

Acomodados os setores vitais de funcionalidade da Escola, continuava no seio da instituição, o desejo de crescer, de agigantar-se. A comunidade durante o chamado milagre econômico, descobriu a Escola Técnica como uma das formas de ascensão social através da formação profissional, além dos seus cursos regulares, a Escola mantinha um grande número de cursos de Mão-de-obra (PIPMO), dentro e fora de sua sede. (RODRIGUES et al, 2002, p. 70).

A população piauiense procurava a formação técnica como um caminho para ascender socialmente, principalmente durante o período do denominado milagre econômico brasileiro¹¹, em que se buscava, além da formação profissional adquirida nos cursos técnicos ofertados na Escola Técnica Federal do Piauí, a possibilidade de ascensão social.

No entanto, apesar da busca pela qualificação profissional com o crescente número de matrículas havia um enorme índice de analfabetismo da população do estado do Piauí, como consta na Tabela 07.

Tabela 07 - Número de alfabetização da população do Piauí

ANO	NÃO SABEM LER E ESCREVER		TOTAL	SABEM LER E ESCREVER		TOTAL
	HOMENS	MULHERES		HOMENS	MULHERES	
1960	263.087	294.497	557.584	141.922	132.347	274.269
1970	458.455	476.010	934.465	-	-	-
1980	505.400	502.121	1.007.521	362.132	409.343	771.475

Fonte: IBGE (1960, 1970, 1980).

¹¹ Período da História do Brasil marcado pelo forte crescimento da economia. Utilizou-se o termo “milagre” porque aconteceu de forma rápida. Também chamado de Milagre Brasileiro, Mendes (2003) destaca que no início de 1970, quando se deflagrou esse grande crescimento econômico, houve o favorecimento da implementação de projetos públicos, dentre eles alguns voltados para a região Nordeste, na qual se localiza o Piauí.

Pela Tabela 07 verificamos que a escolarização no Piauí não atendia a todos, pois o número de pessoas que não sabiam ler e escrever tanto em 1960 como em 1980 era superior ao número de pessoas que sabiam ler e escrever. Dessa forma, apesar do avanço no número de matrículas no estado apresentado na Tabela 03 e 06, era marcante a falta de atendimento educacional para toda a população uma vez que nem todos os piauienses tinham acesso às escolas.

O Ensino Secundário no Piauí foi por muito tempo ministrado em algumas poucas escolas, tanto da rede pública quanto particular, no entanto com as transformações que foram acontecendo em nossa sociedade à demanda por esse nível de ensino foi crescendo e com ela à necessidade de novos estabelecimentos de ensino para suprir as exigências populacionais. (SILVA, 2012, p. 47).

O Quadro 03 destaca os nomes de estabelecimentos de ensino técnico de grau médio dos ramos comerciais e industriais do Piauí referente ao ano de 1969. A lista foi atualizada com a relação das escolas criadas até 31 de dezembro de 1969.

Quadro 03 – Estabelecimentos de ensino comerciais e industriais do Piauí em 1969

Estabelecimentos de ensino	Ramo de ensino	Localidade
Escola Comercial do SENAC de Teresina	Comercial	Teresina - PI
Escola Técnica de Comércio do Piauí	Comercial	Teresina - PI
Escola Técnica de Comércio Professor Felismino Weser	Comercial	Teresina - PI
Escola Técnica de Comércio Sagrado Coração de Jesus	Comercial	Teresina - PI
Escola Técnica de Comércio de Campo Maior	Comercial	Campo Maior - PI
Escola Técnica de Comércio Dom José Vasquez	Comercial	Corrente - PI
Colégio Comercial Noeme Melo	Comercial	Floriano - PI
Escola Comercial São Francisco das Chagas	Comercial	José de Freitas - PI
Escola Comercial Dom Expedito Lopes	Comercial	Oeiras – PI
Colégio Comercial União Caixeiral	Comercial	Parnaíba - PI
Escola Comercial de Parnaíba	Comercial	Parnaíba - PI
Escola Técnica de Comércio de Picos	Comercial	Picos – PI
Escola Técnica de Comércio Ministro Pedro Borges	Comercial	São João do Piauí - PI
Escola Técnica de Comércio Padre Marcos Carvalho	Comercial	São Raimundo Nonato – PI
Colégio Comercial Marcos Parente	Comercial	União – PI
Escola Técnica Federal do Piauí	Industrial	Teresina - PI
Ginásio do Instituto Batista Industrial	Industrial	Corrente - PI

Fonte: Produzido pela pesquisadora a partir de MEC (1970).

Percebemos, pelo Quadro 03, que em 1969 o Piauí possuía 15 (quinze) estabelecimentos de ensino do ramo comercial e apenas 02 (duas) escolas industriais, sendo uma delas a ETFPI, objeto de estudo desta pesquisa, localizada em Teresina, e a outra o Ginásio do Instituto Batista Industrial, localizado na cidade de Corrente. Quanto às escolas comerciais, 04 (quatro) eram sediadas em Teresina, 02 (duas) em Parnaíba e 01 (uma) escola nos municípios de Campo Maior, Corrente, Floriano, Oeiras, José de Freitas, Picos, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e União, respectivamente.

Conforme listagem do MEC acerca da relação de estabelecimentos de ensino comerciais e industriais do Piauí em 1969, a Escola Técnica Federal do Piauí e o Ginásio do Instituto Batista Industrial eram as únicas instituições a ofertarem cursos da área industrial no Piauí. Porém, segundo matéria veiculada pelo Jornal do Piauí, a cidade de Floriano também sediava um colégio industrial, que completou 05 (cinco) anos em 1974 e era dirigida pelo Frei Antônio Cursio, com a cooperação de outros frades.

Floriano: Colégio Industrial completou ontem 5 anos

Ontem Floriano esteve em festas. Merecidas festas, pois era comemorado o transcurso do 3º ano da vitoriosa carreira do já consagrado e conceituado Colégio Industrial, dirigido pela fabulosa energia e inteligência vigorosa de Frei Antônio Cursio, com a cooperação de outros frades do mesmo escol e auxiliares de invejável qualificação.

O estabelecimento que ontem completou os seus cinco anos bem merece ser conhecido, não apenas pela alta qualificação do seu funcionamento, mas sobretudo pela extraordinária organização, aprimoramento do ensino e, mais ainda, disciplina, ordem e consagrada atuação nos meios educacionais do Piauí.

O acontecimento, pois não foi apenas da cidade de Floriano, mas de todos nós do Piauí, que bem conhecemos os ingentes esforços e os redobrados sacrifícios de Frei Antônio para levar a bom termo o seu excelente trabalho de catequese e de aprimoramento de uma numerosa parte da população estudantil de Floriano. Daí porque nesse anseio queremos mandar ao velho e querido Frei Antônio Cursio a nossa palavra de simpatia, nossa mensagem de confiança e nosso abraço que se estende a todos os que com ele coopera por essa vitória alcançada que é dele e sobretudo da mocidade que nos seus domínios educacionais recebe educação aprimorada, como formadora dos que no amanhã estarão a postos na formação também das gerações que hão de vir.

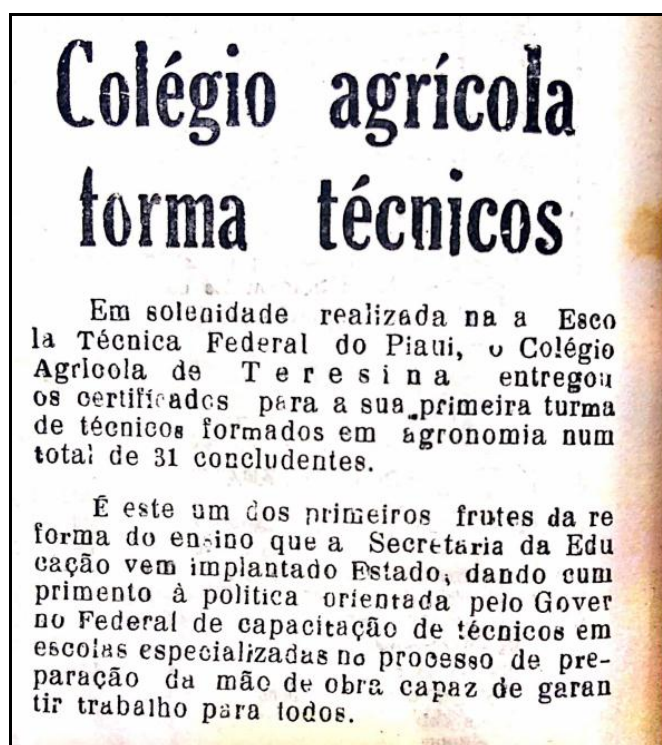
Que possa prosseguir com o mesmo entusiasmo admirável o Colégio Industrial de Floriano, ao penetrar nos umbrais do sexto ano de excelente serventia. à causa do ensino no Piauí. (FLORIANO...Jornal do Piauí, 1974, p. 3)

Conforme a matéria do Jornal do Piauí, o Colégio Industrial de Floriano completava, em 1974, 05 (cinco) anos de escola, o que demonstra que o colégio foi inaugurado em 1969, no entanto, no Quadro 04, que apresenta a relação de estabelecimentos de ensino industrial e comercial do Piauí em 1969, não consta o nome desse colégio na lista de estabelecimentos de ensino médio do ramo industrial. Todavia, Gadêlha (2012), ao escrever a biografia do Frei Antônio Cursio, confirma que a data de início das aulas do Colégio Industrial ocorreram em abril de 1969.

Em paralelo à oferta de cursos da área industrial pela Escola Técnica Federal do Piauí, o Colégio Agrícola de Teresina que conforme Castelo Branco (2007) foi criado em 1954 como Escola Agrotécnica de Teresina, e incorporado à Universidade Federal do Piauí em 1976, também ofertava cursos técnicos no estado, mas exclusivamente na área agrícola. “Dessa forma, nos anos de 1970, o Curso de Técnico Agrícola constituía ainda uma necessidade para o estado, havendo uma considerável procura por parte dos estudantes piauienses.” (CASTELO BRANCO, 2007, p. 125).

A Figura 01 traz a notícia da solenidade de formatura da primeira turma de 31 (trinta e um) Técnicos em Agronomia formados pelo Colégio Agrícola de Teresina:

Figura 01– Colégio Agrícola forma técnicos



Fonte: COLÉGIO...Jornal do Piauí (1973, p. 4).

O articulista atribui a formatura dos alunos do Colégio Agrícola de Teresina a implementação da reforma de ensino, em decorrência da Lei nº 5.692/1971 que estava sendo implementada no Piauí, conduzida pela Secretaria de Educação no período militar. As escolas profissionalizantes do Piauí procuravam enquadrar-se nos objetivos do governo militar, formando mão de obra técnica para o mercado de trabalho, como proposto pela Lei 5.692/1971.

Dessa forma “a educação e, mais propriamente, o ambiente escolar foram compreendidos, pelos militares, [...] visto que por meio deles educavam-se os futuros cidadãos”. (VALÉRIO, 2012, p. 55). Educar os cidadãos seria qualificar mão de obra nos moldes das necessidades econômicas vigentes, com caráter apenas profissionalizante. Cabe destacar ainda que esta formação técnica visava diminuir a concorrência para as universidades diminuindo a pressão existente pelo ensino superior.

Em relação à Escola Técnica Federal do Piauí, instituição que oferecia cursos industriais no município de Teresina, havia a pretensão de diminuir a carência de profissionais de certas áreas no estado, como evidencia Rego (2009):

[...] ocupar o lugar de profissionais do mesmo nível, importados de outros estados, como Pernambuco e Bahia, para trabalharem na CEPISA, na COHEB, nas empresas de construção civil e nas construtoras de Estradas, além de muitos outros órgãos públicos. (REGO, 2009, p. 74).

O Jornal O Dia (Figura 02) confirma a fala dos autores, quando notícia matéria que o Piauí em 1973 não precisava importar técnicos, pois a partir de 1971 com o ensino profissionalizante obrigatório, a escola passou a ofertar mais cursos e vagas e em 1972, a ETFPI já possuía 1.967 (um mil, novecentos e sessenta e sete) alunos, inclusive exportava técnicos para outros estados.

Figura 02 – Piauí não precisa importar técnicos

Piauí não precisa importar técnicos

Considerando promissor o mercado de Trabalho no Piauí, principalmente em Teresina, a Escola Técnica informou que os cursos profissionalizantes de licenciatura plena e os de iniciação profissional acabarão com a importação de técnicos de nível médio no Estado.

Atualmente os profissionais estão sendo usados nos serviços terciários (administração, secretariado, escritório) que oferece melhores oportunidades de empregos, chegando mesmo a serem exportados principalmente no setor de edificações e estradas.

CURSOS

Segundo a Escola Técnica, antigamente depois do curso científico os estudantes só tinham duas opções: a primeira ingressar na Universidade (se o país era rico) ou se aventurar nos concursos para o Banco do Brasil e outros, porque não havia mercado de trabalho definido. A partir de 1971, o federal oblitou o sistema de ensino, que passou a ser profissionalizante e obrigatório.

A Escola Técnica, dentro dos 130 habilitações profissionais em termos nacionais, ficou com 30, de acordo com o mercado de trabalho, que funcionário no regime de interescolaridade. No ano passado a Escola ofereceu 300 vagas para a Secretaria de Educação, 100 delas para o Liceu. Entretanto, a procura foi grande e as vagas foram aumentadas para 450. Foi feita também uma experiência, em Picos, Floriano e Parnaíba, com grande aceitação.

Em 1972 os cinco cursos de licenciatura funcionaram com 1.967 alunos, muitos dos quais já colocados no Piauí e exportados para outros Estados.

A Escola Técnica mantém um sistema de intercomunicação com as empresas (Serviço de Integração Escola-Empresa), oferecendo profissionais e consultando sobre as possibilidades de vagas. Dessa maneira quase todos os cursando conseguiram colocação.

Além dos 600 alunos para os cursos integrais, a escola vai receber cerca de 1.500 da rede oficial para a iniciação profissional, de acordo com a reforma do ensino.

Segundo a Escola Técnica, as empresas que se instalam no Piauí estão absorvendo os técnicos locais e dentro de pouco tempo não haverá importação de profissionais. As empresas rodoviárias, de telecomunicação, eletrificação e mecânica são as que procuram maior número de técnicos e já estão dando preferências aos profissionais do Estado.

No início do Governo Alberto Silva existiam mais de 30 mil desempregados em Teresina, mas esse número foi bastante reduzido com a ênfase que está sendo dada à construção civil, rodoviária e de eletrificação, absorvendo os técnicos locais.

Geralmente o aluno que procura os cursos já é empregado, mas busca melhorar o meio de vida, dentro da própria ou outras empresas. Ao cursar uma profissão, o aluno tem oportunidade para ingressar na Universidade e, se conseguir poderá novamente voltar à escola e procurar especializar-se cada vez mais.

Fonte: PIAUÍ...Jornal O Dia (1973, p. 3).

O articulista informa pela nota do jornal (Figura 02) que a Escola Técnica Federal do Piauí estava funcionando em regime de intercomplementaridade como um Centro Interescolar, pois estava recebendo alunos de outras escolas, provenientes da rede estadual e privada. Assim, vemos a ETFPI se reconfigurar e assumir nova posição na rede escolar de Teresina, pois a partir do regime de intercomplementaridade previsto na Lei n.º 5.692/1971, a escola não funcionava mais da mesma forma, apenas matriculando alunos via exame classificatório, mas recebendo discentes via rede estadual, um público que provavelmente não procuraria a ETFPI para estudar se não fosse o regime de intercomplementaridade.

Outro ponto importante veiculado na matéria (Figura 2) é a respeito de um sistema de intercomunicação que a escola possuía com as empresas, chamado de Serviço de Integração Escola-Empresa - SIEE, que tanto oferecia os serviços dos profissionais que estavam estudando nos cursos técnicos quanto consultava as possibilidades de vagas nas empresas. Dessa forma, as empresas que estavam se instalando no Piauí absorviam os técnicos formados na ETFPI, o que fazia acreditar que em pouco tempo não mais haveria a necessidade de importação de profissionais.

Havia pela imprensa¹² um discurso que apontava o desenvolvimento industrial do estado. Contudo, apesar de alguns avanços “a industrialização continuou mínima até os anos 80, pois poucos foram os incentivos fiscais da SUDENE canalizados para o estado, e nenhum dos grandes projetos econômicos das estatais foi implantado no Piauí.” (MEDEIROS, 1996, p. 117).

Mendes (2003) aponta alguns fatos importantes no Piauí, na década de 1970, como: o início do funcionamento da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, em abril de 1970; em 1971, a instalação da Universidade Federal do Piauí (UFPI); a criação da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI); em 1972, a inauguração da TV Rádio Clube; a inauguração da ponte rodoviária sobre o rio Parnaíba, em Teresina; o início de funcionamento da indústria VEGETEX, em Parnaíba; em 1973, a COHEBE foi incorporada à CHESF e a TELEBRÁS incorporada à TELEPISA; em 1974 houve a integração de Boa Esperança ao Sistema CHESF.

Mendes (2003) afirma, ainda, que em 1975 foi criada a Empresa de Processamento de Dados do Piauí (PRODEPI); em 1976 foi lançado, em todo o país, o Programa Racional das Várzeas Irrigáveis, implantado no norte do Piauí; no ano de 1977, a Secretaria de Planejamento do Estado solicitou ao Banco Mundial assistência técnica para a preparação de um novo projeto de desenvolvimento rural integrado¹³; em 1978 todas as então 114 (cento e catorze) cidades do Piauí estavam servidas de energia elétrica oriunda da Barragem de Boa Esperança; e em 1979 foi criado o Parque Nacional Serra da Capivara.

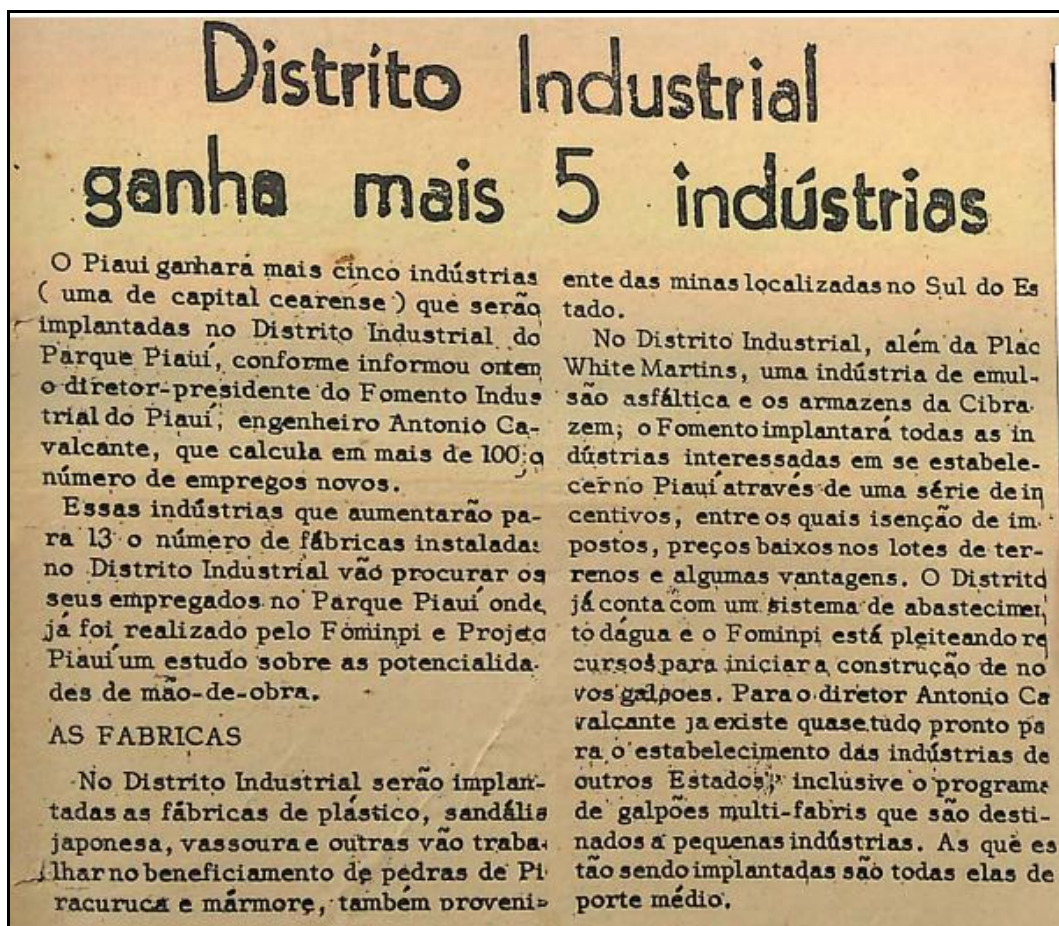
O processo de desenvolvimento industrial do estado, embora incipiente contribuiu para a ampliação da infraestrutura de comércio e serviços diversos que diretamente afetava a oferta de cursos da ETFPI que dialogava com a demanda do setor urbano, secundário e terciário da atividade econômica do Piauí visando formar recursos humanos para essas áreas.

¹² “É preciso ficar atento aos efeitos que as propagandas midiáticas exerciam sobre essas pessoas. A imprensa como um todo, de certa forma, foi beneficiada com investimentos advindos do poder público após a implantação do regime militar em 1964, o que proporcionou a expansão e a modernização dos meios de comunicação, que eram vistos pelos militares ‘como parte de uma estratégia política ligada a ideologia de segurança nacional. A implantação de um sistema de informação capaz de ‘integrar’ o país fazia parte de um projeto em que o estado era o centro irradiador de todas as atividades.” (MONTE, 2010, p. 177).

¹³ “Na época, o Banco Mundial havia aprovado projetos do POLONORDESTE em outros estados, que já incluíam o financiamento de atividades fundiárias no processo de intervenção no desenvolvimento rural. Dadas as condições políticas da época, evitava-se a expressão *reforma agrária*, substituída pelo eufemismo *reorganização fundiária*. Depois de longas discussões e exaustivos trabalhos, o projeto foi aprovado e contratado em 1981, tornando-se individualmente o maior projeto de investimentos públicos no Estado, depois da barragem de Boa Esperança, com um total de US\$ 85 milhões, dos quais US\$ 29 milhões financiados pelo Banco ao governo federal, que ficou responsável pelos restantes US\$ 56 milhões.” (MENDES, 2003, p. 236, grifos do autor).

A ideia de que o Piauí estava avançando industrialmente nos anos de 1970 é veiculada nos jornais, como em nota do Jornal O Dia (Figura 03):

Figura 03 – Distrito Industrial ganha mais 05 indústrias



Fonte: DISTRITO...Jornal O Dia (1973, p. 2).

A Figura 03 traz um relato da implantação de mais 05 (cinco) indústrias no Piauí que em sua maioria seriam fixadas no Distrito Industrial, no Bairro Parque Piauí, zona sul de Teresina. Com a vinda dessas indústrias, aumentaria para 13 (treze) o número de fábricas instaladas no estado em 1973.

As empresas, que conforme nota do jornal certamente absorveriam a mão de obra formada nas escolas profissionalizantes do Piauí, eram fábricas de plástico, de sandália japonesa, de vassouras, de beneficiamento de pedras, de emulsão asfáltica, e ainda as empresas Plac, White Martins e os armazéns da Cibrazem. De acordo com o articulista, o fomento para implantação dessas indústrias no estado se dava por uma série de incentivos, como isenção de impostos e preços baixos nos lotes de terrenos, além de algumas vantagens, como o sistema de abastecimento de água que já existia no Distrito Industrial.

Este processo que almejava a industrialização do Piauí, bem como de todo o país, mascarava “o autoritarismo e a política do capital internacionalizado, o Estado, por meio de uma *política social*” que justificava “o intervencionismo como um modo de favorecer a empresa nacional.” (VALÉRIO, 2012, p. 51-52, grifo do autor).

A partir da década de 1970, o Governo Federal contribuiu para “promover um maior crescimento das cidades brasileiras.” (FAÇANHA, 1998, p. 6) com a implantação de políticas que objetivavam o desenvolvimento do Brasil. Isso se dava em função da política externa do regime civil-militar que buscava elevar a posição do Brasil no cenário internacional por meio da industrialização. O Piauí tentou seguir este ritmo proposto pelo regime militar.

Um fato importante a se observar é que todo esse período foi marcado, também pela proliferação de médias e pequenas cidades em todo o território brasileiro. A realidade das cidades do estado do Piauí e, especialmente, a produção do espaço urbano de Teresina consolidam-se nessas décadas. Em 1970, o Piauí possuía uma taxa de urbanização de 31,93%, ultrapassando, em 1980, para 41,98%, e passando em 1991, a atingir taxas de 52,95%.” (FAÇANHA, 1998, p. 7).

Seguindo o processo de crescimento e desenvolvimento do Piauí¹⁴, embora tenha ocorrido de forma incipiente, a Escola Técnica Federal do Piauí também ampliou o número de cursos e matrículas e passou a qualificar mais mão de obra para o estado. Na Tabela 08 encontram-se os cursos criados na ETFPI no período de 1967 a 1976.

¹⁴ Os anos 70 do século XX foi marcante para o desenvolvimento do Piauí, pois “Os investimentos de infraestrutura foram volumosos. As estradas foram melhoradas e asfaltadas, ficando a capital interligada com todo o interior e com o restante do país, através de uma boa malha rodoviária. A eletrificação urbana e rural desenvolveu-se rapidamente, chegando o Piauí ao final da década de 70 com todos os seus municípios alcançados por este benefício [...] Esse período de consideráveis investimentos federais deu grande impulso à economia do Piauí, cujo Produto Interno cresceu a uma taxa média de 11,07%. A indústria da construção civil prosperou bastante, surgindo grandes empresas construtoras, dentre elas a Construtora Lourival Parente, Construtora Poti, Construtora Piauí e Construtora Jole [...] Vários empreendimentos industriais se implantaram nesse período nos mais diversos setores. No setor de bebidas, a fábrica da Coca-cola. No setor

Tabela 08- Ano de criação/oferta de cursos técnicos da ETFPI de 1967 a 1976

Ano de criação/oferta de cursos	Cursos técnicos
1967	Curso Colegial Técnico com habilitação em: Agrimensura, Edificações e Eletromecânica.
1969	Curso de Estradas.
1970	Curso de Eletrotécnica.
1971	Cursos de Administração, Contabilidade e Secretariado.
1975	Cursos de Eletrônica, Mecânica e Saneamento.
1976	Curso de Estatística

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Rodrigues et al (2002).

Para Façanha (1998), o período das décadas de 1970 a 1990 foi marcado pelo processo de crescimento econômico no Piauí com a expansão de indústrias e de serviços, sendo que as atividades da área da comunicação, de abastecimento de água, de indústria de transformação, de bens imóveis e de energia elétrica foram indispensáveis para este processo. Observamos na Tabela 08 que os cursos criados pela Escola Técnica Federal do Piauí no período de 1967 a 1976 são cursos ligados a esse momento de desenvolvimento econômico do estado.

A formação dos primeiros técnicos de nível médio formados no Piauí veio ao encontro do grande número de aspiração do Estado para o seu desenvolvimento com a chegada de energia elétrica gerada pela Usina Hidroelétrica de Boa Esperança. Essa foi, sem dúvida, a grande contribuição da Escola para a eletrificação do Estado, tanto nas cidades como na zona rural, através do fornecimento de técnico para a COHEBE, CHESF, CEPISA, Prefeituras Municipais e empresas privadas que tinham a ver com a missão de levar a energia elétrica até então ausente, a quase todos os municípios do Piauí. Não somente na eletrificação, mas em tantos outros serviços, os técnicos formados pela Escola colaboraram a cada instante no desenvolvimento deste Estado. (RODRIGUES et al, 2002, p. 83).

Como verificamos na citação de Rodrigues, a Escola Técnica Federal do Piauí contribuiu para o crescimento do estado com a formação de mão de obra qualificada para o exercício de atividades na sociedade piauiense em diversas áreas, empresas e órgãos no

alimentício, a fábrica da Mapil, produzindo massas e biscoitos [...] O Grupo Claudino implanta a Guadalajara, em 1973 [...]” (SANTANA, 1995, p. 148-149).

Piauí, como a COHEBE, CHESF e CEPISA¹⁵. Compreendemos assim que a escola técnica estava produzindo e reproduzindo a força de trabalho para o processo produtivo, garantindo conforme Peterossi (1994) a consolidação de uma sociedade de classes que formava mão de obra para uma indústria que estava se consolidando e necessitando de pessoal capacitado para execução de tarefas especializadas. Veja a Figura 04.

¹⁵ Para Felipe Mendes (2003, p. 234), em 1973 a CEPISA “incorporou o acervo da CERNE no Piauí, que havia implantado redes de distribuição em quinze cidades piauienses, e da Companhia de Força e Luz de Parnaíba, empresa criada pela Prefeitura Municipal.”

Figura 04 – Ensino Profissional

Ensino Profissional

O Ministério da Educação e Cultura ultima os planos destinados a melhorar o ensino de engenharia elétrica, em nível de graduação e pós-graduação. As providências decorrem da necessidade de mão-de-obra qualificada para expansão do setor de energia elétrica do país.

A ELETROBRÁS participa da elaboração dos planos. A colaboração inclui-se entre as medidas que a empresa vem adotando no sentido de suprir de profissionais especializados os diversos setores de energia elétrica.

A cooperação da ELETROBRÁS com o sistema brasileiro de ensino abrangeu, em 1974, a assinatura de convênios no valor de 1 milhão e 700 mil cruzeiros, destacando-se os firmados com a Escola Federal de Engenharia de Itajubá, Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas.

Esses convênios dizem respeito ao aperfeiçoamento de engenheiros, em nível de pós-graduação e mestrado à formação e ao treinamento de administradores e dirigentes de empresas do setor.

Os programas mantidos pela ELETROBRÁS proporcionaram, em 1974, treinamento a 49 executivos e técnicos de nível superior. Permitiram a contratação de professores estrangeiros e o treinamento de professores brasileiros no exterior, bem assim a realização de cursos de âmbito nacional, que atenderam a 318 técnicos e executivos de 138 empresas e entidades do setor de energia.

Além de empregar mão-de-obra especializada, a ELETROBRÁS estimula escolas para que implantem cursos regulares e mantenham centros de treinamento, sob a administração das próprias empresas no setor de energia elétrica, destinados à formação de técnicos de nível médio e de operários qualificados. De 1969 até os dias de hoje já foram treinados quase 20 mil empregados.

Assim, a ELETROBRÁS vem contribuindo, sem prejuízo de suas atividades principais, para o atendimento das empresas de energia elétrica e participando, ao mesmo tempo, do processo dinâmico de ajustamento do ensino brasileiro, em todos os seus níveis, às reais necessidades de mão-de-obra especializada.

Fonte: ENSINO...Jornal do Piauí (1975, p. 3).

A notícia do Jornal do Piauí apresentada na Figura 04 informava que a Eletrobrás colaborava para atender empresas de energia elétrica e também com o ensino, pois realizava cooperações em outros estados visando a aperfeiçoar engenheiros em nível de pós-graduação, bem como treinar administradores e dirigentes de empresas do setor a partir de convênios realizados com a Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG), com a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e com a Escola

Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. A empresa que empregava mão de obra especializada estimulava implantação de cursos destinados à formação de técnicos de nível médio e de operários qualificados.

Dessa forma, a notícia do Jornal (Figura 04) mostra a relação da Eletrobrás com a sociedade brasileira, relação esta que se baseava não apenas em empregar técnicos formados pelas escolas profissionalizantes devido à necessidade de mão de obra especializada, mas de estabelecer convênios com instituições para capacitação de seus funcionários, como orientava a Lei n.º 5.692/1971 no Art. 6º: “As habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as empresas.” (BRASIL, 1971).

Em meio ao processo de crescimento econômico do Piauí, com a expansão de serviços como os de abastecimento de água e energia e asfaltamento, a Escola Técnica Federal do Piauí continuou ofertando cursos para qualificar mão de obra especializada para a sociedade piauiense que carecia da prestação de serviços de profissionais qualificados. Uma nota no Jornal O Dia (Figura 05) traz a relação de profissionais que realizaram cursos de Eletricista Soldador, Soldador Elétrico e Soldador de Oxi-Acetilénico na ETFPI por meio de um convênio da referida escola com a Campanha de Especialização de Mão de Obra. Tal campanha era dirigida no estado do Piauí pelo professor José Luís de Castro Aguiar.

Figura 05 – Escola Técnica Federal forma novos eletricitas

Escola Técnica Federal forma novos eletricitas

São os seguintes os novos eletricitas formados pela Escola Técnica Federal do Piauí, em convênio com a Campanha de Especialização de Mão de Obra, dirigida em nosso Estado pelo Prof. José Luiz de Castro Aguiar, coordenador regional:

CURSO DE ELETRICISTA INSTALADOR — Luís dos Santos, Avelino Soares, Nivaldo, Geraldo Rodrigues, Afonso de Sousa, Vieira da Costa, Gutemberg, Itamar Pereira, Aguiar Nery, José Ribamar, Ribamar dos Santos, José Bonifácio, João Henrique, José Martins, Machado Igreja, José Gomes, José Wilson, João Agrícola, Luiz Gomes, Liberalino Meneses, Manuel Francisco, Miguel Duarte, Nemésio Ceres, Plácido Machado e Valdeimar Rosa; o prof. Luiz Gonzaga Fernandes é o instrutor desse Curso.

CURSO DE SOLDADOR OXI-ACETILÊNICO

O instrutor desse Curso foi o prof. Amado Sanchez Perez e os alunos são os seguintes: Antônio Araújo, João Alves, Pedro Lima, Manoel Araújo, Francisco das Chagas, João Batista, Francisco Silva, Osmar de Sousa, Saturnino José, Francisco Magalhães, Aluizio Almeida, Adelino Almeida e Antônio Ribeiro.

CURSO DE SOLDADOR ELÉTRICO

Tendo como instrutor o prof. Edmilson Barros Mousa, esse Curso tem os seguintes alunos: Abdias de Assis, Domingos Gonçalves, Francisco Henrique, Francisco das Chagas, Francisco José, José Antônio, José Delfino, José Lopes, Pedro Cardoso, Luiz Monteiro, Manoel Nascimento, Francisco Monteiro e José.

Ag ato de entrega dos certificados estiveram presentes, além do diretor Roberto Freitas e do coordenador Castro Aguiar, o Dr. Zenon Rocha, diretor da Faculdade de Medicina, e jornalistas.

Fonte: ESCOLA...Jornal O Dia (1969).

A formação de técnicos especializados (Figura 5) era uma característica da ETFPI, que possuía infraestrutura, equipamentos, professores com formação técnica e a tradição de formar técnicos no estado, sendo comum que a Escola realizasse convênios com empresas e governos estadual e municipal para a formação de novos técnicos ou para o fornecimento de mão de obra de estagiários.

Cabe destacar que até 1970 a ETFPI ofertava apenas cursos da área da Indústria, e somente em 1971, como se verifica na Tabela 08, passou a ofertar cursos do setor terciário, da área de comércio e serviços, que foram os cursos de Administração, Contabilidade e Secretariado. Assim, os cursos dessa área visavam a atender nesse momento “[...] uma carência muito grande do Estado no seu setor econômico mais desenvolvido, uma vez que a

indústria pouco desenvolvida na capital e no restante do Piauí, perdia como ainda hoje, para o Setor do Comércio e Serviços.” (RODRIGUES et al, 2002, p. 82).

Sobre as transformações que ocorreram no setor de comércio no Piauí que impulsionaram, inclusive, a oferta desses cursos, até então não ofertados na ETFPI na área de comércio e serviços, Tajra e Tajra Filho (1995) destacam que houve a implantação de supermercados no Piauí na década de 50 do século XX, como os Supermercados Glória e o Supermercado Compre Bem; nos anos de 1970 foram construídas sedes de concessionárias no Piauí; em março de 1970 foi fundado o Clube de Diretores Lojistas de Teresina; em 1973 foi inaugurada a TV Rádio Clube, primeira emissora de TV do estado do Piauí; em 1974 foi inaugurada as Lojas Brasileiras – Lobrás; ainda em 1974 foi criada a Secretaria de Indústria e Comércio do Piauí; em 1975 inaugura-se as Lojas Jet; em 1978 é inaugurado, pelo Grupo Pintos, um grande magazine, e ainda na década de 1970 surgem em Teresina as primeiras boutiques.

Nos anos de 1970 e 1980 houve um crescimento do ramo de comércio e serviços do estado, com a chegada de empresas novas que careciam de mão de obra qualificada. A necessidade de habilitar pessoas para o trabalho nessa área se fez necessária, sendo os cursos do ramo de Comércio da ETFPI importantes na qualificação da mão de obra desse setor que emergia nas décadas de 70 e 80 do século XX. Pois dessa forma, a escola de acordo com Peterossi (1994) assumia a função profissionalizante de preparar e também qualificar mão de obra de acordo com a necessidade econômica do período.

Observamos a importância dos cursos na área de Comércio quando verificamos em nota do Jornal do Piauí (Figura 06) a concessão de bolsas de estudo a alunos regularmente matriculados em cursos técnicos de segundo grau em Administração e em Contabilidade.

Figura 06 - Bolsas de estudo para treinamento

Bolsas de estudo para treinamento

O Banco do Estado do Piauí vem de instituir programa de concessão de bolsas de estudo a alunos regularmente matriculados em Cursos Técnicos de Segundo Grau, no âmbito de Administração e Contabilidade, com duração de um a três anos.

Para tanto, o BEP acaba de firmar convênio com a Escola Técnica Federal do Piauí, estabelecendo as condições de estágio, que serão fixadas em contratos-padrão de Bolsa de Treinamento em Serviço, cabendo àquela Escola o encaminhamento dos candidatos a serem submetidos a processo seletivo pelo Banco, que não assume qualquer compromisso de aproveitar os bolsistas nos seus quadros funcionais antes ou depois de terminado o estágio.

Anualmente, na medida das conveniências do Banco e de sua capacidade para receber os estagiários, serão indicados os cursos, o número de bolsas e os setores onde funcionarão, sempre em regime de 6 horas diárias, sujeitando-se os bolsistas ao regime técnico, administrativo e disciplinar estabelecido pelo BEP.

O valor mensal da bolsa será de 100 a 120% do salário mínimo vigente no Piauí, e o bolsista que desistir durante o estágio não poderá, em hipótese alguma, a ele retornar.

Esse programa de treinamento, ora oferecido pelo Banco do Estado do Piauí, tem largo alcance pois destina-se à preparação de pessoal para execução de serviços de natureza técnica, contribuindo

de maneira considerável, para a formação de técnicos de nível médio, que estarão, assim, qualificados a prestar significativa colaboração à comunidade empresarial piauiense.

Fonte: BOLSAS...Jornal do Piauí (1974, p. 7).

O Jornal do Piauí (Figura 06) relata que as bolsas de estudo para treinamento dos alunos dos cursos técnicos foi fruto de um convênio entre o Banco do Estado do Piauí (BEP) e a Escola Técnica Federal do Piauí. Neste convênio, a ETFPI encaminhava os alunos dos cursos técnicos em Administração e em Contabilidade para processo seletivo pelo banco que recebia os alunos da Escola como estagiários. Os objetivos do convênio eram a preparação de pessoal para execução de serviços de natureza técnica e contribuição para a formação de técnicos de nível médio qualificados para prestar serviço à comunidade empresarial piauiense.

Como a Lei n.º 5.692/1971 afirmava que as habilitações profissionais poderiam ser realizadas em regime de cooperação com as empresas, a ETFPI criou, em 1972, a Coordenação do Serviço de Integração Escola-Empresa (SIE-E), que era responsável por fazer parcerias com as empresas locais para concessão de bolsas de estágio, bem como fazer o acompanhamento e avaliação dos estágios. Tais convênios permitiam o acesso dos alunos da Escola Técnica ao mercado de trabalho, inclusive inserindo os alunos nas empresas como funcionários após a finalização dos estágios.

Apesar do discurso em torno do desenvolvimento da indústria no Piauí, os documentos da ETFPI (1989), mostravam que a existência de poucas indústrias no Piauí fez com que 50% dos candidatos optassem por cursos na área terciária da Escola Técnica Federal do Piauí por se tratar de um setor de prestação de serviços, o que possibilitava uma absorção mais rápida no mercado de trabalho.

Em relação a opção pelos cursos profissionalizantes quando tomamos por referência os censos de 1960 e 1970, “a maioria das escolhas femininas e masculinas em todo o Estado incide sobre as modalidades de curso secundário, comercial e normal, sendo o segundo ciclo secundário (clássico e científico) predominantemente masculino, o normal, feminino, enquanto o comercial, misto”. (CARDOSO, 2012, p. 78). Sobre essa preferência das mulheres pelo ensino normal vejamos a Figura 7.

Figura 07 – Professoras não encontram trabalho



Fonte: PROFESSORAS...Jornal O Dia (1973, p. 3).

A nota do Jornal O Dia (Figura 07) aborda o fato de o mercado de trabalho para as normalistas formadas em 1972 estar saturado por não haver mais vagas nas escolas. O Secretário de Educação, Wall Ferraz, aconselhava as normalistas a diversificarem a formação, a optarem por outros cursos profissionalizantes ofertados pela ETFPI, já que as mulheres, em sua maioria, optavam pelo curso normal, e a ETFPI tinha uma variedade de cursos. Isso nos mostra que nesse período ocorreu à saturação de mercado de trabalho ou de um tipo de mão-de-obra e ainda o incentivo para o ingresso em cursos técnicos que era a necessidade daquele momento no estado.

Os dados da SEDUC (1972) confirmam a fala de Cardoso (2012) ao apresentar na lista de matrícula de Ensino Médio dos anos de 1961 a 1970 um número crescente de matrículas de mulheres tanto no ginásial quanto no colegial, na rede estadual, municipal e privada. No entanto, não constava matrícula de mulheres nas escolas da rede federal nos anos de 1961 a 1970.

Dessa forma, Para Rego (2009) à procura, por mulheres, para estudar na ETFPI, começou em 1970 quando Maria Dirce de Oliveira solicitou matrícula na escola, se matriculando no curso de Eletrotécnica após perder o esposo vítima de “choque elétrico na oficina de enrolamento de motores elétricos de sua propriedade. Deixou para a esposa a oficina e os filhos menores como única herança.” (REGO, 2009, p. 81).

Com a oferta de cursos na área do setor terciário a partir de 1971, a Escola Técnica Federal do Piauí passou a receber matrícula das primeiras mulheres nos seus cursos Técnicos, como Administração, Secretariado, Contabilidade. “Em 1972, a presença do sexo feminino estendeu aos Cursos de Edificações e Estradas.” (RODRIGUES et al, 2002, p. 82).

Conforme Silva e Veloso Filho (2010) a partir de 1971 houve “o registro da presença efetiva de mulheres como alunas” na Escola Técnica Federal do Pará no mesmo ano que ocorreu o ingresso de mulheres na ETFPI. Para os autores “a substituição das oficinas e criação dos cursos indicados, além de todo o processo de emancipação da mulher pelo mundo e em Belém, criou-se demanda para o público feminino.” (p. 95).

A Figura 08 chama a atenção por apresentar uma atividade da ETFPI no ano de 1976 e nela ter a presença de uma única aluna em um espaço com discentes em sua maioria do sexo masculino.

Figura 08 - Discentes da Escola Técnica Federal do Piauí: 1976



Fonte: IFPiauí Comunicação (2018).

A Figura 09 apresenta alunos e alunas da Escola Técnica Federal do Piauí no ano de 1985. Observamos, pela imagem, a quantidade expressiva de alunas na escola, após 14 (catorze) anos de ingresso da primeira mulher na instituição.

Figura 09 – Discentes da Escola Técnica Federal do Piauí: 1985



Fonte: IFPiauí Comunicação (2018).

Após a Escola Técnica Federal do Piauí passar a ser uma alternativa de escolha para mulheres em busca de uma formação profissional, a cada ano aumentava o número de matrículas de mulheres. A Tabela 09 apresenta a evolução no número de matrículas, por curso e sexo, da Escola Técnica Federal do Piauí, bem como o crescimento geral do número de matrículas da Escola.

Tabela 09 – Alunos (as) matriculados (as) por curso e sexo na ETFPI

CURSOS	1987		1988		1989		1990	
	MAS.	FEM.	MAS.	FEM.	MAS.	FEM.	MAS.	FEM.
Administração	131	288	113	291	100	271	102	291
Contabilidade	256	345	249	325	223	347	222	316
Estatística	33	80	30	77	24	77	21	97
Eletrônica	320	53	361	50	338	41	351	56
Estradas	173	54	151	66	152	39	150	56
Eletrotécnica	429	38	409	22	386	42	392	48
Edificações	259	162	311	167	330	186	328	211
Mecânica	220	16	279	09	297	08	307	19
Saneamento	27	122	44	153	43	167	48	197
Segurança do trabalho	-	-	-	-	-	-	51	74
Total de alunos por sexo	1.408	1.158	1.947	1.160	1.893	1.178	1.972	1.365
Total geral de alunos por ano	2.566		3.107		3.071		3.337	

Fonte: ETFPI (1990).

Um ponto a ser observado na Tabela 09 é o crescimento no número de matrículas do sexo feminino nos anos de 1987 a 1990, como no curso Técnico de Administração, que teve nos 04 (quatro) anos, o dobro de matrículas de mulheres em relação aos homens. Dessa forma, fica explícito na Tabela 09 os cursos que têm maior procura feminina, a saber: Administração, Contabilidade, Estatística e Saneamento. O ingresso, em números significativos, de mulheres em um espaço que antes era quase que de exclusividade masculina, mostra a emergência das mulheres na participação social e econômica do estado, transformando, inclusive, as relações de gênero.

2.2 Os impactos da Lei n.º 5.692/1971 no ensino profissionalizante do Piauí

A partir da ditadura civil-militar instalada em 1964, o país era governado pelos militares que substituíram “a equivalência entre os ramos secundário e propedêutico pela

habilitação profissional compulsória, quando da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases n.º 5.692/1971, em 11 de agosto de 1971.” (SANTOS, 2007, p. 219).

Essa lei é considerada por alguns estudiosos como uma reforma que veio modificar, com emendas e artigos, a primeira LDBEN de 1961, no que tange ao ensino de 1º e 2º graus. Para Valério (2012), a reforma educacional proveniente da Lei n.º 5.692/1971 foi uma ferramenta pensada pelos militares para formar mão de obra barata e necessária para a indústria, que requisitava “mão de obra qualificada, mas não a tinha e não estava disposta a financiar a formação necessária.” (p. 63).

Cunha (2000) chama atenção para o texto da Lei n.º 5.692/1971 em que o termo “qualificação para o trabalho” vem antes da expressão “exercício consciente da cidadania”, nos mostrando o que de fato era importante para o governo militar, a compulsoriedade do ensino profissionalizante. Veja os artigos 1º e 27 da Lei n.º 5.692/1971.

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

[...]

§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

- a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;
- b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§ 2º A parte de formação especial de currículo:

- a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;
- b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

[...]

Art. 27. Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a esse nível ou ao de 2º grau, cursos intensivos de qualificação profissional.

Parágrafo único. Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos quando incluírem disciplinas, áreas de estudo e atividades que os tornem equivalentes ao ensino regular conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas. (BRASIL, 1971).

A Lei n.º 5.692/1971 “[...] estabeleceu a profissionalização universal e compulsória no 2º grau sobrepondo à prestigiosa e arraigada concepção de educação

secundária, uma nova compreensão no tocante à qualificação para o trabalho.” (SOUZA, 2008, p. 267). Desse modo, ao final do 2º grau, os alunos receberiam o certificado de habilitação profissional, estando aptos para atuar no mercado de trabalho. Essa realidade modificou a estrutura curricular das escolas técnicas, tendo em vista a oferta exclusiva de matérias de formação específica para seus respectivos cursos técnicos.

O Brasil passava, assim, a qualificar maior número de mão de obra para o mercado de trabalho mediante cursos profissionalizantes em todo o território nacional. Sendo que para o ensino de 1º grau “[...] além da formação geral, passa a proporcionar a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho. E o de 2º grau passa a constituir-se, indiscriminadamente, de um nível de ensino cujo objetivo primordial é a habilitação profissional.” (ROMANELLI, 2006, p. 48).

A Figura 10 apresenta notícia do Jornal do Piauí, que traz os impactos da Lei n.º 5.692/1971 para o ensino profissionalizante no Piauí, bem como os convênios que o governo esperava assinar após aprovação dos Projetos ou Planos de Aplicação.

Figura 10 - Educação prepara para o desenvolvimento

Educação prepara para o desenvolvimento

GOVERNO DIRCEU ARCOVERDE
LOBOTIPO PADRÃO

A ORIGEM O ESTUDO A COMPOSIÇÃO

INDICACIONES:
DO HOMEM LÍDER, PELLOS
MÉTODOS PRÁTICOS E PELLOS
MÉTODOS CRISTÓFOS NA
SUA MÉDIA

HOMENS

Homens, unidos e organizados, na luta pelo desenvolvimento.

**APROVADOS OS RESPEC-
TIVOS PROJETOS OU PLANOS
DE APLICAÇÃO, ESPERA O GO-
VERNO ASSINAR NOS PRÓXI-
MOS DIAS ALGUNS DOS SEGUIN-
TES CONVÊNIOS:**

Com o DED/MEC, no
valor de Cr\$ 1.300.000,00 para cons-
trução de Centros de
Educação Física e
Desportos em cidades
de menos de 30.000
habitantes;
Com o CENESP/MEC
para concessão de bol-
sas de estudo a excep-
cionais e capacitação
de recursos huma-
nos na área de educa-
ção especial;
Com o DAE/MEC pa-
ra concessão de bolsa
de estudo a alunos
de 1º grau do ensino
regular, no valor de
Cr\$ 100.000,00.

**REESTRUTURAÇÃO ADMI-
NISTRATIVA DA SECRE-
TARIA DA EDUCAÇÃO.**
Pelo Decreto nº 2.067,
de 14 de julho, pretérito
foi baixada a nova estru-
tura básica da Secretaria
da Educação com o que se
espera dar mais funciona-
lidade àquele importante
órgão da Administração.

FORMA DE ENSINO
A expansão da reforma,
em 1975, no interior do
Estado, caminha para a
implantação de complexos
regionais em número de
sete, três dos quais serão
instalados, respectivamen-
te, nos municípios de Pio
IX, Corrente e Urucui. Os
outros quatro resultarão
da ampliação dos já insta-
lados — complexos de:
Parnaíba I, Piripiri, Valen-
ça e Bom Jesus. Será a
seguinte a área de atua-
ção desses complexos re-
gionais:

1. PIO IX:
— Fronteiras

2. CORRENTE:
— Cristalândia
— Gilbués
— Parnaíba
— Monte Alegre

3. URUCUI:
— Antonio Almeida
— Landri Sales
— Marcos Parente
— Ribeiro Gonçal-
ves

4. PARNAÍBA:
— Luis Correia
— Buriti dos Lopes

5. PIRIPIRI:
— Capitão de Cam-
pos

6. VALENÇA:
— Flesbão Veloso

7. BOM JESUS:
— Cristino Castro
— Santa Luz
— Palmeira do Pi-
aui

Com a instalação dos
complexos regionais, a re-
forma estenderá sua área
de atuação a 38 municí-
pios piauienses.

ENSINO DE 2º GRAU
A reforma no 2º Grau,
que teve início em 1973,
com a implantação do
Centro Interescolar do 2º
Grau de Teresina, congre-
gando seis Estabelecimen-
tos da Rede Estadual, uma
da Rede Federal (a Esco-
la Técnica Federal do Pi-
aui) e uma da Rede Parti-
cular (a Escola de Enfer-
magem Maria Antoniet bailho de pessoal com ha-
Blanchet) funcionando em bilitação em Técnica do
regime de intercomplemen Nível Médio, das seguintes
tarifas, já no final do áreas:
ano apresentará os primei-
ros resultados com a cole-
cular (a Escola de Enfer-
magem Maria Antoniet bailho de pessoal com ha-
Blanchet) funcionando em bilitação em Técnica do
regime de intercomplemen Nível Médio, das seguintes
tarifas, já no final do áreas:
ano apresentará os primei-

**HABILITAÇÃO PARA MA-
GISTÉRIO DE 1º GRAU**

Enfermagem	691
Secretariado	78
Contabilidade	138
Administração	93
Edificações	70
Eletrônica	50
Mecânica	25
	20

Vitoriosa a reforma na
Capital, estamos partindo
agora para sua implantação
no interior. Assim é que
no início do presente ano
fidelidade que um estudan-
instalamos o 1º ano de
reforma em Parnaíba e nos
próximos 3 anos estare-
mos implantando-a em
Florianópolis e Picos.

A profissionalização do
estudante está enfrentando
dificuldades foram superadas. O Estu-
dante sai qualificado para
enfrentar a vida e para
vencer.

Assim, a Secretaria de
Educação, pelo trabalho
que vem desenvolvendo,
pelo que planeja para o fu-
turo será suporte de pri-
meira grandeza para a admi-
nistração do professor Dir-
ceu Mendes Arcoverde.
Sua meta principal — va-
cacionado este objetivo pri-
orização do homem está
sendo executada religios-
amente, como se pode ver
através da gama de servi-
ços que oferece à comuni-
dade.

No Piauí a grande meta
é esta e o que é mais im-
portante, está sendo al-
cançada este objetivo pri-
orização do homem está
sendo executada religios-
amente, como se pode ver
através da gama de servi-
ços que oferece à comuni-
dade.

Fonte: EDUCAÇÃO...Jornal O Dia (1975, p. 7).

Ressaltamos na Figura 10, o slogan da campanha, “Homens unidos e organizados na luta pelo desenvolvimento” destacando a ideia de que a profissionalização garantiria a vida do trabalhador, pois proporcionava o emprego e consequentemente a renda, colocando a ideia do desenvolvimento como o pano de fundo para a profissionalização, pois através deste haveria mais empregos e ainda apresenta a ideia de que a união dos homens era importante para o crescimento econômico do país, a frase aliada ao patriotismo inculcado à época da ditadura civil-militar visa alcançar homens dispostos a lutar pelo crescimento econômico do país, uma vez que a ideologia do desenvolvimento também se fazia presente no Piauí.

A nota do Jornal O Dia (Figura 10) aborda também que a expansão da reforma em 1975, no interior do estado, caminhava para a implantação de complexos regionais em número de 07 (sete), sendo que 03 (três) destes seriam instalados nos municípios de Pio IX, Corrente e Uruçuí, respectivamente. Os demais 04 (quatro) resultariam da ampliação dos complexos já instalados em Parnaíba, Piripiri, Valença e Bom Jesus.

A matéria (Figura 10) destaca, ainda, que a reforma no 2º grau teve início em 1973 com a implantação do Centro Interescolar do 2º Grau de Teresina que congregava 06 (seis) estabelecimentos da Rede Estadual, 01 (um) da Rede Federal, a Escola Técnica Federal do Piauí e 01 (um) da Rede Particular de Ensino, a Escola de Enfermagem Maria Antoinette Blanchot, que estava funcionando no regime de intercomplementaridade. O governo do estado estava implantando também mais escolas no interior e acreditava estar alcançando o objetivo de preparar o homem para colaborar no desenvolvimento do Piauí, concomitantemente à sua própria realização pessoal, propósito do governo militar.

Os centros interestaduais foi uma das idéias sugeridas para a implantação da reforma do ensino médio, mais precisamente para possibilitar, a profissionalização através das denominadas ‘habilitações básicas’. O grande problema para a implementação compulsória da profissionalização no ensino médio, conforme determinava a lei, era o seu custo, uma vez que a instalação de oficinas, laboratórios e escritórios era muito cara e não havia recursos suficientes disponíveis. (NASCIMENTO, 2007, p. 256).

Assim, uma das soluções para implementar a profissionalização compulsória foi utilizar as escolas industriais como centros interestaduais, recebendo alunos de outras

escolas de ensino médio para cursar apenas a parte profissionalizante já que esta possuía toda infraestrutura de material e recursos humanos.

A ETFPI enquanto centro interescolar foi redimensionada, oferecendo o ensino profissionalizante a estudantes de outras escolas públicas e privadas, atendendo uma nova demanda de alunos que não seria seu público se não fosse o regime de intercomplementaridade.

Dentro da sistemática dos centros interescolares, a ETFPI passou a atuar como Centro de Estudos Tecnológicos com a finalidade de proporcionar aos discentes que estavam matriculados regularmente no 2º grau no Piauí o ensino profissionalizante visando obter habilitação profissional através da intercomplementaridade. Para isso, a ETFPI funcionava como unidade administrativa, sendo que os estabelecimentos de ensino conveniados se responsabilizavam pelo ensino das disciplinas da cultura geral, bem como as de formação especial não profissionalizante e o Centro de Estudos Tecnológicos ministravam as disciplinas da área profissionalizante. A carga horária de cada currículo obedecia às determinações legais conforme a natureza das habilitações oferecidas e as necessidades regionais e locais. (PIAÚÍ, 1972).

A ETFPI estimava receber no período de 04 (quatro) anos 6.000 (seis mil) alunos como vemos na tabela 10.

Tabela 10 - Capacidade de atendimento do Centro Tecnológico

Especificação	Períodos			
	1972	1973	1974	1975
Matrículas	215	1.800	2.200	2.000
Totais	215	2.015	4.000	6.000

Fonte: Piauí (1972, p. 3).

Desse modo, em 1972 a ETFPI já oferecia ensino profissionalizante a 215 (duzentos e quinze) alunos, com a conclusão destes a escola se preparava para receber mais alunos, sendo que em 1975 a previsão era de atender 6.000 (seis mil) discentes em decorrência da conclusão de curso de alunos já matriculados e disponibilidade de 25 (vinte e cinco) salas de aulas que funcionariam para atender 40 (quarenta) alunos por turma. (PIAÚÍ, 1972).

Para Brito (1996), a Lei n.º 5.692/1971 privilegiava o ensino profissionalizante sobre o formativo e o propedêutico, em relação aos cursos superiores, implicando um novo

direcionamento dos sistemas federal e estadual de ensino. O Piauí foi um dos primeiros estados a adotá-la¹⁶. O Rio Grande do Sul antecedeu o Piauí na adoção da Lei. Também pelo fato de o Piauí desejar promover o seu desenvolvimento econômico e social, o estado recebeu com otimismo a Lei n.º 5.692/1971, que segundo a visão do governo oportunizaria o aproveitamento dos recursos humanos do estado e, conseqüentemente, dos seus recursos naturais.

Ainda nesta fase de tramitação do Projeto, técnicos da Secretaria de Educação são treinados no Ministério da Educação a fim de coordenarem, oportunamente no Estado a implantação da reforma do ensino de acordo com os postulados da nova Lei. Tais providências asseguraram ao Estado condições de, tão logo foi publicada a Lei 5.692/71, no dia 11 de agosto de 1971, iniciar em larga escala o treinamento de todo o pessoal docente, técnico e administrativo a ser envolvido na 1ª etapa da implantação da Lei. (BRITO, 1996, p. 165).

Ainda sobre a reforma do ensino na área do 2º grau, o Jornal O Dia (Figura 11)¹⁷ abordava que a implantação da Reforma de Ensino no 2º grau, prevista na Lei n.º 5.692/1971 iniciou no estado do Piauí em 1973, sendo que em 1972 a Secretaria de Educação (SEDUC) percorria os primeiros caminhos numa experiência da intercomplementaridade entre o ensino médio antigo (científico) e o ensino profissionalizante. Na fase experimental, 420 (quatrocentos e vinte) alunos do 2º Grau do Colégio Estadual Zacarias de Góis e da Unidade Escolar São Francisco de Assis frequentavam 07 (sete) cursos de auxiliar técnico na Escola Técnica Federal do Piauí em convênio com a SEDUC.

¹⁶ “Uma primeira motivação prática para essa atitude do Estado decorre da influência exercida pelo Secretário de Educação do Rio Grande Sul sobre o Secretário de Educação do Piauí, Prof. Raimundo Wall Ferraz. O conhecimento entre os dois ocorreu antes de ambos assumirem as respectivas Secretarias quando, como Secretário Geral do Ministério da Educação, coordenando os debates que então se travavam sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Mauro Rodrigues conheceu Wall Ferraz e se impressionou com sua capacidade de discernir os problemas e seu entusiasmo pelas mudanças que o projeto apresentava. Ao ser solicitado pelo Governador eleito Alberto Tavares e Silva para indicação de um técnico que pudesse assumir a Secretaria de Educação em seu Governo, Mauro Rodrigues indicou o piauiense Wall Ferraz como a pessoa capaz de exercer aquelas funções. Essa indicação mudou os rumos da educação no Piauí e mudou, segundo cremos, o destino do próprio Wall, levando-o a extrapolar do campo técnico para o campo político, para o qual já demonstrava inclinação”. (BRITO, 1996, p. 160-161).

¹⁷ A página do jornal pesquisado encontrava-se rasgada no momento da pesquisa no Arquivo Público, impossibilitando a leitura de um trecho da notícia.

Figura 11 – A reforma do ensino na área do 2º grau

Secretaria da Educação

Página 6

ODA Teresina, 19 de fevereiro de 1975

A REFORMA DO ENSINO NA ÁREA DO 2º GRAU

OS PRIMEIROS PASSOS DA IMPLANTAÇÃO DA REFORMA

A implantação da Reforma de Ensino no 2º Grau, prevista na Lei 5.692, teve início no Piauí em 1973. Já em 72 a Secretaria da Educação dava os primeiros passos numa experiência da intercomplementaridade entre o ensino médio antigo (científico) e o ensino profissionalizante: 420 alunos dos 2 maiores educandários do 2º Grau de Teresina, Colégio Estadual "Zacarias de Odás" e Unidade Escolar São Francisco de Assis, frequentaram sete cursos de auxiliar técnico na Escola Técnica Federal do Piauí, em convênio com a Secretaria da Educação. Esta experiência foi válida principalmente em dois pontos:

a) testou a capacidade da Escola Técnica Federal no tocante a qualidade do ensino profissionalizante ali ministrado, possibilitando um entrosamento entre aquela instituição e a SE, com vistas a elaboração de metas comuns para o ensino de 2º Grau;

b) quebrou um tabu social que separava o ensino técnico dos alunos de classe média de Teresina. Normalmente o aluno estudante tinha preconceito para com a Escola Técnica. Esta só era procurada pelas camadas mais necessitadas da nossa população estudantil. Era reservada àqueles que não aspiravam, por força da situação financeira, a um Curso Superior.

Estes primeiros passos possibilitaram uma avaliação segura do que tínhamos, do que poderíamos contar e do que deveríamos fazer para implantar a reforma — o ensino profissionalizante — que, à medida que satisfizesse a aspiração do nosso aluno (sem dúvida nenhuma a Universidade), oferecesse, ao mesmo tempo, no final do curso, um diploma de técnico de nível médio, que o capacitasse ao desempenho de uma profissão, independentemente de sua sorte na guerra tenaz e angustiante, muitas vezes inglória, que enfrenta por um lugar na Universidade.

Em 1973 criou-se o Centro Interescolar do 2º Grau de Teresina, constituído das seis unidades que ministravam ensino médio na rede oficial: Colégio Estadual "Zacarias de Odás", Unidade Escolar São Francisco de Assis, Colégio Estadual Lourival Parente, Colégio Estadual Helton, Colégio Estadual Alvaro Ferreira, e Colégio Estadual Antonino Freire. Estes, com exceção do último que é destinado aos alunos de especialistas em magistério do Ensino Pedagógico, ofereceriam toda a educação básica nas áreas de Cultura Geral, Ciências e Estudos Sociais e Expressão, além de cursos de formação de Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Laboratório, Auxiliar de Informática, etc.

Em 1973 criou-se o Centro Interescolar do 2º Grau de Teresina, constituído das seis unidades que ministravam ensino médio na rede oficial: Colégio Estadual "Zacarias de Odás", Unidade Escolar São Francisco de Assis, Colégio Estadual Lourival Parente, Colégio Estadual Helton, Colégio Estadual Alvaro Ferreira, e Colégio Estadual Antonino Freire. Estes, com exceção do último que é destinado aos alunos de especialistas em magistério do Ensino Pedagógico, ofereceriam toda a educação básica nas áreas de Cultura Geral, Ciências e Estudos Sociais e Expressão, além de cursos de formação de Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Laboratório, Auxiliar de Informática, etc.

Em julho de 1973, foi criada a Coordenação Pedagógica Geral do Departamento de 2º Grau que funcionou como um grupo tarefa de implantação da Reforma.

A partir de agosto de 1973, a preocupação foi preparar o terreno para o início da profissionalização dos 2.600 alunos que ingressariam no 2º ano em 1974.

Assim é que, estribado num diagnóstico do mercado de trabalho e das possibilidades concretas e viáveis de oferecimento de habilitações profissionais, foi montado plano de intercomplementaridade que permitiu o funcionamento no 1º período de 1974, dos seguintes cursos, a nível de técnico: Habilitação para Magistério de 1º Grau, Enfermagem, Secretariado, Contabilidade, Assistente de Administração, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica e Edificações.

Com todos os alunos do 1º ano básico foi feito trabalho no sentido de orientá-los na escolha do curso profissionalizante. No final do ano básico, em novembro, foi entregue a cada aluno, monografia sobre os nove cursos que lhes seriam oferecidos. Estas monografias, além de informarem sobre o curso em si, (esquemas curriculares, atribuições, etc.) forneciam dados sobre o mercado de trabalho. O trabalho foi complementado com questionário, no qual, os alunos indicavam, por ordem de preferência, três profissões escolhidas. Os alunos que escolheram o Curso de Formação de Professores para o Magistério de 1º Grau, fizeram testes vocacionais aplicados por uma psicóloga, para sondagem de aptidões, sendo posteriormente aconselhados.

No início do período letivo de 1974, com a reforma já atingindo a 2ª Série do 2º Grau, foram tomadas medidas a fim de melhorar a sistemática de acompanhamento e execução da política na área implantada.

Assim é que foram introduzidas as seguintes medidas:

a) extinção do 1º ano básico no Instituto de Educação "Antonino Freire", que passou a oferecer só as disciplinas profissionais do Curso de Habilitação para o Magistério de 1º Grau (a partir do 2º ano) e o 4º ano — Estudos Adicionais;

b) transformação da Coordenação Pedagógica Geral do 2º Grau em Divisão de Supervisão Pedagógica;

c) criação de uma equipe de Currículo específica do 2º Grau. Esta equipe, em funcionamento desde fevereiro, desenvolveu um trabalho de pesquisa e avaliação dos currículos existentes a fim de propor um currículo mínimo para a rede oficial de 2º Grau.

d) criação da Divisão de Orientação Educacional, que sob a chefia da Psicóloga Margit Ellen Reineke de Alverga, assistida por dois professores com cursos em Orientação Educacional, desenvolve um trabalho sistematizado e científico com os alunos de 1º básico do presente ano a fim de orientá-los na escolha da profissão que iniciarão em 1975.

Governador inaugura mais um prédio escolar



ano básico, com um
das as unidades,
187 alunos.

Fonte: A REFORMA...Jornal O Dia (1975, p. 6).

Com a preocupação de preparar o estado para a profissionalização de 2.000 (dois mil) alunos que ingressariam no 2º ano em 1974, foi montado o plano de intercomplementaridade que permitiu o funcionamento no 1º período de 1974 dos cursos de nível técnico: Habilitação para Magistério de 1º Grau, Enfermagem, Secretariado, Contabilidade, Assistente de Administração, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica e Edificações. Por intercomplementaridade entende-se:

[...] a reunião dos recursos humanos, técnicos e econômico-financeiros de vários estabelecimentos para mais ofertas e melhores condições de ensino, integrado por uma base comum e na mesma localidade. Atualmente várias entidades estão trabalhando nesse sentido, oferecendo oportunidade profissionalizante a cerca de 15.000 estudantes, nos vários Estados da Federação. Dentre as entidades que vêm operando nesse campo, citam-se: ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS, COLÉGIOS AGRÍCOLAS, SENAI, SENAC, SECRETARIAS DE SAÚDE E AGRICULTURA, UNIVERSIDADES, ESCOLAS DE ENFERMAGEM E DE SAÚDE, ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PÚBLICA E PARTICULAR, EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS E INSTITUIÇÕES DA COMUNIDADE, sob o comando, nas respectivas áreas de atuação, das Secretarias de Educação dos Estados. (BRASIL, 1974, p. 16).

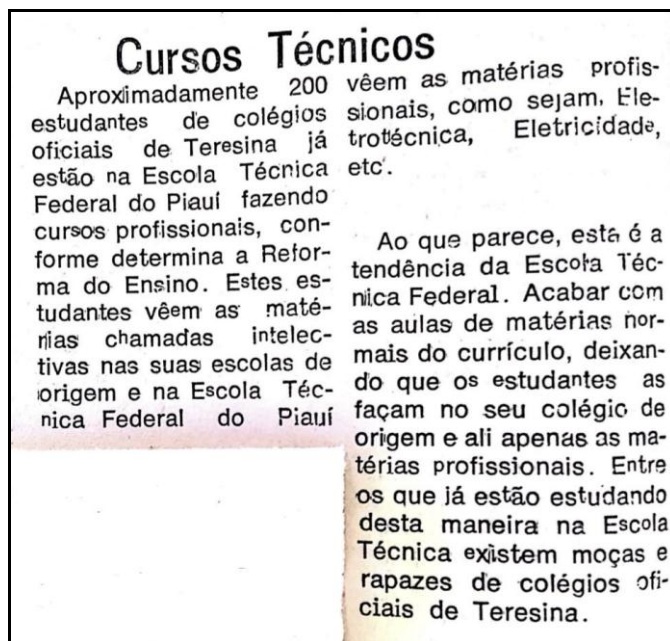
Brito (1996) relata que, em decorrência dos custos elevados da implantação dos ensinos de 1º e 2º graus, e ainda, devido à necessidade de diminuir os custos¹⁸ do Estado, foi adotado a intercomplementaridade sob a forma de complexo escolar para o ensino de 1º grau, e como centro interescolar para o ensino de 2º grau.

No centro interescolar as unidades integrantes mantinham a autonomia administrativa e didática, agrupando-se apenas para fins de complementação de currículo. O aluno não era matriculado na unidade central, como ocorria no complexo escolar, mas nas unidades periféricas, realizando apenas os créditos da parte de formação especial do currículo em outra unidade escolar de caráter profissionalizante. (BRITO, 1996, p. 170).

¹⁸ Para Brito (1996, p. 169) “Essa estrutura implicava em economia, em relação ao sistema anterior de unidades isoladas que sempre apresentavam capacidade ociosa, especialmente nas últimas séries onde o número de alunos era muito reduzido. Se por um lado, porém, o esquema assegurava uma operacionalização mais econômica, por outro lado, a manutenção das oficinas para oferecimento da parte de formação especial era grandemente onerosa com o máximo de 20 alunos por oficina.”

Portanto, “a intercomplementaridade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais” estava prevista no artigo 3º da Lei n.º 5.692/1971, e tinha a finalidade de “aproveitar a capacidade ociosa de uns para suprir deficiências de outros”, o que desobrigava o estado de construir novas escolas e investir em laboratórios e equipamentos, bem como contratar professores qualificados. (BRASIL, 1971).

Figura 12 - Cursos Técnicos



Fonte: CURSOS...Jornal do Piauí (1972, p. 3).

A fala de Brito (1996) confirma a notícia do Jornal do Piauí (Figura 12) no que concerne à intercomplementaridade sob a forma interescolar quando, em 1972, 200 (duzentos) alunos de colégios oficiais de Teresina também frequentavam cursos profissionalizantes na Escola Técnica Federal do Piauí, cursando na ETFPI apenas matérias profissionalizantes. Vemos, com isso, a adequação do estado à Lei em vigência, pois ampliava o acesso dos alunos ao ensino secundário nos colégios oficiais de Teresina com uma formação técnica na ETFPI, se eximindo de novos gastos e investimentos com o ensino profissionalizante.

Assim, a Escola técnica Federal do Piauí, “Por imperativo da Lei, 5.692/71, fez convênio com a Secretaria de Estado e da Educação e Escolas Particulares para cursos de intercomplementaridade, tornando a Escola um grande Centro de Profissionalização.” (REGO, 2009, p. 78).

Os colégios envolvidos pelo regime de intercomplementaridade da Escola Técnica Federal do Piauí no ano de 1974, foram:

- a) Unidade Escolar São Francisco
- b) Lourival Parentes
- c) Álvaro Ferreira
- d) Helvídio Nunes
- e) Zacarias de Góis
- f) São Francisco de Sales
- g) Elias Torres
- h) Colégio Sagrado Coração de Jesus. (SEDUC, 1974).

Dessa forma, a Escola Técnica Federal do Piauí recebia, pelo regime de intercomplementaridade, os alunos que cursavam as disciplinas de formação geral nas escolas citadas no documento da SEDUC (1974), e depois estudavam as disciplinas específicas dos cursos profissionalizantes na ETFPI. Os cursos programados pela Escola Técnica Federal do Piauí para atender ao regime de intercomplementaridade em 1974, foram:

- a) Assistente de Administração
- b) Contabilidade
- c) Secretariado
- d) Eletrotécnica
- e) Edificações
- f) Eletrônica
- g) Mecânica
- h) Desenho Arquitetônico. (SEDUC, 1974).

A duração dos cursos de intercomplementaridade da ETFPI, nesse período, tinha previsão de início em março e término em novembro de 1974. Na Figura 13 verificamos a oferta de um dos cursos da ETFPI no regime de intercomplementaridade (1974), o curso Técnico em Edificações.

Figura 13 – Curso Técnico em Edificações – regime de intercomplementaridade 1974

10.5.HABILITAÇÃO: EDIFICAÇÕES

TOTAL/HORAS 900 - 2º ANO

TOTAL/CRÉDITOS 30

1º SEMESTRE DE 1974					2º SEMESTRE DE 1974						
local	Dias	DISCIPLINAS	Carga Horária Semanal	Carga Horária Semestral	total de créditos	local	Dias	DISCIPLINAS	Carga Horária Semanal	Carga Horária Semestral	Total de créditos
Colégios de origem	4 dias de 5 horas/aula	Língua e Literatura Nacional	6	90	3	Colégios de origem	4 dias de 5 horas/aula	E.M.C. x O.S.P.B.	6	90	3
		Educação Artística	2	30	1			Língua Estrangeira	4	60	2
		Programa de Saúde	2	30	1			Complementos de Matemática	4	60	2
		Estudos Regionais	4	60	2			Redação e Expressão em Língua Portuguesa	2	30	1
		Complementos de Física	6	90	3			Complementos de Química	4	60	2
		TOTAL	20	300	10			TOTAL	20	300	10
Escola Técnica	2 dias de 5 horas/aula	Topografia	4	60	2	Escola Técnica	2 dias de 5 horas/aula	Topografia	2	30	1
		Desenho Técnico ...	6	90	3			Desenho Técnico	8	120	4
		TOTAL	10	150	5			TOTAL	10	150	5
Total Horas/aula P/semana = 30					Total Horas/aula P/semana = 30						

Fonte: ETFPI, Curso Técnico em Edificações – regime de intercomplementaridade (1974).

A Figura 13 expõe como era a oferta das disciplinas do 2º ano do Curso Técnico em Edificações no regime de intercomplementaridade na Escola Técnica Federal do Piauí, em 1974. Pelo documento, verificamos que no primeiro semestre os alunos cursavam 04 (quatro) dias de 05 (cinco) horas/aula no seu colégio de origem, disciplinas do núcleo comum e da parte diversificada, como: Língua e Literatura Nacional, Educação Artística, Programa de Saúde, Estudos Regionais e Complementos de Física. Na ETFPI, os alunos cursavam 02 (dois) dias na semana de 05 (cinco) horas/aula disciplinas profissionalizantes, como Topografia e Desenho Técnico. Essas disciplinas ministradas pelo regime de intercomplementaridade são as mesmas que pertencem ao currículo do curso Técnico em Edificações.

Na Figura 14 apresentamos o currículo geral do curso Técnico em Edificações da ETFPI.

Figura 14 – Currículo do Curso Técnico em Edificações

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA										- 9 -			
DEPARTAMENTO DE ENSINO DE 2º GRAU													
5.5. Currículo do Curso de Técnico em: EDIFICAÇÕES													
DISCIPLINAS		SÉRIES								C	C/H		
		1ª		2ª		3ª		4ª					
		PERÍODOS											
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª				
EDUCAÇÃO GERAL - NÚCLEO COMUM	COM. E EX-PRESSÃO	Ling. Portuguesa e Literatura Brasileira	120	-	90	-	30	-	-	8	240		
		Lingua Estrangeira	-	60	-	60	-	-	-	4	120		
		Educação Artística	-	-	30	-	-	-	-	1	30		
		Sub-total	120	60	120	60	30	-	-	13	390		
	ESTUDOS SOCIAIS	Geografia	90	-	-	-	-	-	-	3	90		
		História	-	90	-	-	-	-	-	3	90		
		E.M.C. e O.S.P.B.	-	-	-	90	-	-	-	3	90		
		Sub-total	90	90	-	90	-	-	-	9	270		
	CIÊNCIAS	Química	60	-	-	-	-	-	-	2	60		
		Biologia	60	-	-	-	-	-	-	2	60		
		Física	-	60	-	-	-	-	-	2	60		
		Matemática	-	120	-	-	-	-	-	4	120		
		Programa de Saúde	-	-	30	-	-	-	-	1	30		
		Sub-total	120	180	30	-	-	-	-	11	330		
	PARTE DIVERSIFICADA	Redação e Exp. em Ling. Portuguesa	-	-	-	30	-	30	-	2	60		
		Estudos Regionais	-	-	60	-	-	-	-	2	60		
		Téc. em Liderança	-	-	-	30	-	-	-	1	30		
		Complem. de Física	-	-	90	-	30	-	-	4	120		
		Complem. de Química	-	-	-	60	-	-	-	2	60		
		Complem. de Matemática	-	-	-	60	-	60	-	4	120		
		Sub-total	-	-	150	150	60	90	-	15	450		
	DISCIPLINAS PROFISSIONALIZANTES	Topografia	-	-	60	30	-	-	-	3	90		
		Desenho Técnico	-	-	90	120	-	-	-	7	210		
		Mat. de Construção	-	-	-	-	120	-	-	4	120		
		Mecânica dos Solos	-	-	-	-	90	-	-	3	90		
		Construção-Tecnologia	-	-	-	-	30	30	30	3	90		
		Construção de Canteiros	-	-	-	-	-	180	180	12	360		
		Construção-Estabilidade	-	-	-	-	-	60	30	3	90		
		Organização e Normas	-	-	-	-	60	-	-	2	60		
		Máq. e Equipamentos	-	-	-	-	-	60	-	2	60		
		Est. Supervisionado	-	-	-	-	-	-	450	15	450		
		Sub-total	-	-	150	150	300	300	300	54	1620		
T O T A L aulas semestres		330	270	450	450	390	390	300	450	102	3060		
OBS: Educação Física - Total de aulas - 270 - Créditos 9													
Ensino Religioso - Total de aulas - 30 - Créditos 1													
Total em Educação Geral.....										990			
Total parte Diversificada.....										450			
Total Disciplinas Profissionalizantes.....										1.620			
Total Geral.....										3.360			
Total de Créditos.....										112			

Fonte: ETFPI, Currículo do Curso Técnico em Edificações (1974).

Observamos pela Figura 14 o currículo geral do Curso Técnico em Edificações, no qual as disciplinas são divididas em Educação Geral – Núcleo Comum, subdividido em Ciências, Estudos Sociais e Comunicação e Expressão que eram ministradas nos colégios de origem dos discentes e Formação profissional – habilitação profissional, subdividido em disciplinas da parte diversificada e disciplinas profissionalizantes, ministradas na ETFPI. Portanto, por meio do regime de intercomplementaridade havia a formação de técnicos no Piauí com gastos reduzidos para o estado.

2.3 Lei n.º 7.044/1982, Lei n.º 9.394/1996 e o ensino profissionalizante

Apesar da garantia de acesso ao ensino de 2º grau proposto pela Lei n.º 5.692/1971, alguns percalços aconteceram em relação à execução da Lei, que não fizeram dessa reforma uma vitória para a educação e à população de forma geral como relata Cunha (2000). Germano (2000) corrobora com a ideia destacando vários motivos que levaram ao fracasso da profissionalização da reforma de ensino do 2º grau, como o limite de recursos, uma vez que a Lei previa a racionalização máxima de recursos materiais e humanos, sendo que na escola profissionalizante o custo-aluno chegava a ser 60% maior que no ensino secundário; a demanda para a universidade não foi estancada como o governo pensava que aconteceria e a profissionalização não foi implantada efetivamente na maioria das escolas da rede pública por falta de recursos, sendo que na rede privada, com raras exceções, foi descartada pelo seu elevado custo.

Para Cunha (2000) a partir da inviabilidade da continuação do modelo econômico e de críticas à prática da profissionalização universal e compulsória do ensino de 2º grau, surge o Parecer n.º 76/75 do Conselho Federal de Educação, que permitia às escolas de 2º grau aumentar a carga horária das disciplinas de educação geral e de educação especial. “Depois que a Lei n.º 5.692/71 foi reinterpretada pelo Parecer n. 76/75, que mudou radicalmente o caráter universal e compulsoriamente profissional do ensino de 2º grau, não havia como segurar a maré montante de mudanças.” (CUNHA, 2000, p. 203).

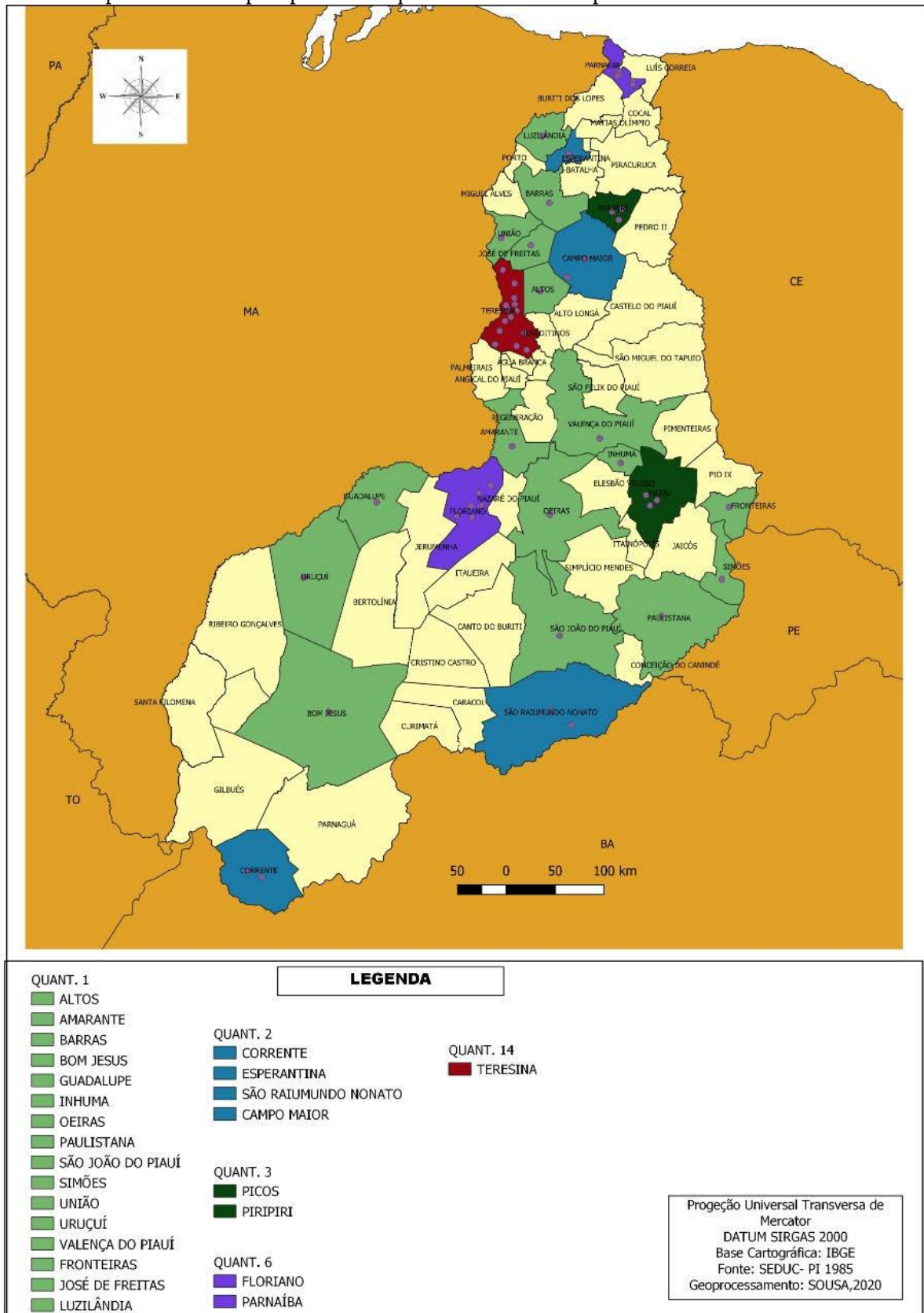
Em decorrência do processo de reformulação da Lei n.º 5.692/1971, de 11 de agosto de 1971, surge a Lei n.º 7.044, de 18 de outubro de 1982, que alterou dispositivos da Lei n.º 5.692/1971 referentes à profissionalização do ensino de 2º grau, ocasionou o declínio do ensino profissionalizante de 2º grau e possibilitou às instituições privadas e públicas a oportunidade de ofertar cursos de habilitação profissional com maior liberdade, mas em conformidade com os dispositivos legais arrolados.

O termo *qualificação* para o trabalho foi substituído por *preparação* no objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus, conforme o parecer do CFE, Mas, em vez de representar a retomada explícita da dualidade, no 2º grau, o texto da lei foi ao mesmo tempo tímido e eufemístico. A preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, seria obrigatória no ensino de 1º e 2º graus, e deveria constar dos planos curriculares de cada estabelecimento escolar. Ao contrário da lei original, que tornava universal e compulsória a habilitação profissional no 2º grau, o dispositivo modificado dizia: “A preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau, *poderá ensejar* habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino.” (CUNHA, 2000, p. 206, grifos do autor).

Assim, das principais mudanças provocadas pela Lei n.º 7.044/1982 está a substituição do objetivo geral do ensino, que utilizava a expressão “qualificação para o trabalho”, e que passou no novo documento a “preparação para o trabalho; foi retirado também do texto a dicotomia “educação geral” e “formação especial”, e tornou facultativa a profissionalização, embora continuasse compulsória a preparação para o trabalho. (BRITO, 1996).

Nesse cenário de alteração da Lei n.º 5.692/1971, nos anos de “1980, o Piauí tinha 3.306 estabelecimentos industriais, 21.138 estabelecimentos comerciais e 4.145 estabelecimentos de serviços.” (TAJRA; TAJRA FILHO, 1995, p. 152-153). Um estado que estava se expandindo na área da educação e ampliando os cursos profissionalizantes pelos seus municípios, como apresenta o Mapa 01:

Mapa 01 – Municípios piauienses que ofereciam cursos profissionalizantes em 1985



Fonte: Mapa produzido pela pesquisadora com base em SEDUC (1985).
Créditos: Juliana Gonçalves.

Analisando o Mapa 01, verificamos a presença de cursos profissionalizantes em 25 (vinte e cinco) municípios do Piauí, sendo que a capital Teresina possuía o maior número de escolas profissionalizantes, 14 (catorze) unidades, sendo 02 (duas) pertencentes à rede federal de ensino, 08 (oito) à rede estadual, 01 (uma) à rede municipal e 03 (três) à rede particular.

Em 1985, o Piauí possuía 80 (oitenta) unidades de 2º grau, sendo que 56 (cinquenta e seis) ofereciam cursos profissionalizantes¹⁹, destes, 17 (dezessete) eram cursos de magistério, os demais eram cursos na área industrial, comercial e agrícola. Cabe destacar que embora a compulsoriedade da profissionalização estabelecida pela Lei n.º 5.692/1971 ter sido “[...] atenuada pelo Parecer 76/75 do Conselho Federal de Educação, continuava a vigorar agora com a alternativa das habilitações básicas.” (BRITO, 1996, p. 185).

Como, pelo Parecer 76/75, ficava a critério da instituição a oferta de cursos profissionalizantes, no Piauí 24 (vinte e quatro) escolas passaram a oferecer cursos com habilitação não profissionalizante. E 56 (cinquenta e seis) estabelecimentos de ensino ofereciam cursos profissionalizantes, sendo 03 (três) pertencentes à rede federal de ensino, 26 (vinte e seis) à rede estadual, 04 (quatro) à rede municipal, 17 (dezessete) à rede particular e 06 (seis) a Colégios da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), predominando o ensino profissionalizante na rede pública de ensino.

Em relação à rede estadual, de acordo com SEDUC (1985), a Secretaria de Educação do estado do Piauí passou a oferecer o ensino profissionalizante apenas nos estabelecimentos de ensino que apresentavam condições satisfatórias, restringindo, assim, as escolas que ofertariam tais cursos. Conforme Relatório da Situação Real do Ensino de 2º Grau da rede oficial de ensino (1985), nos cursos profissionalizantes verificava-se uma acentuada má qualificação da clientela, tendo em vista que não estavam atendendo satisfatoriamente as expectativas do mercado de trabalho, que segundo o referido relatório, demonstrava uma defasagem entre o conteúdo oferecido pela escola em relação à evolução do sistema empresarial.

As demais escolas estaduais que não estavam em condições satisfatórias de ofertar cursos profissionalizantes passaram a oferecer cursos não profissionalizantes fundamentando-se na Lei n.º 7.044/1982. O Relatório da Situação Real do Ensino de 2º Grau da rede oficial de ensino (1985), afirmava que havia um grau de aceitação por parte

¹⁹ A relação das unidades escolares que ofereciam cursos profissionalizantes no Piauí em 1985 encontra-se no Apêndice E.

dos alunos, uma vez que os cursos não profissionalizantes possibilitavam a formação integral.

O Quadro 04 apresenta os cursos profissionalizantes oferecidos pela rede estadual de ensino no Piauí em 1985.

Quadro 04 - Cursos profissionalizantes oferecidos pela rede estadual de ensino no Piauí em 1985

HABILITAÇÃO	Quantidade ofertada
Técnico em Agropecuária	03
Auxiliar Técnico em Enfermagem	01
Técnico em Contabilidade	17
Técnico em Eletrotécnica	02
Técnico em Mecânica	02
Técnico em Química	03
Técnico em Patologia Clínica	01
Assistente Técnico em Administração	05
Magistério para o 1º grau	15
TOTAL GERAL	49

Fonte: SEDUC, Relatório da Situação Real do Ensino de 2º Grau da rede oficial de ensino (1985).

Pelo Quadro 04, observamos que em 1985 eram ofertados na rede estadual 49 (quarenta e nove) cursos profissionalizantes distribuídos em 09 (nove) habilitações profissionais: Técnico em Agropecuária, Auxiliar Técnico em Enfermagem, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Mecânica, Técnico em Química, Técnico em Patologia Clínica, Assistente Técnico em Administração e Magistério para o 1º Grau. Entre as habilitações ofertadas, o Técnico em Administração era o curso com mais vagas, pois era oferecido em 17 (dezessete) escolas estaduais, seguido pelo Magistério para o 1º Grau ofertado em 15 (quinze) escolas.

O depoimento de uma aluna egressa do curso Técnico em Contabilidade da Escola Técnica Federal do Piauí no período de 1982 a 1984, retrata como os alunos percebiam o pouco número de escolas de 2º grau no Piauí, bem como sobre a procura pelos cursos de Contabilidade e de Magistério para o 1º Grau.

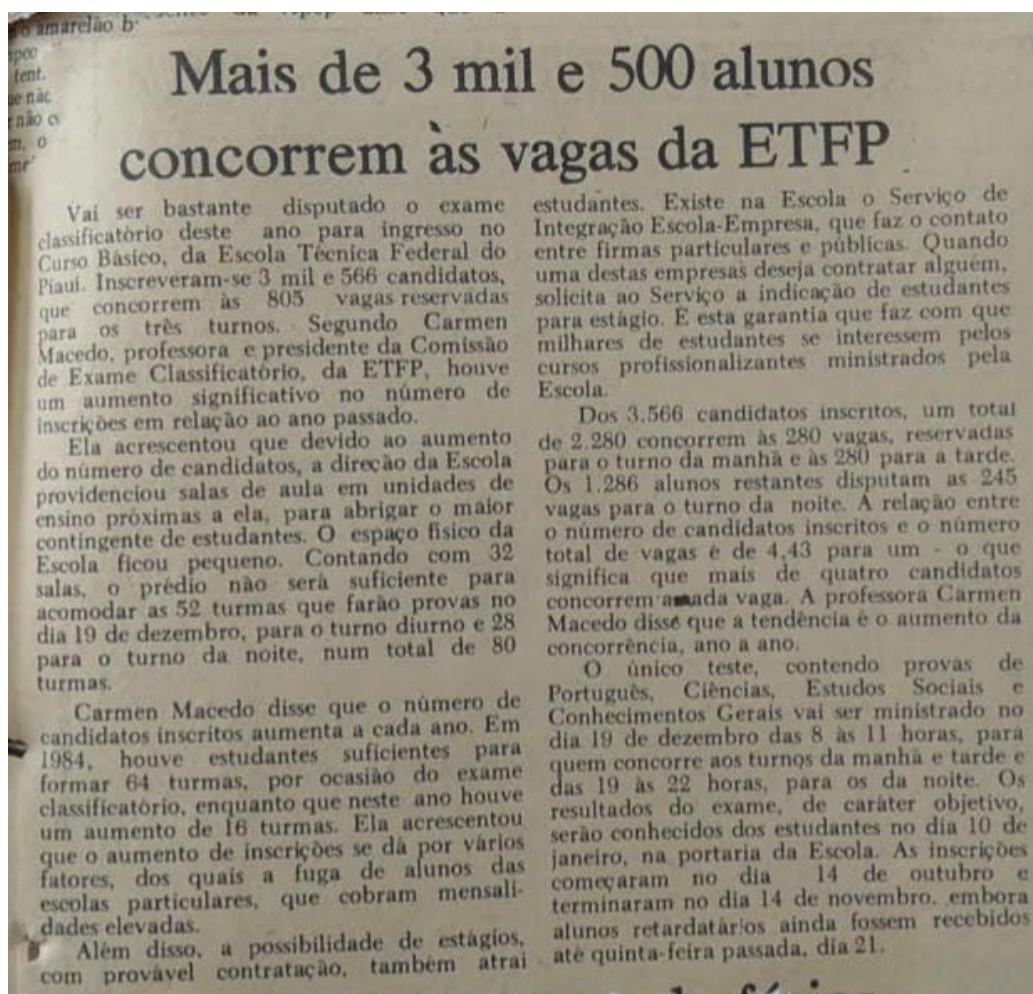
[...] a gente ia estudar onde? Para onde a gente ia? Tinha poucas escolas de segundo grau, muita gente terminava o primeiro grau e não conseguia

vaga para o segundo grau, tinham pouquíssimas escolas, era o Lourival Parentes, Helvídeo Nunes, e tinham outras, Álvaro Ferreira, eram pouquíssimas escolas de segundo grau, e a Escola Técnica. Aí eu optei por fazer o teste da Escola Técnica, e o Instituto de Educação, a maioria das meninas iam para o Instituto de Educação para se formar em professora, já era professora formada, tinham emprego garantido. Aí eu não me via com aquela farda do instituto, eu não via fazendo um curso pedagógico, eu até tentei depois que terminei o da Escola Técnica, tentei, me matriculei cinco vezes no pedagógico, mas não fui não, eu achei um curso com muito detalhes e eu preferia lidar com cálculos. (ALUNA C, ENTREVISTA, 2021).

Pela declaração da discente do Curso Técnico em Contabilidade da ETFPI, percebemos a carência de escolas no estado, bem como a grande procura pelo Curso de Magistério para o 1º Grau devido ao fato de ter emprego garantido após essa formação, conforme a Aluna A. A fala da entrevistada vem ao encontro da informação contida no Quadro 04, que traz o Curso de Magistério para o 1º Grau como o segundo curso mais ofertado no Piauí no ano de 1985.

A Figura 15 apresenta um anúncio de jornal do ano de 1985 que relata a grande procura dos estudantes para ingressarem nos cursos técnicos da Escola Técnica Federal do Piauí:

Figura 15 - Mais de 3 mil e 500 alunos concorrem às vagas da ETFP



Fonte: MAIS...O Dia (1985).

Paralelo às 26 (vinte e seis) escolas estaduais que ofereciam cursos profissionalizantes no Piauí, a ETFPI, enquanto escola da rede federal de ensino, também oferecia cursos profissionalizantes e com uma boa procura, como mostra a Figura 15 que anuncia que no ano de 1985 houve a formação de 64 (sessenta e quatro) turmas para fazerem o seletivo da ETFPI, e no ano de 1985, por ocasião do exame classificatório, já havia 80 (oitenta) turmas formadas, com 3.500 (três mil e quinhentos) candidatos concorrendo às 805 (oitocentos e cinco) vagas oferecidas para os turnos manhã, tarde e noite.

Sobre essa forma de seleção por meio do Exame Classificatório, a Aluna C narra sobre o ingresso na escola, que era a partir de:

[...] teste seletivo. Era muito rigoroso o teste seletivo. Naquele tempo só passava os melhores dos melhores. Prova de todas as disciplinas. Todas as disciplinas do Ensino Fundamental que era o antigo ginásio. Como agora que é Português e Matemática, só que todas as disciplinas. [...] Não foi fácil chegar lá. Eu estudei a noite porque eu achei mais fácil entrar no turno da noite porque no turno do dia era mais concorrido. (ALUNA C, ENTREVISTA, 2021).

Como relatado pela Aluna C, a forma de ingresso na ETFPI era por meio de Exame Classificatório que se dava pela realização de prova escrita. Segundo a entrevistada, o teste era bem rigoroso, com conteúdos de várias disciplinas, sendo aprovado(a) no teste apenas os(as) candidatos(as) com grandes conhecimentos, que ela conceitua como “os melhores dos melhores”.

A forma de ingresso na instituição anterior a Lei nº 5.692/1971 era através do Exame de Admissão²⁰. “Esse exame consistia em um ritual de passagem, sendo obrigatório aos alunos de todo o país que terminavam o curso primário e desejavam dar prosseguimento aos estudos por meio do curso ginásial.” (SOUSA, 2019, p. 178).

Após a implementação da Lei, o ingresso dos discentes passou a ser através do exame classificatório, uma vez que a procura pela matrícula era superior ao número de vagas oferecidas. A Tabela 11 apresenta a quantidade de inscritos nos exames classificatórios da ETFPI nos anos de 1989 a 1993.

Tabela 11 - Quantidade de inscritos nos exames classificatórios da ETFPI

Cursos	1989	1990	1991	1992	1993
Administração	1.196	1.157	1.513	1.291	1.384
Contabilidade	2.249	2.549	2.535	2.14?	2.215
Edificações	513	490	916	801	810
Eletrônica	587	607	858	2?3	720
Eletrotécnica	509	465	514	715	???
Estatística	42	34	41	42	50
Estradas	126	104	104	81	84
Mecânica	266	318	328	???	342
Saneamento	178	190	258	2??	???
Segurança do Trabalho	---	220	394	4??	543
Total	5.666	6.134	7.461	6.903	7.161

Fonte: Elaborado pela autora a partir de ETFPI (1989,1990, 1991, 1992,1993).

²⁰ “Foi instituído pela Reforma Francisco Campos em 1932 e perdurou até a Reforma dos 1º e 2º graus, implantada pela lei 5.692, de agosto de 1971.” (SOUSA, 2019, p. 178).

Pela quantidade de inscritos nos exames classificatórios da ETFPI nos anos de 1989 a 1993 (Tabela 11) observamos uma grande procura pelos cursos profissionalizantes da Escola Técnica ²¹. Os cursos da área terciária, Técnico em Contabilidade e Administração eram os cursos que tinham a maior procura. Já o curso Técnico em Estatística também da área terciária era o que tinha menos procura. Os cursos Técnicos de Edificações, Eletrônica e Eletrotécnica eram os cursos mais procurados da área secundária.

Assim, a quantidade de inscritos nos exames classificatórios (Tabela 11) confirma o anúncio do Jornal O Dia (Figura 15) que afirma que o número de inscritos no teste seletivo da ETFPI aumentava a cada ano, pois nos anos de 1989 a 1993 o número de inscritos aumentou consideravelmente, tendo uma queda em 1992.

A procura por matrículas no 2º Grau não era visível apenas na ETFPI, mas nas demais escolas do estado. Pois, “no período de 1960 a 1982, o Piauí contou com a construção de prédios escolares e ampliação de salas de aula [...] A abertura destes espaços exigia-se a contratação de um corpo docente habilitado.” (SILVA, 2012, p. 43).

A partir da exigência por novas matrículas de 2º Grau houve a necessidade de construção de prédios escolares e consequentemente a contratação de docentes para o ensino no 2º Grau no Piauí. Dessa forma, dos anos de 1960 a 1980 houve a contratação de diversos professores como verificamos na Tabela 12.

Tabela 12- Quantidade de docentes do 2º Grau do Piauí

Ano	Total
1960	342
1970	816
1980	1.894

Fonte: IBGE (1971, 1983).

Observamos pela Tabela 12 que foi crescente a contratação de professores no estado. Em 1970 contávamos com 816 (oitocentos e dezesseis) docentes atuando no 2º Grau no Piauí mais que o dobro de professores que tínhamos em 1960, pois com o objetivo de prover matrículas de 2º Grau houve a necessidade tanto de construir prédios escolares como de contratar professores para estas escolas.

Constatamos pela Tabela 12 que na década de 1980, o número de professores contratados foi 05 (cinco) vezes maior em relação ao ano de 1960. No entanto, apesar deste crescimento “a evolução do corpo docente não acompanhou a expansão do ensino

²¹ As informações referentes aos Cursos Técnico de Assistente de Administração, Contabilidade, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Estatística, Estradas, Mecânica e Saneamento encontra-se no Anexo B.

secundário, embora a partir da década de 1960, a contratação fosse alterada significativamente.” (ARAÚJO, 2012, p. 113). O autor relata ainda que na década de 1970 “Por conta da falta de docentes graduados, o governo recorria a um contrato flexível e temporário” (ARAÚJO, 2012, p. 114) tendo em vista segundo o autor a necessidade urgente de professores para as escolas e que a partir da Lei 5.692/1971 a contratação de professores passou a ocorrer por meio de concurso público de provas e títulos.

Com o fim da ditadura no país no ano de 1985, reabriram os caminhos para novas políticas no Brasil, como a Constituição Federal (CF) de 1988 que “contempla a educação profissional na confluência de dois direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho.” (CORDÃO, 2005, p. 53).

A partir de 1988, com a promulgação da CF 1988 que trazia o direito à educação e ao trabalho como direitos necessários aos cidadãos brasileiros:

[...] a discussão em torno do ensino médio e da educação profissional ocupou um lugar importante nos conflitos que atravessaram o campo educacional, enquanto uns pretendiam que o Brasil fosse o primeiro país capitalista a adotar a politecnia como princípio educativo no ensino médio, à defesa dos sistemas de aprendizagens controlados pelo patronato, rejeitando o controle estatal e a participação dos sindicatos de trabalhadores em sua gestão. (CUNHA, 2000, p. 244).

Em 1996 ocorreu a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/1996. A educação profissional “ganhou um capítulo específico nessa Lei, passou a ser concebida como integrada às diferentes formas de educação, bem como ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, conduzindo o aluno ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (WIGGERS, 2015, p. 45). Segundo a Lei n.º 9.394/1996:

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas do curso de educação profissional de nível médio, quando registrados terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (BRASIL, 1996).

A LDBEN n.º 9.394/1996 traz a educação profissional com uma das modalidades da educação que deve ser desenvolvida em articulação tanto com o ensino regular quanto por estratégias de educação continuada. Podendo estudar nessa modalidade tanto alunos já matriculados como egressos da educação básica e superior e, ainda, trabalhadores em geral, o que demonstra que a educação profissional estava disponível para um grande público da sociedade brasileira, e por ela o aluno poderia ter acesso à formação profissional.

Para Araújo (2019), como desdobramento dos enfoques provocados pela LDB n.º 9.394/1996, podem ser destacados dois dispositivos legais que estavam relacionados tanto à forma de oferta como à organização da educação profissional, sendo eles: o Decreto n.º 2.208/1997 e o Decreto n.º 5.154/2004. Abordamos neste estudo apenas o Decreto n.º 2.208/1997, por se situar no recorte temporal da pesquisa.

Compreendemos que o Decreto n.º 2.208/1997 regulamentava o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional. Este decreto trouxe a separação entre a educação profissional técnica e o ensino médio, como vemos:

Art. 1º. A educação profissional tem por objetivos:

[...]

IV – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Art. 2º. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.

Art. 3º. A educação profissional compreende os seguintes níveis:

I – básico - destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II – técnico - destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados e egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este decreto;

III – tecnológico - correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Art. 4º. A educação profissional de nível básico e modalidade de educação não-formal e duração variável, destina-se a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular.

§1º As instituições federais e as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, apoiadas financeiramente pelo Poder Público, que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico em sua programação, abertos a alunos das redes públicas e privadas de educação básica, assim como a trabalhadores com qualquer nível de escolaridade.

§2º Aos que concluírem os cursos de educação profissional de nível básico será conferido certificado de qualificação profissional. (BRASIL, 1997).

O Decreto n.º 2.208/1997, conforme Ney (2008), foi um dos decretos mais polêmicos do Governo Fernando Henrique Cardoso, pois consolidou a separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, apresentou mudanças na formação do técnico de nível médio e ainda estabeleceu os níveis da educação profissional: básico, técnico e tecnológico.

A desvinculação do Ensino Médio da Educação Profissional é visível na fala do Aluno D, que cursou Técnico em Eletrotécnica na Escola Técnica Federal do Piauí nos anos de 1997 a 1999.

[...] eu não cursei o último ano devido que naquela época teve um problema que a Universidade Federal não reconhecia o diploma da Escola Técnica, uma não reconhecia a outra, né? Aí o que aconteceu? Aconteceu um bum de muitos alunos irem para a escola particular para poder ter um segundo grau, não era ensino médio nessa época, era o segundo grau né? Para poder fazer o vestibular e fazer a matrícula se fosse aprovado. A escola era apenas técnica, a carga horária do ensino regular não batia com os que eles queriam, que se eu não me engano era bem poucas aulas. (ALUNO D, ENTREVISTA, 2021).

O depoimento do Aluno D, que ingressou na ETFPI em 1997, deixa clara a separação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional provocada pelo Decreto n.º 2.208/1997. O curso de Eletrotécnica realizado pelo discente tinha 04 (quatro) anos de

duração e era de caráter técnico, não mais vinculado ao Ensino Médio, como era anteriormente à 1997. Como o diploma expedido pela ETFPI era apenas de Curso Técnico, sem vínculo ao Ensino Médio, as universidades não o aceitavam no ato da matrícula para acesso ao Ensino Superior. Assim, o aluno relata que tanto ele como outros discentes matriculados nos cursos técnicos da Escola Técnica que ansiavam por uma vaga na universidade procuravam outras escolas para cursarem o ensino médio e receberem o diploma para ingressarem nos cursos de Graduação.

Na Seção III apresentaremos a trajetória da Escola Técnica Federal do Piauí, analisando as práticas escolares desta instituição de ensino profissionalizante, por entendermos que “O desejo de conhecer a história da escola assume, nessa perspectiva uma dimensão viva em sua ação de compreensão de sua história [...]” (LOPES, 2019, p. 250).

3 A TRAJETÓRIA DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ COMO INSTITUIÇÃO ESCOLAR (1967 a 1999)

Esta seção objetiva analisar a trajetória da Escola Técnica Federal do Piauí a partir de sua organização e de suas práticas escolares no período de 1967 a 1999, considerando que: “Recuperar a história das instituições é aproximar-se da memória dos povos e da trama coletiva que produzem os acontecimentos compartilhados através das vivências afetivas suscitadas.” (MEZZANO, 1998, p. 56).

3.1 O cotidiano da Escola Técnica Federal do Piauí

A Escola Técnica Federal do Piauí, como uma autarquia de regime especial que possuía autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar estava localizada na Praça da Liberdade, n.º 1597, em Teresina – PI, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí/Campus Teresina Central, funcionando no mesmo endereço. Sobre a localização das instituições escolares, compreendemos que:

A localização da escola é por si mesma uma variável decisiva do programa cultural e pedagógico comportado pelo espaço e pela arquitetura escolares. A proximidade à natureza e à vida postulada pelos institucionalistas favorece, entre outras ações e estímulos, o jogo em liberdade, o ensino ativo, a utilização didática do entorno, a contemplação natural e estética da paisagem, a expansão do espírito e dos sentimentos, o desenvolvimento moral. (ESCOLANO, 2001, p. 32).

A Escola Técnica Federal do Piauí contava com localização central em Teresina, pois estava localizada no centro da cidade, sendo de fácil acesso para todos os bairros da capital, o que contribuía para a escola receber alunos de diversas partes de Teresina. A proximidade com o centro comercial e administrativo da cidade permitia o diálogo da escola com a comunidade. O entorno da escola era utilizado para fins didáticos nas aulas práticas dos alunos da instituição, assim como a Praça da Liberdade, que fica em frente à escola e contava com a presença constante dos estudantes da escola que por ali passavam.

A construção do primeiro prédio da escola iniciou no ano de 1935 e teve a obra concluída em 1938. A ETFPI (Figura 16) ocupava 02 (dois) quarteirões no centro da cidade

de Teresina, possuía uma área construída de 15.861m² em terreno de 13.393m². Estava instalada em 03 (três) blocos (A, B, C) e contava com 29 (vinte e nove) salas de aula, 42 (quarenta e dois) laboratórios, 10 (dez) oficinas, 01 (uma) biblioteca, 01 (um) auditório, 33 (trinta e três) salas de apoio ao ensino e 03 (três) quadras de esportes, sendo 01 (uma) coberta. (ETFPI, 1997).

Figura 16 – Fachada da Escola Técnica Federal do Piauí



Fonte: IFPiauí Comunicação (2018).

A Figura 16 apresenta a fachada Escola Técnica Federal do Piauí com sua arquitetura de “[...] estilo eclético com a presença de frisos emoldurando as janelas frontais e uma marquise que marca o pórtico da entrada principal.” (COSTA, 2017, p. 133). Para Nascimento (2007), as escolas técnicas, principalmente as do sistema federal, primavam por oferecer aulas de ensino técnico com maior eficiência e qualidade. Para isso, melhoravam suas instalações e adquiriam equipamentos modernos, tendo em vista a implantação de laboratórios e de oficinas. Muitas delas, inclusive, recebiam das indústrias locais a colaboração na tarefa de montar laboratórios específicos de suas áreas dentro das

escolas, uma vez que as indústrias queriam receber os técnicos com formação peculiar aos ofícios.

Algumas escolas de nível médio que ofereciam o ensino técnico firmavam parcerias com empresas e indústrias a fim de servirem como laboratório de prática para os cursos que atuavam, como aconteceu com as escolas técnicas federais. Uma parte delas apresentava em sua estrutura laboratórios que eram utilizados para o exercício prático da profissão escolhida pelos alunos e ofertado pela escola.

Como exemplo de espaço dedicado às aulas práticas instalado em um estabelecimento de ensino técnico temos a Figura 17, que traz a imagem da Oficina de Marcenaria da Escola Técnica Federal do Piauí no ano de 1969. Nela observamos os maquinários e os equipamentos utilizados nas aulas com caráter prático. Parte das aulas dos cursos técnicos era dedicada às práticas de oficinas e laboratórios, de maneira a preparar técnicos para atuação no mercado de trabalho.

O Professor A, que ingressou na ETFPI como professor em 1973, ao recordar das oficinas, destaca:

Então, a oficina que eu me refiro, que nós usamos, é a oficina espaço, e naquele espaço existe um maquinário, existe equipamentos. Então eu vou pra oficina fazer trabalho, eu vou para aquele espaço. Utilizar das máquinas para desenvolver um trabalho. Ainda hoje nós temos bem conservados, reformulados através de novas máquinas atualizadas. Nas oficinas, tem oficina de marcenaria, tem oficina de ferragem, oficina de forras [...] Oficina é o espaço que na qual existe material para desenvolvimento de atividades. (PROFESSOR A, ENTREVISTA, 2021).

O Professor A relembra que as oficinas da ETFPI são espaços com equipamentos nos quais alunos e professores utilizavam para desenvolver atividades de caráter prático. Dentre as oficinas que tinham na escola, ele cita as oficinas de marcenaria (Figura 17), ferragem e forras. O Professor A, que ainda em 2021 continua trabalhando na escola, confirma a existência, na atualidade, de salas de oficinas com máquinas atualizadas.

Figura 17 – Oficina de Marcenaria: 1969



Fonte: IFPiauí Comunicação (2018).

A Escola Técnica Federal do Piauí oferecia, em 1969, oficinas como as de Marcenaria (Figura 17), Fundição, Modelação, dentre outras. Para isso, a escola contava com espaço específico para essas aulas. No prédio, conhecido como Prédio “A”, por ser o primeiro prédio da escola, funcionavam as oficinas escolares. De acordo com Rodrigues (2002), na década de 1970 foram construídas mais salas, oficinas e laboratórios no Prédio “B” da instituição.

Quanto ao quadro de professores das oficinas da Escola Técnica, este era constituído, em sua maioria, por profissionais detentores de conhecimentos práticos, com vasta experiência no ensino de ofícios profissionais, porém sem quase ou nenhuma formação didático-pedagógica. Muitos deles foram alunos da própria escola e admitidos posteriormente como professores da instituição. Assim, durante a gestão de Roberto Gonçalves Freitas, a partir de 1969 foram habilitados mais professores de oficinas, os quais lecionavam no curso industrial (REGO, 2009).

[...] o Diretor congregou três importantes órgãos para legalizar a situação destes docentes: A Escola Técnica Federal do Piauí, o Centro de

Educação Técnica do Nordeste (CETENNE), sediado em Natal (RN), e a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. Um convênio foi firmado entre estas três instituições, o que resultou na realização de um curso que habilitou todos os chamados professores de Oficina após a realização do curso. Contando com a ajuda do professor José Luiz Aguiar que coordena o curso, e do professor Aliomar Celestino de Sousa, todos os diplomados receberam o devido registro de professor expedido pelo MEC. (REGO, 2009, p. 67).

A partir da necessidade de contratação de professores para a ETFPI, a escola admitia seus egressos pelos conhecimentos técnicos que possuíam. No entanto, como os docentes não receberam formação pedagógica anterior à admissão na escola, a ETFPI realizava convênios com outras instituições, como o Centro de Educação Técnica do Nordeste (CETENNE) e a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, para oferecer formação pedagógica aos seus docentes e, paralelo a isso, os docentes utilizavam seus saberes experienciais, além das orientações normatizadas pela escola, para direcionarem suas práticas pedagógicas.

Em 1970 havia 07 (sete) Centros de Educação Técnica. Um deles, situado em Natal-RN, era o Centro de Educação Técnica do Nordeste (CETENNE), que oferecia cursos de formação de professores. O Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional (CENAFOR) era responsável por coordenar e supervisionar os planos de educação dos cursos ofertados pelo CETENNE. (PETEROSS, 1994).

A Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI), localizada em Teresina-PI, foi criada em 1957 e sua instalação oficial foi em 1958. A FAFI tinha como fins, dentre outros: “-formar professores para o curso secundário e normal; - dar aos estudantes ensejo de se especializarem conforme suas aptidões individuais.” (ARAÚJO; SOBRINHO, 2019, p. 183).

Assim, tanto a CETENNE quanto a FAFI, mediante convênio com a Escola Técnica Federal do Piauí, ofereceram cursos de formação de professores aos docentes da ETFPI que necessitavam do diploma de professores, uma vez que ingressaram na escola apenas com a formação técnica.

Além da necessidade de professores capacitados, as escolas técnicas precisavam ter uma infraestrutura física que proporcionasse a qualidade das aulas práticas. Os alunos e os professores pesquisados foram questionados quanto a existência de laboratórios para realização das aulas práticas. Com base em suas recordações, eles responderam:

Nós tínhamos o Laboratório de Solos, Solos e Asfaltos, que é necessário para o Curso de Estradas, e o Laboratório de Topografia, que era para as aulas práticas, como tinha para os outros cursos. No curso de Eletrotécnica existia dentro da instituição uma rede de posteamento, tipo esses posteamento de rua, os alunos trabalhavam, tinham suas aulas práticas, subiam nos postes, botando a rede, os cabos, isso tudo na parte interna. Era algo não só bom para o aprendizado, mas até divertido, eles com aqueles cintos pendurados nos postes, colocando lá, trabalhando e nós fazendo a parte de medição de topografia, fazia o projeto de uma estrada, contornando dentro do pátio e ele Santana quando já professor ele nos levava para visitar obras, ele tinha um laço de amizade muito grande, como ainda tem com empresas e levava a gente para visitar obras. (ALUNO A, ENTREVISTA, 2021).

A gente tinha aula prática. A Escola Técnica sempre teve aula no laboratório. Tinha laboratório de Física, de Química. (ALUNA C, ENTREVISTA, 2021).

Agora um laboratório que eu falaste agora e tô lembrando que funcionava alguma coisa era o laboratório de Química e de Física. [...] E aí que funcionava assim eram os laboratórios que tinha Física e Química que funcionava, mais os do curso mesmo, o de Instalação Elétrica, né? Instalação Elétrica um e dois, motores, esqueçam. Isso aí fazia só conhecer: oh menino isso aqui é um motor. Funciona? Não, e assim passava por aí tu tira, né? Então o teórico, nós éramos muito bom de teoria, todo mundo era muito bom de teoria, né? Aquela coisa guardava tal, ouvia mais na hora H mesmo não tinha, não tinha como. [...] então de laboratório todos se concentravam no prédio B, então lá no prédio B, a gente tinha laboratório de Práticas de Instalação um e dois predial, o laboratório de Desenho era lá em cima, eu também paguei Desenho Arquitetônico, professor Araújo me lembro como se fosse hoje o nome dele professor Araújo, né? Desenho arquitetônico tinha laboratório lá em cima, o de desenho Samara, os laboratórios de Desenhos funcionavam. Que eram o que os laboratórios de desenho? Eram as pranchetas e tal, o material que a gente tinha que levar pra lá eram nossos grafites e as folhas, eles não davam folhas pra gente, né? De jeito nenhum. Né? Aí existia isso aí laboratório de Desenho, né? E o nosso laboratório, esse funcionava. O laboratório de Física, de Química, o de Física e de Química era no prédio A, lá embaixo e lá era o de Desenho que eu já falei e tinha os outros Instalação um, Instalação dois e Motores pronto né, era isso aí que tinha no prédio B. (ALUNO D, ENTREVISTA, 2021).

Modéstia à parte, nós tínhamos um bom laboratório de Solos, certo? Eu sou daqueles que acredito e gosto de aula prática, e dava muito mais prática do que teórica, que teórica o aluno pode chegar e ler um livro desse e entender, a prática não, às vezes ele, sem a presença do professor, sem aquela. O hábito de um manuseio, ele pode se perder, pode ter um resultado ruim, não satisfeito, é. Não satisfatório. Então tem isso, eu primo, eu particularmente primo, e acredito na prática mais do que na teórica. O laboratório nosso de Solo era uma coisa que nós aqui primava bastante, que existia um coordenador de cada laboratório, e este laboratório era nossa casa, a gente zelava mais do que a nossa casa, eu, Professor Santana, tomava de conta do laboratório de Projetos, que era... tinha ciúme mais do que não sei nem o que [...] Muito bom, muito bem estruturados, tão tal que a Universidade Federal do Piauí vinha assistir

aula, tomavam emprestado nosso espaço mesmo. Nós tínhamos parceria com o BEC, coisa que o BEC não fazia lá, nós tínhamos o maior prazer de emprestar esse serviço, né? E era especial o nosso laboratório para a época. (PROFESSOR A, ENTREVISTA, 2021).

Laboratório tinha, as práticas, as práticas na área de pavimentação, de área de solos, tinha aula prática no prédio B, tinha o setor de várias áreas, várias salas pra prática, e tinha a parte de Mecânica dos Solos, que é pra estudar os solos, fazer compactação, [...] era ensaio de densidade em ciclo, os ensaios necessários para saber se aquele solo servia para aquela estrada ou não. [...] Mas as práticas eram essas... em laboratórios, né? Tinha laboratórios de solos, tinha laboratórios de topografia. (PROFESSOR B, ENTREVISTA, 2021).

Manter viva na memória das pessoas as recordações de sua vida individual é essencial para a construção da memória coletiva. Nesse sentido, reconstituir a história da ETFPI é trazer à memória individual das pessoas fatos referentes a esta escola, confrontando-os com a memória coletiva da sociedade, como forma de compreender sua história e memória.

Dessa forma, pelas falas dos sujeitos, podemos reconstruir parte da memória institucional da ETFPI, espaço que por anos foi cotidiano de alunos e de profissionais que por ali passaram e que a partir de suas vivências nos trazem lembranças de seus momentos de formação profissional e contribuem para conhecermos a história da trajetória da Escola Técnica Federal do Piauí. As lembranças narradas acerca das experiências vivenciadas nos laboratórios da ETFPI nos ajudam a entender a importância que os laboratórios tinham para os cursos técnicos, pois os conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas eram aplicados nas aulas práticas, seja nos laboratórios ou nas visitas técnicas.

As recordações do Aluno A trazem as lembranças de aulas tanto nos laboratórios da escola quanto em espaços dentro da instituição voltados para aulas de caráter prático, como a rede de posteamento que havia dentro da ETPI. Com essa rede os alunos realizavam atividades elétricas, mexiam em redes, cabos e fios. A aluna C e o Aluno D recordam dos laboratórios de Química e de Física, falam deles com saudosismo por terem bom funcionamento e organização. Já os Professores A e B destacam como os laboratórios eram utilizados por eles, que ministravam muitas aulas práticas, como afirma o Professor A, que ministrava mais aulas práticas do que teóricas.

Os Professores A e B, assim como o Aluno D, relataram que os laboratórios das disciplinas técnicas ficavam no Prédio B da escola, enquanto os laboratórios de Química e

de Física ficavam localizados no Prédio A, o mesmo prédio em que eram realizadas as aulas teóricas.

O Aluno D, ao falar dos laboratórios das disciplinas técnicas do curso Técnico em Eletrotécnica na década de 1990, relata a existência dos laboratórios, mas com equipamentos que não funcionavam, o que impedia as aulas práticas nesses laboratórios. A fala do aluno em referência é diferente da fala do Professor A, embora façam menção à mesma escola, mas em tempos e cursos diferentes. O Professor A relata que na década de 1970, no curso de Estradas, havia laboratórios bem estruturados e que eram bastante utilizados, não apenas nas aulas da escola, mas em atividades do 2º Batalhão de Engenharia de Construção - Exército Brasileiro do Piauí (2º BEC) e da Universidade Federal do Piauí, que solicitava os laboratórios da escola emprestados. Assim, observamos as diferenças existentes na forma de trabalhar com as disciplinas técnicas nos laboratórios da ETFPI em cursos e tempos diversos.

O Professor A recorda dos cuidados que os professores tinham com os laboratórios, como se estivessem na intimidade do próprio lar, inclusive ele e o professor Santana cuidavam com muito zelo dos laboratórios, como o de Solos, bastante utilizado no Curso Técnico em Estradas. Assim, o professor destaca a existência da figura do “Coordenador de Laboratório”, que eram professores da escola aptos a atender às demandas de alunos e de professores, bem como a realizar a manutenção do laboratório de maneira que garantissem o bom funcionamento dos equipamentos, solicitando reparos ou troca de peças e equipamentos quando necessário.

Na Figura 18 observamos um memorando de 1984 expedido pelo Chefe do Departamento de Ensino ao Diretor da ETFPI com a solicitação de serviços no Laboratório de Eletrotécnica para melhorar a execução das aulas práticas. Já a Figura 19 trata de uma autorização, do ano de 1985, para a aquisição de materiais para o laboratório de eletricidade como cabos, chaves, contadores, alicate, pilhas, disjuntores, dentre outros. Com a compra desses materiais, os alunos poderiam colocar em prática os conteúdos teóricos estudados no Curso de Eletrotécnica.

Figura 18 – Solicitação de serviços


 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO
 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUI
 DIRETORIA

MEMORANDUM N.º 21/84 Em 16 de maio de 1984.

Do Chefe do D.E.
 Ao Senhor Diretor
NESTA

Senhor Diretor:

Passamos às mãos de V.Sª. a solicitação de serviços, no Laboratório de Eletrotécnica, através da relação, em anexo, apresentada por seu Coordenador, para melhor andamento das aulas práticas.

Atenciosamente,


 José Machado Coelho
 Chefe do Dept.º de Ensino
 Reg. L - 3.512

Fonte: ETFPI (1984).

Figura 19 – Autorização para aquisição de material


 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO
 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUI
 DIRETORIA

MEMORANDUM N.º 02/85 Em 30 de janeiro de 1985.

Do Chefe do D.E.
 Ao Senhor Diretor
 Nesta

Senhor Diretor:

Solicitamos a V.Sª autorização para aquisição de material para as aulas práticas do Laboratório de Eletricidade, conforme relação em anexo enviada pelo Coordenador do mencionado Laboratório.

Atenciosamente,


 José Machado Coelho
 Chefe do Dept.º de Ensino
 Reg. L - 3.512

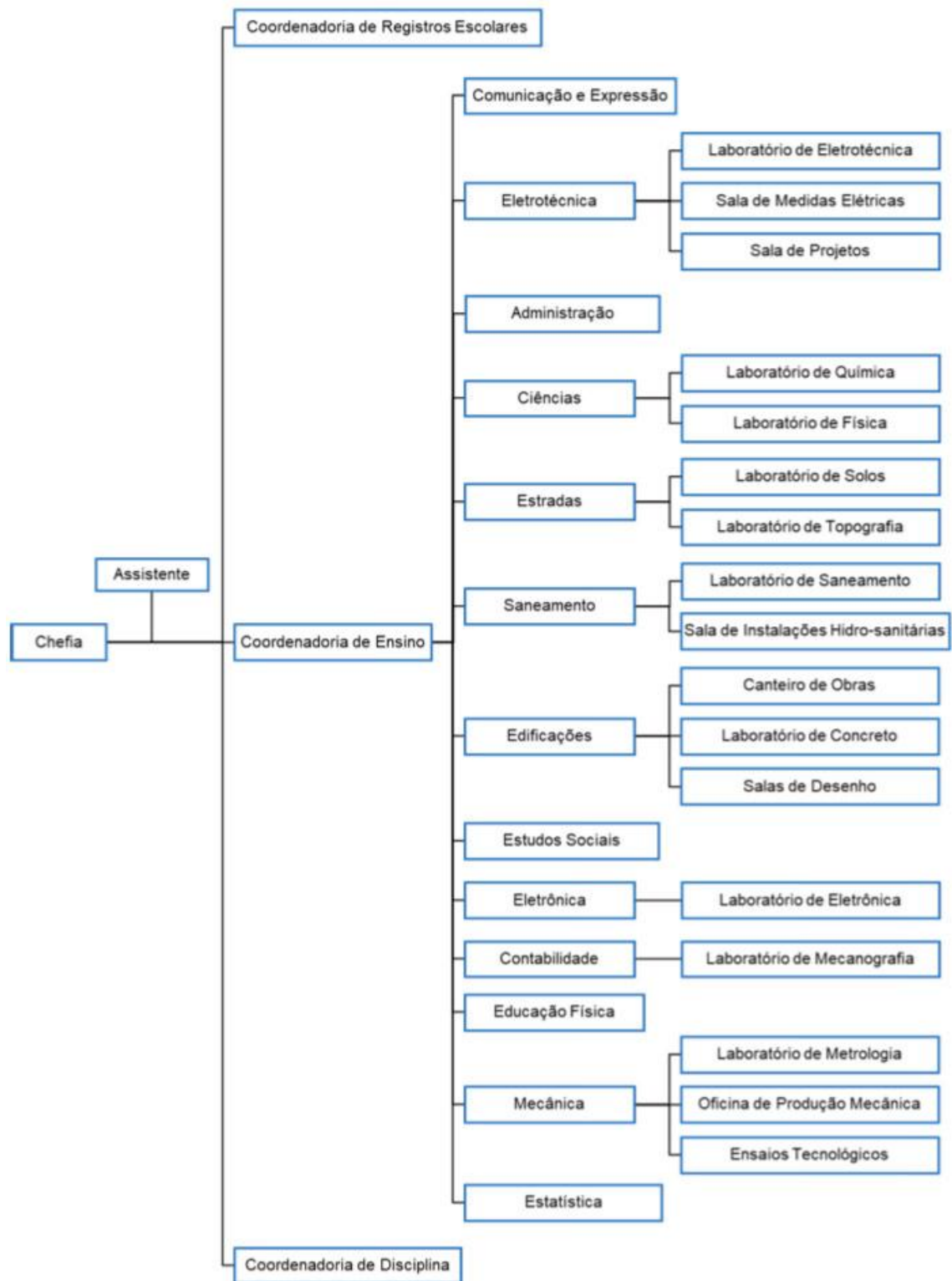
Fonte: ETFPI (1985).

Os laboratórios da Escola Técnica Federal do Piauí estavam sob a responsabilidade da Coordenadoria de Ensino, que pertencia ao Departamento de Ensino da ETFPI. A Figura 20 mostra como a Diretoria de Ensino da ETFPI estava organizada em 1988.

O Departamento de Ensino tinha a finalidade de desenvolver atividades relativas ao processo de ensino-aprendizagem. Era formado pela Coordenadoria de Registros Escolares, pela Coordenadoria de Disciplina e pela Coordenadoria de Ensino.

A Coordenadoria de Registros Escolares era o setor responsável pelos registros dos alunos. Tinha como finalidade atender aos discentes, expedindo documentos como: boletins, declarações, transferências, certificados e diplomas. A Coordenadoria de Disciplina era o setor que se responsabilizava pela disciplina dos discentes e tinha como finalidade acompanhar o desenvolvimento das atividades docentes, controlar a disciplina dos alunos e os diários de classe. A Coordenadoria de Ensino tinha a finalidade de planejar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades relacionadas ao ensino. (ETFPI, 1989).

Figura 20 – Composição do Departamento de Ensino



Fonte: Adaptado de ETFPI (1988).

A Coordenadoria de Ensino da Escola Técnica Federal do Piauí possuía 13 (treze) áreas em 1988. Destas, 08 (oito) possuíam salas e laboratórios específicos para realização de suas atividades práticas, de acordo com os objetivos de cada curso técnico. A área de Eletrotécnica tinha 02 (duas) salas para as aulas práticas: a Sala de Medidas Elétricas e a Sala de Projetos, e ainda o Laboratório de Eletrotécnica.

A área de Ciências, de formação geral, contava com os Laboratórios de Física e de Química. Já o Curso Técnico em Estradas possuía 02 (dois) laboratórios, o de Solos e o de Topografia. O Curso Técnico em Saneamento tinha 02 (dois) espaços para aulas de formação prática: o Laboratório de Saneamento e a Sala de Instalações Hidrossanitárias.

O Curso Técnico em Edificações contava com o Canteiro de Obras, com o Laboratório de Concreto e a Sala de Desenho. A área de Eletrônica contava com apenas 01 (um) laboratório, o de Eletrônica, assim como o Curso Técnico em Contabilidade, que também possuía apenas 01 (um) laboratório, o de Mecanografia. Já o curso Técnico em Mecânica possuía como espaços para as aulas práticas o Laboratório de Metrologia, a Oficina de Produção Mecânica e a Sala de Ensaios Tecnológicos.

A estrutura da escola a partir de seus laboratórios e recursos disponíveis, bem como a finalidade de preparar mão de obra qualificada, nos leva a perceber como a tendência tecnicista estava presente no cotidiano da ETFPI. De acordo com Saviani (2013) a demanda de preparação de mão de obra para as empresas associadas à meta de elevar a produtividade do sistema escolar levou à adoção do tecnicismo no campo da educação.

Costa e Subtil (2016) afirmam que a educação na ditadura militar, assim como as reformas educacionais que foram implementadas, formavam pessoas que apenas reproduziam ideias e ações das empresas e assim formavam sujeitos apenas executores de tarefas. Os autores destacam, ainda, que a luta contra a ditadura objetivava defender a sociedade democrática, assim como a defesa do reconhecimento do trabalho enquanto produtor de riquezas do país e contra o modelo educacional tecnicista que submetia o ensino às condições impostas pela indústria, o que precarizava a escola pública e fomentava a exclusão social.

Para Marques (2012), a tendência tecnicista atua no aperfeiçoamento do sistema capitalista, articulando-se com o sistema produtivo, e tem como interesse produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho sem a preocupação com as mudanças sociais.

Na fala do Professor A, percebemos a ênfase na prática como elemento da formação ministrada: “Eu sou daqueles que acredito e gosto de aula prática, e dava muito

mais prática do que teórica, que teórica o aluno pode chegar e ler um livro desse e entender, [...] eu particularmente primo, e acredito na prática mais do que na teórica”.

Na fala do Professor A percebemos que o ensino profissionalizante centra-se no domínio de um determinado fazer, estando em consonância com a tendência tecnicista então vigente e amplamente propagada. Assim, o Professor A dava ênfase às aulas práticas para que os alunos, pelo trabalho manual, pudessem adquirir as habilidades necessárias a sua formação.

3.2 Convênios e estágios na Escola Técnica Federal do Piauí

Contando com sua estrutura de equipamentos e laboratórios, bem como de profissionais com formação técnica, a Escola Técnica Federal do Piauí realizava convênios com diversas instituições no Piauí. Como exemplo, Rego (2009) destaca, em 1971, a proposta da Prefeitura de Teresina à Escola Técnica, de produzir as grades da Praça Marechal Deodoro da Fonseca. A escola aceitou o serviço proposto e assinou convênio com a Prefeitura de Teresina para executá-lo.

Essa foi uma obra levada a cabo pela municipalidade, a qual tinha como objetivo central oferecer à população uma área de lazer, sendo investidos cerca de um milhão de cruzeiros na construção de passeio público, que contava com calçada em lajota e em pedras portuguesas, gramado, asfalto, tanto interno como em seu perímetro, além dos gradis feitos pela Escola Técnica Federal de Teresina. Estes foram colocados para dar uma maior segurança aos frequentadores em virtude dos constantes acidentes de trânsito, oferecendo-se um local de lazer tranquilo e livre dos transtornos e perigos do tráfego de veículos. Outro motivo da adoção dos gradis está relacionado ainda a uma política de controle de ambulantes no espaço interno da praça. (MONTE, 2010, p. 115).

Para Monte (2010), o objetivo de colocar as grades na Praça Marechal Deodoro da Fonseca era oferecer segurança aos seus frequentadores e controlar a presença dos ambulantes no espaço interno. Assim, em 1971, a Oficina de Fundição da ETFPI foi usada para fundição das peças, nela “o mestre Cícero Barros de Sousa confeccionou os modelos de longarinas, postes mourões e lanças, peças que seriam fundidas.” (REGO, 2009, p. 87). Após a produção do material na escola, foi realizada a parte de acabamento e de montagem

das grades na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, conhecida popularmente como Praça da Bandeira (Figura 21).

Figura 21 – Praça Marechal Deodoro da Fonseca



Fonte: Rego (2009, p. 88).

Le Goff (2003) ratifica que “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” (2003, p. 419). Assim, indagamos ao Aluno A e ao Professor A acerca desse convênio, uma vez que eles estudaram/trabalharam na escola no período referido. Eles relataram que:

Da Praça da Bandeira. Me recordo Sim. Não tive o prazer de participar porque era para os alunos que já tinham escolhido a profissão, então foi os alunos da fundição. Ali é o ferro fundido como se chama. Com esse convênio foi um desafio que a prefeitura fez porque na mesma época o governo do estado trouxe essas peças do sul do país para circular o Karnak. Se observar ela tem o mesmo formato da grade do Palácio de Karnak e da Praça da Bandeira. Então, o governador Alberto Silva cercou o Palácio de Karnak com essas peças muito importante que veio de São Paulo, do sul do país e aí a prefeitura fez este desafio que iria fazer, mas usando a mão de obra de Teresina e foi até a Escola Industrial, conversou com o professor Edmilson, aí foi feito o convênio e todas aquelas peças

foram construída dentro da nossa instituição Escola Industrial Federal do Piauí, lembro demais. Ele era coordenador, professor da oficina fundição. Não tô lembrado. Mas Edmilson era coordenador. Lá nós tínhamos o Coordenador Geral, o Coordenador de Curso e aí o Edmilson participou da seleção destes alunos para participar. Como o espaço era pequeno não poderia participar todos os alunos. Foi feita uma seleção dos melhores alunos porque era uma peça para ser moldada com muito cuidado, com muito carinho. Mais o certo é que foram feitas todas aquelas peças desse convênio com a prefeitura e Escola Industrial Federal do Piauí. (ALUNO A, ENTREVISTA, 2021).

Então esse material aqui foi registrado pelo professor José Luís que fez esse convênio com o prefeito João Ribeiro e o Governador Alberto Silva, foi nessa época mesmo viu. Todos esses materiais que foram reciclados, derretidos, desmanchados. Foi derretido para fazer essa... chamada fundição. Fundição é um processo de aquecimento que derrete o... o metal. Isso que foi feito aqui na oficina, não naquela oficina lá. Hoje tá demolido, foi...tá todo reformado. Isso... foi possível... em convênio com a Secretaria de Obras e o professor orientador dessas grades fez, colocou a mão na massa mesmo, foi o professor Cícero Barros. É um professor de fundição, um excelente, né? Professor de fundição. Nessa época fez um gradeado todo na área da Praça da Bandeira. O professor José Luís era um cara durão, cara que não ficava no gabinete não, desenvolvia muita coisa naquela época isso aqui também foi da época do Alberto Silva, tudo isso aqui foi da época do Alberto Silva. (PROFESSOR A, ENTREVISTA, 2021).

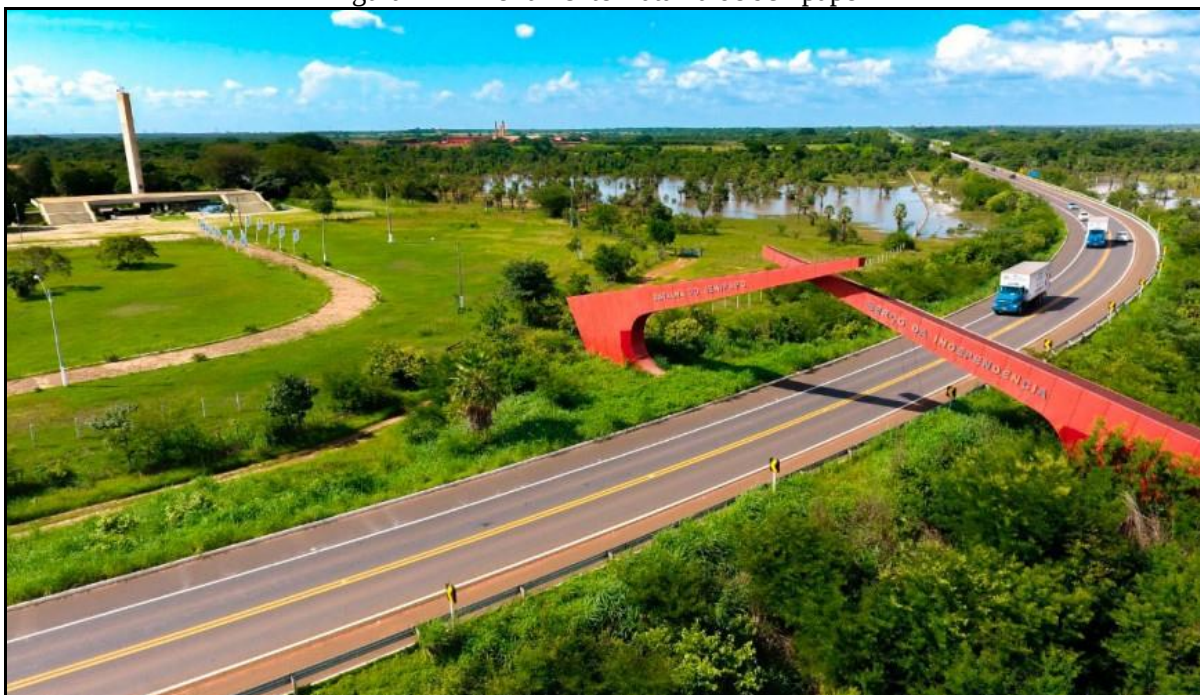
Como lembrado pelo Aluno A, do convênio entre ETFPI e Prefeitura de Teresina, os alunos da instituição fizeram as grades da Praça Marechal Deodoro da Fonseca na oficina de fundição da escola. O professor que coordenou essa atividade foi Cícero Barros, que selecionou os alunos para produção das grades. O Professor A relembra que o convênio foi firmado entre o diretor da ETFPI, José Luís Castro Aguiar, o prefeito de Teresina à época, o senhor João Ribeiro, e o governador do estado do Piauí, Alberto Tavares Silva.

Fontineles (2015), ao escrever sobre o governo de Alberto Silva, traz as grandes obras realizadas por ele durante seu mandato como governador do estado no período de 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975, dentre as quais a reforma da Praça Marechal Deodoro da Fonseca, que pretendia propagar a ideia de modernização e que projetava inserir nas cidades do Nordeste elementos da modernidade. Conforme a autora, após a reforma, a praça foi considerada um dos cartões de visita de Teresina por oferecer um ambiente agradável aos visitantes. No entanto, o governo sofreu críticas porque outros pontos da cidade, como a Praça da Liberdade, também precisavam de cuidados da administração por estarem em situação de abandono.

Nesse cenário que explicita o desenvolvimento e focaliza grandes obras arquitetônicas no estado, a ETFPI foi convidada, por meio de seus docentes, “para trabalhar no acabamento do Monumento da Batalha do Jenipapo, obra inaugurada em 1975.” (SANTANA, 2012, p. 63).

O Monumento Batalha do Jenipapo (Figura 22), considerado um dos patrimônios históricos mais antigos do Piauí, está localizado à margem da BR 343 e do rio Jenipapo, e visa a relembrar e a celebrar a independência do Brasil, bem como a participação do Piauí na luta pela independência. A ETFPI participou da construção desse monumento, que se justificou “pela sua vocação nas áreas profissionais tecnológicas de Mecânica e de Construção Civil.” (SANTANA, 2012, p. 63).

Figura 22 – Monumento Batalha do Jenipapo



Fonte: Conheça o Piauí.
Créditos: Conheça o Piauí.

Dessa forma, por ser a memória oral, conforme Bosi (2003), um instrumento útil para quem deseja reconstituir fatos do cotidiano, o Professor A e o Aluno A relembram:

Tinha uns monumentos e o Estado estava é... cheio de obras, e tinha coisa específica aqui que só a escola podia fazer né, como grades, ou seja, aqui no caso nós fizemos tudo, quem estava na frente do serviço aqui era o professor Santana, era um conjunto de... é uma família. [...] Envolveu

várias áreas, a área Topografia, na qual eu trabalhei com o Santana, a área de designer que na época né? Nós fizemos isso aí, na época toda a escola foi envolvida nesse trabalho [...] isso na época o governo viu essa potência, o governador conhecia o trabalho do diretor da época José Luís Castro Aguiar e fez essa parceria [...] Então, desde o calçamento até aquela designer e painel foi toda a escola que fez, o projeto, ou seja, tudo, tudo, tudo. Inclusive o Projeto. Próximo a inauguração o professor José Luís nos levou todo mundo pra lá pra fazer esse calçamento aqui, assentamos pedra, perante duas horas da manhã nós estávamos assentando pedra aqui, inclusive ele. (PROFESSOR A, ENTREVISTA, 2021).

A Escola Técnica sempre foi procurada pelas instituições externas, por órgãos públicos, não só dado ao Monumento do Jenipapo. Não tô lembrado se foi na mesma época também da pavimentação do canteiro central da Avenida Frei Serafim. Toda aquela pedra portuguesa cortada, quebradia branca e preta foram os alunos da Escola Técnica que fizeram. Na época, o diretor era o professor José Luís Castro Aguiar e ele convocou, fez uma seleção com os alunos que queriam fazer, mas como eu já estava envolvido com outra atividade eu não fui para lá. Fomos muito criticados porque disseram, por isso as críticas existiram porque disseram que a escola estava formando quebradores de pedras, e realmente era uma arte porque tinha que quebrar no formato, no mesmo tamanho, mini-paralelepípedo e teria que ser paralelo, dois a dois, do mesmo tamanho. Mas por que o José Luís Castro Aguiar fez isso? Porque era uma escola de alunos carentes e aquilo ajudava na renda familiar dos alunos. Foi muito bem aceito pelos familiares dos alunos, pelos próprios alunos. Enfim, foi um convênio que deu certo, da mesma forma dessa lá do Monumento do Jenipapo lá em Campo Maior. (ALUNO A, ENTREVISTA, 2021).

O Professor A recorda que no início dos anos de 1970 o Piauí estava cheio de obras e que a ETFPI, como instituição que qualificava profissionais técnicos em diversas áreas de atuação, se envolvia em trabalhos de obras no estado, como ele cita o professor Santana, os profissionais da área de Topografia, dentre os quais ele se incluía como participante da construção do Monumento Batalha do Jenipapo.

O Aluno A traz em suas memórias que a ETFPI era bastante procurada por instituições e órgãos públicos, citando, além da participação na construção do monumento, as contribuições que a escola deu na pavimentação do canteiro central da Avenida Frei Serafim, em que foi empregada a mão de obra dos discentes da escola. O aluno relembra, ainda, as críticas que a ETFPI recebia, pois diziam que a escola estava formando quebradores de pedra. A crítica ocorria pelo fato de muitos não conhecerem o trabalho técnico que os alunos estavam executando no canteiro central, que utilizava de conhecimentos específicos de sua área de formação.

Outro ponto importante a ser destacado nas lembranças do Aluno A é que o diretor da escola, José Luís Castro Aguiar, realizava esses convênios não apenas para oferecer os serviços da ETFPI à comunidade, mas para que os valores recebidos, provenientes dos convênios, pudessem ajudar na renda dos alunos da escola, principalmente daqueles que precisavam de trabalho para ajudar no próprio sustento e no de seus familiares.

Em 1973 o Jornal do Piauí veiculou notícia (Figura 23) de uma solenidade em que o Ministro do Trabalho e Previdência Social, Júlio de Carvalho Barata, assinou convênio previsto na Programação Nacional de Valorização do Trabalhador (PNVT)²² com a Escola Técnica Federal do Piauí visando à concessão de bolsa de estudo aos trabalhadores sindicalizados e seus dependentes que estavam matriculados na ETFPI.

Figura 23 – Bolsas para alunos de cursos técnicos

Bolsas para alunos de cursos técnicos

O ministro Júlio Barata assinou, em solenidade realizada em Teresina, convênio com a Escola Técnica Federal do Piauí, visando à concessão de nova modalidade de bolsa de estudo aos trabalhadores sindicalizados e a seus dependentes que estão matriculados naquele estabelecimento de ensino. O convênio faz parte da programação prevista no PNV — Programa Nacional de Valorização do Trabalhador. O Ministério do Trabalho e Previdência Social, que já vem distribuindo no Estado do Piauí, através de 69 sindicatos, 1.200 bolsas de estudo para alunos de escolas públicas e particulares que cursam o ginásio ou ensino técnico de qualquer natureza, ampliará sua atuação com o convênio ora assinado. Será concedida aos estudantes da Escola Técnica, matriculados em cursos técnicos considerados prioritários, nova modalidade de bolsa, de valor superior àquelas distribuídas por intermédio dos sindicatos de trabalhadores, incentivando assim a formação de mão-de-obra especializada imprescindível ao desenvolvimento tecnológico do País.

As novas bolsas serão pagas diretamente pela Escola e terão o valor de Cr\$ 640,00 anuais no 1º ano técnico e Cr\$ 1.200 a partir do 2º ano, com pagamento em 8 parcelas de 80 e 150 cruzeiros respectivamente. A bolsa recebida a partir da 2a. série é rotativa, com reembolso após a conclusão do curso, sem juros nem correção monetária, em um número de anos igual ao do recebimento do benefício.

*Convênios idênticos foram firmados com outras quarenta e seis escolas técnicas abrangendo todos os Estados da União, visando a ampliar, dessa forma as oportunidades oferecidas pelo PEBE aos trabalhadores sindicalizados e dependentes, dentro das diretrizes traçadas no Programa Nacional de Valorização do Trabalhador.

Fonte: BOLSAS...Jornal do Piauí (1973, p. 3).

Rego (2009) destaca que essa bolsa de estudo surgiu a partir da reivindicação dos trabalhadores junto ao Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, para que os filhos dos trabalhadores sindicalizados tivessem ajuda financeira. Esse convênio também foi firmado com outras escolas técnicas do país, incentivando a formação de mão de obra especializada. A partir dessa bolsa de estudo foi criado o Programa Especial de Bolsa de Estudo (PEBE).

O Manual do Aluno de 1989 informava que para os alunos tivessem direito à bolsa pelo PEBE deveriam ser sindicalizados ou filhos de sindicalizados, além de apresentarem a

²² O Decreto n.º 70.861, de 25 de Julho de 1972, estabeleceu prioridades quando à política de valorização do trabalhador.

Carteira de Trabalho na sala de Bolsas, localizada no Prédio A da instituição. Até 1986 esse programa chegou a beneficiar 120 (cento e vinte) alunos com bolsas de estudo.

Medeiros (1996) ressalta que no período de 1959 a 1964 foram criados 25 (vinte e cinco) novos sindicatos, sendo 03 (três) deles patronais²³. Para o autor em referência, isso aumentava o nível de reivindicação, embora voltado para os benefícios do estado, tendo em vista que o confronto entre trabalhistas e patronatos era reduzido. No regime civil-militar, “quanto ao movimento sindical urbano, este precisou praticamente se refazer, visto que foi o movimento mais neutralizado durante o período autoritário.” (MEDEIROS, 1996, p. 121).

De acordo com Medeiros (1996), apesar de o movimento sindical ter sido o movimento mais neutralizado durante a ditadura civil-militar, ele foi também um dos que mais cresceu nesse período. A exemplo disso temos que nos anos 70 do século XX:

[...] os professores da rede estadual de ensino mantêm uma entidade forte, a APEP – Associação dos Professores do Estado do Piauí [...] E ainda na passagem dos 70 para os 80, se reativam ou são criados sindicatos de diversas categorias profissionais da classe média: assistentes sociais, jornalistas, engenheiros, economistas, médico, etc. (MEDEIROS, 1996, p. 121).

Sobre os sindicatos, Silva (2017) afirma que foram importantes no período em que a “reconstrução democrática conviveu com a crise econômica, que, à medida que se foi agravando, adotaram estratégias de confrontação, caracterizada pela oposição sistemática às políticas governamentais, pela ênfase na mobilização de massas e pela ação grevista”. (SILVA, 2017, p. 5). A autora destaca também que em Teresina os movimentos sociais ganharam visibilidade, pois nos anos de 1980 ocorreram manifestações em torno de problemas sociais como transporte, educação, saúde e moradia.

A realização de convênios entre a Escola Técnica Federal do Piauí e outras instituições era uma prática institucional, pelos meio dos quais os alunos realizavam estágios e recebiam indicações de emprego. A Figura 24 apresenta notícia da Folha

²³ “Os sindicatos eram organizados, subdividindo os trabalhadores ou patrões do mesmo ramo de produção, quase sempre para garantir o número de cinco sindicatos, possibilitando organizar a Federação daquele setor. Assim, do lado patronal, temos sindicatos do comércio atacadista e do comércio varejista.” (MEDEIROS, 1996, p. 111).

Informativa²⁴ que trata da visita da Diretora da Escola à época, ao Governador do estado, em busca de estágios para os alunos da ETFI.

Figura 24 – Escola Técnica visita governador



Fonte: ESCOLA...Folha informativa (1995, p. 1).

O estágio pode ser entendido como “o *lócus* onde a identidade profissional é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica, e por isso deve ser planejado gradativa e sistematicamente com essa finalidade.” (BURIOLLA, 1999, p. 10, grifo do autor). Visto dessa forma, o estágio surge como indispensável em uma instituição profissionalizante, pois possibilita ao discente o contato com a futura profissão e o desenvolvimento de sua prática.

Considerando a necessidade dos estágios na formação dos alunos, a Diretora Geral da escola em 1995, professora Rita Maria, visitou o governador estado para que o Governo do Piauí fosse mais uma das instituições conveniadas à ETFPI, oferecendo estágios aos estudantes da escola em suas repartições públicas. Sobre esta busca por convênios para a escola, o Professor A narra:

²⁴ Publicação mensal da ETFPI, editada e distribuída pela Comunicação Social da escola.

Escola e empresa, é obrigação nossa procurar a empresa e a empresa nos procurar, sendo que isso é um direto certo, não vamos ficar aqui com braços cruzados esperando que a empresa venha, pelo contrário nós temos que ir até a empresa. (PROFESSOR A, ENTREVISTA, 2021).

Assim, a ETFPI procurava fazer convênios para oferecer condições para seus alunos estagiarem, conforme vemos na fala do Professor A. Dessa forma, o estágio alia a teoria à prática e possibilita ao discente o contato com sua profissão e a oportunidade de reflexão na escola acerca das atividades realizadas no estágio.

Em 1979, a ETFPI ministrava os seguintes cursos visando a formação de técnicos, a nível de 2º grau: 1) Área Secundária – Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Estradas, Mecânica e Saneamento; 2) Área Terciária – Assistente de Administração, Contabilidade e Estatística.

Para que os alunos da área secundária pudessem exercer a profissão de Técnico de Nível Médio deveriam, após completar a carga horária do curso, realizar o Estágio Supervisionado em empresas ou instituições do governo, em atividades relacionadas ao curso concluído, e para isso contavam com a orientação e a assistência da escola, intermediadas pelo Serviço de Integração Escola-Empresa. Após terminar o estágio de 480 (quatrocentos e oitenta) horas, o aluno apresentava relatório ao SIE-E e era submetido a uma entrevista para avaliação do estágio. Com a aprovação, o discente requeria o diploma de Técnico de Nível Médio. Na área terciária, os alunos poderiam realizar o estágio paralelo ao curso, diferente da área secundária (ETFPI, 1979).

Avançando para os anos 90 do século XX, o estágio continuou desempenhando papel importante na ETFPI, e foi elo da escola com a sociedade piauiense, pois com ele os discentes tanto aprendiam quanto contribuíam com seus saberes em diversas empresas e órgãos públicos do estado. Em 1999 a ETFPI contava com 258 (duzentos e cinquenta e oito) empresas conveniadas e com 594 (quinhentos e noventa e quatro) alunos estagiários.

O Quadro 05 traz o nome das principais empresas e órgãos públicos conveniados à Escola Técnica Federal do Piauí, bem como o número de alunos que estavam realizando estágios nas empresas no ano de 1999.

Quadro 05 – Empresas Conveniadas a ETFPI em 1999

EMPRESAS CONVENIADAS	QUANTIDADE DE ESTAGIÁRIOS
Companhia Energética do Piauí (CEPISA)	50
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR)	27
Águas e Esgotos do Piauí S.A. (AGESPISA)	25
Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo (SEMHUR)	14
Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTAS)	13
Antártica do Norte/NE	12

Fonte: ETFPI (1999).

Pelo Quadro 05 observamos que a Companhia Energética do Piauí possuía o maior número de estagiários, totalizando 50 (cinquenta) alunos da ETFPI, seguido da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, que possuía 27 (vinte e sete) estagiários. Por meio dos estágios a ETFPI contribuía mais uma vez com a sociedade piauiense, com a disponibilização de discentes qualificados na sua área de atuação capacitados para a troca de conhecimentos que o estágio permite.

Dialogando com os sujeitos da pesquisa sobre os estágios na Escola Técnica Federal do Piauí, os alunos relembrou sobre a participação deles nos estágios, como verificamos nos relatos a seguir:

A Escola Técnica me deu essa oportunidade para prestar um estágio em Recife. Fui muito grato por isso porque eu aproveitei o momento. Existia a vaga e a Escola Técnica escolhia aqueles alunos que ela achava que representava o quadro de egressos e eu fui bem sucedido. Graças a Deus e confesso que tudo que tenho hoje eu consegui a partir desse Curso Técnico em Estradas, adquirido lá na Escola Técnica Federal do Piauí. (ALUNO A, ENTREVISTA, 2021).

A partir do segundo ano já começavam os estágios. Eu fiz estágio no Projeto Randon, de seis meses. Aí depois na Caixa Econômica. Tempo Bom. (ALUNA C, ENTREVISTA, 2021).

[...] estágio não era fácil não. A nossa briga lá que todo mundo falava quando entrava lá e imaginava que não era pra trabalhar aqui em Teresina, era para ser captado por empresas, tipo assim Brasília, né? Porque eles tinham lá dois pontos, vamos embora para Brasília porque lá tem muito emprego ou então fazer um concurso da Infraero que o mais perto que tinha era Fortaleza ou São Luiz, né? Então nosso foco na época era isso aí. (ALUNO D, ENTREVISTA, 2021).

Pelos depoimentos percebemos como os alunos almejavam realizar estágios e como eles percebiam o estágio como uma possibilidade difícil devido à procura pelo mesmo ser grande, como relata o Aluno A, que inclusive destaca como os discentes da escola queriam trabalhar em empresas em outras cidades. Sobre estagiar em outra cidade do país, o Aluno A relata que estagiou em Recife e como é grato à ETFPI por ter feito um curso técnico e realizado estágio em Recife. A Aluna C narra que fez dois estágios pela ETFPI e que gostava muito, e lembra saudosa dos momentos vividos no estágio.

O depoimento da Aluna C traz o estágio como componente curricular do curso, já os depoimentos dos Alunos A e D trazem o estágio em outra perspectiva, na condição de alunos que já concluíram o curso e que, em busca do primeiro emprego, são indicados pela ETFPI para trabalharem em empresas conveniadas com a escola, inclusive em cidades fora do estado, como percebemos na fala do Aluno A, que chegou a estagiar em uma empresa em Recife, e na fala do Aluno D, que frisou como os alunos aspiravam ser captados pelas empresas de outros locais, como Brasília.

Borges (2011) relembra em seu livro de crônicas teresinenses, que desde a época de Escola Industrial os alunos da escola, quando se formavam, já conseguiam empregos na área técnica, inclusive fora da cidade de Teresina:

O Renato, filho de Seu Zé Pequeno, tipógrafo, que morava na rua Campos Sales, logo terminou o seu curso, na década de cinquenta, foi levado para a Fábrica Nacional de Motores. O professor Galvão diz no seu livro de memória. Naquele tempo, toda vez que saía uma turma de concludentes da EIT, vinha um bimotor da Fábrica Nacional de Motores, para contratar mão de obra egressa da Escola Industrial. Eu preferi ficar em Teresina. (BORGES, 2011, p. 30).

Diante das lembranças de Borges (2011), observamos que os alunos da Escola Industrial nem sempre conseguiam empregos no Piauí, dado o grau de desenvolvimento do estado, que não absorvia toda a mão de obra especializada, o que levava muitos egressos da escola a se deslocarem do estado em busca de emprego, como é perceptível nas lembranças do autor ao narrar sobre a vinda de um avião bimotor para levar egressos da escola para trabalharem na Fábrica Nacional de Motores²⁵.

²⁵ “Empresa de economia mista fundada pelo governo federal em 1942 no estado do Rio de Janeiro, com o objetivo inicial de produzir motores de avião. Foi transformada em sociedade anônima pelo Decreto-Lei n.º

3.3 Práticas escolares da Escola Técnica Federal do Piauí

Para Júlia (2001), a cultura escolar pode ser descrita tanto como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a transmitir, como um conjunto de práticas que proporcionam a transmissão do conhecimento e a incorporação de comportamentos.

Assim, consideramos que o processo de escolarização resulta no estabelecimento “[...] de um conjunto de normas e de relação com o conhecimento, que passa pela compreensão de uma forma especificamente escolar e de elementos que compõem uma cultura que, no âmbito da escola, assume traços também característicos.” (CAMPOS, 2008, p. 104).

Dessa forma, a ETFPI oferecia aos seus discentes diversas atividades extraclasse que tinham por finalidade complementar a formação dos educandos e desenvolver as habilidades pessoais de acordo com a opção que escolhessem. Dentre as atividades listadas no Manual do Aluno (1989) estavam: Banda de Música, Coral, Clube de Redação, Esportes e Grêmio Estudantil Nilo Peçanha. Sobre as possibilidades de participação nessas atividades, a Aluna C e o Aluno D relatam:

[...] tinha aulas de Artes, a gente tinha Coral, tinha Banda de Música. Cada um se encaixava no que tinha mais aptidão. (ALUNA C, ENTREVISTA, 2021).

[...] tinha banda né, existia a banda. Porque a banda lá era assim é, é eles selecionavam os alunos de acordo com a aptidão, aptidão né, eles saíam perguntando, oh quem toca trombone? Quem toca sax? Tal... e esses alunos iam e às vezes os alunos iam atrás mesmo para participar, então existia sim, e eles tinham a sala que era exatamente na, na primeira quadra que hoje é a primeira quadra coberta né, era no final a sala deles, eu me lembro como hoje, tinha essa sala deles. (ALUNO D, ENTREVISTA, 2021).

As lembranças tanto da Aluna C quanto do Aluno D, que estudaram em períodos distintos na ETFPI, apresentam traços da cultura escolar da Escola Técnica quando relembrem que os discentes poderiam participar de atividades extraclasse conforme

8.669, de 16 de janeiro de 1946. Em outubro de 1968, teve seu controle acionário transferido para a empresa italiana Alfa Romeo”. (KORNIS, s/d).

tivessem aptidão, sendo uma das opções citadas o coral e a banda de música, bem presentes na memória dos alunos da ETFPI.

Essas atividades extraclasse não eram exclusividade da ETFPI, Nascimento (2007) aponta que todas as escolas da rede federal propiciavam diversas atividades aos seus alunos, tendo os alunos acesso a atividades esportivas, música (banda e canto coral) e grêmio estudantil.

A banda de música representa um elemento importante da cultura escolar da Escola Técnica Federal do Piauí, pois com ela podia-se desenvolver tanto a transmissão do conhecimento como a incorporação de saberes, normas e valores. Conforme Rego (2009), a Banda de Música e Fanfarra da escola foi criada em 22 de novembro 1970, sob a regência do professor e Tenente-Coronel Luiz José dos Santos, e teve sua primeira apresentação em 1971. Era formada por 21 (vinte e um) componentes que realizavam apresentações na escola e em eventos cívicos, populares e religiosos, tanto de Teresina quanto dos demais municípios do Piauí. A banda de Música da ETFPI vinha “garantindo aos jovens, a oportunidade de desenvolverem suas vocações e aptidões para a música instrumental, promovendo interação, desenvolvimento, civismo e principalmente disciplina, levando a cultura, a beleza e alegria por onde passa.” (REGO, 2009, p. 93).

A Figura 25 apresenta a imagem da Banda da Escola Técnica Federal do Piauí no ano de 1971, por ocasião de sua primeira apresentação.

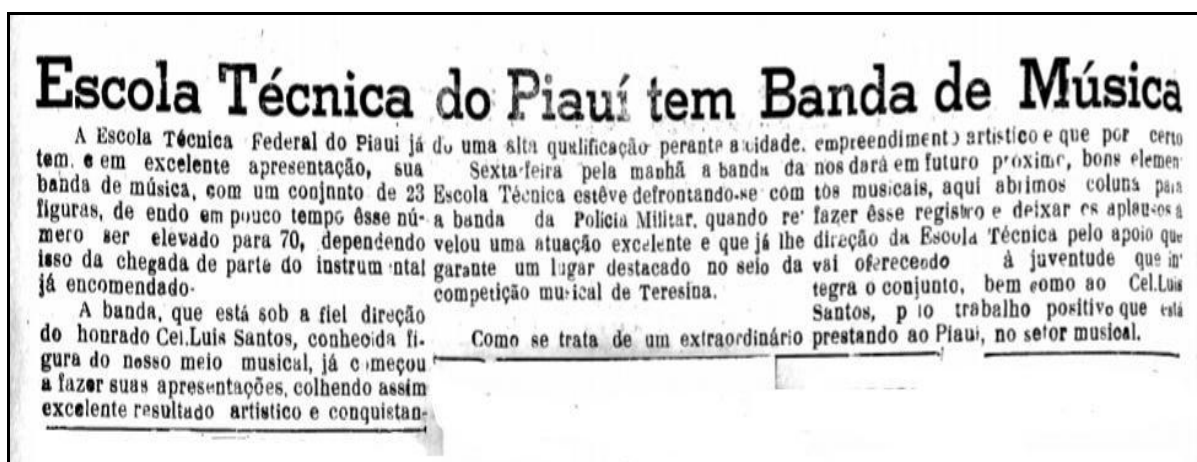
Figura 25 - Banda de Música da ETFPI: 1971



Fonte: IFPiauí Comunicação (2018).

Em 1971 o Jornal do Piauí (Figura 26) noticiava que a Banda de Música da Escola Técnica Federal do Piauí havia iniciado suas apresentações na cidade e que estava sob a direção do Cel. Luís Santos, conhecido no meio musical. A partir desse momento dava-se “início ao mais intenso movimento de ensino de instrumental de bandas no Piauí.” (FERREIRA FILHO, 2009, p. 123).

Figura 26 – Escola Técnica do Piauí tem Banda de Música



Fonte: ESCOLA...Jornal do Piauí (1971, p. 6).

As apresentações da banda de música da Escola Técnica Federal do Piauí pela cidade de Teresina, como narrada na notícia apresentada na Figura 26, demonstra que a escola poderia ultrapassar seus limites físicos, que sua cultura escolar continuava se expressando, embora vivenciada em ambiente externo à escola, cumprindo assim uma das funções social da ETFPI.

Desse modo, desde 1970, a cultura escolar da Escola Técnica estabelecida em sua banda musical tem participado da vida de alunos e de servidores (Figura 27), bem como da própria população piauiense, por meio de seus ensaios e de apresentações, concretizando-se como uma referência para a instituição desde a época da Escola Técnica, quando de sua fundação, sendo que “[...] para nós que fazemos parte dessa instituição, ela é uma prova de que a educação não é feita só com o conhecimento técnico, mas também com o cultural e com o artístico.” (IFPI, 2018).

Para Sêrvio (2002, p. 63 apud Ferreira Filho, 2009, p. 123), “A partir da talentosa geração provinda da primeira formação da Banda estudantil da Escola Técnica Federal, Teresina teve os primeiros professores-formadores de bandas não-militares.”

Figura 27 – Participação da Banda da ETFPI em atividade da escola



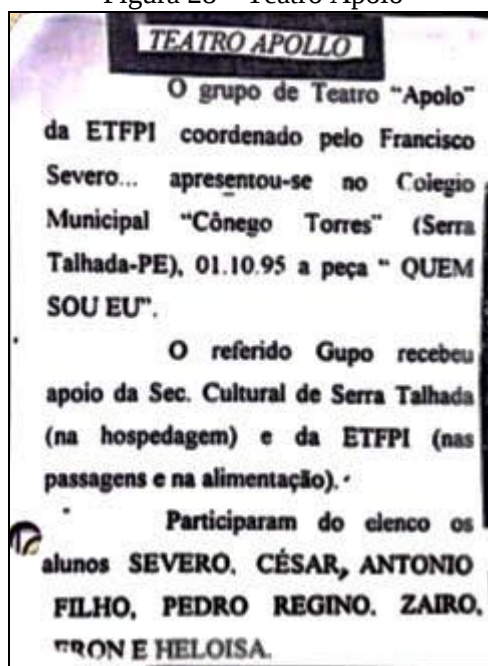
Fonte: IFPiauí Comunicação (2018).

Para Campelo (2003), durante os anos 70 e 80 do século XX, houve no Piauí o avanço das artes cênicas por meio de um programa que auxiliava a produção e a promoção de grandes festivais de teatro e dança, “realização de cursos e oficinas e programas de difusão cultural, que oportunizaram o surgimento de toda essa geração que ainda hoje sustenta as atividades cênicas do Estado do Piauí.” (CAMPELO, 2003, p. 33).

A ETFPI seguia esse avanço nas artes cênicas, pois tinha o teatro como umas das atividades que os alunos tinham acesso. “O teatro foi criado no dia 21 de abril de 1979 pelo professor Paulo de Tarso Batista Libório [...] sob a sigla FORTETT - Formação Teatral da Escola Técnica de Teresina.” (REGO, 2009, p. 88). Para o autor, o FORTETT despertou novos talentos e contribuiu para a carreira de grandes artistas piauienses.

As atividades culturais da ETFPI no teatro não se limitavam ao FORTETT, como verificamos na Figura 28:

Figura 28 – Teatro Apolo



Fonte: TEATRO...Folha Informativa (1995).

A Escola Técnica Federal do Piauí contou ainda com o Grupo de Teatro Apolo. Conforme Folha Informativa da escola, o grupo se apresentava em outras localidades, como em Pernambuco, onde recebeu apoio de hospedagem da Secretaria Cultural da cidade e da própria ETFPI para passagens e alimentação.

Como uma das práticas culturais da ETFPI, temos o Clube de Redação, que era mais uma das atividades que os discentes da ETFPI poderiam participar. Conforme Rego

(2009), suas atividades iniciaram na década de 70 do século XX e durou 09 (nove) anos. O objetivo do clube era

[...] habilitar os alunos da então Escola Técnica Federal do Piauí na arte de redigir bem. Para receber o “Certificado de Participação”, o estudante tinha de frequentar o Clube pelo período de três anos. Se o aluno do 2º ou do 3º ano fosse matriculado no Clube, era-lhe permitido, para completar o período, continuar no movimento como ex-aluno. (REGO, 2009, p. 98).

Conforme Rego (2009), durante a vigência do clube, aproximadamente 300 (trezentos) alunos participaram das atividades que ocorriam nas tardes de sábado. Dentre as atividades, os alunos apresentavam redações semanais com temas indicados pelo coordenador do clube.

Rego (2009) conta também que o Grêmio Estudantil Nilo Peçanha (GRENIPE) foi constituído em 14 de junho de 1962, e atuou até 1964, quando foi fechado pelo regime civil-militar. Tal fato se deu devido ao movimento estudantil se manter contra tal regime e desenvolver no país campanha pela volta da democracia no Brasil. “Os estudantes protestavam em manifestações promovidas pela UNE [...] No Piauí, a situação também era de medo. Todos viviam a tensão e o receio das decisões vindas de Brasília e do alto comando militar.” (BRANDÃO, 2015, p. 105).

Para Fonseca Neto (1994), no contexto da ditadura civil-militar, a organização do movimento estudantil, que tinha um caráter político, foi a partir de 1967 “duramente golpeado, com a outorga do Decreto-Lei 228, que impôs um novo formato para a organização dos estudantes, inclusive eleições indiretas para os Diretores Centrais de Estudantes.” (FONSECA NETO, 1994, p. 51).

E foi nesse clima de tensão e de medo que em 1969 foi criado no Piauí o Centro Colegial dos Estudantes Piauienses, que surgiu da unificação do Centro Estudantil Piauiense e da União Piauiense dos Estudantes Secundaristas (UPES). Este centro nasceu no período da ditadura civil-militar e foi marcado pela intervenção militar. (FONSECA NETO, 1994).

Segundo Rego (2009), o GRENIPE foi reaberto em 1969 como Centro Cívico Escolar Nilo Peçanha (CCENIPE), e a partir de então passou a ser supervisionado por um professor orientador que era indicado pela ETFPI e era “destinado a congregar alunos,

professores e funcionários da Escola, e tinha caráter cívico, cultural, moral, artístico e recreativo.” (REGO, 2009, p. 70).

A criação dos centros cívicos pelo país foi a forma que o governo militar encontrou de podar as ações do movimento estudantil, e conforme Fonseca Neto (1994), esses centros nasceram da vontade política do regime, funcionando com o consentimento do governo e monitorado pela administração das universidades e órgãos do regimento que atuavam em cada estado, como no caso da ETFPI, em que o CCENIPE estava sob supervisão de um professor orientador. O autor afirma, ainda, que nos anos de 1972 e 1973, o grêmio do Colégio Estadual Liceu Piauiense, escola pública mais antiga do estado do Piauí, foi parcialmente reativado e totalmente submetido à direção da escola.

Para Fonseca Neto (1994), o movimento secundarista conseguiu sobreviver à intervenção imposta pelo regime civil-militar²⁶, e no decorrer dos anos de ditadura, conseguiu se tornar atuante nas jornadas de lutas até o fim do regime ditatorial. Dessa forma, “Além de suas reivindicações específicas, os estudantes atuavam como dinamizadores culturais e difusores das ideias reformistas junto aos setores populares.” (MEDEIROS, 1996, p. 114).

Assim, por intermédio da lei n.º 7.398/1985, que dispõe sobre a organização das entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências, ficou assegurado a organização de estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus “como entidades autônomas representativas dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.” (BRASIL, 1985). Dessa forma, em 19 de abril de 1988, os estudantes da Escola Técnica Federal do Piauí se reuniram em assembleia geral constituinte e criaram novamente o Grêmio Estudantil Nilo Peçanha (REGO, 1999).

Outra atividade bem recebida pelos estudantes era o canto coral. Para Oliveira (2017), a prática do canto coral é de grande importância para a educação musical, pois serve como instrumento tanto de socialização como de motivação, educação coletiva e também de aperfeiçoamento das práticas musicais. E era com esse fim que o coral foi uma das atividades extraclasse proposta aos discentes da Escola Técnica Federal do Piauí.

²⁶ “No Piauí, como no Brasil, apenas o movimento estudantil conseguiu se manter organizado e, além de resistir à proposta da reforma universitária anunciada pelo novo governo, tornou-se o principal centro de resistência ao regime autoritário.” (MEDEIROS, 1996, p. 116).

De acordo com Oliveira (2017), o Coral da ETFPI (Figura 29) foi criado em 23 de setembro de 1975 e teve como primeira regente a professora Maestrina Clóris Oliveira²⁷.

Figura 29 – Participação no Encontro de Corais das Escolas Técnicas em Belo Horizonte-MG



Fonte: Oliveira (2017, p. 36).

Na década de 80 do século XX, a ETFPI “possuía efervescência com movimentos culturais concentrados no prédio “A” que era chamado na época de corredor da cultura [...] trabalhavam profissionais como Luis Santos com a Banda de música da escola, e o ator Paulo Libório com os trabalhos de teatro [...]” (OLIVEIRA, 2017, p. 16-17).

Assim, o coral demonstrava ser bem eclético, contando com participações de componentes da banda de música e do grupo de teatro da ETFPI. A Figura 30 traz a imagem de uma apresentação do Coral da Escola Técnica Federal do Piauí no início dos anos 80 do século XX.

²⁷ “Um dos nomes mais importantes para a cultura teresinense nas décadas de 70 e 80, exercendo influência como musicista, pianista, organista, regente e também como professora de canto nas escolas da cidade de Teresina.” (OLIVEIRA, 2017, p. 9-10).

Figura 30 – Apresentação do Coral nos anos de 1980



Fonte: Oliveira (2017, p. 39).

O Coral da ETFPI foi regido por Frederico de Carvalho Marroquim no período de 1980 a 2010, período em que, segundo Oliveira (2017), o coral obteve amplo destaque participando de Encontros de Corais de Escolas Técnicas e em festivais em diversos estados do país. Cabe destacar que “De início os coralistas da escola tinham um incentivo financeiro através de uma bolsa mensal provinda de uma espécie de Caixa Escolar²⁸ que tinha como finalidade proporcionar ajuda financeira e assistencial a alunos carentes.” (OLIVEIRA, 2017, p. 17).

Oliveira (2017) destaca, ainda, que o Coral da ETFPI era referência em canto coral estudantil no Brasil, fazendo apresentações em várias cidades do país, dele participando cantores(as) que se tornaram regentes e professores de música. Dessa forma, o coral, enquanto prática da cultura escolar da ETFPI, assim como a banda de música, rompia os muros da escola e se manifestava na sociedade piauiense.

A dança como atividade artística e cultural também estava presente no cotidiano escolar dos alunos da ETFPI, como vemos na Figura 31, que traz a apresentação de um grupo de alunas da Escola Técnica no Encontro Pedagógico da Escola.

²⁸ “Criada em 1950, pelo diretor Eloi do Egito, a Caixa Escolar funcionou inicialmente até 1958 quando foi desativada. [...] Em 1975, o Professor José Ferreira Castelo Branco fez ressurgir o Caixa Escolar [...] Sua finalidade consiste em proporcionar ajuda financeira a alunos carentes, bem como em colaborar para excursões, visitas, passeios, festividades e promoções escolares com fins educativos [...] Em 2004, o Caixa Escolar foi desativado.” (REGO, 2009 p. 63).

Figura 31 – Apresentação de dança



Fonte: IFPiauá Comunicação (2018).

Nos anos 90 do século XX, a ETFPI ampliou e diversificou suas atividades extraclasses com a criação de um grupo de dança em 1996. Rego (2009) destaca que esse grupo foi idealizado pela professora Jandira Gomes Serra e Silva e criado pela professora Rita Martins de Cássia, e “possibilitou a grandes dançarinos da nossa capital vivenciarem os primeiros estágios e a dedicação à arte de dançar, tendo contribuído, de forma significativa, para a carreira destes profissionais.” (REGO, 2009, p. 104).

Outras instituições de ensino profissionalizante também oportunizavam aos alunos a participação em grupos de dança da escola, como o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), que teve a dança como uma prática presente na sua cultura escolar. (GERKEN, 2000).

As festas, enquanto parte dos rituais da escola, dão “indicações sobre valores, signos e comportamentos que se pretende reproduzir ou transformar. Assim, também os festivais de dança, mesmo com dinâmica própria, podem ser indicadores do valor educativo do qual a escola compartilha.” (GERKEN, 2000, p. 247).

Portanto, o CEFET-MG participou de diversos festivais de dança, que conforme Gerken (2000), se constituem em momentos de objetivação de uma prática que envolve

toda a escola e a comunidade. Na ETFPI não foi diferente, o grupo de dança que se uniu ao grupo de teatro passou a ser denominado Companhia Entre Rios de Dança e Teatro, que expressava sua arte em apresentações com coreografias e interpretações em diversos eventos, manifestando mais uma vez, práticas da cultura escolar da ETFPI que não ficavam apenas dentro da escola.

Entre as festividades tradicionais da Escola Técnica Federal do Piauí se destacam o Aniversário da Escola, que ocorre no dia 23 de Setembro; o Dia da Pátria, no dia 7 de Setembro e o evento da Páscoa da Escola. Para Melo (2009), essas atividades que faziam parte do cotidiano escolar, e consequentemente do calendário que regula o tempo social e também o tempo escolar, reordenam as práticas de discentes e docentes dentro e fora da escola.

Um dos eventos que a escola sempre realizava era em alusão ao Dia da Pátria, 7 de Setembro. “O desfile 7 de setembro iniciou-se no princípio dos anos 30 e a escola sempre se apresentou como destaque.” (REGO, 2009, p. 125).

Na Figura 32 temos um desfile cívico em que os alunos e as alunas da Escola Técnica Federal do Piauí participaram na cidade de Teresina, em 1970.

Figura 32- Alunos e alunas da ETFPI participando de desfile cívico: 1970



Fonte: IFPiauí Comunicação (2018).

O desfile cívico de 7 de Setembro era uma festa recorrente no calendário da Escola Técnica Federal do Piauí, sendo uma das oportunidades que a escola tinha de se apresentar à sociedade teresinense. Assim, as festas escolares são práticas de socialização da escola, sendo o desfile de 7 de Setembro uma manifestação da cultura escolar da ETFPI, pois as instituições educativas “são organismos vivos” onde “se transmite uma cultura (a cultura escolar), não deixam de produzir culturas, cuja especificidade lhes confere uma identidade histórica.” (MAGALHÃES, 2004, p. 124-125).

Sobre os desfiles cívicos, Melo (2009) destaca que estes funcionavam como pedagogia porque ensinavam a história pátria e o que era necessário para que a população acreditasse que o que estava sendo ensinado era verdade, de tal maneira que as pessoas passavam a defender o que tinham visto e escutado.

As ruas eram palcos para a exibição do que a escola havia preparado ao longo dos anos, grande teatro aberto onde a cidade se envolvia, os estudantes, os professores, os militares, as autoridades eram os principais da festa, os outros compareciam para se sentirem parte integrante das comemorações, por ser um dos raros momentos em que eram convidados a participar, uma vez que politicamente estavam sempre excluídos de qualquer participação. As comemorações iam além dos desfiles estudantis e militares, somando-se aí várias outras atividades, como os hinos que eram cantados, as exibições de educação física, as várias bandeiras, as disputas entre as escolas, a demonstração de aparato militar representando a força do Estado, os discursos das autoridades eram sempre o coroamento das festividades, era o momento, além do desfile, que dava maior conotação política ao evento e, acima de tudo, com sua significação pedagógica. (MELO, 2009, p. 77-78).

As exibições que ocorriam nos desfiles de 7 de Setembro iam além de apresentações em ruas públicas com a participação da comunidade escolar, eram aulas que ensinavam sobre o período histórico que estava sendo vivenciado, a força que o Estado tinha, o discurso positivista pregado e, ainda, a prescrição de valores morais e éticos do regime militar, como destaca Melo (2009), e como observamos na narrativa do Professor A da ETFPI:

Porque era um espelho, era um respeito pela... pela pátria, é... era obediência, ser patriota [...] eu lembro disso muito, lembro da comissão, que era ele, a Professora Jandira, o professor... tinha o professor é... Prado,

Carlos Alberto Prado, José Cândido e outros, então era a equipe de Educação Física que fazia esse trabalho perfeito, né? (PROFESSOR A, ENTREVISTA, 2021).

Além da função pedagógica que o desfile cívico tinha, imbuído no discurso patriota de respeito e amor pela pátria, observamos a capacidade que o desfile de 7 de Setembro tinha de envolver os alunos, os professores, a gestão da ETFPI e a população de Teresina, proporcionando momentos de descontração, diversão e rivalidades, pois havia as disputas entre as escolas que desfilavam no 7 de Setembro, como vemos nessas lembranças dos sujeitos da pesquisa:

No período de 7 de setembro era alegria nossa, a gente recebia o fardamento novo, de graça pela escola industrial e o que queria era o desfile porque nesse tempo era campeonato e nós sempre galgávamos o primeiro lugar. Nós desfilávamos antes do Exército Brasileiro desfilar e na classe estudantil durante dez anos nós fomos dez anos campeões no desfile 07 de Setembro. [...] A única seleção que existia era o pelotão de frente porque o regime nosso lá era bem rígido. Nós éramos orientados na parte da Educação Física por dois major da Polícia Militar e do professor Dantas que era uma pessoa muito entendida dessa parte de esportes. Mas era obrigatório. (ALUNO A, ENTREVISTA, 2021).

[...] Em relação a 7 de Setembro ainda, o preparatório deles começava exatamente no meio do ano, no meio do ano começava, o treino, os ensaios. Na verdade, os ensaios começavam no meio do ano, em julho, né? Para poder em setembro tá tudo afinado e aí, isso aí era antipático demais que a gente achava, por quê? Porque como eu te dizia, como te falei a sala deles era ao lado da quadra então quando a gente ia ali pra quadra às vezes, aí ficava aquela muvuca, o pessoal da banca tocando, o professor gritando com a gente aqui na Educação Física tentando a gente fazer as coisas e ninguém se comunicava. Entendeu? Porque o espaço que ele tinha era aquele ali né, eles não ficavam dentro da sala, preso, eles tinham que ficar ali alinhado. (ALUNO D, ENTREVISTA, 2021).

O 7 de Setembro não era obrigatório, era a maior satisfação que alguém de uma turma querer participar, que é como um jogador: qual é a maior satisfação de um jogador? Chegar à seleção brasileira, né? Então era assim com nosso alunado, porque era a melhor escola da cidade, a melhor organização. Quando anunciava nessa avenida, lá vem a Escola Técnica. Vai entrar agora, era um... aplauso de toda a plateia que estava presente, então, eu até me arrisco a dizer que muito aluno vinha pra cá pra vê o desfile de 7 de Setembro. Era coisa. Era... era jogador da seleção brasileira. [...] Ninguém era obrigado a desfilar não, mas ninguém queria ficar fora, quem fosse cortado porque não sabia desfilar, marchar que nós chamávamos, era choro, era choro... logo nós tínhamos aqui um professor,

o Professor Francisco Dantas, que era muito rígido pela [...] pela organização, ou seja, pela... pelo trabalho dele. [...] Organizava, né? era... eu lembro disso muito, lembro da comissão, que era ele, a Professora Jandira, o professor... tinha o professor é... Prado, Carlos Alberto Prado, José Cândido e outros, então era a equipe de Educação Física que fazia esse trabalho perfeito, né? Era troféu, era troféu, né? Mas era o orgulho, ganhar o primeiro lugar... então tão tal que eu acho que aí por causa disso, deixou de haver essa classificação, todo mundo desfilava para a pátria, não para ganhar o troféu. (PROFESSOR A, ENTREVISTA, 2021).

As narrativas dos sujeitos mostram como eles rememoram o desfile de 7 de Setembro, como a escola era reconhecida pela realização do mesmo, sendo a ETFPI uma das instituições mais aguardadas e aplaudidas, inclusive foi campeã do desfile por 10 (dez) anos na categoria discente, como relembram o Aluno A e o Professor A, saudosos e orgulhosos dos troféus que a escola recebia. Para ter esse reconhecimento, a ETFPI planejava-se para a participação no desfile bem antes, com a organização dos alunos, a entrega de fardamentos para participação no desfile e os ensaios por professores de Educação Física da escola, sendo estes, nos anos de 1968 a 1970, dois maiores da Polícia, como relata o Aluno A. Já o Aluno D classificou os ensaios como “antipático”, pelo fato de o espaço de ensaio e das aulas de Educação Física serem próximos, e o barulho atrapalhar as aulas.

Percebemos, pelas atividades dos desfiles de 7 de Setembro, que o cotidiano da cidade sofria alterações devido às festas, como relata Melo (2009), pois havia mudanças no cotidiano das pessoas, uma vez que o evento tornava:

[...] o viver diferente, o dia anterior ao do acontecimento já dá sinais de mudanças, com a arrumação das ruas, a montagem do palanque das autoridades. O tempo sofre alterações para dar lugar ao que será representado, para dar lugar à festa e aos desfiles, tão rigorosamente ensaiados por vários dias. (MELO, 2009, p. 67).

Assim, a festa cívica tem suas peculiaridades e características marcantes não apenas para a ETFPI, de onde partia uma das apresentações do desfile, mas também para a cidade de Teresina, que de acordo com Melo (2009), pelas suas ruas e avenidas recebiam as decorações e montagens, bem como as apresentações que traziam lições de civismo e patriotismo, como vemos na Figura 33:

Figura 33 – Apresentação de Desfile Cívico



Fonte: IFPiauí Comunicação (2018).

Portanto, os alunos da Escola Técnica Federal do Piauí protagonizavam situações ensaiadas para que a população que os assistiam, além de aprender sobre civismo e patriotismo, conhecessem um pouco mais da instituição que se apresentava, instituição reconhecida na sociedade piauiense não apenas pela presença nas atividades cívicas, mas pela formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho e pelas contribuições para o crescimento social e econômico do Piauí.

3.4 Ingresso e matrícula dos alunos na ETFPI

A Escola Técnica Federal do Piauí ofertava uma variedade de cursos técnicos profissionalizantes. Por ser uma escola de renome na capital, por sua variedade de cursos e ainda devido a sua estrutura física, equipamentos e quadro profissional, a ETFPI atraía a escolha de alunos e seus familiares que estavam à procura de escolas de 2º grau. Em função da grande demanda de alunos para matrícula, a instituição organizava e aplicava testes seletivos, como vemos nesses depoimentos de discentes da ETFPI:

Eu ingressei no Instituto Federal atual, quando ainda era Escola Industrial Federal do Piauí em 1968. Eu cursei, fiz o curso ginásial. Nessa época existia o curso ginásial para ingressar no segundo grau. Eu fiz em quatro anos, primeira, segunda, terceira e quarta série. Mas Tive uma reprovação por problemas de saúde. E aí fiz em cinco anos. Então foi de 1968 a 1972. [...] Através do exame de admissão. Nessa época era um vestibular, vamos dizer assim, só que um vestibular diferente dos de hoje. Você prestava o exame de admissão e fazia prova de Matemática, Português e Conhecimentos Gerais e tinha uma média de aprovação e todos os colégios da rede pública e da rede privada que na época já existia, todos os colégios de Teresina e eu optei pela questão do lado industrial porque era a Escola Industrial Federal do Piauí. (ALUNO A, ENTREVISTA, 2021).

Por meio de um teste, né? Que na época era realizado e eu consegui ser aprovada. Pra mim foi, assim, uma maior alegria, porque na época quando eu fiz era difícil. Então era aquele negócio que era muito difícil e tal, mas mesmo assim eu conseguir, né? Apesar de trabalhar dois expedientes eu consegui ser aprovada. (ALUNA B, ENTREVISTA, 2021).

Ingressei através do Pró-técnico, o Pró-Técnico eu fiz uma seleção antes, né? Antiga sétima série, quando você termina a antiga sétima série, né? Que hoje é o oitavo ano, né? E aí foi uma seleção de Português e Matemática Clássica, como hoje também ainda é Português e Matemática, né? Aí eu consegui a aprovação, fiz um curso de um ano de Português e Matemática e aí de acordo com a nota desse curso é que a gente escolheria o curso que a gente queria, né? A nota do Pró-técnico me dava acesso a qualquer curso que eu queria, como na época era mais concorrido era a parte de contabilidade, né? Esse aí pra pessoa conseguir tinha que tá com dez, nove. Quem tinha dez, nove conseguia, né? Aí depois vinha caindo, né? Devido à procura. (ALUNO D, ENTREVISTA, 2021).

Sobre a forma de ingresso na ETFPI como discentes da escola, recorreremos a história oral e à memória por trazer episódios acontecidos no passado na perspectiva de quem presenciou os fatos ocorridos. Assim, cada sujeito traz sua própria interpretação da História.

Dessa forma, o Aluno A, que ingressou na Escola Técnica Federal do Piauí em 1968, traz nas suas reminiscências que a forma de acesso à escola foi por meio do exame de admissão. Conforme depoimento do Aluno A, pelo do exame de admissão ele realizou prova de Matemática, Português e Conhecimentos Gerais, e com a média de aprovação, ele poderia optar em qual escola queria estudar, e então escolheu a Escola Industrial Federal do Piauí, cursando de 1968 a 1972 o curso ginásial, e de 1973 a 1975 o curso Técnico em Estradas.

A Aluna B ingressou na ETFPI em 1975. Como foi após a reforma implantada pela Lei n.º 5.692/171, ela não prestou exame de admissão, e sim processo seletivo

realizado pela própria escola, já que a procura para matrícula era superior ao número de vagas oferecidas. A aluna relembra que o teste era muito difícil, mas apesar de trabalhar em 02 (dois) expedientes diários, conseguiu a aprovação para o Curso Técnico em Contabilidade, o que para ela foi motivo de muita alegria. Dessa forma, a aprovação em um exame classificatório produz “um efeito subjetivo, a autoestima alicerçada na estima e no reconhecimento pelo grupo de pares a crença em si mesmo, que move os agentes em direção às conquistas mais valorizadas nos jogos sociais sérios [...]” (BANDERA, 2014, p. 207).

No que se refere ao Aluno D, o ingresso dele na ETFPI ocorreu a partir do Pró-Técnico. Ele lembra que fez um processo seletivo para participar do Pró-Técnico, com questões de Português e de Matemática, quando ainda cursava a sétima série. Após ser aprovado, estudou as disciplinas Português e Matemática no Pró-Técnico por um ano, sendo que as aulas ocorriam 02 (duas) vezes na semana na própria ETFPI. Após ser aprovado na seleção pelo Pró-Técnico, ele ingressou na Escola Técnica Federal do Piauí em 1994 como aluno do Curso Técnico em Eletrotécnica.

Conforme Rego (2009), a partir de 1977 o Programa de Bolsa de Estudo (PEBE) foi ampliado para atender filhos de pais sindicalizados por meio do Pró-Técnico, que funcionava como curso de reforço para a realização do teste classificatório das Escolas Técnicas. Até 1986 o Pró-Técnico havia beneficiado 500 (quinhentos) alunos.

O Manual do Aluno (1989) relatava que o Pró-Técnico atendia aos estudantes trabalhadores sindicalizados e aos seus filhos que estivessem cursando ou já tivessem cursado a 8ª série do 1º grau. Para a inscrição, o interessado deveria comparecer no dia 01 de fevereiro de 1989 no turno manhã, na Sala 59 do Prédio A, levando a carteira do sindicato, fotografias 3x4 e 01 (um) documento de identificação.

De acordo com a Proposta Pedagógica de Implantação do Curso Pró-Técnico da Escola Técnica Federal do Piauí (1996), o ingresso dos alunos em cursos profissionalizantes e/ou acadêmicos de 2º grau da ETFPI se dava pela aprovação no Exame Classificatório ou no Curso Pró-Técnico, sendo que ambos priorizavam os componentes curriculares das disciplinas de Português e de Matemática. Conforme a Proposta Pedagógica do Pró-Técnico, a diferença entre os dois meios de acesso à ETFPI era que o Exame Classificatório apenas avaliava, selecionava e classificava os candidatos, enquanto o Pró-Técnico com suas aulas de Português e de Matemática, recuperava a qualidade do ensino de 1º grau, avaliava, selecionava, classificava, preparava os alunos para ingressarem

no 2º grau, e ainda, dava orientação quanto à escolha do curso profissionalizante que desejavam cursar. (ETFPI, 1996).

Observando os documentos da ETFPI (1996), constatamos que a partir de 1996, para a participação no Pró-Técnico o aluno deveria possuir, no mínimo, certificado de conclusão do 1º grau, ou cursar normalmente a 8ª série em um turno e o curso Pró-Técnico em outro. Não sendo mais necessário ser sindicalizado ou filho de sindicalizado para inscrição no curso.

Quanto à sistemática de avaliação, o curso Pró-Técnico contava com 02 (duas) provas anuais, 01 (uma) por semestre. Cada prova valia 60 (sessenta) pontos, contendo 30 (trinta) questões de Português e 30 (trinta) de Matemática, sendo a média final mínima de aprovação de 21 (vinte e um) pontos. Na primeira prova, o aluno deveria obter nota superior ou igual a 12 (doze) pontos, em cada disciplina, para poder prosseguir no curso Pró-Técnico com chances de aprovação. Não concorreria mais à vaga em um dos cursos da ETFPI pelo Pró-Técnico quem tirasse nota inferior a 12 (doze) pontos. No entanto, poderia permanecer no curso como reforço escolar para realização do exame classificatório da ETFPI. (ETFPI, 1996).

Quanto à realização do exame classificatório pela ETFPI, compreendemos que ele faz parte da cultura escolar da instituição, uma vez que a cultura escolar é o conjunto:

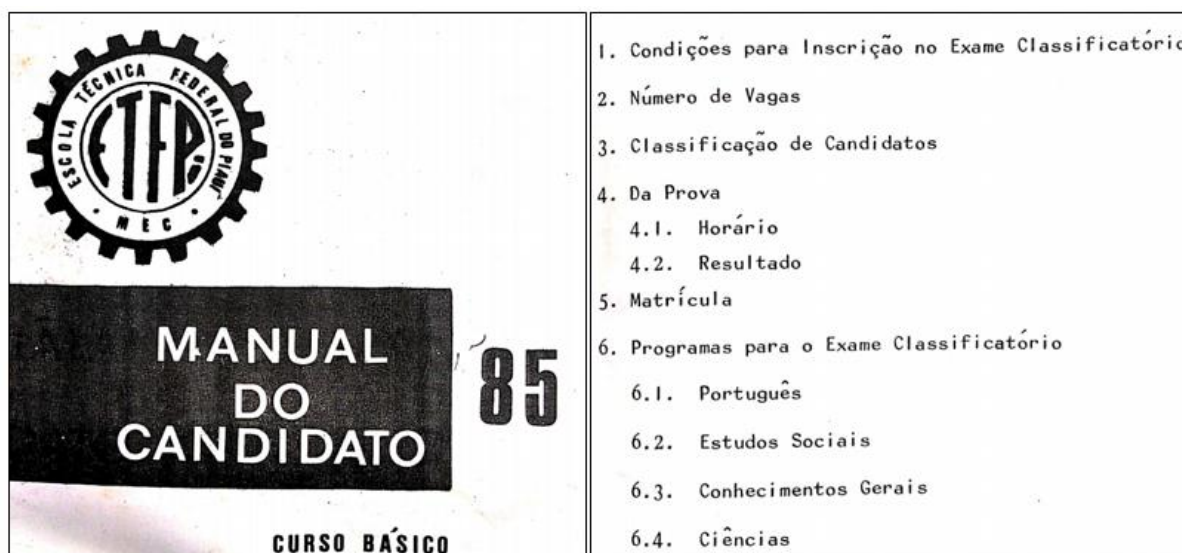
[...] de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização, incluindo práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escolar – objetos materiais, função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento [...] e modos de pensar, bem como significados e ideias compartilhadas. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68).

Dessa forma, a partir de 1971, para ingresso no Curso Básico de 2º grau da ETFPI, os alunos deveriam se inscrever no exame classificatório realizado pela escola. Uma das condições para a inscrição era ter concluído ou estar concluindo a 8ª série do primeiro grau, e no ato da inscrição deveriam entregar duas fotografias 3x4 recentes e pagar uma taxa de Cr\$ 1.000,00 (um mil) cruzeiros, no Posto de Serviço da Caixa Econômica Federal que funcionava na própria escola. (ETFPI, 1985).

Observamos que a cobrança de taxa dificulta aos alunos de baixa renda a inscrição para o exame de seleção da escola²⁹. Percebemos também a cobrança de taxas em outros serviços prestados pela escola, como na solicitação de declarações, boletins, transferências, diplomas e certificados que necessitavam, para a sua expedição, de um requerimento do aluno destinado ao Diretor de Ensino da escola, ao qual era anexado o comprovante de pagamento de uma taxa. (ETFPI, 1989).

De acordo com o Manual do Candidato da ETFPI de 1985, Figura 34, para o ano de 1985 havia 805 (oitocentos e cinco) vagas para matrícula na ETFPI, distribuídas nos turnos manhã, tarde e noite.

Figura 34 – Manual do Candidato Curso Básico: 1985



Fonte: ETFPI - Manual do Candidato Curso Básico 85 (1985).

A prova do exame classificatório de 1985 foi realizada no dia 17 de dezembro de 1984 no horário de 8h às 11h para os candidatos que concorreram às vagas nos turnos manhã e da tarde, e de 19h às 22h para aqueles que pleiteavam vagas para o turno da noite. O programa de estudo para a realização da prova do exame classificatório era composto de conteúdos das áreas de Português, Estudos Sociais, Conhecimentos Gerais e Ciências. (ETFPI, 1985).

Paralelo ao exame classificatório realizado pela ETFPI, temos as matrículas dos alunos aprovados. A Figura 35 apresenta nota do Jornal O Dia em que observamos a

²⁹ Não encontramos registros sobre isenção da taxa do exame classificatório no período pesquisado.

chamada para matrícula dos 805 (oitocentos e cinco) alunos aprovados em exame classificatório da Escola Técnica Federal do Piauí no ano de 1986.

Figura 35 – Escola técnica abre matrícula

Escola Técnica abre matrícula dos novos alunos segunda-feira

Começam segunda-feira as matrículas dos alunos aprovados nos exames classificatórios da Escola Técnica Federal do Piauí. O período de matrícula vai até o dia 24 e os estudantes devem atentar para os documentos exigidos para sua efetivação, conforme explica o manual do candidato.

Foram aprovados 805 candidatos que fizeram os exames classificatórios, no dia 19 de dezembro. Desse total de alunos, 280 se destinam ao turno da manhã, 280 para a tarde e 245, para o turno noturno. Os resultados do exame, com publicação da lista de aprovados, foram divulgados ontem, nos quadros de divulgação (selotex) da ETFP.

DOCUMENTOS

A direção da Escola chama a atenção do aluno aprovado para o fato de que não serão realizadas matrículas de candidatos com a documentação incompleta. Da mesma forma, o candidato perderá o direito à sua vaga, se não efetuar a matrícula na época marcada, de 13 a 24 deste mês.

Para se matricular no Curso Básico, o candidato aprovado nos exames classificatórios deve ter concluído e sido aprovado na 8ª série do 1º grau. Além disso, deve apresentar uma lista de documentos, conforme o Manual do Candidato. Esses documentos são fotocópia do registro de nascimento, acompanhada do original; ficha "modelo 18" em duas vias, sendo uma original e a

outra, fotocópia.

OUTROS DOCUMENTOS

Deve ainda apresentar fotocópia do certificado de conclusão do primeiro grau devidamente autenticada pela Secretaria de Educação; ficha de educação física do primeiro grau; exame biomédico expedido pela Coordenação de Educação Física da Escola; título de eleitor para maiores de 18 anos e documento militar atualizado, para os candidatos do sexo masculino.

Finalmente, os candidatos devem apresentar três fotografias recentes, 3x4 e recibo da taxa de matrícula, o valor de Cr\$ 5 mil, paga no posto de serviço da Caixa Econômica Federal, na Escola Técnica Federal do Piauí.

Fonte: ESCOLA...Jornal O Dia (1986, n.p.).

A divulgação do processo de matrícula da ETFPI (Figura 35) nos jornais de circulação da cidade mostra como a escola era respeitada e procurada pela população piauiense que fazia teste seletivo para ingressar como discentes na instituição. Outro ponto interessante a ser destacado é a notoriedade da escola, que alcançava um grande público, a ponto de anunciar as datas de matrículas e a documentação necessária para a mesma em jornal de circulação da época.

Objetivando conhecer a realidade dos alunos da escola, a ETFPI aplicava um questionário socioeconômico com os discentes da instituição. Em 1986, foi aplicado um questionário com 903 (novecentos e três) alunos do Curso Básico da escola, o que representava 34% dos seus discentes à época. Esse questionário foi realizado pelo Serviço

Social da ETFPI³⁰ com a participação da Equipe de Orientação Educacional³¹. Os resultados apontaram que em 1986 a maioria dos alunos pesquisados, 59%, era do sexo masculino, e 41% do sexo feminino.

A faixa etária de maior incidência foi de 17 (dezessete) a 18 (dezoito) anos. Sendo que 81% dos alunos que participaram da pesquisa concentrava-se na faixa etária entre 15 (quinze) e 20 (vinte) anos. Outro aspecto importante da pesquisa é a origem dos alunos da escola, como verificamos na Figura 36:

Figura 36 – Local de nascimento alunos Curso Básico da ETFPI:1986

(TABELA 03)

LOCAL DE NASCIMENTO

LOCAL NASCIMENTO	CAPIT	%	INTE	%	N.R.	%	TO	%
ESTADO	TAL		RIO				TAL	
Piauí	437	94,2	342	78,5	1	33,3	780	86,4
Maranhão	5	1,0	74	17,0	/	/	79	8,8
Ceará	7	1,5	13	3,0	/	/	20	2,2
São Paulo	2	0,4			/	/	2	0,2
Brasília	1	0,2	2	0,5	/	/	3	0,3
Amazonas			1	0,2	/	/	1	0,1
Pará	1	0,2	1	0,2	/	/	2	0,2
Pernambuco	1	0,2	1	0,2	/	/	2	0,2
Rio de Janeiro	8	1,8	1	0,2	/	/	9	1,0
Paraíba	2	0,4	1	0,2	/	/	3	0,3
N. R.					2	66,4	2	0,2
T O T A L	464	100,0	436	100,0	3	100,0	903	100,0

Fonte: ETFPI - Levantamento Socioeconômico dos alunos do Curso Básico (1986).

Analisando a Figura 36 percebemos que a maioria dos alunos pesquisados são oriundos de Teresina, seguido de alunos do interior do Maranhão. Observamos, ainda, a diversidade de locais de nascimento dos discentes da escola, o que evidencia o largo alcance territorial que a Escola Técnica Federal do Piauí tinha em 1986.

³⁰ “Tem por finalidade contribuir para que o aluno participe do processo de sua própria sociabilização na escola, família e comunidade.” (ETFPI, 1989, p. 6).

³¹ “Acompanha o aluno no seu desenvolvimento intelectual, social e emocional.” (ETFPI, 1989, p. 6).

A grande procura de alunos do interior do estado pela ETFPI surge nas reminiscências do Aluno A quando este relata:

[...] eu sou um menino interiorano, de família, eu não diria família pobre porque pobre é não querer viver, é não ter vontade de vencer na vida. E eu fui um menino sem dinheiro, não fui menino pobre, é diferente. Ser pobre é não querer viver. Eu fui um menino sem dinheiro, eu morava no interior e vim para Teresina só estudar [...] existiam outros colégios famosos em Teresina: Colégio Diocesano, São Francisco de Assis, Liceu Piauiense, mas quando eu fiz a pesquisa, embora menino interiorano, eu me identifiquei muito com a Escola Industrial quando eu visitei e vi as oficinas, seis tipos de oficinas e eu queria uma profissão. (ALUNO A, ENTREVISTA, 2021).

Pelas lembranças do Aluno A, vemos a ETFPI entre as escolas de destaque em Teresina, sendo uma opção para os alunos tanto da capital quanto do interior do estado. Como o Aluno A estava em busca de uma profissão e se identificou com 06 (seis) tipos de oficinas que a escola oferecia, escolheu a Escola Técnica como instituição de ensino profissionalizante para cursar o 2º grau com habilitação técnica.

A ETFPI foi escolhida tanto pelo Aluno A quanto por outros discentes como espaço para a profissionalização deles. Segundo a análise dos resultados do Levantamento Socioeconômico dos alunos do Curso Básico (1986), o que mais estimulava os alunos a procurar a ETFPI para estudar era o fato de ela oferecer cursos técnicos de nível médio, na perspectiva de curto prazo, com habilitação para o trabalho. O Curso Técnico em Contabilidade era o mais procurado pelas mulheres, e os Cursos Técnicos em Eletrônica e em Eletrotécnica eram os mais procurados pelos homens.

Um dos fatos que tornava a escola técnica uma opção considerável para a matrícula dos filhos era o sucesso que os cursos técnicos faziam, bem como o prestígio que as escolas técnicas mantinham não apenas no Piauí, mas em todo o Brasil. Escolas que “passavam a ser exemplo da escola moderna, dinâmica, voltada para o atendimento das necessidades do país, e que deveriam servir de paradigma à toda educação de nível médio.” (NASCIMENTO, 2007, p. 260-261).

Outro fato a ser mencionado pela busca do ensino profissionalizante é a compulsoriedade do ensino profissionalizante em virtude da Lei n.º 5.692/1971. A proposta dessa legislação tem inspiração na teoria do capital humano:

O capital humano é um conjunto de capacidades produtivas que uma pessoa pode adquirir, devido à acumulação de conhecimentos gerais ou específicos, que podem ser utilizados na produção da riqueza. Assim, sua principal preocupação é decorrente de que os indivíduos tomam a decisão de investir em educação, levando em conta seus custos e benefícios, atribuindo, entre estes melhores rendimentos, maior nível cultural e outros benefícios não monetários. (VIANA; LIMA, 2010, p. 139).

Para Saviani (2013), a teoria do capital humano teve Theodore Schultz como um de seus fundadores e “se difundiu entre os técnicos da economia, das finanças, do planejamento e da educação. E adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade.” (SAVIANI, 2013, p. 365).

Um dos pontos elencados no Levantamento Socioeconômico é o fato de a maioria dos alunos pesquisados não trabalharem. Sendo que, 150 (cento e cinquenta) discentes “[...] buscavam na escola uma via de ascensão social, tendo, ao mesmo tempo, de garantir sua subsistência e, às vezes, a da família.” (ETFPI, 1986, n.p.).

Observamos, assim, que os discentes procuravam a ETFPI como espaço de atividade educativa que oferecia uma formação profissional, e com a garantia de ser empregado ainda estudando, ou logo após concluir o curso, o que garantia a subsistência tanto dos alunos quanto dos seus familiares.

A Escola Técnica Federal do Piauí crescia constantemente alcançando alunos do Piauí e de estados vizinhos em busca de cursos que ofereciam formação técnica. A Tabela 13 apresenta a evolução de matrículas da ETFPI, por curso, dos anos de 1987 a 1993:

Tabela 13– Evolução de Matrícula da ETFPI por curso

Cursos	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Administração	419	404	371	393	509	433	414
Contabilidade	601	574	570	538	674	583	552
Edificações	421	478	516	539	797	699	703
Eletrônica	373	411	379	407	513	437	436
Eletrotécnica	467	431	428	440	619	538	571
Estatística	113	107	101	118	124	110	106
Estradas	227	217	191	206	252	210	198
Mecânica	236	288	305	326	395	333	333
Saneamento	149	196	210	245	294	275	275
Segurança do Trabalho	----	----	----	125	312	341	360
Total	3.006	3.106	3.071	3.337	4.489	3.959	3.948

Fonte: Elaborado pela autora a partir de ETFPI (1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993).

Pela Tabela 13 percebemos uma evolução no número de matrículas nos cursos técnicos da ETFPI de 1987 a 1993, pois embora nesse período houvesse, de acordo com Cunha (2000), um esvaziamento do ensino profissionalizante no ensino de 2º grau em decorrência da Lei n.º 7.044/1982, o número de alunos que buscavam estudar na ETFPI era maior do que o número de vagas ofertadas, como percebemos na Tabela 11, que traz a quantidade de inscritos no exame classificatório da ETFPI, e na Tabela 13, que apresenta a evolução de matrículas na escola por curso.

A ETFPI apresenta número de matrícula crescente, com exceção do ano de 1989, que teve um decréscimo no número de matrículas no período apresentado na Tabela 08. Observamos, ainda, os cursos que possuíam maior número de alunos matriculados no período de 1987 a 1993, que foram os cursos Técnicos em Contabilidade e em Administração. Tal circunstância se justifica pelo fato de nesse período, conforme Medeiros (1996), termos uma expansão no comércio piauiense, sobretudo pela implantação de filiais de grandes firmas regionais ou nacionais no estado.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/1996, do Decreto n.º 2.208/1997 e da Portaria MEC n.º 646/97 – MEC, a ETFPI estruturava seus cursos “em sintonia com os interesses da sociedade e do mercado de trabalho visando a construção de um ensino de qualidade oferecendo reais condições de formação de profissionais completos, empreendedores, com visão holística e domínio tecnológico.” (ETFPI, 1997, p. 7).

Os cursos técnicos oferecidos pela escola eram estruturados em módulos de ensino, constituídos por um conjunto de disciplinas ou conteúdos articulados, com caráter de terminalidade ao final de cada módulo. Dessa forma, nos arquivos da escola encontramos o quantitativo de alunos, por curso, matriculados na instituição no ano de 1998 (Figura 37).

Figura 37 – Quantitativo de matrícula de alunos: 1998

MATRÍCULA 98	
ENSINO MÉDIO -----	535
RADIALISMO (3ª SÉRIE) -----	42
SECRETARIADO - 2 TURMAS (2ª SÉRIE) --	58
PROC. DE DADOS (2ª SÉRIE) -----	66
TÉCNICO MODULADO:	
PROC. DE DADOS (TARDE) -----	44
PROC. DE DADOS (NOITE) -----	46
CONTABILIDADE -----	42
SECRETARIADO -----	45
EDIFICAÇÕES -----	19
CIÊNCIA AMBIENTAL -----	29
ADMINISTRAÇÃO -----	34
ELETROTÉCNICA -----	38
SEG. TRABALHO -----	38
NÍVEL TÉCNICO INTEGRADO:	
MECÂNICA -----	114
ELETROTÉCNICA -----	214
ELETRÔNICA -----	276
ESTRADAS -----	66
EDIFICAÇÕES -----	350
SANEAMENTO -----	115
ADMINISTRAÇÃO -----	224
CONTABILIDADE -----	234
SEG. DO TRABALHO -----	81
TOTAL GERAL -----	2.710

Fonte: ETFPI (1998).

Em 1998, a escola possuía 2.710 (dois mil setecentos e dez) alunos distribuídos em turmas de ensino médio³², técnico modulado³³ e nível técnico integrado³⁴. Número menor de matrículas comparado aos anos de 1987 a 1993. Dessa forma, a ETFPI tinha 535 (quinhentos e trinta e cinco) alunos matriculados no ensino médio, 166 (cento e sessenta e seis) alunos matriculados nos cursos Técnicos de Radialismo, Secretariado e Processamento de Dados, 335 (trezentos e trinta e cinco) alunos nos cursos técnicos modulados de Processamento de Dados, Contabilidade, Secretariado, Edificações, Ciência

³² O nível de ensino médio atendia “à demanda de alunos oriundos do ensino fundamental concluído. Constará de uma carga horária de 2.400h, sendo 1800h de Educação Geral e 600h de disciplina referente a parte diversificada” (ETFPI, 1997, p. 10).

³³ Era ministrado em módulos semestrais. “Atendia alunos provenientes do ensino médio ou cursando o segundo ano deste nível de ensino” (ETFPI, 1997, p. 11).

³⁴ Atende alunos que já concluíram o ensino fundamental. Nessa modalidade, o discente cursa as disciplinas da educação profissional e do ensino médio.

Ambiental, Administração, Eletrotécnica e Segurança de Trabalho, e 1.674 (um mil, seiscentos e setenta e quatro) alunos nos cursos técnico de nível médio em Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Estradas, Edificações, Saneamento, Administração, Contabilidade e Segurança do Trabalho.

A Escola Técnica Federal do Piauí é referência no estado no que diz respeito ao ensino profissionalizante, apesar das mudanças que a escola sofreu ao longo do tempo. Magalhães (2010) nos faz refletir sobre as diversas mudanças que a instituição passou quando afirma que a escola passa por transformações em resposta a sua relação com a sociedade. Assim, em 1999, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, a Escola Técnica Federal do Piauí passou por mais outra mudança de nome, agora denominada de Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí, “através da Lei 8.948 de 1994, e foi efetivada em 22 de março de 1999.” (COSTA, 2017, p. 135).

No dia 29 de dezembro de 2008, a Lei n.º 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. O Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí, foi elevado à categoria de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, permanecendo até a atualidade com a oferta de diversos cursos, desde aqueles de Formação Inicial e Continuada, a cursos de Pós-graduação *stricto sensu*.

Na Seção IV iremos investigar as experiências de formação dos professores das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí e compreender como se constituiu a prática pedagógica dos docentes das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante a partir das memórias e de documentação escolar.

4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES DAS DISCIPLINAS TÉCNICAS DA ETFPI

O objetivo desta seção é investigar as experiências de formação dos professores das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí, no período de 1967 a 1999, bem como compreender como se constituiu a prática pedagógica dos docentes das disciplinas técnicas no período pesquisado.

4.1 Formação de professores para a educação profissional

A formação de professores é importante para o desenvolvimento das atividades docentes, ocorrendo por meio da formação inicial e da formação continuada. A formação dos professores conforme Pacheco e Flores (1999) pode ocorrer tanto em um contexto formativo de formação inicial, como prático. O contexto prático possibilita que os docentes da educação profissional que não tiveram formação para a docência na academia tenham por meio das próprias práticas de ensino, experiências, que possibilitem influenciar sua prática pedagógica. Assim: “Todos os conhecimentos que integram o conhecimento profissional do professor são frutos de uma aprendizagem formal e informal, adquirida ao nível de várias fontes.” (PACHECO; FLORES, 1999, p. 36).

Procurando compreender a importância da formação docente em um contexto mais prático, a Figura 38 traz uma notícia do Jornal O Dia que aborda a situação do ensino piauiense analisando os resultados do exame vestibular de Direito, uma vez que de 50 (cinquenta) vestibulandos, apenas 13 (treze) foram aprovados e buscando uma causa para o fato de 70% dos vestibulandos terem sido reprovados no exame, o articulista aponta como uma das deficiências da escola pública, o corpo docente que em sua maioria era formado de professores “improvisados que se conformavam com salários insignificantes que lhes não oferecem segurança e estabilidade para pesquisas e estudos” conforme a tarefa de educador.

Figura 38 - Situação do Ensino

JANEIRO DE 1969

O DIA

Situação do Ensino

Realizou-se recentemente na capital piauiense, o exame vestibular de Direito e os seus resultados finais provocaram surpresa a muitos e serviram de pretexto para os mais desencontrados comentários no Estado.

De uma turma de 50 vestibulandos, apenas 13 conseguiram aprovação, num índice claramente alarmante de quase 70% de reprovação.

Quando o problema da educação se põe hoje, para todo o Brasil, como tarefa exigentemente indispensável para a efetivação do desenvolvimento nacional, é de causar espanto se analisar pela linguagem irrefutável e seca dos números, o resultado final deste Vestibular de Direito no Piauí. Justamente no Estado mais pobre da Federação Brasileira e situado na mais subdesenvolvida região do Nordeste.

Para os que fazem as necessárias observações dos fenômenos sociais do Piauí, a culpa do fracasso não cabe nem à Banca Examinadora da Faculdade Federal de Direito, nem aos alunos, mas tem suas origens em causa mais afastada. No caso, o problema talvez não seja da incapacidade da turma de vestibulandos que foi reconhecidamente dedicada em seus preparativos finais, mas uma deficiência crucial das escolas públicas: o corpo docente, que, em sua maioria, é formado de professores improvisados que, se conformam com salários insignificantes que lhes não oferecem segurança e estabilidade para pesquisas e estudos os necessários à sua relevante tarefa de educadores.

A questão é muito complexa, portanto: professores improvisados raramente, sabem orientar os alunos para uma aprendizagem capaz de converter o ensino num instrumento a gerar novas respostas e novas atitudes intelectivas, face a diferentes reações vividas.

Enquanto não se aceitar no Estado a educação como investimento, e se lançar os seus resultados a duras provas e humilhante onus para a sociedade piauiense, continuaremos a marchar à retaguarda do desenvolvimento nacional. Principalmente, quando se sabe que os erros em educação são pagos a longo prazo e mais de uma geração suporta suas consequências.

O ensino público no Piauí, com algumas exceções honrosas, está entregue ao tipo de mestres que não desenvolve o centro motor da inteligência do aluno, mas, tão somente, transmite informações de caráter livreiro, sem nenhum conteúdo de raciocínio criador. Eles próprios não têm culpa de seu papel, apenas agem como lhes ditam as duras contingências materiais da vida.

Poucos são os professores seriamente habilitados, que se empenham no Estado do Piauí a dar aulas com insignificantes honorários de dois cruzeiros novos. Se possuem alguma outra antídoto, procuram fora dos quadros do magistério, recursos para sua subsistência e, aos poucos, vão deixando de se sentir parte essencial do sistema educacional e responsáveis pelo seu êxito ou insucesso.

Casos desta natureza verificados no Vestibular de Direito do Piauí, às vezes, devem acontecer, para despertar as maiores autoridades responsáveis pela solução do problema.

A situação do magistério piauiense, tanto do magistério primário como do Ensino Médio, está a exigir, mais que depressa, uma revisão, para que possam melhorar as características do ensino educacional no Estado em relação às necessidades da população sobretudo quando se trata do nível de ensino para o desenvolvimento de uma sociedade.

O problema é também econômico, pois raros professores com capacidade profissional, mas carentes de recursos materiais para seu sustento, deixam de empenhar em outras funções mais rendosas, seu trabalho, que deveria estar sendo requisitado com exclusiva urgência pelas necessidades educacionais do Estado do Piauí.

Fonte: SITUAÇÃO...Jornal O Dia (1969, p. 3).

A matéria (Figura 38) relata que os docentes raramente sabiam “orientar os alunos para uma aprendizagem capaz de converter o ensino num instrumento e gerar novas respostas e novas atitudes intelectivas, face a diferentes reações vividas”. A nota do Jornal destaca ainda os salários baixos dos docentes e a falta de recursos materiais para o trabalho. Assim, percebemos a importância dos saberes pedagógicos, específicos, experienciais e atitudinais para os docentes, bem como salários dignos e recursos materiais necessários para o exercício da profissão docente.

A matéria (Figura 38) traz a visão construída historicamente do professor, profissional mal remunerado e com poucas condições de trabalho. Situação que acaba refletindo em sua prática na sala de aula.

Já quanto à dificuldade do professor orientar seus alunos para uma aprendizagem significativa, como destaca a notícia do jornal, a mesma pode estar relacionada à falta de qualificação profissional docente e a ausência de conhecimentos pedagógicos. Como foi o caso da ETFPI que no decorrer de sua trajetória encontrou algumas dificuldades para seu funcionamento, entre estas destaca-se a carência de docentes qualificados para ensinar nos cursos oferecidos pela instituição. Percebe-se a carência de professores qualificados quando Rego (2009) relata que alguns dos primeiros alunos desta escola se tornaram posteriormente professores dos cursos técnicos. Esta realidade nos faz refletir a prática pedagógica dos professores dos cursos técnicos ofertados pela Escola Técnica Federal do Piauí, pois alguns não tinham formação pedagógica para ministrar aulas, uma vez que eram formados em cursos profissionalizantes sem nenhuma formação pedagógica.

Nascimento (2007) corrobora com essa afirmação quando relata que as escolas técnicas federais tiveram um aumento considerável no número de matrículas no período de 1963 a 1973, tendo que realizar recrutamento de docentes sem nenhum critério e sem treinamentos.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, à época Escola Industrial e posteriormente Escola Técnica não foi diferente. Silva (2019) relata que os professores da instituição apresentavam uma formação com base em conhecimentos adquiridos na própria escola que os habilitou a trabalharem nos cursos de 1º ciclo, o industrial básico. O perfil desses profissionais foi se alterando à medida que participavam de cursos de aperfeiçoamento ofertados pela escola.

Notamos assim, que alguns professores da educação profissional, embora não possuíssem os conhecimentos pedagógicos necessários ao exercício da docência, detinham outros tipos de conhecimentos, específicos de sua formação, que adquiriram na formação técnica de nível médio, que também constituíam a sua profissionalidade, pois conforme Pacheco; Flores (1999, p. 19), o professor para ensinar “dispõe de diversos saberes ou conhecimentos organizados em diversas dimensões e delimitados por critérios de profissionalidade”.

Para Tardif (2002), saberes ligados ao trabalho docente são temporais, uma vez que são construídos no decorrer da prática profissional e produzidos tanto em contexto

individual como coletivo; sendo estes saberes plurais e pragmáticos, por serem pensados a partir de uma realidade que demanda o seu desenvolvimento para um contexto prático.

No que se refere aos tipos de conhecimento dos professores, Pacheco e Flores (1999) recorreram a alguns teóricos para exemplificar os tipos de conhecimento:

Sockett (1989) refere ainda dois tipos de conhecimento: o conhecimento pessoal, ligado ao controle da personalidade do professor e o conhecimento de outros conteúdos. Também Grossman (1990), procurando estabelecer uma tipologia do conhecimento do professor, destaca as seguintes componentes do conhecimento profissional: conhecimento pedagógico geral (princípios gerais de ensino, domínio de técnicas didáticas, etc.); conhecimento do conteúdo (ou da matéria a ensinar); conhecimento didático do conteúdo (que delimita a sua profissionalidade e é resultante da simbiose entre o conhecimento da matéria a ensinar e o conhecimento pedagógico-didático relativo ao 'como' ensiná-la) e, finalmente, o conhecimento do contexto (que se reporta ao onde e ao quem se ensina). (PACHECO; FLORES, 1999, p. 20).

Com a contratação de professores atuando no ensino técnico sem a devida formação pedagógica, houve a necessidade da Escola Técnica Federal do Piauí preparar seus professores, capacitando-os com conhecimentos didático-pedagógicos, uma vez que estes não possuíam em sua totalidade a referida formação. Dessa forma, a escola promovia encontros pedagógicos para tal fim, como se verifica na Figura 39.

Figura 39 – Encontro Pedagógico: 1970



Fonte: Instituto Federal do Piauí (2018).

A Figura 39 apresenta um encontro de formação dos docentes da ETFPI, realizado no ano de 1970, nela é possível perceber que o conteúdo de discussão falava sobre avaliação da aprendizagem, tratando especificamente sobre o processo de avaliação e recuperação, como transcrito no Quadro 06, o texto da Figura 39. O conteúdo era trabalhado nos encontros por meio de estudos em grupos e socialização coletiva do conhecimento adquirido.

Quadro 06 - Transcrição do Quadro da Figura 39

Grupo F1		
AVALIAÇÃO	RECUPERAÇÃO	DEP.
Conservar o sistema proporcionando a cada Curso ou Área a liberdade de uma avaliação diagnóstica, respeitando as peculiaridades de cada disciplina.	Sem recuperação fazer uma prova (teste) nos moldes da 2ª V?, após 15 dias de estudos individuais do aluno, sob orientação do professor. A permanecer o Sistema vigente que cada professor recupere seu aluno.	E LI MI NAR

Fonte: Transcrição de imagem (IFPI).

Pelo Quadro 06, percebemos que no momento da formação dos docentes estavam tratando acerca do processo de avaliação de aprendizagem dos alunos da ETFPI, onde explicaram que cada curso ou área tinham a liberdade de realizar avaliação diagnóstica, respeitando as peculiaridades de cada disciplina. Quanto à recuperação, os professores foram orientados a recuperar os alunos, e que deveriam fazer uma prova teste após 15 (quinze) dias de estudos individuais dos alunos.

De acordo com ETFPI (1995) no período de 06 a 08 de março de 1995 foi realizada a I Semana Pedagógica da Escola Técnica Federal do Piauí que foi dividida em 02 (dois) momentos e contou com as seguintes atividades.

- 1º momento – Assembléia de Professores, com as seguintes atividades:
- Lançamento da 1ª Revista de Pesquisa da ETFPI;
 - Palestras:
 - Reflexão sobre o Ensino Técnico-Pedagógico no mundo atual.
 - Os tipos de Professores.
 - Modelo Pedagógico da ETRN.
 - CEFETIZAÇÃO-CEFET-MA.
 - Relação professor x aluno.
 - Informações:
 - Diretoria de Recursos Humanos.
 - Comissão de Ética.
 - Departamento de Desenvolvimento do Ensino; Departamento de Apoio e Extensão; e, Departamento de Administração Geral.

2º momento – Realização de atividades por áreas e cursos específicos da ETFPI:

- Realização do Curso *Informativo na Educação*;
- Realização do curso de Manutenção de Microcomputadores;
- Avaliação das aulas práticas aplicadas, revisão dos roteiros, análise e manutenção dos equipamentos dos Cursos Eletrotécnica e Mecânica;
- Os professores dos Cursos de Estradas, Saneamento, Segurança do Trabalho, Administração, Contabilidade, Estatística, Eletrotécnica e Mecânica, revisaram os programas das disciplinas e planejamento do 1º Bimestre;
- Realização do Curso de “Atualização em Leitura” e “Produção Textual”;
- Avaliação dos testes físicos;
- Realização do Curso sobre “Metodologia do Ensino das Ciências”;
- Realização do Curso sobre “Física aplicada à saúde”;
- Realização de Palestra sobre a “Nova Ordem Mundial”;
- Realização de Palestra sobre “O Professor de Religião”;
- Discussão sobre a nova Metodologia a ser aplicada e Planejamento das aulas de Religião. (ETFPI, 1995, p. s/n).

A I Semana Pedagógica da ETFPI foi organizada em 02 (dois) momentos: o primeiro contou com a assembleia dos professores e com a realização de diversas atividades, como palestras com temas voltados para conhecimento e reflexão da prática pedagógica, com os temas: “Reflexão sobre o Ensino Técnico-Pedagógico no mundo atual”, “Os tipos de Professores” e “Relação professor x aluno”, entre outros temas.

O segundo momento da semana foi voltado para realização de atividades para cada área e cursos específicos da escola. Entre as atividades realizadas ocorreram cursos como “Informativo na Educação”, “Manutenção de Microcomputadores”, “Metodologia do Ensino das Ciências”, entre outros; contou ainda com palestras; avaliação das aulas práticas aplicadas, revisão dos roteiros, análise e manutenção dos equipamentos dos Cursos Eletrotécnica e Mecânica e revisão dos programas das disciplinas e planejamento do 1º Bimestre para os Cursos Técnicos em Estradas, Saneamento, Segurança do Trabalho, Administração, Contabilidade, Estatística, Eletrotécnica e Mecânica.

Esses momentos de formação que a ETFPI oferecia aos docentes é importante para a prática pedagógica dos professores, pois Tardif (2002) nos faz refletir acerca da necessidade de uma prática profissional docente que considerem elementos capazes de transformar a sua ação em sala de aula, de modo que, os professores, a partir dos saberes adquiridos, possam realizar práticas construtivas, fundamentadas nos saberes produzidos durante seu processo de formação e por meio de suas experiências particulares. Nesse contexto, destaca ainda a necessidade de se introduzir dispositivos de formação, ação e

pesquisa, úteis e significativos às suas práticas em sala de aula, como ocorriam nos encontros pedagógicos.

Sobre os encontros pedagógicos, os Professores A e B recordaram:

Encontro pedagógicos é coisa tradicional, entendeu. Desde muito tempo. [...] houve muitos encontros pedagógicos que era a mesmíssima coisa, era mais assim. (PROFESSOR A, ENTREVISTA, 2021).

Os encontros pedagógicos sempre existiu [...] todo ano tinha encontro pedagógico. Ah, foi muito importante os encontros, a gente fazia aqui em Teresina, fazia fora de Teresina, aí ia pra Parnaíba, ia pra Sete Cidades, fazer os encontros lá, a última vez foi na Sete Cidades, que os encontros pedagógicos era importante porque qualificava mais o professor. E, você vê que na época que eu comecei como professor a gente não tinha cem professor não, tinha o que... uns 80 servidor na escola, 70 por aí. (PROFESSOR B, ENTREVISTA, 2021).

Os relatos expõem como os Professores A e B percebiam os encontros pedagógicos. Os dois docentes trabalharam na ETFPI na mesma época, de 1973 a 1999 quando a instituição passou a ser Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí e viam os encontros pedagógicos como um momento tradicional da escola por acontecer anualmente, no entanto o Professor A achava que os encontros caíam na mesmice por terem temas repetitivos, já o Professor B destaca como os encontros eram importantes por qualificar os professores e trouxe na memória o nome de locais como Parnaíba e Sete Cidades, localidades turísticas piauienses que sediaram os encontros pedagógicos da ETFPI, mostrando que a escola não realizava os encontros apenas dentro da própria escola.

Dessa forma, temos os encontros pedagógicos como espaços reservados à formação dos docentes da ETFPI, com data já prevista no calendário escolar da instituição, como um momento dedicado a informação de rotinas da escola, a troca de experiências entre docentes e equipe escolar e ainda estudo de temas relacionados ao cotidiano escolar que a direção da escola julgava necessário para aprimorar a prática pedagógica dos professores.

4.2 As políticas de formação docente no ensino profissionalizante

Para ser professor é necessário a aquisição de determinados conhecimentos. O processo de aprender a ensinar compreende o contexto da formação inicial. Pacheco e

Flores (1999) defendem que o professor é detentor de um conjunto de saberes contextualizados por um sistema concreto de práticas escolares que refletem suas concepções, suas experiências pessoais, bem como suas frustrações e expectativas da carreira docente. Os autores afirmam ainda que o docente não nasce professor, havendo assim a necessidade de processos de aprendizagem de caráter formal e não formal.

Machado (2008) afirma que não há concepções teóricas consistentes e políticas para a formação de docentes no Brasil, especificamente, para a educação profissional. Dessa forma, apresentaremos aqui as políticas de formação de professores no Brasil, especialmente do ensino profissional no período de 1967 a 1999, recorte estudado na tese.

A Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968 trouxe como exigência a formação de professores de segundo grau de nível superior. Para Wiggers (2015) essa exigência na prática não era atendida, pois muitos docentes não atendiam tal condição.

A carência de professores de ensino técnico com habilitação de nível superior fez com que o Ministério da Educação e Cultura – MEC, em 1969, por meio do Decreto-lei nº 655, organizasse e coordenasse cursos superiores específicos para formação de professores para o ensino técnico agrícola, comercial e industrial. Foi nessa época que se deu a criação de uma agência executiva do Departamento de Ensino Médio do MEC, o Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional – CENAFOR. (WIGGERS, 2015, p. 48).

O Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional (CENAFOR) surgiu em 1969 e foi extinto em 1986. Segundo Peterossi (1994), o CENAFOR era vinculado ao Ministério da Educação e Cultura e tinha como objetivo contribuir para a preparação, o aperfeiçoamento e a atualização dos recursos humanos que atuavam na área de formação profissional. O mesmo difundiu novas metodologias e fomentou discussões relacionadas à formação profissional.

Assim, sob a coordenação do CENAFOR foram criados cursos emergenciais que possibilitaram formação específica aos professores do ensino técnico. Tais cursos criados pela Portaria ministerial n.º 339/70 tentavam solucionar o problema da falta de qualificação profissional dos docentes brasileiros.

Esses cursos foram conhecidos como Esquema I e II, sendo que o Esquema I era destinado à complementação pedagógica dos docentes que tinham diplomas de nível

superior, e o Esquema II era destinado aos professores que possuíam diploma técnico industrial de nível médio, os quais além das disciplinas do Esquema I, também deveriam cursar disciplinas de conteúdos correlativas.

Duarte (1986) afirma que Esquema I e II³⁵ foi a denominação dada as duas formas emergenciais instituídas pela Portaria Ministerial n.º 432/71, para a formação em nível superior de professores das disciplinas específicas do ensino de 2º grau, resultado da necessidade de quadro docentes na área de formação especial e da profissionalização dos estudos de 2º grau promovido pela Lei nº 5.692/1971.

O autor destaca que o Esquema I teria no mínimo 600h, facultando a habilitação para o magistério em até 03 (três) disciplinas profissionalizantes. Já o Esquema II exigia um mínimo de 1080, 1280 ou 1480 horas, conforme a área temática e só deveria ser implantado em locais onde não houvesse ou bastasse o Esquema I.

Para Wiggers (2015), após a promulgação da Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971:

[...] com a profissionalização universal e compulsória, principalmente no ensino de 2º grau, houve um aumento na demanda por professores especializados e com isso, os Esquemas I e II ganharam normas adicionais e continuaram a formar os professores do ensino profissional brasileiro. (WIGGERS, 2015, p. 49).

Na Escola Técnica Federal do Piauí, *lócus* desta pesquisa, não foi diferente, os docentes da escola receberam a formação Esquema I e II para atender uma exigência que se fazia necessária naquele momento, tendo em vista a demanda crescente pelo ensino de 2º grau, consequentemente a formação dos professores tornava-se imprescindível. A formação destes se dava em dois níveis, uma destinada a professores com ensino superior e outra destinada a professores com ensino médio.

Assim, foi realizado no ano de 1972 o primeiro curso de Licenciatura em Disciplinas Especializadas para habilitação do Ensino Médio, Esquema I na ETFPI, esse era destinado a portadores de Grau Superior. Tal curso foi realizado por meio de um convênio entre a Escola Técnica Federal do Piauí, e Universidade Federal do Piauí. A

³⁵ “O Parecer 4417/76 e a Resolução 3/77, do CFE, deram fim aos Esquemas I e II, como formas emergenciais ao exigir que as instituições que os ministravam adaptassem-nos a licenciaturas específicas, dentro de três anos. O Parecer 869/81 estendeu o prazo exigido até 1985.” (DUARTE, 1986).

seleção dos candidatos ocorreu por meio da análise de currículo dos professores indicados pela Escola Técnica.

De acordo com Rodrigues (2002) o currículo do Esquema I era constituído pelas disciplinas: Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau, Psicologia da Educação, Didática, Prática de Ensino e Fundamentos de Educação.

Foi oferecido ainda pela ETFPI, Curso de Licenciatura em Disciplinas Especializadas do 2º Grau – Esquema II, no ano de 1975, em convênio também realizado entre a ETFPI e a Universidade Federal do Piauí. Este curso visava habilitar os professores da instituição que não possuíam Curso de Licenciatura Plena e que lecionavam apenas nos cursos de 2º Grau Técnico ou com uma Licenciatura Curta. (RODRIGUES, 2002).

Para participar desse curso, os candidatos eram submetidos a um processo de seleção, através da realização de vestibular. A seleção abrangeu professores e ex-alunos da escola. O curso durou 17 (dezesete) meses e foi composto pelas disciplinas: Matemática, Física, Desenho Básico, Estrutura de 1º e 2º Graus, Psicologia, Didática, Prática de Ensino, Desenho Projetivo, Desenho Técnico, Eletricidade, Eletrotécnica, Topografia e Mecânica dos Solos. (RODRIGUES, 2002).

Os professores, que ministraram aulas no curso Esquema II, com início em fevereiro de 1976 e término em agosto de 1977, foram: José de Arimatéia Cunha Pires, Francisco Nilson dos Santos, Raimundo Pena Forte, Flamarion Vale, Luiz Soares, Frei Mariano, Valdília Neiva Eulálio, José de Ribamar Xavier Batista, Raimundo Edmar Nóbrega da Rocha, João Gabriel Batista, Miguel Did Caddah Filho e Manuel Furtado de Carvalho. (RODRIGUES, 2002).

Participaram do curso Esquema II, 37 (trinta e sete) alunos, no entanto apenas 24 (vinte e quatro) concluíram o curso que finalizou em 1977. Foram eles: Aníbal da Cruz Oliveira, Antônio Gerardo Rodrigues, Antonio José Santana de Oliveira, Austregésilo de Brito Silva, Cícero Barros de Sousa, Edmilson Barros Moura, Edson Arruda Peixoto, Emídio de Oliveira Ferreira, Expedito Oliveira do Nascimento, Francisco das Chagas Santana, Francisco de Assis Fortes, João de Deus Veras da Silva, João Reis Sobrinho, Joaquim Pereira de Sousa, José de Ribamar Francisco, José Gomes de Oliveira, José Luiz de Sousa, José Wilson Oliveira, Luiz Ferreira do Nascimento, Raimundo Alves, Raimundo Nonato da Cunha Sobrinho, Raimundo Rocha Rodrigues, Vicente Alexandrino de Paula e Walter de Oliveira Costa. (RODRIGUES, 2002).

Conforme Questionário para levantamento de necessidades de cursos emergenciais preenchido pela Escola Técnica Federal do Piauí em 17 de novembro de 1983 ao Centro

Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR), a escola respondeu que já havia realizado cursos de formação de professores nos moldes do Esquema II nos anos de 1976 e 1977. (CENAFOR, 1983).

Dentre os problemas identificados no curso Esquema II elencados no questionário estavam:

Administrativos - a coordenadora do curso não acompanhou a contento o desenvolvimento do mesmo; a escola dispensou os professores do horário para fazerem o curso, mas não dispensou do ponto; a escola não liberou os professores, o suficiente para estudarem no Esquema II; falta de material para aulas práticas; e falta de transporte para aulas do campo.

Pedagógicos - alguns professores das disciplinas de conteúdo não estavam suficientemente preparados para darem aulas para professores; o sistema de avaliação deixou muito a desejar, não houve critério, por parte dos professores; os professores não estavam capacitados para darem aulas práticas do laboratório; e a programação do curso não satisfaz os alunos.

Outros - a programação deveria ser montada com a participação de professores e alunos; o curso deveria ter sido mais específico; e o curso deveria fazer com que o professor ficasse mais consciente. (CENAFOR, 1983, p. 7, grifos nossos).

Verificamos que dentre os problemas listados na oferta do curso Esquema II no período de 1976 e 1977 estavam à falta de acompanhamento do curso pela coordenadora, a não liberação dos professores pela escola, a falta de material para aulas práticas, o fato dos professores não estarem capacitados para ministrar aulas, dentre outros. Percebemos muitos problemas que prejudicaram o andamento das atividades do curso Esquema II, no entanto apesar dos problemas, o curso foi concluído com 30 (trinta) alunos formandos, sendo que destes 29 (vinte e nove) permaneciam na Escola Técnica Federal do Piauí como professores.

De acordo com o Questionário para levantamento de necessidades de cursos emergenciais (1983) estavam listados 41 (quarenta e um) docentes com formação superior candidatos a cursar o curso Esquema I. Destes 08 (oito) tinham 10 (dez) anos ou mais de docência em sala de aula e 27 (vinte e sete) eram professores de disciplinas técnicas. Já no curso Esquema II se inscreveram 33 (candidatos), sendo que 05 (cinco) destes tinham 10 (dez) anos ou mais de experiência em sala de aula e 10 (dez) eram professores de disciplinas técnicas. Assim, a ETFPI tinha interesse destes candidatos se matricularem nos cursos Esquema I e II para que estes obtivessem os conhecimentos necessários para

ministrar aulas na escola, pois de acordo com Peterossi (1994) os docentes deveriam entender sobre educação, ensino, escola e saber relacionar os conteúdos de ensino com as experiências dos alunos e com a realidade social mais ampla.

Em 1984, a Escola Técnica Federal do Piauí realizou mais um curso de Licenciatura em disciplinas especializadas – Esquema I. O currículo do curso era composto das disciplinas: Introdução à Metodologia Científica, Estudo de Problemas Brasileiros, Prática Desportiva, Fundamentos da Educação, Psicologia da Educação, Didática, Metodologia Aplicada, Orientação Vocacional, Estrutura de Ensino e Prática de Ensino. (RODRIGUES, 2002).

Desse modo, podemos fazer uma comparação do mesmo curso - Esquema I – ministrados em anos diferentes para os professores da ETFPI e suas respectivas disciplinas pedagógicas, como apresentamos no Quadro 07.

Quadro 07 – Disciplinas ministrados nos cursos Esquema I aos professores da ETFPI nos anos de 1972 e 1984

1972	1984
1. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau.	1. Introdução à Metodologia Científica
2. Psicologia da Educação.	2. Estudo de Problemas Brasileiros
3. Didática.	3. Prática Desportiva
4. Prática de Ensino.	4. Fundamentos da Educação
5. Fundamentos de Educação.	5. Psicologia da Educação
	6. Didática
	7. Metodologia Aplicada
	8. Orientação Vocacional
	9. Estrutura de Ensino
	10. Prática de Ensino.

Fonte: ETFPI, Esquema I e II (1984).

No quadro 08 observamos as disciplinas Ministradas no Curso Esquema II que ocorreu no período de 1976 e 1977.

Quadro 08 – Disciplinas: Curso Esquema II

1976 e 1977
1. Matemática
2. Física
3. Desenho Básico
4. Estrutura de 1º e 2º Graus
5. Psicologia
6. Didática
7. Prática de Ensino
8. Desenho Projetivo
9. Desenho Técnico
10. Eletricidade

- | |
|---|
| 11. Eletrotécnica
12. Topografia
13. Mecânica dos Solos |
|---|

Fonte: Rodrigues (2002).

Oito anos após o início do primeiro curso - Esquema I (Quadro 7) percebemos a ampliação das disciplinas ministradas aos professores da ETFPI, havendo a manutenção das mesmas disciplinas e o acréscimo de 05 (cinco) novas disciplinas: Introdução à Metodologia Científica, Prática Desportiva, Metodologia Aplicada e Orientação Vocacional e Estudo de Problemas Brasileiros.

Comparando as disciplinas ministradas no Esquema I (Quadro 7) e Esquema II (Quadro 8) observamos que foram ministradas as mesmas disciplinas tanto no Esquema II, como nos cursos de Esquema I em 1972 e 1984, sendo elas: Didática, Psicologia e Prática de Ensino. Tais disciplinas se faziam necessárias nos cursos Esquema I e II, pois conforme Peterossi (1994) através destes os professores poderia ter domínio de instrumentos pedagógicos básicos, como: conteúdos, métodos e técnicas de ensino, avaliação e interação com os alunos.

Os alunos licenciados no Curso Esquema I de 1984 foram os professores: Aldeíde de Almeida Nunes Vilarinho, Clara Maria Ribeiro de Alexandrino, Antenor Alves Pereira de Rocha Filho, Maria do Socorro Pires e Silva, Maria Geci de Oliveira Cronemberg, Maria do Carmo Linard, João Bosco de Santana Martins, Antonio José Castelo Branco Romero, Napoleão Leal de Barros, Valdec Soares Pessoa, Rômulo Ribeiro Magalhães de Sousa, Teresinha Castelo Branco e Vilson Ribamar Rêgo. (RODRIGUES, 2002).

Diferentemente dos alunos formados no Esquema II em 1976, que era todo constituído por homens, no Esquema I segunda turma em 1984 verificamos a presença de mulheres em número bastante significativo.

Conforme ETFPI (1990) no ano de 1989, foi oferecido o terceiro curso de Licenciatura em Disciplinas Especializadas Esquema I, ministrado na Escola Técnica Federal do Piauí num convênio entre a ETFPI e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)³⁶.

³⁶ De acordo com CEFET-MG (1989, p. 7) “A experiência do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, adquirida a partir de 1981, foi reconhecida pelo Ministério da Educação, após a extinção da Fundação CENAFOR – Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional, quando as atribuições desse órgão, através da Portaria Ministerial nº 66/87, passaram a ser competência da Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação. Para a Realização dos Cursos Emergenciais de Licenciatura Plena para Graduação de Professores, o CEFET –MG encontra-se amparado no artigo 11 da Resolução nº 03/77 do Conselho Federal de Educação, uma vez que tratam-se de cursos emergenciais para suprir as necessidades do sistema de ensino de professores habilitados nos termos da referida Resolução”.

O Convênio MEC/SESG/CEFET/ETFPI tem amparo legal na Portaria Ministerial n.º 66/87, quando, com a extinção do CENAFOR, a SESG tornou-se responsável pela condução da política nacional de graduação de professores e delegou aos Centros Federais de Educação Tecnológica a tarefa de coordenar e supervisionar os cursos criados pelos convênios.

Ao CEFET, coube a competência de firmar convênios com MEC/SESG e as Escolas Técnicas Federais de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Pará, Parnaíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe; bem como, com a Fundação Municipal de Educação pelo Trabalho de Uberlândia e com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. (ETFPI, 1990, p. 3-4).

O Convênio MEC/SESG/CEFET/ETFPI para oferta do Curso Emergencial de Licenciatura Plena para Graduação de Professores – Esquema I e II era ministrado em Teresina pela Escola Técnica Federal do Piauí e era coordenado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. De acordo com ETFPI (1990, p. 6), o corpo docente do curso era identificado “pela qualificação que, potencialmente há condições de qualidade no ensino ministrado [...] observou-se interesse e empenho dos professores com o curso e segurança nos conteúdos ministrados”.

De acordo com ETFPI (1990) os professores ministrantes destes cursos foram: Maria José Furtado de Mendonça, Carmen Nagem Fialho Brito, Maria Alenice Marques, Luiz Gonzaga Pires e Osmarina Pires. Foram 13 (treze) os alunos concludentes deste curso. Sendo 02 (dois) professores da comunidade externa e 11 (onze) do quadro de servidores da Escola Técnica Federal do Piauí, são eles:

José Ribamar Moura Vale, Marcos Antonio Celestino de Sousa, José do Egito Figueiredo Barbosa, Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco, Manuel do Rêgo Lages Filho, Adelina Nonata Fernandes, Maria das Graças Batista Rêgo, Ézio Cordeiro, Vinólia Raimunda Vilarinho Santos Cunha, Maria Isabel Vilela Marinho Fortes Rêgo e Lourdes Amélia Carvalho Freitas de Sousa. Também participaram do referido curso professores da comunidade externa, tais como: Leonardo Santana Fernandes e Quintino Nunes da Silva Filho. (ETFPI, 1989).

A Figura 40 apresenta declaração de conclusão de curso de aluno que concluiu o curso Esquema I em 1989, através do Convênio Escola Técnica Federal do Piauí e Centro Federal e Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, sendo esta expedida pelo CEFET-MG.

Figura 40 – Declaração de Conclusão de Curso: Esquema I

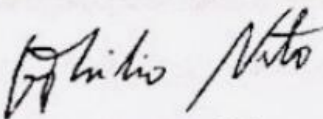
MODELO DE DECLARAÇÃO EXPEDIDO NO ATO DA SOLENTADE

 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DECLARO, a pedido e para os devidos fins, que _____
 _____, formado em ENGENHARIA CIVIL,
 pela FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA FEDERAL DO PIAUÍ,
 concluiu, com aproveitamento, o CURSO DE LICENCIATURA PLENA PARA A GRADUAÇÃO
 DE PROFESSORES DA PARTE DE FORMAÇÃO ESPECIAL DO CURRÍCULO DO ENSINO
 DE 2º GRAU - Esquema I, regulamentado pela Resolução nº 03/77, do Conselho Federal de
 Educação e pela Portaria Ministerial nº 396/77, do Ministério da Educação, realizado
 na ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ, no período de 05 de dezembro de 1988 a 09 de
 novembro de 1989, pelo Convênio MEC-SESG/CEFET-MG/CTFP3.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 1989.


 Prof. Othilio Magela Neto
 Chefe do Depto Acadêmico da Educação

Prof. WILTON DA SILVA MATTOS
 DIRETOR GERAL

Fonte: CEFET-MG (1989).

Como entre alguns docentes da Escola Técnica Federal do Piauí, a preparação para o magistério se restringiu a formação pelos cursos emergenciais, questionamos os Professores A e B sobre a participação deles no Esquema II.

Os professores naquela época ele era contratado através do regime interior de professor aprendiz. Não tinha qualificação, nem graduação, era um professor que sabia de tal coisa... então... tinha professor que era contratado né? E a exigência do MEC para graduação... hoje a exigência é mestrado, só pode entrar numa instituição hoje só mestrado né, e doutorado. Então o MEC vem batendo com isso há muito tempo e foi a necessidade do professor José Luís fazer este convênio com a Universidade Federal do Piauí. E eu sou Esquema II. O Esquema I da mesma forma, a necessidade do professor ter curso de especialização ou outro curso. (PROFESSOR A, ENTREVISTA, 2021).

Fiz o Esquema II. Me ajudou muito. O Esquema II ele ajudou muito e ajudou muitos servidores que estavam fazendo aquilo ali [...] na área de conhecimento melhorou muito. Logo eu fiz, eu fiz na Universidade Federal o Esquema II, e o Esquema II virou, quer dizer licenciatura plena né? E nós fizemos, eu que fazia os trabalhos pros colegas, dentro da área, que era mecânica do solo, era projeto de estrada, era... era topografia, e eu tinha um conhecimento muito grande, muito grande. (PROFESSOR B, ENTREVISTA, 2021).

O Professor A que é egresso do Curso Técnico em Estradas da ETFPI rememora que quando ingressou na escola os professores eram contratados sem graduação e muitos sem qualificação, eram detentores de conhecimentos técnicos que eram utilizados para ministrar suas aulas. Da necessidade de uma formação que oportunizava aos docentes os conhecimentos necessários para o exercício da docência tanto ele quanto outros profissionais da escola cursaram os cursos de Esquema I e II.

O Professor B também egresso do curso Técnico em Estradas da ETFPI reconhece em sua fala como o Esquema II contribuiu para a formação dos servidores da ETFPI e que assim como ele outros docentes ingressaram na escola como professor apenas com a formação técnica de nível médio, sem base pedagógica.

Rodrigues (2002) afirma que o primeiro curso de Pós-Graduação oferecido pela ETFPI foi realizado através de um convênio entre a ETFPI e o Centro Federal de Educação Tecnológica Minas Gerais (CEFET-MG), sendo oferecido o curso de Especialização em Planos e Projetos aos Coordenadores de Cursos e Áreas, aos Orientadores Educacionais, aos Supervisores Pedagógicos e a docentes que ocupavam cargos de direção. Tal curso foi realizado de 05 de janeiro de 1987 a 15 de fevereiro de 1988, com total de 400h e foi ministrado na própria Escola Técnica Federal do Piauí.

O objetivo desta pós-graduação era capacitar os servidores que atuavam em cargos da administração escolar, para que pudessem melhor desenvolver suas atividades dentro do seu campo de atuação.

Ainda segundo Rodrigues (2002) foram destinados outros cursos de Especialização aos docentes da ETFPI em parceria com o CEFET-MG. Estes foram realizados em Belo Horizonte, no CEFET-MG, sem a necessidade de convênios entre CEFET-MG e ETFPI, pois estes cursos de Especialização faziam parte do Programa de Capacitação Docente do Ensino Técnico (PCDTE)³⁷. Os cursos eram desenvolvidos em 03 (três) módulos, cada módulo com 120h, em regime de tempo integral, nos meses de julho e janeiro, totalizando 360 horas-aula no mínimo, e ainda com atividades extraclasse intermediando os períodos de aulas.

Além deste Curso de Especialização em parceria com o CEFET-MG, os docentes da Escola Técnica Federal do Piauí participaram de outros cursos de Pós-Graduação, como verificamos na Figura 41, que elenca além dos 13 (treze) docentes que cursavam Pós-Graduação no CEFET-MG, 03 (três) docentes cursando pós-graduação na PUC-MG e 01 (um) docente cursando em Campina Grande, na Paraíba.

³⁷ Estes cursos eram financiados pelo SEMTEC e CAPES. A instituição de origem dos docentes ficava responsável pelas despesas com estadia, alimentação, e transporte dos professores-alunos.

Figura 41– Docentes da ETFPI realizando Cursos de Pós-Graduação em 1994

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RELAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ESTÃO REALIZANDO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO.

1- CEFET - MG - Período de 27/06 a 15/07/94.

01 - Ana Maria de Lima
02 - Ayrton de Sá Brandim
03 - Carmen Luzia Sinott Macedo
04 - Ernâni Napoleão Lima
05 - Francisco das Chagas Santana
06 - José Emídio de Oliveira Ferreira
07 - José Francisco de Reis Sobrinho
08 - José Luiz Soares
09 - José da Silva Araújo
10 - Luis Flávio Santos Martins
11 - Maria Cecília Oliveira Ferreira Lopes
12 - Manoel do Rêgo Lages Filho
13 - Rui Carlos de Araújo Farias

2 - PUC - MG - Período de 04/07 a 16/07/94

01 - Carlos César de Almeida Campelo
02 - Flôr de Maria Mendes Câmara
03 - Francisco Freitas Galvão

3 - CAMPINA GRANDE - PB - Período de 12/07 a 20/08/94

01 - José Mascena Dantas

Terezina, 20 de junho de 1994.

[Assinatura]
Fátima Cláudia Mendes Calhaz
Chefe do Deptº de Desenvolvimento do Ensino

Fonte: ETFPI, Relação dos professores que estão realizando curso de Pós-Graduação em 1994 (1994).

Além dos Cursos de Formação, Esquema I e II, e dos cursos de Pós-Graduação para os docentes da Escola Técnica Federal do Piauí, a ETFPI também realizou cursos de curta duração e encontros pedagógicos visando à formação dos docentes da escola.

Quanto à formação continuada, Day (2001) a nomeia de formação contínua, onde esta pode contribuir, de forma significativa, para o desenvolvimento dos professores e das

escolas. O autor define formação contínua como um conjunto de eventos ou um programa amplo de aprendizagens acreditadas e não acreditadas.

Acerca desta formação Souza (2009, p. 67) destaca “a importância dos processos de formação contínua dos professores, revistos permanentemente para não se confundirem com atividades pontuais, desconectadas, nos começos do semestre.”

Neste estudo, foram considerados como cursos de formação continuada dos professores, os cursos de aperfeiçoamento, treinamentos, bem como cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado.

Pelos documentos analisados da ETFPI observamos que no ano de 1996, dos 227 (duzentos e vinte e sete) docentes da Escola Técnica Federal do Piauí, 40 (quarenta) possuíam curso de formação Esquema I e 40 (quarenta) Esquema II. Do total de docentes da escola, 114 (cento e quatorze) eram professores da área técnica e destes, 30 (trinta) professores haviam cursado o Esquema I e 30 (trinta) haviam estudado no Esquema II. Assim, percebemos que a maioria dos docentes que possuíam os Cursos de Esquema I e II pertenciam a área técnica, pois muitos dos professores da ETFPI não possuíam formação inicial em cursos voltados para o ensino.

Nesta perspectiva, a Tabela 14 apresenta a distribuição de docentes das disciplinas técnicas da Escola Técnica Federal do Piauí no ano de 1996, distribuídos por curso e pela área de formação dos mesmos.

Tabela 14- Quantidade de docentes das disciplinas técnicas da ETFPI por curso e formação: 1996

Cursos	Quantidade de Professores	Mestrado	Especialização	Aperfeiçoamento	Licenciatura Plena	Superior Sem Formação Pedagógica	2º Grau Sem Formação Pedagógica
Eletrônica	22	--	05	01	11	04	01
Eletrotécnica	14	--	06	--	06	02	--
Mecânica	13	--	03	01	06	02	01
Estradas	09	--	04	--	05	--	--
Edificações	12	02	04	--	04	02	--
Saneamento	05	--	02	--	02	01	--
Contabilidade	19	02	04	--	11	02	--
Administração	08	--	02	--	04	02	--
Estatística³⁸	02	--	01	--	--	01	--
Segurança do Trabalho	10	--	07	--	--	02	01
Total	114	04	38	02	49	18	03

Fonte: ETFPI, Relação Nominal dos professores da ETFPI por disciplina e formação 1996 (1996).

Os 114 (cento e quatorze) docentes listados na Tabela 14 eram professores das disciplinas da área técnica e possuíam na sua maioria Licenciatura Plena, percebe-se que do total de professores, 15,7% destes possuíam curso superior sem formação pedagógica e 2,6% tinham apenas formação de 2º grau sem formação pedagógica. Totalizando 18,3% de docentes sem formação pedagógica em 1996.

Outro ponto a ser observado na Tabela 14 é a quantidade de docentes com formação continuada em nível de Especialização e Mestrado, que representava 36,8% do total de professores da área técnica da escola. O que mostra além da preocupação dos docentes com a formação continuada, a política de capacitação de docentes da escola que não ocorreu apenas na formação de professores com o Esquema I e II, mas também de políticas para capacitar os docentes em nível de Pós-Graduação.

Cabe destacar ainda que em 1996 havia apenas 03 (três) docentes que ministravam as disciplinas técnicas com habilitação em nível de 2º grau, sem formação pedagógica, o que mostra o resultado da Política de Capacitação da ETFPI através dos Cursos Emergenciais, Esquemas I e II alcançaram os objetivos de oferecer capacitação pessoal aos

³⁸ Professores comuns aos cursos de Administração e Estatística.

professores das escolas técnicas federais em decorrência da política de profissionalização vigente.

Sobre a participação de docentes da Escola Técnica Federal do Piauí em cursos de Pós-Graduação, temos a experiência do Professor C que cursou especialização em convênio entre a ETFPI e a Universidade Federal do Piauí.

Na época tivemos alguns encontros, eu lembro que teve um dia em Fortaleza... Edgar Morin... a gente participou lá de um encontro de formação e eu tive a oportunidade de em 1999 fazer uma especialização em Avaliação Educacional, foi o primeiro contato mais voltado pra essa parte mesmo do ensino, entendeu? Teórico, conhecer um pouco sobre a teoria tanto da avaliação quanto a educação de um modo geral. Ai me abriu a mente muito, muito. Ai nesse período eu conheci mais um pouco e entendi como é que funciona a lógica do processo de ensino-aprendizagem. Porque a gente que sai cru da universidade e entra logo, a gente acha que não, é só despejar conteúdo, não é só jogar lá pro menino, e se os menino não estuda é porque não quer, tem aquela coisa toda. Então nesse processo de formação que eu tive da especialização eu era o único Engenheiro da turma de 40 alunos, era o único homem, quase todas as colegas eram pedagogas da área... na primeira semana de aula eu quase desistia. -Rapaz eu vou sair daqui, aqui não dá pra mim não. Primeiro que eu me deslocava sem saber de coisa nenhuma [...] No começo, o primeiro momento foi difícil, eu quase desisti porque não, não tinha muita noção do que era [...] Confesso que foi um dos cursos que eu tenha feito, para efeito de docência mais importantes, não foi mestrado, não foi doutorado não, eu acho que pra docência foi a Especialização em Avaliação Educacional. (PROFESSOR C, ENTREVISTA, 2021).

O Professor C recorda como o curso de Especialização em Avaliação Educacional foi à formação mais importante que ele fez, preparando-o para docência. O docente que hoje tem o título de Doutorado no currículo, viu a Especialização que cursou ainda no início da carreira na ETFPI como espaço de formação que muito lhe ensinou sobre a relação ensino-aprendizagem, sobre a avaliação educacional, bem como a educação de modo geral. O Professor C além de Técnico em Eletrotécnica é Bacharel em Engenharia de Agrimensura e não teve contato com os conhecimentos pedagógicos anterior a experiência com a sala de aula, por isso viu o curso de especialização como grande oportunidade de construir conhecimento na área da educação que pode contribuir significativamente na sua gestão de sala de aula. A fala do Professor C demonstra que ele alcançou os objetivos da capacitação fornecida pela instituição em que trabalha uma vez que este percebeu de

“forma consciente a relação entre as partes e o todo. Uma vez identificados os problemas, sua origem e desenvolvimento, consegue visualizar de forma integrada a prática escolar e suas relações com a sociedade que a engloba”. (PETEROSS, 1994, p. 94).

Quanto ao Plano de Carreira do Magistério de 1º e 2º grau, o Decreto n.º 94.664, de 23 de julho de 1987 aprovou o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos dos professores de 1º e 2º Graus. Conforme o Art. 4º são consideradas atividades próprias do pessoal docente de 1º e 2º Graus:

- I - as relacionadas, predominantemente, ao ensino, no âmbito das instituições de 1º e 2º Graus e as relacionadas à pesquisa, bem como as que estendam à comunidade atividades sob a forma de cursos e serviços especiais;
- II - as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente. (BRASIL, 1987).

O Art. 7º do Decreto nº 94.664/1987 estabelece que “a carreira de Magistério de 1º e 2º Graus compreende as classes A, B, C, D, E e de Professor Titular”, sendo que “cada classe compreende quatro níveis, designados pelos números de 1 a 4, exceto a classe de Professor Titular, que possui um só nível”. (BRASIL, 1987).

Art. 13. O ingresso na carreira do Magistério de 1º e 2º Graus far-se-á mediante habilitação em concurso público de provas e títulos e deverá ocorrer no nível inicial de qualquer classe.

1º Para inscrição no concurso exigir-se-á:

- a) habilitação específica obtida em curso de 2º Grau, para a classe A;
- b) habilitação específica obtida em Licenciatura de 1º Grau, para a classe B;
- c) habilitação específica obtida em Licenciatura Plena ou habilitação legal, para a classe C;
- d) curso de Especialização, para a classe D;
- e) grau de Mestre, para a classe E.

2º Para o ingresso na classe de Professor Titular, poderão inscrever-se portadores de títulos de Doutor ou de Livre-Docente, bem como pessoas de notório saber, além de professores que, já pertencentes à carreira do Magistério de 1º e 2º Graus, estejam na classe E, com o mínimo de quinze anos de efetivo exercício de Magistério. (BRASIL, 1987).

A Tabela 15 apresenta a quantidade de docentes ativos da ETFPI por classes tendo como referência o mês de fevereiro de 1995.

Tabela 15 – Classes dos Professores da ETFPI: Fevereiro de 1995

Classes	Quantidade de Docentes
A	01
B	01
C	45
D	65
E	132
Total	244

Fonte: Elaborado pela autora a partir de ETFPI (1995).

Pela Tabela 15 compreendemos que em 1995, a ETFPI possuía 244 (duzentos e quarenta e quatro) docentes, sendo que a maioria dos professores da escola, 132 (cento e trinta e dois) docentes situavam-se na Classe E que corresponde ao grau de Mestre. Observamos ainda que 65 (sessenta e cinco) professores estavam na Classe D que corresponde o nível de Especialização; 45 (quarenta e cinco) situavam na Classe C, que correspondia à habilitação específica obtida em Licenciatura Plena ou habilitação legal; 01 (um) docente estava na Classe B, correspondendo à habilitação específica obtida em Licenciatura de 1º grau e 01 (um) professor estava na Classe A que era de habilitação específica obtida em curso de 2º grau.

A Tabela 15 corresponde à quantidade total de docentes da ETFPI em 1996, já a Tabela 14 apresenta o curso e formação dos docentes com informações apenas dos professores que ministravam disciplinas técnicas. Comparando as 02 (duas) tabelas percebemos uma grande diferença quanto à formação dos docentes, pois na Tabela 15 em 1995 havia 132 (cento e trinta e dois) docentes na Classe E, correspondente ao Mestrado e 65 (sessenta e cinco) referente a Especialização. No entanto, na Tabela 14 que se refere apenas aos docentes das disciplinas técnicas temos em 1996 apenas 04 (quatro) Mestres, número bem inferior quando comparado ao total geral de docentes que é de 132 (cento e trinta e dois) docentes na Classe E que corresponde ao Mestrado.

Uma resposta para essa diferença entre o número de docentes com titulação de Mestrado e professores que se situam na Classe E se dá de acordo com o Art. 1º do Decreto nº 94.664/1987 que a progressão nas carreiras do Magistério poderia ocorrer, exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico: “I - de um nível para outro, imediatamente superior, dentro da mesma classe; II - de uma para outra classe, exceto para a de Professor Titular.” (BRASIL, 1987).

Cabe destacar que conforme o Decreto n.º 94.664/1987, a progressão de que trata o item I era feita após o cumprimento, pelo professor do interstício de 02 (dois) anos no nível respectivo, mediante avaliação de desempenho, ou interstício de 04 (quatro) anos de atividade em órgão público. Quanto à progressão prevista no item II era realizada sem interstício, por titulação ou mediante avaliação de desempenho acadêmico do docente que não obtivesse a titulação necessária, mas que estivesse, no mínimo, há 02 (dois) anos no nível 4 da respectiva classe ou com interstício de 04 (quatro) anos de atividade em órgão público.

Assim sendo, o docente poderia estar na Classe B, C, D ou E sem necessariamente possuir a titulação correspondente (Mestrado, Especialização, Licenciatura Plena ou habilitação legal e Licenciatura de 1º Grau), devido à avaliação de desempenho que era realizada no interstício de 02 (dois) ou 04 (quatro) anos.

4.3 A prática pedagógica dos docentes da ETFPI

Neste tópico buscamos conhecer a prática pedagógica dos docentes das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí a partir dos documentos escolares e das memórias dos docentes e discentes pesquisados.

Para Franco (2012, p. 173) práticas pedagógicas “são práticas que se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas/requeridas por uma dada comunidade social”. A autora compreende as práticas pedagógicas como práticas sociais que se organizam visando alcançar expectativas educacionais de um grupo social, produzindo assim uma dinâmica social dentro e fora da escola, funcionando como espaço de diálogo entre sociedade e instituição educativa.

As práticas pedagógicas são práticas que desenvolvidas de forma sistemática a partir do emprego de metodologias específicas com base nos objetivos de aprendizagens a serem adquiridas pelos educandos, levando em consideração o contexto histórico e social em que são desenvolvidas. A intencionalidade da prática pedagógica e o seu desenvolvimento são baseados em conhecimentos pedagógicos e curriculares provenientes de variadas fontes, tais como dos cursos de formação inicial e continuada, da troca de saberes entre os pares e das experiências de vida pessoal e profissional dos docentes, conforme Tardif (2002).

No desenvolvimento da prática pedagógica, diversos saberes docentes são mobilizados para que os objetivos de ensino sejam alcançados, mediados por

procedimentos didáticos-pedagógicos que visam auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, articulando teoria e prática. O planejamento, a avaliação da aprendizagem e a metodologia de ensino são exemplos de ações necessárias no processo de organização da prática pedagógica. Esta deve ser sistematizada e fundamentada teoricamente, segundo a compreensão filosófica de homem, educação e sociedade que a orientam. Nesse sentido, diferentes teorias pedagógicas, fundamentada em concepções filosóficas distintas, podem caracterizar a prática pedagógica docente.

Além das teorias que fundamentam os processos de ensino-aprendizagem, documentos legais e as políticas educacionais que instituem as diretrizes curriculares dos cursos profissionalizantes são fontes que influenciam na organização da prática pedagógica.

Dessa forma, a tese que se delineia neste estudo é a de que a prática pedagógica dos docentes das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí fundamentou-se nas políticas educacionais e nos regimentos que direcionavam suas práticas, e também nos saberes experienciais e pedagógicos dos docentes, saberes estes produzidos por meio da prática pedagógica experienciadas no seu processo formativo escolar e profissional, na sua área de atuação e na formação continuada recebida na ETFPI.

Assim, a prática pedagógica precisa ser organizada, uma vez que o docente precisa articular o seu trabalho ao planejamento escolar e educacional. Entendemos o planejamento como um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente onde há a articulação tanto da atividade escolar quanto da problemática do contexto social. “A escola, os professores e os alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais: tudo o que acontece no meio escolar está atravessado por influências, econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade de classes.” (LIBÂNEO, 2006, p. 222).

Os elementos do planejamento escolar são: objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação que estão imbuídos de implicações sociais. A ação de planejar vai além do preenchimento de fichas solicitadas pela escola, é uma atividade consciente e reflexiva que permite ao professor organizar suas aulas a partir de situações concretas com os envolvidos no processo de ensino. (LIBÂNEO, 2006). Assim, quando indagados sobre como planejavam suas aulas, os Professores A, B, e C recordaram:

O planejamento geralmente a gente obedecia o nosso, a nossa orientação pedagógica. Só que eu mesmo pouco cumpria a parte de didática, pra

mim, me achava assim mais assim, íntimo dos meus alunos na prática, a teórica não... 50% mais ou menos de cada, um quantitativo da disciplina, se a disciplina era 60, eu dava 30 e 30. [...] Nós planejava, era uma equipe, geralmente aqui a gente se reunia, trabalhava nesta união, trabalhava neste planejamento para o que era melhor para o ensino, visto determinação da direção né, o diretor geral da época até os professores, nós não fazia coisas da nossa cabeça e sim... O planejamento geral da...da... do comando maior que desde o MEC até a nossa... o nosso... o nosso desenvolvimento né, para que os alunos viessem a ter esta boa aprendizagem. (PROFESSOR A, ENTREVISTA, 2021).

Eu fazia plano de aula, [...] eu tinha três, quatro disciplinas fazia o planejamento de cada uma né? porque uma é sequência da outra. Vamos dizer... topografia, aí tem mecânica dos solos, aí tem é... obras complementares, é dentro da construção de estrada, aí construção de estrada é uma disciplina, projeto de estrada é outra disciplina, você sair de projetos vai pra construção, da construção você vai para é... o acabamento, o acabamento da estrada, você começa... que é assim né? Você vê uma estrada asfaltada, você vê várias curvas né, tudo isso aí é calculado, de 20 em 20 metros é calculado cada pedacinho daquelas curvas, é... o asfalto como é que é feito aquele asfalto aí tem vários tipos, na época era asfalto usinado, tratamento superficial duplo, que eu já trabalhei no estado de Pernambuco. Então tudo isso aí você tinha a disciplina dentro da... [...] tinha um período que a gente fazia todo o trabalho de planejamento. Aí entregava pra eles, a gente ficava com uma cópia e entregava o outro pra eles lá, agora acompanhar ninguém acompanhava não, a gente não. A gente fazia porque tinha necessidade de fazer mesmo. (PROFESSOR B, ENTREVISTA, 2021).

Isso aí ficava muito por conta de cada um tinha uma questão também que pra mim era muito complicado o entendimento que eram as reuniões de planejamento, todo começo de período, vamos fazer o planejamento do semestre. E planejamento pra mim naquele momento que passavam era você preencher uma ficha pontuando as atividades e entregar. Eu sempre questionava, mas isso serve pra que? Cada professor chegava fazia lá, tinha uns que dizia olha, a minha já tá pronta, todo ano eu mudo só a data, faço só imprimir e entrego pro coordenador, mas o que que significa isso? Esse documento vai pra onde? Não é só uma obrigação da gente entregar, a gente entrega porque entrega mesmo, mas nunca ouvi falar pra que que servia não. Gente pelo amor de Deus! Não entendia essa coisa não, o planejamento se resumia a uma ficha que você preenchia lá, sem nenhuma finalidade. (PROFESSOR C, ENTREVISTA, 2021).

Para o Professor A, o planejamento na ETFPI era realizado juntamente com a equipe escolar e os professores não faziam nada por si, mas em consonância com as orientações e planejamento da escola e do MEC de maneira que os alunos tivessem uma boa aprendizagem. Já o Professor B relata a necessidade de elaborar o planejamento e que havia um período próprio para a sua elaboração, sendo entregue ao final uma cópia para a

equipe da escola e o professor ficava com outra, relatou ainda que não havia acompanhamento da execução do mesmo. O Professor C afirma que o planejamento não cumpria os fins a que era proposto, pois se resumia a entrega de fichas em períodos determinados pela escola, sem a reflexão de sua necessidade e finalidade.

Verificamos na fala dos 03 (três) docentes em tempos diferentes (anos 1970, 1980 e 1990), porém ocupando o mesmo espaço (a ETFPI) que o planejamento das aulas na ETFPI sempre existiu, mas em todas as décadas percebemos o planejamento mais na dimensão burocrática, com finalidade técnica partindo da solicitação do plano de aula, elaboração do plano pelo docente e o recebimento do mesmo pela equipe escolar, sem contudo haver indícios de supervisão e de reflexão sobre a execução do que foi planejado, conforme a fala dos professores pesquisados, se coadunando com o modelo tecnicista que era pedagogia hegemônica no período.

Farias et al (2011, p. 109) afirma que essa forma de planejar privilegia “a redação técnica e os formulários em detrimento do conteúdo e dos fins da prática docente [...] favoreceu o desenvolvimento de práticas docentes individualistas, fragmentadas e promotoras de cópia de reprodução do silêncio e do ativismo”.

O trabalho docente faz parte do processo educativo mais amplo, no qual prepara o homem para a participação na vida social e para o trabalho. No caso da ETFPI, os docentes contribuem para formação de mão de obra especializada de acordo com o perfil profissional de cada curso técnico ofertado.

Burke (1992) afirma que a história é construída por várias pessoas que devem ser valorizadas e ouvidas na construção da história, independentemente da experiência vivida. Dessa forma, conheceremos agora como era a metodologia dos professores da Escola Técnica Federal do Piauí, conforme as lembranças dos Alunos A, B, C e D.

Cada professor tinha uma metodologia diferente. Digamos, o Santana, era uma pessoa bem didática, ele fazia o desenho, fazia o desenho da estrada, o desenho de uma ponte e aí explicava de uma forma bem didática. Não tínhamos os livros, Como é que se aprendia? Era lembrando do que o professor tava passando pra gente ou copiar. A metodologia mais era questão do modelo escrito no quadro e você tinha que absorver tudo isso, pela fala, pela forma que o professor tá explicando, uma demonstração, e aí em termos de planejamento de aula nessa época não existia. O professor chegava na sala de aula, ele mesmo definia o seu método, como era que ele ia aplicar. (ALUNO A, ENTREVISTA, 2021).

É ou é calculo ou era escrevendo ou... mas mesmo era o professor lá explanando a disciplina. Quem entendeu fala, comenta, questiona e por aí vai. (ALUNA B, ENTREVISTA, 2021).

Eram aulas tradicionais mesmo. Sempre no quadro, a gente fazia muito exercício. Como a gente tinha muita disciplina de cálculo, era muito na base prática, exercitando. Prático que a gente fazia era muito exercício. Inclusive as provas de Contabilidade, a maioria era uma questão. A gente fazia os balancetes que pegava quatro, cinco folhas com uma questão só. (ALUNA C, ENTREVISTA, 2021).

Somente a famosa aula dialogada e escrita só, não tinha, o que era pra ser de concreto mesmo, material, não tinha material. [...] Ai as teóricas em sala de aula, as práticas como te falei quando não tinha no laboratório o professor levava a gente pra rua né [...] uma coisa que nunca foi apresentado pra ninguém lá da turma era questão de ementa da disciplina, olha a ementa da disciplina é essa aqui, nós vamos vê isso aqui, isso aqui, isso, não, não tinha isso. O professor chegava lá no primeiro dia e falava né, oh vamos entender o que é uma instalação, saber o que é o trio, o que é uma monofase, bifásico, trifásico, como funciona um transformador [...] Eles chegavam e falavam assim como estou te falando aqui era um bate papo, primeiro dia de aula era um bate papo e aí as coisas iam ocorrendo, à gente não tinha ideia de nada, não tinha, entendeu? (ALUNO D, ENTREVISTA, 2021).

As recordações dos alunos, assim como dos professores tratam de 04 (quatro) períodos distintos, que englobam as décadas de 60, 70, 80 e 90 do século XX, no entanto embora em momento histórico diferente, as falas dos discentes são únicas ao apresentar a metodologia de aula tradicional, como a predominante nas aulas da Escola Técnica Federal do Piauí, pelo fato dos docentes transmitirem conteúdos de forma oral, com apresentação de conteúdos e exercícios no quadro, com atividades com práticas de observação e memorização. O Aluno A percebia que os professores não tinham planejamento e o Aluno D, que estudou no período mais recente também recorda que os professores não apresentavam planos de aulas, nem ementas nas aulas. As Alunas B e C que estudaram em tempos distintos, mas no mesmo curso técnico, o de Contabilidade também relataram as aulas monótonas com práticas de exercícios com cálculos.

As práticas dos professores das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da ETFPI eram caracterizadas como tradicionais, uma vez que o docente, responsável pela organização do trabalho educativo tanto na sala de aula quanto na escola nem sempre possuía os saberes necessários para o exercício da docência, como relata os Professores A, B e C ao falarem das suas metodologias de aulas:

Tradicional, sempre a tradicional, inventava pouca coisa. (PROFESSOR A, ENTREVISTA, 2021).

Eu fazia plano de aula, eu não levava nada pra mim ler pro aluno, eu sabia tudo o que era importante, eu só fazia o plano de aula, aí eu pegava o plano de aula, hoje nós vamos ter isso, isso e isso, por exemplo, na aula de topografia o que que você vai ter, nivelamento, na outra aula, locação de estrada, curvas horizontais, curvas verticais, aí ia tá fazendo isso, cada etapa dessa que eu fazia, na aula seguinte era prática, prática, levava os alunos pra fazer a prática, aí era como desempenhava mais, porque a gente ia sempre procurando o melhor pra gente se sair na... no planejamento da escola. (PROFESSOR B, ENTREVISTA, 2021).

A metodologia que a gente usava era esse, primeiro a questão do conteúdo que a gente chegava fazia... sempre fazia da seguinte maneira, pegava todo o meu conteúdo que tava faltando e fazia a distribuição e os alunos já sabiam, e olha dia tal eu passei conteúdo tal, tal, tal... dia tal vai ter exercício, dia tal... então eu dava pra eles um roteiro já do semestre todo, dizendo dia tal vai ser isso por isso tal, tal, tal.... lógico que as vezes havia essa quebra, mas o aluno já recebia e sabia qual era os dias que teria avaliações o pedido de avaliação que fazia, como é que a gente fazia, então eu distribuía isso pros alunos, aí já ficava dizendo ó dia tal vai ter prática... a gente pegava os alunos, pra cada um ir pro laboratório e separava os equipamentos, aí os próprios alunos carregavam os equipamentos, as vezes quando era fora, aqui em Teresina tinha uma área em Timon que a gente sempre ia lá também que tinha lá um apoio da... de uma churrascaria que tinha lá perto, aí a gente fazia as práticas lá nas propriedades depois voltava pra lá. Então funcionava basicamente dessa forma, o aluno recebia primeiro o conteúdo tudo, a formação teórica e depois a gente ia pra prática pra ensinar efetivamente como usar o equipamento, como montar, como desmontar, como nivelar, todas as etapas que eram necessárias pra ele, como se fosse aprender a dirigir um carro... ó primeiro você faz isso com esses equipamentos, agora começa aí... a gente fazia dessa forma, então no final o aluno tá prático, hoje eu tenho alguns ex-alunos que mandam mensagem pra mim, ó professor só estou nessa área ainda por causa de você, eu tô trabalhando aqui, eu tenho isso aqui pra tocar... estão seguindo em frente. (PROFESSOR C, ENTREVISTA, 2021).

Os depoimentos dos docentes confirmam as narrativas dos alunos quando afirmam que as aulas ministradas na ETFPI eram tradicionais, como afirma o Professor A. O Professor B destaca que realizava o planejamento de sua ação didática e apresentava aos discentes os conteúdos e quais atividades iriam estudar na disciplina. O Professor C também fala do seu planejamento e de como planejava suas aulas separando os conteúdos das aulas teóricas e práticas e informando aos alunos sobre como seria sua ação em sala de aula.

Apesar de todo o planejamento das aulas, a metodologia predominante entre os professores das disciplinas técnicas da ETFPI eram tradicionais, pois eram caracterizadas pela transmissão do conhecimento, por práticas de memorização e de observação. Os professores ainda demonstram traços da tendência tecnicista por estarem conforme Libâneo (2006) compatíveis com a orientação econômica, política e ideológica do regime militar então vigente. Destacamos ainda o papel do professor como de “administrador e executor do planejamento, o meio de previsão das ações a serem executadas e dos meios necessários para se atingir os objetivos.” (LIBÂNEO, 2006, p. 68).

Para Saviani (2013) na pedagogia Tecnicista, o elemento principal era a organização racional dos meios, onde professor e alunos em posição secundária eram executores do processo, uma vez que o processo definia o que docentes e discentes iriam fazer garantindo assim a eficiência e a produtividade tornando o processo educativo objetivo e operacional.

A utilização da História Oral possibilita rememorar o objeto investigado a partir da fala da própria testemunha da história, valorizando como ratifica Meihy e Holanda (2007) o indivíduo em detrimento da estrutura social. Nesse sentido, a memória deste indivíduo é essencial, pois é a partir dela que se obtêm informações sobre o período estudado, podendo inclusive contrastar as informações de diversos sujeitos com ponto de vista diferentes de forma a conhecer melhor o objeto investigado. Assim, indagamos aos Professores A, B e C sobre como eram as aulas das disciplinas técnicas que eles ministravam.

Muito da didática tradicional, era o quadro e giz, mas tinha também um retroprojeter com muita escassez, talvez era um... três, quatro, cinco, meia dúzia pra a escola toda, então era um verdadeiro... assim, batalha pra você conseguir um data show, um data show não, um retroprojeter. Então, essas coisas, mas pouca gente tinha essa preocupação de adquirir um retroprojeter, já vinha preparado né, para dar aula simplesmente com quadro e o giz, sem problema nenhum. [...] Uns usava da didática pedagógica dentro das normas legais, outros não, era mais técnico né, mas assim... prática, ou seja, se torna difícil explicar como era em sala de aula. (PROFESSOR A, ENTREVISTA, 2021).

As minhas aulas teóricas eram em salas de aula, eu dava aula, aquela aula que eu dava na semana seguinte eu dava ela prática. Era o quadro negro, era giz... era giz, depois que melhorou com pincel, essas coisas toda, mas... era quadro negro, e giz. (PROFESSOR B, ENTREVISTA, 2021).

A gente fazia aula expositiva lá, dos conteúdos, explicando toda parte teórica, explicando os fundamentos, depois que havia dado toda essa questão é que a gente passava depois pro segundo momento que seria as

aulas práticas, as atividades práticas com os equipamentos. No meu caso, a gente tinha a parte de desenho, tinha um laboratório na época que a gente chamava de Laboratório Desenho, com prancheta, com os alunos, cabia os alunos que eram 20 pranchetas grandes dentro do espaço, e cada prancheta ficava até duas pessoas. Então na parte dos desenhos cabia. As outras atividades que eram prática de campo, era aberto mesmo... (PROFESSOR C, ENTREVISTA, 2021).

Ao relembrar das suas aulas, o Professor A relata o uso da didática tradicional e do tecnicismo em suas aulas, destacando ainda que alguns docentes utilizavam de “didática pedagógica dentro das normas legais”, se referindo aos docentes que seguiam as orientações pedagógicas da escola que realizavam acompanhamento e formação através de reuniões e encontros de formação com docentes e coordenadores de área e da supervisão pedagógica da escola.

O Professor B novamente confirma que explorava em suas aulas os conteúdos verbalmente com uso do quadro e giz, afirmou ainda que separava suas aulas entre teóricas e práticas, sendo uma vez na semana aula teórica e na semana seguinte aula prática. O Professor C assim como o B dividia suas aulas entre teóricas e práticas, sendo que as aulas teóricas ocorriam através de exposição teórica dos conteúdos e as práticas utilizando equipamentos nos laboratórios ou em atividades de campo.

Como profissionais recrutados pela própria escola onde tiveram a formação técnica e que tiveram a docência na ETFPI como primeira experiência em sala de aula, sem qualquer formação pedagógica anterior ao ingresso nas salas de aulas da escola, os Professores A, B e C tiveram suas práticas pedagógicas fundamentadas nas políticas educacionais vigentes (LDBN n.º 4.024/1961, Lei n.º 5.692/1971 e LDBN n.º 9.394/1996) e nos regimentos da ETFPI, bem como nos saberes experienciais oriundos de suas formações técnicas e das formações continuadas que receberam na própria Escola Técnica Federal do Piauí.

Para Peterossi (1994, p. 112), o professor deve conhecer “as bases, as técnicas e as condições de exercício de sua profissão para realmente poder contribuir com o processo de aprendizagem. Uma formação completa envolveria a aquisição de conhecimentos teóricos, experiência e preparação pedagógica”. Portanto, já que alguns docentes do ensino profissionalizante que passaram pelas salas de aulas da ETFPI nem sempre possuíam uma formação didático-pedagógica completa para ministrar as aulas, pois alguns docentes possuíam cursos profissionalizantes e ensinavam em cursos da educação profissional a

partir de sua própria ação, cabia a escola normatizar as ações didática da instituição, bem como promover encontros de formação, cursos de capacitação, graduação e pós-graduação para que os docentes tivessem as condições necessárias para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

De acordo com Brito (2007) para discutir a formação dos professores é necessário revisar sua prática pedagógica, refletindo sobre a necessidade de articular a teoria com a prática “[...] compreendendo a trajetória profissional, vivenciada no contexto da sala de aula, como possibilitadora de aprendizagens sobre a profissão [...].” (BRITO, 2007, p. 49).

Para revisarmos a prática pedagógica dos docentes da ETFPI indagamos os alunos e professores pesquisados sobre como eram as aulas práticas na Escola Técnica Federal do Piauí:

Então, para construir uma visita técnica era custo nosso mesmo quando a escola... a escola tinha escassez de tudo, transporte, motorista, nós bancava essas aulas práticas, então sempre bancava, eu e outros. [...] nós íamos pra determinada área, acampava. (PROFESSOR A, ENTREVISTA, 2021).

A gente tinha muito equipamento, porque eram disciplinas práticas, tinha laboratórios com equipamentos pra fazer as práticas, muita prática de campo, levava muitos alunos pra fazer prática na beira de rio mesmo, por exemplo o Rio Poty aqui, a gente media muito, fazia medições lá. A gente pegava treina, às vezes tinha um colega que dizia que tinha um sítio lá, vou fazer as práticas lá. A gente fazia muito isso, atividades práticas. (PROFESSOR C, ENTREVISTA, 2021).

No microestágio, passava três, quatro dias viajando visitando as obras. Fazia parte das aulas práticas. Aulas práticas mesmo levava muitas vezes próximo ao Morro da Esperança que é o campo do 2º BEC, era o campo de futebol, levava a gente pra lá, a gente ia a pé porque não tinha transporte, mas pelo esforço dele, a gente colocava os equipamentos no ombro, levava e dava uma aula, era uma coisa divertida, mas notadamente voltada para a aprendizagem. [...] As aulas práticas no nosso caso específico era a aula de campo com os materiais de topografia, teodolito, níveis e a gente caçava um local, tinha um pátio muito grande. [...] (ALUNO A, ENTREVISTA, 2021).

As práticas como te falei quando não tinha no laboratório o professor levava a gente pra rua né? Me lembro muito bem que o professor [...] engenheiro da CEPISA na época, na aula dele a gente já saía com os cadernos e ficava lá do lado de fora da sala de aula, porquê? Porque a gente já sabia que ia pra rua que ele ia mostrar tudo nos postes pra gente, ele só não fazia a gente subir. (ALUNO D, ENTREVISTA, 2021).

Pelos depoimentos observamos que o Professor A recorda que uma das atividades práticas que realizava com os discentes eram as visitas técnicas, também chamada de microestágio. O professor relata que quando a escola não tinha recursos para financiar essas aulas, os próprios docentes faziam o custeio³⁹ para que as aulas práticas através das visitas técnicas pudessem ocorrer.

O Professor C relembra que a escola no ano de 1974 já contava com vários equipamentos para serem usados tanto nas aulas práticas dos laboratórios quanto nas práticas de Campo, como usados por ele nas suas atividades práticas que sempre contava com momentos nos laboratórios ou visitas técnicas.

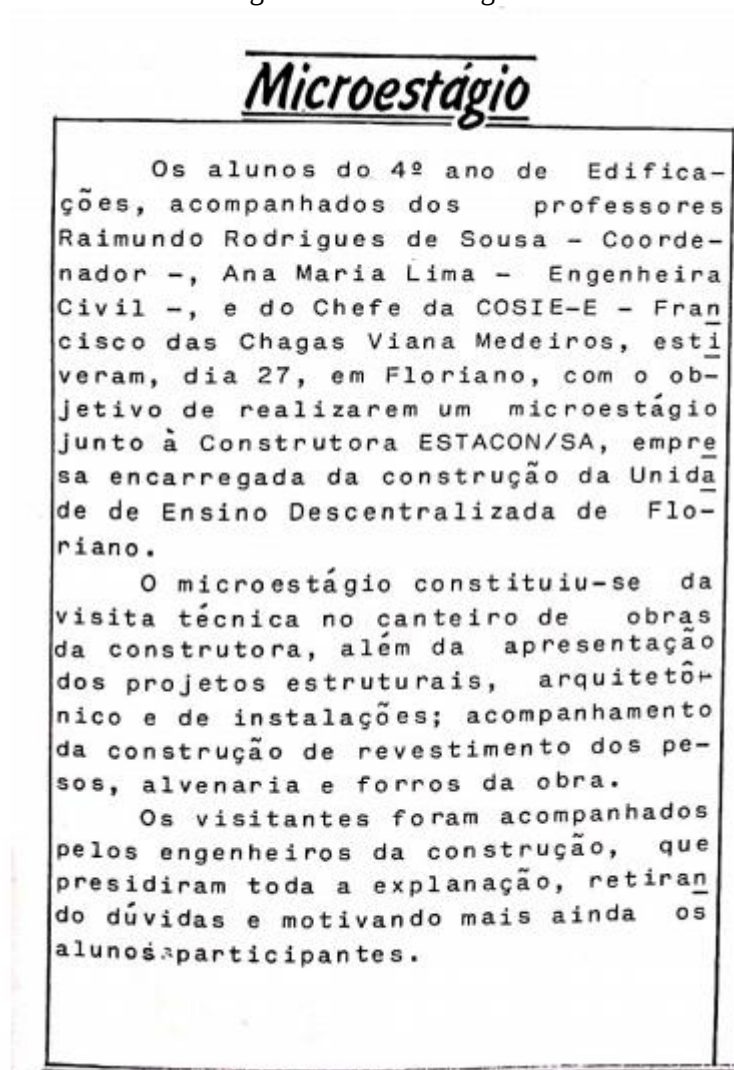
O Aluno A rememorou vários ocasiões de aulas práticas, como os microestágios em que eles passavam vários dias viajando visitando obras, quando necessário nas atividades das aulas práticas; relembrou ainda as práticas realizadas no campo do 2º BEC, localizado a 1,3 km da escola, em que eles faziam o trajeto a pé e com os “equipamentos nos ombros”; o aluno destacou ainda as práticas realizadas no pátio da própria escola, com materiais específicos da área de topografia.

Quanto ao Aluno D, este relatou que as aulas práticas ocorriam ou nos laboratórios da instituição ou nas práticas de campo pelas ruas de Teresina, observando os postes e materiais da área de Eletrotécnica.

Sobre o micro estágio vejamos a Figura 42 que noticia momento de visita técnica dos alunos da Escola Técnica Federal do Piauí.

³⁹ O valor do custeio variava de acordo com o tipo de visita técnica, bem como a data e localização podendo ser desde a locação do transporte, ou combustível para o ônibus da própria escola, a alimentação e estadia dos alunos.

Figura 42 - Microestágio



Fonte: MICROESTÁGIO. Folha Informativa (1993, p. 2).

A matéria veiculada no jornal da ETFPI noticia a realização de atividade de microestágio pelos alunos do 4º ano do Curso Técnico em Edificações a cidade de Floriano em 1993. O microestágio constituiu de visita técnica ao canteiro de obras de uma construtora, com apresentação de projetos estruturais, arquitetônicos e de instalações e acompanhamento da construção de revestimento dos pesos, alvenaria e forros da obra.

Como percebemos tanto na nota do jornal quanto nos depoimentos de alunos e docentes, a visita técnica faz parte da cultura escolar da ETFPI, desde sua criação em 1967 até os anos de 2021 enquanto Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Compreendemos assim, a visita técnica como uma manifestação da cultura escolar da ETFPI, pois conforme Vinão Frago (2001) a cultura escolar se constitui de um conjunto tanto de teorias, ideias, princípios, hábitos, práticas, rituais quanto formas de fazer e pensar cujas características mais marcantes são a continuidade e a persistência no tempo.

Visando ainda investigar as práticas pedagógicas dos professores da Escola Técnica Federal do Piauí analisamos os diários de classe das disciplinas Desenho Técnico do Curso Técnico em Eletrônica e Topografia do curso Técnico em Saneamento do ano de 1974. Os diários de classe como fonte de pesquisa se dá por estes estarem presentes na cultura escolar das instituições de ensino como documentos institucionalizados que apresentam as práticas dos sujeitos vivenciadas no âmbito da sala de aula.

O diário de classe como elemento da cultura material escolar está presente no cotidiano escolar “como suporte de registro dessa cultura, sob a responsabilidade do professor, enquanto conjunto de normas e práticas, a uma determinada finalidade, repleto de informações”. (BRITO, 2016, p. 72). A autora destaca que o diário de classe se caracteriza pela formalidade do documento já que ele é institucionalizado e está sujeito a regras e/ou regimentos das escolas.

Assim, apresentamos na Figura 43 a capa de um diário de classe utilizado pelos docentes da Escola Técnica Federal do Piauí no ano de 1974.

Figura 43 – Capa de diário de classe do Curso Técnico em Eletrônica de 1974

Ministério da Educação e Cultura

DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ

COORDENAÇÃO DE ENSINO DE 2.º GRAU

CURSO Eletrônica

H^o

DIÁRIO DE CLASSE

Eletricidade

DEPARTAMENTO DE Curso Extraordinário

COORDENAÇÃO DE Intercomplementaridade

TURMA Única TURNO Manhã SÉRIE 2ª

PROFESSOR _____

DISCIPLINA ELETRICIDADE

1974

Fonte: ETFPI (1974).

Analisando o diário de classe (Figura 43) observamos que ele está dividido em 04 (quatro) partes: a primeira parte é a capa que contém o cabeçalho da escola, nome do curso,

do departamento e da disciplina que o diário se refere. Consta ainda o nome da turma, turno, série e nome do professor, ministrante da disciplina.

Na segunda parte encontramos a listagem com o nome dos alunos da turma, bem com seu respectivo número na chamada e o espaço para o docente fazer o registro do resumo da matéria e assinatura.

Na terceira parte do diário consta a ficha de frequência com o número dos alunos, com espaço para o professor fazer o registro de frequência dos discentes, anotando quem estava presente e ausente na aula.

Na quarta e última parte do diário de classe temos a ficha de avaliação com o nome dos respectivos alunos da turma com espaço disponível para o professor registrar a média de rendimentos dos alunos, número de presença e faltas e a condição de aproveitamento (aprovado ou reprovado).

Encontramos em folha anexada ao diário, ficha de avaliação (Figura 44), com espaço para registro das notas das atividades realizadas pelos alunos da disciplina Topografia do curso Técnico em Saneamento, com média e situação final dos discentes do ano de 1974.

5,0; “B” para Bom de alunos com média 7,5 e “O” de Ótimo para discentes com média 10,0.

A Figura 45 apresenta a segunda parte do diário de classe das disciplinas Topografia do curso Técnico em Saneamento e Desenho Técnico do Curso Técnico em Eletrônica.

Figura 45 – Resumo da Matéria: Diários de Classe

CREDITO Primeiro		DISCIPLINA		
DISCIPLINA Topografia		DATA	RESUMO DA MATERIA	R
20	Prática do desenho em escola diferente	14-8-74	Materiais e equipamentos	1
26	Revantamentos planimétricos	14-8-74	Escala naca	
26	Revantamentos planimétricos	21-8-74	Notas de perspectiva	
27	Revantamento a Terna	21-8-74	Desenho de misura em 3 projetos	
27	Revantamento a Terna	28-8-74	Formatos de papel	
2	Revantamento planimétrico	28-8-74	Esboço cotado	
3	Revantamento por diferença	4-9-74	Esboço cotado e mais livre	
3	Revantamento por diferença	4-9-74	Esboço cotado	
10	Desenho do Revantamento por diferença	11-9-74	Esboço cotado	
10	Desenho do Revantamento por diferença	11-9-74	Esboço cotado	
		18-9-74	Perspectiva isométrica	
		18-9-74	Perspectiva isométrica	
		25-9-74	Trabalho individual	
		25-9-74	Trabalho individual	
		16-10-74	Esboço cotado	
		16-10-74	Esboço cotado	
		23-10-74	Revisão de casa p/ nota	
		23-10-74	Esboço cotado	
		23-10-74	Esboço cotado porch	
		6-11-74	Perspectiva de circunferência	
		6-11-74	Perspectiva de circunferência	
		22-11-74	Desenho da tabua didática n° 1	
		22-11-74	Desenho da tabua didática n° 2	
		16-12-74	Desenho da tabua didática n° 3	
		16-12-74	Desenho da tabua didática n° 4	
		16-12-74	Tabua didática n° 5	
		17-12-74	Tabua didática n° 6	
		17-12-74	Tabua didática n° 7	
		17-12-74	Desenho de convenções	
		17-12-74	Simbolos	
		17-12-74	Simbolos	
		17-12-74	Simbolos	
		17-12-74	Tags formadores de desenho	
		17-12-74	Trabalho individual	
		17-12-74	Trabalho individual	
		17-12-74	Trabalho individual	

Verificamos pela Figura 45 que na disciplina Desenho Técnico, o docente descrevia o nome dos conteúdos ministrados e registrava qual atividade havia realizado com a turma. Percebemos pelas anotações que entre as metodologias do professor, o mesmo realizou aulas teóricas, centradas nos conteúdos, como no dia 21 de agosto de 1974 que ministrou o conteúdo “Noções de perspectiva” e ainda realizou diversas aulas práticas de esboço e desenhos e aplicou trabalhos individuais com a turma, conforme prática da escola após 20 (vinte) aulas ministradas. Na disciplina Topografia temos além das aulas teóricas registradas, o registro de aula prática como “Prática de desenho em escola diferente”.

Pelos 02 (dois) diários apresentados constatamos que as estratégias metodológicas dos docentes são semelhantes às citadas por professores e alunos nas entrevistas temáticas, onde predominam aulas teóricas realizadas mediante a exposição de conteúdos e aulas práticas que se diferem dependendo do objetivo de cada disciplina.

Assim, os diários de classes enquanto documentos institucionalizados pela escola são “produtos de práticas institucionalizadas, constituem-se em fontes da dinâmica dos usos dados a eles pelos professores, possibilitando nos aproximar das formas de usos deles e das ressignificações dadas a eles pelos docentes.” (MARTINS, 2016, p. 161).

Tardif (2002) afirma que o saber dos professores depende das condições nas quais o trabalho deles se realiza, da personalidade, da experiência profissional, e outros. Assim, todos esses saberes são incorporados à experiência individual e coletiva e são utilizados na sua prática pedagógica.

Um das constatações da pesquisa é que os saberes experienciais eram utilizados pelos docentes das disciplinas técnicas da ETFPI nas aulas teóricas e práticas, tendo em vista que os docentes ou exerceram função técnica anterior à docência ou estavam em função de técnico enquanto lecionava na ETFPI e utilizavam dos conhecimentos experienciados no exercício da profissão nas aulas. Inclusive muitos utilizavam dos contatos nas empresas e indústrias para levarem os alunos para visitas técnicas ou para trabalharem nessas empresas.

No que se refere aos materiais didáticos utilizados pelos docentes nas aulas, os Alunos A, B, C e D e Professor B recordaram:

Além do giz e do quadro nós tínhamos umas pranchetas de desenho de 80 cm por um metro e quarenta de comprimento para fazer a parte de

desenho. No curso de Estradas nós temos muito a parte de desenho. Não existia computadores, não existia máquina de calcular, telefone pouco existia na época, nós usávamos essas pranchetas pra praticar a parte de desenhos e a evolução da época foi a régua T que ela ficava presa um lado na mesa de desenho, depois veio a régua paralela, essa só fazia movimentar ela e ela fazia todos os desenhos, essas os professores tinham. Depois apareceu o retroprojektor, a transparência e já foi uma evolução muito grande, mas na época mesmo até 1975 só existia as pranchetas com as régua paralelas e régua T. (ALUNO A, ENTREVISTA, 2021).

Era, só o giz mesmo, o livro e as atividades escritas. (ALUNA B, ENTREVISTA, 2021).

Eles tinham, principalmente as disciplinas de cálculo, eles tinham todo o equipamento, tipo esquadros, essas coisas. (ALUNA C, ENTREVISTA, 2021).

Era transparência, usava retroprojektor com transparência não era slide, slide era pra cá agora é, é essas coisas agora né, era transparência quando eles tinham as transparências, que ele botava lá era que ele ensinava a questão das instalações tal aquilo ali e pronto, e o quadro de giz, o quadro e o giz esse era o material didático pra gente porque livro já te falei não tinha livro, não existia o programa de livro, Programa Nacional de Livro Didático pra gente né? (ALUNO D, ENTREVISTA, 2021).

A gente tinha alguns equipamentos da área de topografia que era teodolito, nível, pra fazer os nivelamentos geométricos. Teodolito fazia levantamento direto e indireto de triangulação, é... isso dentro da topografia. Dentro das outras disciplinas, de projeto aí a gente tinha sala, eu comprei todo o material, carteira, era prancheta, prancheta pra cada aluno, aí se usava pra fazer os projetos de estrada, que hoje não faz mais. PROFESSOR B, ENTREVISTA, 2021).

O Aluno A descreve o uso do giz e do quadro negro que eram bastante utilizados nas aulas teóricas. Relata ainda que como no curso de Estradas estudam a parte ligada ao desenho, utilizavam bastante às pranchetas e mesas de desenhos, régua T, régua paralela e por último destaca o uso do retroprojektor nas aulas teóricas.

A Aluna B relembra como recursos utilizados nas aulas, o giz e o livro, sendo que os livros não eram de acesso a todos os alunos. A Aluna C destaca que os professores, principalmente das disciplinas de cálculo tinham os equipamentos necessários para as aulas e como exemplo deu o uso dos esquadros. O Aluno D relembra o uso do retroprojektor, do quadro e do giz, destacando que não tinha livros didáticos para uso nas aulas, pois na época não existia o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)⁴⁰. E o Professor B destaca o

⁴⁰ Criado em 1985, o programa consistia na distribuição gratuita de livros didáticos para alunos do ensino fundamental de escolas públicas. A partir de 2003, por meio da Resolução nº 38 de 25 de outubro de 2003, o

uso de recursos da área de Topografia como teodolito, nível para fazer os nivelamentos geométricos.

Analizando a metodologias de aulas dos professores da ETFPI, bem como materiais didáticos utilizados observamos que os docentes introduziam de acordo Petitat (1994) objetos, demonstrações e técnicas as suas aulas, trazendo o mundo exterior para dentro das suas aulas com as práticas de laboratórios, visita técnicas, canteiros de obras e estágios de modo a minimizar as lacunas existentes entre o ensino e as exigências profissionais que se esperava dos alunos.

Dessa forma, “A ruptura entre a preparação para o exercício profissional e suas condições práticas, acarretada pela escola, supõe necessariamente arranjos pedagógicos adequados para evitar um afastamento demasiado grande entre o domínio escolar e do trabalho.” (PETITAT, 1994, p. 130).

As Figuras 46, 47 e 48 apresentam imagens de objetos⁴¹ utilizados pelos docentes como recursos didáticos nas aulas teóricas e práticas da Escola Técnica Federal do Piauí. Os objetos foram numerados visando facilitar a identificação de cada um deles, bem como sua função. Cabe destacar que não conseguimos identificar todos os objetos expostos nas imagens.

programa ampliou suas ações distribuindo material didático aos alunos da educação básica das escolas públicas brasileiras.

⁴¹ Estes objetos foram apresentados na Exposição “Quem Fomos, Quem nos Tornamos” que faz parte do memorial do Campus Teresina Central, apresentado durante as comemorações dos 109 anos do IFPI. O memorial foi lançado dia 23 de novembro de 2018.

Figura 46 – Objetos ETFPI - I



Fonte: CAMPUS TERESINA...(2018).

Assim, na Figura 46 temos: “1” Caixa de Ferramenta utilizada nas aulas práticas na Oficina de Mecânica; “2” Retroprojektor que se trata de um dispositivo que projeta imagens ampliadas de textos na parede. As imagens são projetadas a partir de lâminas de plástico transparente. Este recurso era utilizado nas aulas teóricas, em salas de aula para exposição de conteúdos; “3” Balança de precisão, é um dispositivo de elevada sensibilidade, utilizado para medir a massa de sólidos e líquidos não voláteis com alto grau de precisão. Este é um item indispensável em laboratórios de modo geral, uma vez que muitos procedimentos necessitam de amostras em quantidades exatas. Era utilizada no Laboratório de Solos nas aulas práticas dos cursos de Estradas e Edificações. (IFPI, 2018).

Figura 47 - Objetos ETFPI – II



Fonte: IFPI (2018).

A Figura 47 apresenta o “4” Estroboscópio, um dispositivo óptico que permite estudar e registrar o movimento contínuo ou periódico de elevada velocidade de um corpo, com o objetivo de o fazer parecer estacionário. Era utilizado nos cursos Técnicos de Mecânica e Eletrotécnica; “5” – Extrator de Betume, é um equipamento usado para o ensaio de extração de betume, é utilizado para determinar o volume do Concreto Asfáltico de Petróleo (CAP), perante a quantidade de amostra total. Este material é o ligante do asfalto, é através dele que a capa asfáltica adquire a sua forma e características de flexibilidade, impermeabilidade e travamento. Era utilizado no Laboratório de Solos na prática do curso Técnico de Estradas; “6” Calculadora, máquina que faz cálculos matemáticos. Utilizada nas aulas práticas dos cursos Técnicos de Contabilidade e Administração. (IFPI, 2018).

Figura 48 - Objetos ETFPI - III



Fonte: IFPI (2018).

A Figura 48 apresenta os recursos didáticos, “7” Tripé de equipamento de Topografia, utilizado pelo Laboratório de Solos nas aulas práticas dos cursos de Estradas e Edificações; e “8” Normógrafo, é uma ferramenta que foi muito utilizada por profissionais de desenho técnico para escrever em papel vegetal quando se faziam desenhos de arquitetura, mecânica e outros antes de surgir o computador e o AUTOCAD. Era utilizado nas aulas práticas do curso Técnico em Mecânica. (IFPI, 2018).

Dos 08 (oito) recursos didáticos apresentados nas Figuras 46, 47 e 48, apenas o retroprojetor era utilizado nas aulas teóricas como suporte para exposição dos conteúdos ministrados. Os demais objetos eram utilizados nas aulas práticas que ocorriam nos laboratórios da ETFPI.

O uso do retroprojetor nas aulas da ETFPI evidencia como a prática pedagógica dos docentes incorporava os avanços tecnológicos, pois a aula expositiva que antes era ministrada oralmente através do quadro ou livro passou a ser explanada com o auxílio do retroprojetor.

Observamos nesta pesquisa que os professores do ensino técnico da Escola Técnica Federal do Piauí estavam familiarizados com os recursos didáticos disponibilizados

pela escola para execução das aulas práticas e assim faziam o uso deles de acordo com seu planejamento ou eventual necessidade que ocorresse durante a ministração das aulas, pois enquanto docentes estavam cientes do que deveria ser feito e como deveria ser realizado no contexto de suas aulas.

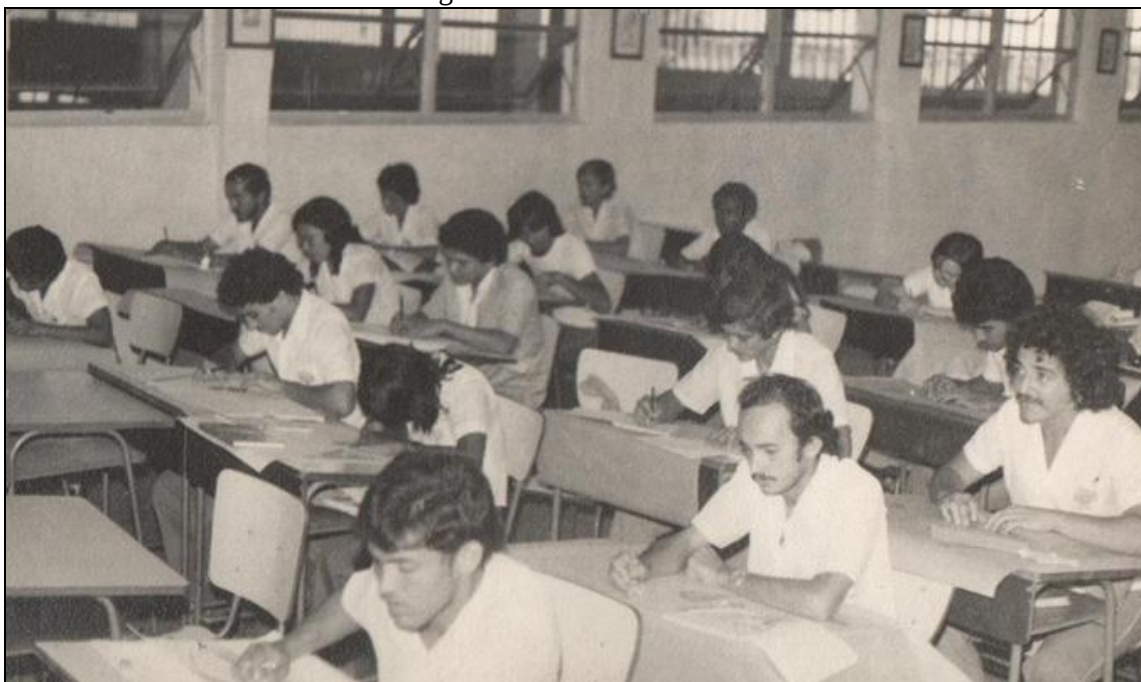
A Figura 49 traz a imagem da Oficina de Modelação em 1971 e a Figura 50 traz a fotografia de uma sala de aula da ETFPI no ano de 1976.

Figura 49– Oficina de Modelação: 1971



Fonte: IFPiauí Comunicação (2018).

Figura 50 – Aula: ano de 1976



Fonte: IFPiauí Comunicação (2018).

A Figura 49 apresenta momento prático entre professor e alunos na Oficina de Modelação que fazia peças de moldes em madeiras, bem trabalhadas. Pela imagem verificamos máquinas modernas para a época, como a máquina 1, a Plan Imagem que planava a madeira; a máquina 2, a furadeira e a 3, a máquina de serra.

As aulas da ETFPI ocorriam tanto nas oficinas e laboratórios onde aconteciam as aulas práticas, como em salas de aulas com cadeiras organizadas em fileiras para ministração de conteúdos teóricos, nos moldes da sala de aula tradicional, como é possível constatar na Figura 50 e nos depoimentos de alunos e docentes da escola discutidos neste tópico.

As Figuras 49 e 50 nos faz pensar as dimensões simbólicas e pedagógicas que estão inscritas, conforme Sousa (1998) na arquitetura escolar, pois os espaços da escola são organizados conforme suas funções. Embora nos dois espaços ocorram aulas com os alunos, a dimensão pedagógica do uso do espaço é diferente uma vez que nas oficinas ocorriam aulas de caráter prático com uso de equipamentos e ferramentas e na sala de aula, aulas de cunho teórico.

Assim, os professores das disciplinas técnicas da ETFPI utilizavam as salas de aulas, laboratórios, pátios da escola e recursos didáticos disponibilizados pela escola, bem como espaços e objetos do mundo externo a instituição para compor a metodologia de suas aulas. Portanto, a prática pedagógica dos professores da Escola Técnica Federal do Piauí se

fundamentava nas políticas educacionais e nos regimentos da ETFPI que direcionavam suas práticas, bem como os saberes experienciais e pedagógicos dos docentes em momentos de formação realizadas pela ETFPI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pesquisa Histórica nos permitiu analisar a prática pedagógica dos docentes das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí, no período de 1967 a 1999, bem como as políticas educacionais para o ensino técnico no Brasil (1967 – 1999) e seus efeitos na prática pedagógica dos docentes da Escola Técnica Federal do Piauí; e ainda analisar a trajetória da Escola Técnica Federal do Piauí.

A partir deste estudo compreendemos as contribuições do arquivo escolar para a pesquisa historiográfica em educação, por nele conter vestígios do passado da instituição escolar, através de documentos que testemunham a vida da instituição de ensino, sendo ricas informações para as pesquisas historiográficas na área da educação. Dessa forma, ressaltamos a necessidade de as instituições de ensino públicas e privadas preservarem suas fontes documentais, para que assegurem a memória da instituição escolar, podendo assim oferecer um espaço apropriado para guarda destes documentos “arquivo escolar” para que este seja usado pela própria instituição e/ou pesquisadores para compreensão de sua história.

A educação profissional dos anos de 1967 a 1999 passou por reformas materializadas em formas de leis, como as Leis Orgânicas promulgadas a partir de 1942; Lei nº. 4.024/1961 que fixa as diretrizes e bases da educação nacional; Lei 5.692/ 1971 que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências; Lei nº 7.044/1982 que altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau; Decreto nº 2.208/1997 de 17 de abril de 1997 que regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O período de 1967 a 1985 foi marcado no Brasil pela ditadura civil-militar que iniciou em 1964 e visava colocar o Brasil em um patamar internacional através da industrialização que através do intervencionismo mascarava o autoritarismo imposto pelo regime militar.

Percebemos que havia na mídia um discurso que apontava o desenvolvimento industrial do Piauí, no entanto apesar de alguns avanços que o estado obteve com a vinda de várias empresas para o estado, a industrialização ainda foi mínima. Neste período, o estado contou com o crescimento populacional e consequentemente a necessidade de

melhoria na infraestrutura e serviços, como: serviços de energia elétrica e água potável, pavimentação de ruas e avenidas, vagas de empregos, vagas nas escolas, entre outros.

Com as verbas advindas do Governo Federal, o Piauí passou a se modernizar com a criação de aeroporto, inauguração de conjuntos habitacionais e obras pelo estado, melhorias nos serviços de energia elétrica e água potável, aumento de instituições escolares e isenção tributária com fins de receber indústrias no estado. Esse processo de modernização aliado ao crescimento populacional ampliou o comércio local que passou a receber empresas oriundas de outros estados e de proprietários locais.

A Escola Técnica Federal do Piauí que está presente no estado, desde sua implantação em 1910 quando ainda era Escola de Aprendizes Artífices passou por algumas mudanças em sua denominação, como: a partir de 1937 passou a ser chamada de Liceu Industrial do Piauí; em 1942 foi denominada Escola Industrial de Teresina (EIT), sofrendo uma nova alteração em 1966, com a denominação de Escola Industrial Federal do Piauí (EIFPI); em 1967 passou a ser chamada Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI); em 1999 Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI); e, por último, em 2008, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Como esta pesquisa teve como recorte temporal o ano de 1967 a 1999 este estudo investigou a instituição pesquisada enquanto estava sob a denominação Escola Técnica Federal do Piauí.

Embora com o incipiente processo de industrialização no estado, a ETFPI ofereceu até 1970 apenas cursos industriais. A partir de 1971 com o crescimento do comércio local e a exigência de mão de obra qualificada passou a oferecer cursos na área terciária. A formação técnica especializada era uma característica da ETFPI que contava com estrutura física, equipamentos, quadro de professores com formação técnica e tradição de formar técnicos para o mercado de trabalho.

A partir da nossa investigação constatamos que alguns dos fatos que fazia a ETFPI ser uma opção considerável para matrícula era tanto a variedade de cursos ofertados, como o prestígio que a escola tinha e ainda a compulsoriedade do ensino profissionalizante em virtude da Lei nº 5.692/1971. Apesar da implantação da Lei nº 7.044/1982 que retirou a obrigatoriedade da oferta do ensino profissionalizante das instituições de ensino, a ETFPI continuou atraindo alunos do Piauí e estados vizinhos para se matricularem em seus cursos técnicos.

A forma de ingresso na instituição anterior a Lei nº 5.692/1971 era através do Exame de Admissão. Após a implementação da Lei, o ingresso dos discentes passou a ser

através do exame classificatório, uma vez que a procura pela matrícula era superior ao número de vagas oferecidas.

Os alunos que ingressavam na instituição tinham acesso tanto a aulas teóricas e práticas quanto a um leque de atividades extraclasse que tinham por finalidade complementar a formação dos discentes e desenvolver suas habilidades pessoais. As atividades oferecidas pela escola eram: Banda de Música, Coral, Teatro, Dança, Clube de Redação, Esportes e Grêmio Estudantil. Estas atividades faziam parte da cultura escolar da ETFPI e marcou as lembranças de alunos, servidores e comunidade no decorrer do tempo.

Verificamos no estudo que uma das festividades escolares bem presente na cultura escolar da ETFPI era o desfile cívico de 7 de setembro. Os ensaios e exibições que ocorriam nos desfiles de 7 de setembro iam além de apresentações pelas ruas de Teresina, eram como aulas que ensinavam sobre patriotismo e civismo.

A ETFPI no decorrer de sua trajetória encontrou algumas dificuldades para seu funcionamento, como a carência de docentes qualificados para ministrar aulas nos seus cursos profissionalizantes. Assim, através desta pesquisa observamos que a Escola Técnica contratou profissionais formados pela própria escola apenas com formação técnica de nível médio como docentes. Tais professores não possuíam os conhecimentos pedagógicos necessários ao exercício da docência, mas possuíam conhecimentos específicos da sua formação que constituíam sua profissionalidade.

Constatamos através desta pesquisa que por meio do Decreto Lei nº 655/1969, o Ministério da Educação e Cultura passou a organizar e coordenar cursos superiores específicos para formação de professores para o ensino técnico. Assim, através do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional foram oferecidos cursos de Esquema I e II aos docentes da ETFPI. Ademais, a ETFPI proporcionou outros espaços de formação continuada aos seus docentes, como: encontros pedagógicos, cursos de curta duração, e cursos de pós-graduação.

A partir tanto dos depoimentos orais quanto da documentação escolar concluímos que a prática pedagógica dos professores das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da ETFPI eram tradicionais, caracterizadas pela transmissão de conhecimento e práticas de memorização e observação. Concluímos ainda que as aulas eram centradas no domínio do saber fazer, onde se dava ênfase nas aulas práticas para que os alunos através do trabalho manual adquirissem as habilidades necessárias a sua formação.

Através desta pesquisa observamos que a prática pedagógica dos professores das disciplinas técnicas se coadunam com o modelo tecnicista que era a pedagogia hegemônica vigente que visava produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho sem a preocupação com a formação para vida social.

Portanto, a prática pedagógica dos professores das disciplinas técnicas da Escola Técnica Federal do Piauí se fundamentavam nas políticas educacionais e nos regimentos da ETFPI que direcionavam suas práticas, bem como os saberes experienciais e pedagógicos dos docentes adquiridos em momentos de formação realizadas pela ETFPI.

Analisando a trajetória da ETFPI, através dos serviços prestados a sociedade piauiense e por ter sido uma escola de renome na capital que atraía estudantes de outros municípios e estados refletimos sobre a importância que esta instituição escolar teve para toda uma geração que estudou nesta escola ou que se beneficiou desta a partir de seus serviços a ponto de mesmo se transformando em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí e posteriormente em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí continuar sendo referenciada como Escola Técnica.

Neste trabalho tanto a história oral quanto a memória foram fundamentais para compreensão e análise deste objeto de estudo, pois estas trazem à tona fatos ocorridos no passado que são fundamentais para compreensão da vida atual dos indivíduos, para que por meio das significações que estes atribuem aos fatos e possíveis reflexões pudéssemos reconstituir a prática pedagógica dos docentes das disciplinas técnicas da ETFPI e ainda rememorar a trajetória da Escola Técnica Federal do Piauí.

Assim sendo, este estudo nos oportunizou investigar a importância da formação de professores para a educação profissional, compreendendo a necessidade da formação inicial e continuada para o exercício da docência e conhecer as políticas de capacitação docente da Escola Técnica Federal do Piauí.

O término desta pesquisa nos dá margens para novas indagações que poderão servir como base para futuras pesquisas na área da história da educação e das instituições escolares, como: Como era a relação da ETFPI com os órgãos públicos e empresas privadas do Piauí? Como era o cotidiano escolar dos alunos da ETFPI? A prática pedagógica dos professores das disciplinas técnicas eram diferentes dos professores das disciplinas do núcleo comum? Como eram articuladas as disciplinas de formação técnica com as disciplinas de formação geral?

Portanto, há neste trabalho o desejo de que outros pesquisadores lancem olhares sobre esta pesquisa, dando continuidade a este estudo, por considerar que este é um

primeiro e inédito trabalho acadêmico sobre a prática pedagógica dos professores da educação profissional da Escola Técnica Federal do Piauí.

REFERÊNCIAS E FONTES

ALUNO A. Entrevista concedida a Samara Maria Viana da Silva Lacerda. Teresina - PI, 2021.

ALUNA B. Entrevista concedida a Samara Maria Viana da Silva Lacerda. Teresina - PI, 2021.

ALUNA C. Entrevista concedida a Samara Maria Viana da Silva Lacerda. Teresina - PI, 2021.

ALUNO D. Entrevista concedida a Samara Maria Viana da Silva Lacerda. Teresina - PI, 2021.

ARAÚJO, Neuton Alves de; SOBRINHO, José Augusto de Carvalho Mendes. Tecendo histórias sobre a formação de professores de Matemática do Piauí: da FAFI à UFPI. In, SANTOS, Maria Escolástica de Moura; ARAÚJO, Francisco Antonio Machado. **Percursos de pesquisas em História da Educação**. Teresina: EDUFPI, 2019.

ARAÚJO, Romildo de Castro. **A constituição do corpo docente do ensino secundário no Piauí (1942-1982)**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

A REFORMA do ensino na área do 2º grau. **Jornal O Dia**, Teresina, 19 Fev. 1975, p. 6.

BANDERA, Esforçados e "talentosos": a produção do sucesso escolar na Escola Técnica Federal de São Paulo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.30, n.03, p.195-218, Julho-Setembro 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/HyHMdVqwT6BPLktTnMgjHg/?lang=pt>. Acesso em 10 jun. 2021.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes** – tratamento documental. 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

BOLSAS de estudo para treinamento. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 7, 05 abr. 1974.

BOLSAS para alunos de cursos técnicos. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, 15 de jul. 1973.

BORGES, Geraldo Almeida. **Província Submersa: crônicas teresinenses (Século XX)**, personagens, mitos e monumentos. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2011.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios da Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Wilson Nunes. **Mitos e Legendas da Política Piauiense**. Teresina, 2015.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em 15/06/2018.

BRASIL. **Decreto n.º 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 38, de 15 de outubro de 2003.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4256-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38,-de-15-de-outubro-de-2003>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Educação Profissional Técnica De Nível Médio Integrada Ao Ensino Médio:** Documento Base. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Decreto s/n de 22 de março de 1999.** Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CcIVIL_03/DNN/Anterior%20a%202000/1999/Dnn7983.htm. Acesso em 15/06/2018.

BRASIL. **Decreto nº 2.208/1997 de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987.** Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d94664.htm. Acesso em 06 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985.** Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm. Acesso em 07 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.044, de 18 de Outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Enfoque sobre a educação brasileira.** Impresso na Secretaria Geral do MEC, 1974.

BRASIL. **Decreto nº 70.861, de 25 de Julho de 1972.** Estabelece prioridades quando à política de valorização do trabalhador. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70861-25-julho-1972-419133-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15/06/2018.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.htm>. Acesso em 15/06/2018.

BRASIL. **Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965.** Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4759.htm. Acesso em 12/07/2018.

BRASIL. **Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/545856/publicacao/15636362>. Acesso em: 10 de out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/545368/publicacao/15714523>. Acesso em: 10 de out. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10/04/2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em 10/04/2017.

BRITO, A. F. O. **O diário de classe a cultura material escolar do curso técnico regular em mecânica da escola técnica federal de São Paulo (1968 – 1989)**. Pontifícia Universidade de Católica de São Paulo – PUC-SP (Dissertação). São Paulo, 2016.

BRITO, Antonia Edna. Sobre a formação e a prática pedagógica: o saber, o saber-ser e o saber-fazer no exercício profissional. In: MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. **Formação e prática pedagógica: diferentes contextos de análises**. Teresina: EDUFPI, 2007, P.47 – 62.

BRITO, Itamar de Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 1996.

BUFFA, Ester. **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas**. EdUFSCar, 2002.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1999.

BURKE, Peter. **A escrita da História**. São Paulo: ED. da UNESP, 1992.

CAMPOS, Nilceia Protásio. O aspecto pedagógico das bandas e fanfarras escolares: o aprendizado musical e outros aprendizados. **Revista da ABEM**. Porto Alegre, V. 19, 103-111, mar. 2008.

CAMPELO, Ací. As artes cênicas do Piauí, uma reflexão. In.: SANTANA, R. N. MONTEIRO de. (Org.). **Apontamentos para a história cultural do Piauí**. Teresina: Fundação de Apoio Cultural do Piauí – FUNDAPI, 2003.

CAMPUS TERESINA Central lança Memorial, 2018. Disponível em: <http://servidor.ifpi.edu.br/noticias/campus-teresina-central-lanca-memorial>. Acesso em: 08 jul. 2021.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)**. Teresina: EDUFPI, 2012.

CASTELO BRANCO, Julinete, Vieira. **Histórias e Memórias do Colégio Agrícola de Teresina (1954 a 1978): formando líderes para a construção do novo e para a implacável destruição do arcaico**. Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – UFPI (Dissertação). Teresina, 2007.

CEFET – MG. **Relatório para Instrução de Processo de Autorização e Reconhecimento dos Cursos Emergenciais de Licenciatura Plena para a Graduação de Professores da Parte de Formação Especial do Currículo do Ensino de 2º grau**. Minas Gerais, 1989.

CENAFOR. **Questionário para levantamento de necessidades de cursos emergenciais**, 1983.

COLÉGIO agrícola forma técnicos. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 4, 10/11 jun. 1973.

CONHEÇA O PIAUÍ, **Conheça o Monumento Batalha do Jenipapo em Campo Maior**. Disponível em: <https://www.conhecaopiauui.com/noticia/conheca-o-monumento-batalha-do-jenipapo-em-campo-maior>. Acesso 28 out. 2020.

CORDÃO, Francisco Aparecido. A Educação Profissional no Brasil. In.: PUC-SP, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. (Org.). **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

COSTA, Clemente Regis da; SUBTIL, Maria José Dozza. A ditadura militar no Brasil e a proibição do ensino de filosofia: entre o tecnicismo e a subversão política. **Imagens da Educação**. v. 6, n. 2, p. 29-41, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v6i2.28805>. Acesso em 04 jul. 2021.

COSTA, Nayane Áurea Santiago Costa. **O moderno no urbano: reflexos de um arquitetura escolar no patrimônio cultural de Teresina (1970 – 1985)**. Programa de pós-Graduação em História do Brasil- UFPI (Dissertação). Teresina, 2017.

CURSOS técnicos. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, 25 out. 1972.

CUNHA, Luiz Antonio. **O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DALLABRIDA, Norberto; MEZURAM, Dayane; VIEIRA, Letícia. As mudanças experimentadas pela cultura escolar do ensino secundário devido a implementação da Reforma Capanema de 1942 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. **Colóquio Ensino médio, história e cidadania**. ISSN: 2236-7977, v. 3, n. 3, 2013.

Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/EnsinoMedio/article/view/4066/2787>. Acesso em: 10 out. 2019.

DAY, Cristopher. **Desenvolvimento profissional de professores: os desafios da aprendizagem permanente**. Porto: Porto Editora, 2001.

DISTRITO industrial ganha mais 5 indústrias. **Jornal O Dia**, Teresina, p. 2, 20 fev. 1973.

DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário brasileiro de educação**. Rio de Janeiro: Edições Antares: Nobel, 1986.

EDUCAÇÃO prepara para o desenvolvimento. **Jornal O Dia**, Teresina p. 7, 21 Set. 1975.

ENSINO profissional. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, ano XXIV, nº 5.369, 25 abr. 1975.

ESCOLA Técnica visita governador. **Folha Informativa**, Teresina, p. 1, mai. 1995.

ESCOLA Técnica abre matrícula dos novos alunos segunda-feira. **Jornal O Dia**, Teresina, 12/13 jan. 1986, p. s/n.

ESCOLA Técnica do Piauí tem banda de música. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 6, 29 mai. 1971.

ESCOLA Técnica Federal forma novos eletricitistas. **Jornal O Dia**, Teresina, 2/3 mar. 1969.

ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DO PIAUÍ, Resolução n.º 14 de 21 de março de 1967.
ESCOLANO, Augustin. Arquitetura como Programa. Espaço-escola e currículo. In.:
VINÃO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ETFPI. **Empresas Conveniadas 1999**, Teresina, 1999.

ETFPI. **Quantitativo de matrícula de alunos 1998**, Teresina, 1998.

ETFPI. **Plano de implantação da educação profissional**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9,394/96, Decreto 2.208/97 e Portaria 646/97 MEC, Teresina, 1997.

ETFPI. **Relação Nominal dos professores da ETFPI por disciplina e formação 1996**, Teresina, 1996.

ETFPI. **Proposta Pedagógica de Implantação do Curso Pró-Técnico da Escola Técnica Federal do Piauí**, Teresina, 1996.

ETFPI. **Relação nominal dos professores ativos referente a 28/02/95**. Teresina, 1995.

ETFPI. **Relatório Anual**. Teresina, 1995.

ETFPI. **Relação dos professores que estão realizando curso de Pós-Graduação em 1994**, Teresina, 1994.

ETFPI. **Número Vaga/ Candidato. Aproveitamento discente por curso e série no ano de 1993**, Teresina, 1993.

ETFPI. **Número Vaga/ Candidato. Aproveitamento discente por curso e série no ano de 1992**, Teresina, 1992.

ETFPI. **Número Vaga/ Candidato. Aproveitamento discente por curso e série no ano de 1991**, Teresina, 1990.

ETFPI. **Relatório da Comissão de Verificação do Curso Emergencial de Licenciatura Plena para Graduação de professores – Esquema I e II**, ministrado em Teresina, pela Escola Técnica Federal do Piauí, sob a coordenação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Teresina, 1990.

ETFPI. **Matrículas Escola Técnica Federal do Piauí**, Teresina, 1990.

ETFPI. **Número Vaga/ Candidato. Aproveitamento discente por curso e série no ano de 1990**, Teresina, 1990.

ETFPI. **Colaço de Grau: Esquema I**. Teresina, 1989.

ETFPI. **Manual do aluno 1989**. Teresina, 1989.

ETFPI. **Número Vaga/ Candidato. Aproveitamento discente por curso e série no ano de 1989**, Teresina, 1989.

ETFPI. **Plano de Trabalho Anual (PTA)**, Teresina: 1988.

ETFPI. **Levantamento Socioeconômico dos alunos do Curso Básico**, Teresina, 1986.

ETFPI. **Manual do Candidato Curso Básico 85**, Teresina, 1985.

ETFPI. **Memorando n.º 02/85, de 30 de janeiro de 1985**, Teresina, 1985.

ETFPI. **Memorando nº 21/84, de 16 de maio de 1984**, Teresina, 1984.

ETFPI. **Esquema I e II**, Teresina, 1984.

ETFPI. **SIE-E 1979**, Teresina, 1979.

ETFPI. **Diário de Classe: Curso Técnico em Saneamento**, 1974.

ETFPI. **Diário de Classe: Curso Técnico em Eletrônica**, 1974.

ETFPI. **Currículo do Curso Técnico em Edificações 1974**, Teresina, 1974.

ETFPI. **Diário de Classe do Curso Técnico em Eletrônica de 1974**, 1974.

ETFPI. **Curso Técnico em Edificações – regime de intercomplementaridade 1974**. Teresina, 1974.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de et al. **Didática e docência: aprendendo a profissão**. Brasília: Liberlivro, 2011.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediufp, 1998.

FERREIRA FILHO, João Valter. **História e Memória da Educação Musical no Piauí: das Primeiras Iniciativas à Universidade**. Dissertação. (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

FLORIANO: Colégio Industrial completou ontem 5 anos. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, 02 abr. 1974.

FONSECA NETO. Movimento estudantil no Piauí: anos 70. **Cadernos de Teresina**, Ano VII – n.º 18, dez. 1994.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas Pedagógicas nas múltiplas redes educativas. In.: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda. (Org.). **Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012.

GADELHA, Maria Umbelima Marçal. **Floriano está de luto: morre Frei Antônio Curcio**. Disponível em: <http://portaldefloriano.blogspot.com/2012/06/floriano-esta-de-luto-morre-frei.html>. Acesso em: 20 set. 2010.

GAMA, Carlos Alberto Machado da. A Educação Profissional no Brasil: De Escolas de Aprendizizes Artífices a Institutos Federais. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.17, n.2, p. 173-195, maio/ago. 2015.

GERKEN, Maria Aparecida de Sousa. Os festivais de dança no CEFET-MG: um olhar sobre a escolarização da dança. **Atas do II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação** – Volume II. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2000.

GERMANO, José Willington Germano. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)**. São Paulo: Cortez, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

IFPiauí Comunicação, Teresina, 2018.

IFPI. Exposição Quem Fomos, Quem nos Tornamos, Teresina, 2018.

IFPI. **IFPI comemora 48 anos da Banda de Música**. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/noticias/ifpi-comemora-48-anos-da-banda-de-musica>. Acesso em: 11 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 2002**. Rio de Janeiro: Sergraf, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística Piauí 1980**. Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística Piauí 1970**. Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística do Ensino Médio 1960**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1983**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1973**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil 1962**. Rio de Janeiro: Sergraf, 1962.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

KORNIS, Mônica. Fábrica Nacional de Motores (FNM). FGV – CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fabrica-nacional-de-motores-fnm>. Acesso em 13 jul. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. Fontes para a História e Memória Escolar: a Escola conhecendo-se e proporcionando o Diálogo Intergeracional. In.: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. **História de artes, ofícios e escolas**. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

LOPES, Eliane Marta T.; GALVÃO, Ana Maria O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACHADO, L. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. In: **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC, SETEC, vol. 1, nº 1, 2008.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Da cadeira ao banco: escola e Modernização (Séculos XVIII – XX)**. Lisboa: Educa, 2010.

MAIS de 3 mil e 500 alunos concorrem às vagas da ETEP. Jornal O Dia, Teresina, 23 dez. 1985.

MARQUES, Abimael Antunes. A pedagogia tecnicista: um breve panorama. **Revista Eletrônica do curso de Pedagogia do Campus Jataí - UFG**. Disponível em <file:///C:/Users/1886994/Downloads/20378-Texto%20do%20artigo-159307-1-10-20151015.pdf>. Acesso em 04 jul. 2021.

MARTINS, Ana Maria Gomes de Sousa. **A formação de professores primários no Piauí (1947-1961): entre as apropriações e mudanças decorrentes da Lei Orgânica do Ensino Normal**. Tese. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

MEC, **Estabelecimentos de Ensino Médio no Brasil: Comercial e Industrial**, atualizados até 21-12-1969, 1970.

MEDEIROS, Antonio José. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPAC, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto: 2007.

MELO, Salânia Maria Barbosa. **A construção da memória Cívica: as festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí (1930 – 1945)**. Teses (Doutorado em Educação Brasileira). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MENDES, Felipe. **Economia e Desenvolvimento no Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MEZZANO, Alicia Corvalán de. Lembranças pessoais – Memórias institucionais: para uma metodologia de questionamento histórico-institucional. In.: BUTELMAN, Ida. **Pensando as instituições: teorias e práticas em educação**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

MICREOESTÁGIO. **Folha Informativa**, nº109, ano XII Out. 1993.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, n.10, 2005.

MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina da década de 1970**. Dissertação (Mestrado em história do Brasil). Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

NASCIMENTO, Osvaldo Vieira do. **Cem anos de Ensino Profissional no Brasil**. Editora IBPEX: Curitiba, 2007.

NEY, Antonio. **Política Educacional: organização e estrutura da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2008.

OLIVEIRA, Johnny Nascimento de. **Coral do CEFET/IFPI entre os anos de 1980 a 2010: História, Ressignificação e Permanência**. Monografia. (Licenciatura em Música). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

PACHECO, José Augusto; FLORES, Maria Assunção. **Formação e avaliação de professores**. Porto: Porto Editora, 1999.

PETEROSS, Helena Gemignani. **Formação do professor para o ensino técnico**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

PETITAT, André. **Produção da escola/Produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PIAUI. **Centro interescolar do Piauí**, Teresina, 1972.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada à assembleia legislativa do estado do Piauí**, no Dia 1º de março de 1969, pelo Governador Helvidio Nunes de Barros, relativa à administração estadual no exercício de 1968. Teresina: Imprensa Oficial, 1969, p. 59.

PIAUÍ não precisa importar técnico. **Jornal O Dia**, Teresina, p. 3, 14-15 jan. 1973.

PROFESSORAS não encontram trabalho. **Jornal O Dia**, Teresina, p. 3, 11 jan. 1973.

PROFESSOR A. Entrevista concedida a Samara Maria Viana da Silva Lacerda. Teresina - PI, 2021.

PROFESSOR B. Entrevista concedida a Samara Maria Viana da Silva Lacerda. Teresina - PI, 2021.

PROFESSOR C. Entrevista concedida a Samara Maria Viana da Silva Lacerda. Teresina - PI, 2021.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí**. Imperatriz: Ética, 2008.

REGO, Vilson Ribamar. **100 fatos de uma escola centenária**. Teresina: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, 2009.

RODRIGUES, Antonio Gerardo (Org.). **Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí**: 90 de ensino profissionalizante. Teresina: EDUFPI, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Editora Vozes: Petrópolis, 2006.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. (Org.). **Piauí**: Formação, Desenvolvimento, perspectiva. Teresina: Halley, 1995.

SANTANA, Francisco da Chagas. **A expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, de 2008 a 2010**: um estudo sobre a localidade dos campi no território piauiense. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro (SP), 2012.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SAVIANI, **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SEDUC. **Relação Nominal das Unidades Escolares de 2º Grau** – Capital e interior 1985, 1985.

SEDUC. **Situação real do ensino de 2º grau da rede oficial de ensino**, 1985.

SEDUC. **Documento sem título que trata do regime de intercomplementaridade**, 1974.

SEDUC. **Diagnóstico da Situação Educacional**, 1972.

SILVA, Edilaine Cristina da; LENARDÃO, Edmilson. Teoria do capital humano e a relação educação e capitalismo. 2016. Disponível em http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/teoria_do_capital_humano_e_a_relacao_educacao_e_capitalismo.pdf . Acesso em 08 jul. 2021.

SILVA, Eliane Aparecida. **A oposição sindical comerciária de Teresina e o dinâmico processo eleitoral na primeira metade da década de 1980**. 2017. Disponível em [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502109173_ARQUIVO_Artigocompleto\(ElianeAparecidaSilva\)ANPUH2017.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502109173_ARQUIVO_Artigocompleto(ElianeAparecidaSilva)ANPUH2017.pdf) . Acesso em 11 jul. 2021.

SILVA, Nina Maria da Guia de Sousa. **Escola para os Filhos dos Outros: Trajetória Histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968)**. João Pessoa/PB: IFPB, 2019.

SITUAÇÃO do ensino. **Jornal O Dia**, Teresina, p. 3, 17 jan. 1969.

SILVA, Angelo José Santana; VELOSO FILHO, Darlinda Maria Pereira. A mulher e o ensino profissional no Pará: ETPFA 1960 – 1970. In.: VASCONCELOS, José Gerardo et al (Org.). **Lápis, agulhas e amores**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

SILVA, Edilene Lima da. **Educação feminina no ensino secundário piauiense: da escolarização a profissionalização (1960 a 1982)**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

SOUSA, Higo Carlos Meneses de. **Um Ginásio para Mocidade Picoense: Cultura Escolar de uma Instituição de Ensino Secundário (1950-1971)**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: IFANCDAPH. Editora da Universidade São Francisco - EDUSF, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da Organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, João Francisco de. **Prática pedagógica e formação de professores**. Recife: EDUFPE, 2009.

TAJRA, Jesus Elias; TAJRA FILHO, Jesus Elias. O comércio e a indústria no Piauí. In.: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. (Org.). **Piauí: Formação, Desenvolvimento, perspectiva**. Teresina: Halley, 1995.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TEATRO APOLLO. **Folha Informativa**, Teresina, p. 3, Set. 1995.

TÉCNICOS de grau médio. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 7, 14 mai. 1971.

VALÉRIO, Telma Faltz. Ideologia Política na Ditadura civil-militar e o Ensino Secundário de Segundo Grau a partir da Lei 5.692/71. In.: GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. (Org.). **Educação na ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferreira de. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n 2, jul./dez. 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/inter/a/srrRFK6rcbj7gwW6GMyVNHK/?lang=pt>. Acesso em 08 jul. 2021.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio. História de la educación e história cultural – possibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.0, set/out/nov/dez. 1995. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/FAGO.pdf>. Acesso em 10 jun. 2021.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Fracasan las reformas educativas? La respuesta de um historiador. In.: **Educação no Brasil: história e historiografia**. Sociedade Brasileira de História da Educação (Org.). Campinas: Autores Associados; São Paulo: SBHE, 2001.

WIGGERS, Letícia Helena Frozin Fernandes Cruz. **Memórias e experiências do fazer-se professor na educação profissional: Escola Técnica Federal de Santa Catarina – ETFSC (1968-2010)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
SUJEITOS DA PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Prezado participante,

Você está sendo convidado a participar de um estudo denominado **“Um olhar sobre a história da prática pedagógica dos professores da educação profissional da Escola Técnica Federal do Piauí (1967-1999)”**, cujo objetivo é analisar a prática pedagógica dos docentes das disciplinas específicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí (1967-1999).

Antes de concordar em participar desta pesquisa, é importante que compreenda as informações contidas neste documento. Leia atentamente o que se segue e pergunte à responsável sobre quaisquer dúvidas acerca do estudo, caso as tenha. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir e, caso aceite participar da pesquisa, assine este documento impresso em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado de modo algum.

Como justificativa, esclarecemos que esta pesquisa assume relevância social para a comunidade educativa como um investimento de natureza epistemológica, ou seja, como uma forma de contribuir para a construção documental da memória histórica da educação piauiense, e nesse seio, da Escola Técnica Federal do Piauí, no período de 1967 a 1999, cujo recorte cronológico é importante para a compreensão do problema investigado. É possível que este trabalho contribua para preencher uma lacuna na bibliografia acerca da formação dos professores das disciplinas específica do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí.

Para concretização dessa investigação, iremos trabalhar com o seguinte procedimento metodológico, nos quais precisaremos de sua colaboração.

- **Entrevistas:** que nortearão o nosso diálogo. A sua participação no referido estudo será no sentido de responder a algumas questões acerca de suas experiências na Escola Técnica Federal do Piauí, durante a época em que foi aluno (a) da referida escola. Essas entrevistas serão realizadas em local por você indicado, podendo ser na sua residência, ou local de trabalho, no horário que lhe for conveniente e com duração de entrevista de acordo com a sua disponibilidade. A entrevista será gravada em áudio mp4 e, transcritas para serem analisadas posteriormente pelo pesquisador de

forma sigilosa. Após a transcrição será levada ao participante da pesquisa para ser dado o assentimento para seu uso como fonte/documento da pesquisa.

Alertamos que, da pesquisa a se realizar, você pode esperar alguns benefícios, como: de desistir da pesquisa sem nenhum ônus e a qualquer momento, de que os documentos que quiser doar ou emprestar para a pesquisa serão guardados em um local adequado e as informações que prestar só serão publicadas com a sua autorização por escrito, depois de ter lido as transcrições das gravações. Além dos benefícios citados, outros podem ainda ser ressaltados: a valorização de suas experiências como aluno (a) da Escola Técnica Federal do Piauí que contribuirão para analisarmos a história da prática pedagógica dos docentes da Escola Técnica Federal do Piauí, no período de 1967 a 1999, sua experiência escolar e a sua própria história de vida compreendem uma parte significativa para o conhecimento da história educacional piauiense, particularmente àquela voltada aos cursos profissionalizantes. Esclarecemos sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e que os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Assim, você pode se emocionar, caso determinada pergunta lhe traga lembranças do período, ou o caso de sentir-se constrangido ao falar sobre algum aspecto da educação da época. Para isso, procuraremos ter um diálogo amistoso, respeitoso e sereno para que você se sinta seguro, confiante e tranquilo, inclusive, para que possa interromper o diálogo momentaneamente ou de forma definitiva, caso lhes seja conveniente. Fique ciente de que a sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo(a), será mantido em sigilo. Também informamos que você pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar de justificativa, e se por ventura desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo à assistência que vem recebendo. Fica esclarecido, igualmente, que você pode optar por métodos alternativos como a construção de um texto escrito que contemple as perguntas da entrevista.

Esta pesquisadora, Samara Maria Viana da Silva Lacerda, envolvida com o referido projeto, é doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí, e com ela poderá manter contato a qualquer tempo para tirar qualquer tipo de dúvida em relação à pesquisa ou em casos de emergência 24h, pelos telefones (86) 99544-9356 e (86) 3227 -9104 ou por e-mail: samaraviana@ifpi.edu.br.

Em caso de dúvida em relação às questões éticas dessa pesquisa, você pode buscar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí, que fica no Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, no Bairro Ininga, em Teresina, telefone: 3237-2332 e email: cep.ufpi@ufpi.edu.br

É assegurada a assistência integral, gratuita ao participante, devido a danos decorrentes da participação na pesquisa, e pelo tempo que for necessário; é assegurado ainda ao entrevistado, ou ao seu responsável legal de buscar indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, bem como lhe é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua

participação. É garantido o acesso ao resultado do estudo, sempre que solicitado, em linguagem apropriada ao atendimento do participante ou do seu representante legal.

CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE PARA A PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, _____, R.G. n.º _____, abaixo assinado, tendo sido(a) orientado(a) quanto ao teor de tudo aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar da pesquisa da Tese de Doutorado “**Um olhar sobre a história da prática pedagógica dos professores da educação profissional da Escola Técnica Federal do Piauí (1967-1999)**” de Samara Maria Viana da Silva Lacerda, aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

Estou totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação. No entanto, caso eu ou meu acompanhante, tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, haverá ressarcimento das despesas, tais, como transporte, alimentação, ou outras, na forma seguinte: mediante pagamento em dinheiro, ou depósito em conta corrente. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado(a), conforme determina a Lei. Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo, devo ligar para o CEP/UFPI/CMPP, conforme endereços registrados abaixo.

Declaro que tenho autoridade sobre o registro de minhas lembranças, e assino o documento (TCLE) em 02 (duas) vias, e, depois da entrevista transcrita, rubricarei as páginas, onde dou consentimento de seu uso, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental aos pesquisadores que farão uso como subsídio à construção de pesquisas acadêmico-científicas, podendo divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, sempre garantindo a integridade do seu conteúdo e meu anonimato.

Após assinado, uma das vias estando sob minha posse e a outra destinada aos pesquisadores responsáveis pela realização da pesquisa. Todas as páginas deste TCLE serão rubricadas pelo pesquisador responsável/pessoa por ele delegada e pelo responsável legal.

Teresina, ____ de _____ de 202____

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

Testemunha 1

Nome: _____

R.G.: _____

Assinatura: _____

Testemunha 2

Nome: _____

R.G.: _____

Assinatura: _____

Teresina, ____ / ____ / ____

Observações complementares:

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:

Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI – Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga. Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPESQ. CEP: 64049-550 / Teresina-PI.

Telefone: (86) 3237-2332

E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br

APÊNDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFESSOR

Local _____ Data ____/____/____

1. O que faz atualmente?
2. Qual a sua formação inicial? Onde estudou:
3. Foi professor (a) por quanto tempo? Ainda atua em sala de aula?
4. Como se tornou professor (a)?
5. Como ingressou na Escola Técnica Federal do Piauí como professor (a)?
6. Em que período foi professor (a) da ETFPI?
7. Fale de sua experiência como Professor (a) da Escola Técnica Federal do Piauí?
8. Participou de algum curso de formação pedagógica antes de iniciar a carreira docente?
9. Participou de alguma formação quando já atuava na ETFPI? Quais?
10. Possuía outros trabalhos no mesmo período que atuava como Professor (a) na ETFPI: Caso sim, quais?
11. Existia alguma supervisão as atividades que exercia como docente?
12. Haviam regimentos da ETFPI que normatizava o cotidiano escolar e a prática pedagógica dos docentes? Quais? Como eram vivenciados no ambiente escolar?
13. Quais os cursos que você ministrava aulas?
14. Quais disciplinas ministrou aulas?
15. Quais materiais didáticos utilizava nas suas aulas?
16. Haviam aulas teórica e práticas? Como ocorriam?
17. Haviam laboratórios para as aulas práticas?
18. Quais metodologias de ensino utilizava nas suas aulas?
19. As aulas que você ministrava tinha influência de aulas que estudou ou de professores que você teve?
20. Havia momentos de formação na própria escola, como encontro pedagógico?
21. Como planejava suas aulas?
22. Como ocorriam as avaliações?

23. Havia um grande número de alunos reprovados nas disciplinas que ministrava?
24. Os alunos gostavam das suas aulas?
25. Você gostava de ser professor (a)?
26. Você preferia a docência ou outra atividade profissional que realizava?
27. Qual a importância de ser um professor (a)?
28. Que fatores pessoais e/ou profissionais influenciavam as suas aulas?

APÊNDICE C
ROTEIRO DE ENTREVISTA – COORDENADORES E DIRETORES

Local _____ Data ____/____/____

1. O que faz atualmente?
2. Qual a sua formação inicial? Onde estudou:
3. Foi professor (a) por quanto tempo? Ainda atua em sala de aula?
4. Como se tornou professor (a)?
5. Como ingressou na Escola Técnica Federal do Piauí como professor (a)?
6. Em que período foi professor (a) da ETFPI?
7. Em que período foi coordenador (a) e/ou diretor (a)?
8. Fale de sua experiência como Professor (a) da Escola Técnica Federal do Piauí.
9. Fale de sua experiência como coordenador (a) e/ou diretor (a) da Escola Técnica Federal do Piauí.
10. Participou de algum curso de formação pedagógica antes de iniciar a carreira docente?
11. Participou de alguma formação quando já atuava na ETFPI? Quais?
12. Como se tornou coordenador (a) e/ou diretor (a) da ETFPI?
13. Quais as funções do cargo que exercia?
14. Existia alguma supervisão as atividades dos docentes?
15. Quais materiais didáticos a instituição disponibilizava aos professores?
16. Havia aulas teórica e práticas? Como ocorriam?
17. Havia laboratórios para as aulas práticas?
18. Quais metodologias de ensino os professores utilizavam nas aulas?
19. Havia momentos de formação na própria escola, como encontro pedagógico?
20. A instituição disponibilizava cursos de formação continuada aos docentes?
21. Como ocorriam os planejamentos das aulas dos docentes?
22. Como ocorriam as avaliações?
23. Havia regimentos da ETFPI que normatizava o cotidiano escolar e a prática pedagógica dos docentes? Quais? Como eram vivenciados no ambiente escolar?

APÊNDICE D**ROTEIRO DE ENTREVISTA – ALUNOS**

Local _____ Data ____/____/____

1. O que faz atualmente?
2. Qual curso estudou na ETFPI?
3. Como ingressou na Escola Técnica Federal do Piauí como aluno (a)?
4. Em que período foi aluno (a) da ETFPI?
5. Fale de sua experiência como aluno (a) da Escola Técnica Federal do Piauí?
6. Como eram as aulas que assistia?
7. Quais lembranças você possui dos professores que ministraram aulas para você na ETFPI?
8. Quais materiais didáticos os professores utilizavam nas aulas?
9. Havia aulas teórica e práticas? Como ocorriam?
10. Havia laboratórios para as aulas práticas?
11. Quais metodologias de ensino os professores utilizavam nas aulas?
12. Quais recursos didáticos eram utilizados nas aulas?
13. Como ocorriam as avaliações?
14. Você sentia dificuldades em compreender os conteúdos ministrados pelos professores? Por quê?

APÊNDICE E

UNIDADES ESCOLARES QUE OFERECIAM CURSOS PROFISSIONALIZANTES NO PIAUÍ EM 1985

Nº	Unidades Escolares	Cidade	Categorias Administrativas	Habilitações Oferecidas
1.	Escola Técnica Federal do Piauí	Teresina	Federal	Técnico em Eletrônica, Edificações, Estradas, Eletrotécnica, Mecânica, Saneamento, Contabilidade, Administração e Estatística.
2.	Colégio Agrícola de Teresina	Teresina	Federal	Técnico em Agropecuária e Técnico em Economia Doméstica.
3.	Instituto Antonino Freire	Teresina	Estadual	Magistério para o 1º Grau, Estudos Adicionais em Pré-Escolar, em Educação de Adultos e Alfabetização e Comunicação e Expressão.
4.	Colégio Comercial Municipal Dr. Helvídeo Nunes	Teresina	Municipal	Técnico em Contabilidade.
5.	Escola Técnica Estadual Governador Dirceu Arcoverde	Teresina	Estadual	Assistente Técnico em Administração e Técnico em Contabilidade.
6.	Escola Técnica Estadual Pref. João Mendes Olímpio de Melo	Teresina	Estadual	Técnico em Eletrotécnica, Mecânica, Contabilidade e Auxiliar Técnico em Enfermagem, H.B. em Saúde, H. B. em Eletricidade e H. B. em Mecânica
7.	Escola Técnica Estadual Mon. José Luís Barbosa Cortez	Teresina	Estadual	Técnico em Contabilidade, Assistente Técnico em Administração, Técnico em Química,

				Habilitação Básica em Saúde e Habilitação Básica em Química.
8.	Unidade Escolar de 2º Grau João Clímaco D’Almeida	Teresina	Estadual	Técnico em Contabilidade e Administração.
9.	Unidade Escolar de 2º Grau Paulo Ferraz	Teresina	Estadual	Técnico em Contabilidade.
10.	Anexo do Instituto de Educação Antonino Freire	Teresina	Estadual	Magistério para o 1º Grau, 1º Ano Estudos Adicionais Pré-Escolar – Alfabetização e Comunicação
11.	Unidade Escolar de 2º Grau Edgar Tito	Teresina	Estadual	Técnico em Contabilidade.
12.	Colégio Sagrado Coração de Jesus	Teresina	Particular	Desenho Técnico e Patologia Clínica.
13.	Unidade Escolar Piloto	Teresina	Particular	Magistério para o 1º Grau.
14.	Escola de 1º e 2º Grau Embaixador Espedito Resende (Bradesco)	Teresina	Particular	Técnico Assistente em Administração
15.	Unidade Escolar de 2º Grau	Barras	Estadual	Técnico em Contabilidade.
16.	Unidade Escolar José Nogueira de Aguiar	Esperantina	Estadual	Magistério para o 1º Grau.
17.	Unidade Escolar de 2º Grau	Esperantina	Estadual	Magistério para o 1º Grau.
18.	Colégio Agrícola de Floriano	Floriano	Federal	Técnico Agropecuária e Enfermagem
19.	Escola Técnica Estadual Calisto Lobo	Floriano	Estadual	Técnico em Mecânica, Técnico em Contabilidade, Técnico em Patologia Clínica, Habilitação Básica em Crédito e Finanças, Habilitação Básica em Saúde, Habilitação Básica em Mecânica e Habilitação Básica em Administração.
20.	Unidade Escolar Osvaldo da Costa e Silva	Floriano	Estadual	Magistério para o 1º Grau.
21.	Escola Técnica de Comércio de Floriano	Floriano	Particular	Técnico em Contabilidade.
22.	Colégio Industrial São Francisco de Assis	Floriano	Particular	Auxiliar Técnico em Eletrônica.
23.	Colégio Comercial	Floriano	Particular	Técnico em

	Noemi Melo			Contabilidade.
24.	Escola Normal Presidente Castelo Branco	Oeiras	Estadual	Magistério para o 1º Grau e Técnico em Contabilidade
25.	Escola Normal Francisco Correia	Parnaíba	Estadual	Magistério para o 1º Grau, Estudos Adicionais em Pré-Escolar e Alfabetização.
26.	Escola Técnica Estadual Ministro Petrônio Portela	Parnaíba	Estadual	H. B. em Agropecuária, Técnico em Agropecuária, Técnico em Edificações, Téc. Em Eletrotécnica, Hab. Básica em Construção Civil, Hab. Básica em Química, Háb. Básica em Comércio, Téc. em Contabilidade e H. B. em Eletricidade.
27.	Colégio Estadual Lima Rebelo	Parnaíba	Estadual	Assistente Técnico em Administração e Habilitação Básica em Saúde.
28.	Escola Roland Jacob	Parnaíba	Municipal	Técnico em Contabilidade.
29.	Unidade Escolar União Caixerai	Parnaíba	Particular	Técnico em Contabilidade.
30.	Unidade Escolar Alcenor Candeira	Parnaíba	Particular	Técnico em Contabilidade.
31.	Escola Técnica Estadual Petrônio Portela	Picos	Estadual	Técnico em Contabilidade, Téc. em Agropecuária, Téc. em Mecânica, Téc. em Edificações, Habilitação Básica em Construção Civil, Hab. Básica em Comércio, Hab. Básica em Saúde e Hab. Básica em Mecânica.
32.	Escola Normal Oficial de Picos	Picos	Estadual	Magistério para o 1º Grau.
33.	Anexo Estadual Marcos parente	Picos	Estadual	Técnico em Contabilidade.
34.	Unidade Escolar Marcos Parente	União	Estadual	Magistério para o 1º Grau e Técnico em Contabilidade.
35.	Colégio Santo Antônio	Valença	Estadual	Magistério para o 1º Grau e Técnico em

				Contabilidade.
36.	Escola Normal Senador José Cândido	São João do Piauí	Estadual	Magistério para o 1º Grau.
37.	Unidade Escolar Hilson Bona	Campo Maior	Municipal	Técnico em Contabilidade.
38.	Escola Normal Santa Teresa de Jesus	Campo Maior	Particular	Magistério para o 1º Grau.
39.	Unidade Escolar Sete de Setembro	Luzilândia	Municipal	Habilitação em Agropecuária.
40.	Unidade Anecista Antonio da Costa e Silva	Amarante	CNEC	Técnico em Contabilidade.
41.	Unidade Escolar Ministro Petrônio Portela	Fronteiras	CNEC	Técnico em Contabilidade.
42.	Unidade Escolar Boa Esperança	Guadalupe	CNEC	Técnico Assistente em Administração de Empresa.
43.	Unidade Escolar Inhumense	Inhumas	CNEC	Técnico em Contabilidade.
44.	Unidade Escolar Almir Coelho	Uruçuí	CNEC	Técnico em Secretariado.
45.	Unidade Escolar Paiva Lima	Simões	CNEC	Técnico em Contabilidade.
46.	Escola Normal Helvídeo Nunes de Barros	Bom Jesus	Particular	Magistério para o 1º Grau.
47.	Instituto Batista Correntino	Corrente	Particular	Magistério para o 1º Grau e Técnico em Agropecuária.
48.	Escola Técnica de Comércio Dom José Vasquez	Corrente	Particular	Técnico em Contabilidade.
49.	Escola Técnica de Comércio Prof. Álvaro Ferreira	Piripiri	Particular	Técnico em Contabilidade.
50.	Escola Normal São José	Piripiri	Particular	Magistério para o 1º Grau.
51.	Unidade Escolar Christus	Piripiri	Particular	Magistério para o 1º Grau.
52.	Unidade Escolar Padre Marcos Carvalho	São Raimundo Nonato	Particular	Técnico em Contabilidade.
53.	Escola Normal Gercílio Macêdo	São Raimundo Nonato	Estadual	Magistério para o 1º Grau.
54.	Unidade Escolar Paulistana de 2º Grau	Paulistana	Particular	Técnico em Contabilidade.
55.	Unidade Escolar	Altos	Estadual	Técnico em

	Francisco Raulino			Contabilidade.
56.	Unidade Escolar Governador Pedro Freitas	José de Freitas	Estadual	Técnico em Administração

Fonte: Elaborado pela autora a partir de SEDUC (1985).

ANEXOS

ANEXO A

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ (1967 - 1999)

Pesquisador: SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 09289319.9.0000.5214

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.276.509

Apresentação do Projeto:

Desenho:

Será realizada pesquisa historiográfica e utilizada a abordagem teórico-metodológica, Nova História Cultural. Para coletar as informações necessárias à realização deste trabalho será realizado levantamento bibliográfico a fim de alcançar os objetivos propostos, sustentando-se na fundamentação teórica de alguns autores, como: Burke (1992), Halbwachs (1990), Lopes; Galvão (2001), Ferro (1996), Rêgo e Rodrigues (2009), Queiroz (2008), entre outros. Será realizada ainda pesquisa documental com fontes hemerográficas e documentais, tais como: leis, decretos e

resoluções do Governo Federal, bem como correspondências, atas, regimentos, imagens iconográficas, portarias, relatórios e demais documentos da Escola Técnica Federal do Piauí, assim será realizada pesquisa na própria Escola Técnica, atual Instituto Federal do Piauí que possui acervo documental relevante para pesquisa. Será realizada pesquisa ainda em jornais piauienses que se encontram no Arquivo Público do Estado – Casa Anísio Brito, para conhecimento do que se veiculava sobre a escola pesquisada na Imprensa local. Trabalharemos com a História Oral Temática ou Entrevista Temática. Assim, serão realizadas neste estudo entrevistas com 20 (vinte) sujeitos, formados pelas categorias: 08 (oito) ex-alunos, sendo 02 (dois) da década de 1960, 02 (dois) dos anos de 1970, 02 (dois) da década de 1980 e 02 (dois) da década de 1990; 08 (oito)

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella.

Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550

UF: PI **Município:** TERESINA

Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



**UFPI - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS
MINISTRO PETRÔNIO**



Continuação do Parecer: 3.276.509

professores ou exprofessores, sendo 02 (dois) da década de 1960, 02 (dois) dos anos de 1970, 02 (dois) da década de 1980 e 02 (dois) da década de 1990; e 04 (quatro) ex-coordenadores ou ex-diretores do período estudado, sendo 01 (um) da década de 1960, 01 (um) dos anos de 1970, 01 (um) da década de 1980 e 01 (um) da década de 1990. O critério de escolha considera a inserção dos sujeitos na Escola Técnica Federal do Piauí no período analisado e nas categorias elencadas, bem como a adesão dos mesmos na pesquisa, sendo garantido o anonimato dos sujeitos.

Resumo:

A delimitação temática deste estudo é História da Prática Pedagógica dos Professores da Educação Profissional na Escola Técnica Federal do Piauí (1967 – 1999). Tem-se como problema de pesquisa: de que forma se constituíram e efetivaram as práticas pedagógicas dos professores das disciplinas específicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí, no período de 1967 a 1999? Os questionamentos que surgiram, foram: Como se deu a transição de Escola Industrial Federal para Escola Técnica Federal do Piauí? De que forma as políticas educacionais direcionavam as práticas pedagógicas dos docentes da Escola Técnica Federal do Piauí? Quais experiências profissionais e de formação estão presentes na memória dos professores da educação das disciplinas específicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI)? Como eram organizadas/materializadas as práticas pedagógicas dos docentes? O recorte temporal deste estudo inicia em 1967, ano em que a Escola Industrial Federal do Piauí passou a ser denominada Escola Técnica Federal do Piauí, e finaliza em 1999, quando foi assinado o Decreto s/nº em 22 de março de 1999, pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso que autorizava a transformação da Escola Técnica Federal do Piauí em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí. O objetivo geral é: Analisar a prática pedagógica dos docentes das disciplinas específicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí, no período de 1967 a 1999. Os objetivos específicos são: entender a transição da Escola Industrial Federal para Escola Técnica Federal do Piauí; analisar as políticas educacionais para o ensino técnico no Brasil (1967 – 1999) e seus efeitos na prática pedagógica dos docentes; investigar as experiências profissionais e de formação dos professores das disciplinas específicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI) e compreender como se constituiu a prática pedagógica dos docentes das disciplinas específicas do ensino profissionalizante a partir das memórias e documentação escolar. Optamos pela pesquisa historiográfica, será utilizada como abordagem teórico-metodológica, a Nova História Cultural. Para coletar as informações

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella.

Bairro: Ininga

CEP: 64.049-550

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3237-2332

Fax: (86)3237-2332

E-mail: oep.ufpi@ufpi.edu.br



UFPI - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS
MINISTRO PETRÔNIO



Continuação do Parecer: 3.276.509

necessárias à realização deste trabalho será realizado levantamento bibliográfico a fim de alcançar os objetivos propostos, sustentando-se na fundamentação teórica de alguns autores, como: Burke (1992), Halbwachs (1990), Lopes; Galvão (2001), Ferro (1996), Rêgo e Rodrigues (2009), Queiroz (2008), entre outros. No presente estudo será realizada ainda pesquisa documental com fontes hemerográficas e documentais, tais como:

leis, decretos e resoluções do Governo Federal, bem como correspondências, atas, regimentos, imagens iconográficas, portarias, relatórios e demais documentos da Escola Técnica Federal do Piauí, assim será realizada pesquisa na própria Escola Técnica, atual Instituto Federal do Piauí que possui acervo documental relevante para pesquisa. Será realizada pesquisa ainda em jornais piauienses que se encontram no Arquivo Público do Estado – Casa Anísio Brito, para conhecimento do que se veiculava sobre a escola pesquisada na imprensa local. Trabalharemos com a História Oral Temática ou Entrevista Temática. Assim, serão realizadas neste estudo entrevistas com 20 (vinte) sujeitos, formados pelas categorias: 08 (oito) ex-alunos, sendo 02 (dois) da década de 1960, 02 (dois) dos anos de 1970, 02 (dois) da década de 1980 e 02 (dois) da década de 1990; 08 (oito) professores ou ex-professores, sendo 02 (dois) da década de 1960, 02 (dois) dos anos de 1970, 02 (dois) da década de 1980 e 02 (dois) da década de 1990; e 04 (quatro) ex-coordenadores ou ex-diretores do período estudado, sendo 01 (um) da década de 1960, 01 (um) dos anos de 1970, 01 (um) da década de 1980 e 01 (um) da década de 1990. O critério de escolha considera a inserção dos sujeitos na Escola Técnica Federal do Piauí no período analisado e nas categorias elencadas, bem como a adesão dos mesmos na pesquisa, sendo garantido o anonimato dos sujeitos. Nesta perspectiva, conclui-se que tanto a História Oral quanto a memória serão fundamentais para compreensão e análise deste objeto de estudo, pois estas trazem à tona fatos ocorridos no passado que são fundamentais para compreensão da vida atual dos indivíduos, para que por meio das significações que estes atribuem aos fatos e possíveis reflexões possamos reconstituir a prática pedagógica dos docentes, rememorar a história da Escola Técnica Federal do Piauí, enquanto instituição de ensino profissionalizante.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Analisar a prática pedagógica dos docentes das disciplinas específicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí, no período de 1967 a 1999.

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella.

Bairro: Ininga

CEP: 64.049-550

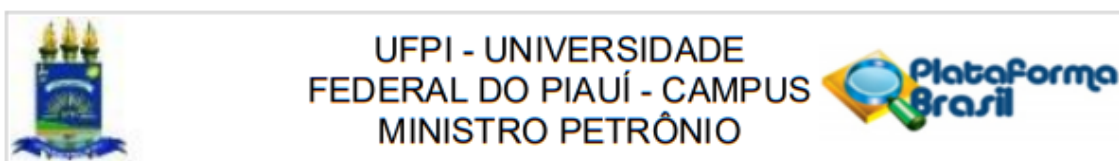
UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3237-2332

Fax: (86)3237-2332

E-mail: oep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 3.276.509

Objetivo Secundário:

- Entender a transição da Escola Industrial Federal para Escola Técnica Federal do Piauí.
- Analisar as políticas educacionais para o ensino técnico no Brasil (1967 – 1999) e seus efeitos na prática pedagógica dos docentes.
- Investigar as experiências profissionais e de formação dos professores das disciplinas específicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI).
- Compreender como se constituiu a prática pedagógica dos docentes das disciplinas específicas do ensino profissionalizante a partir das memórias e documentação escolar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Esclarecemos sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e que os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Assim, você pode se emocionar, caso determinada pergunta lhe traga lembranças do período, ou o caso de sentir-se constrangido ao falar sobre algum aspecto da educação da época. Para isso, procuraremos ter um diálogo amistoso, respeitoso e sereno para que você se sinta seguro, confiante e tranquilo, inclusive, para que possa interromper o diálogo momentaneamente ou de forma definitiva, caso lhes seja conveniente. Fique ciente de que a sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo(a), será mantido em sigilo. Também informamos que você pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar de justificativa, e se por ventura desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo à assistência que vem recebendo. Fica esclarecido, igualmente, que você pode optar por métodos alternativos como a construção de um texto escrito que contemple as perguntas da entrevista

Benefícios:

Alertamos que, da pesquisa a se realizar, você pode esperar alguns benefícios, como: de desistir

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella.
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



UFPI - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS
MINISTRO PETRÔNIO



Continuação do Parecer: 3.276.509

da pesquisa sem nenhum ônus e a qualquer momento, de que os documentos que quiser doar ou emprestar para a pesquisa serão guardados em um local adequado e as informações que prestar só serão publicadas com a sua autorização por escrito, depois de ter lido as transcrições das gravações. Além dos benefícios citados, outros podem ainda ser ressaltados: a valorização de suas experiências como professor (a) da Escola Técnica Federal do Piauí que contribuirão para a analisarmos a história da prática pedagógica dos docentes da Escola Técnica Federal do Piauí, no período de 1967 a 1999, sua experiência profissional e a sua própria história de vida compreendem uma parte significativa para o conhecimento da história educacional piauiense, particularmente àquela voltada aos cursos profissionalizantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de obrigatórios foram anexados.

Recomendações:

Recomenda-se que seja retirado o seguinte trecho dos TCLEs: Alertamos que, da pesquisa a se realizar, você pode esperar alguns benefícios, como:

de desistir da pesquisa sem nenhum ônus e a qualquer momento, de que os documentos que quiser doar ou emprestar para a pesquisa serão guardados em um local adequado e as informações que prestar só serão publicadas com a sua autorização por escrito, depois de ter lido as transcrições das gravações, visto que esse primeira parte não é benefício.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto apto a ser desenvolvido. Solicita-se que seja enviado ao CEP/UFPI/CMPP o relatório parcial e o relatório final desta pesquisa. Os modelos encontram-se disponíveis no site: <http://ufpi.br/cep>

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1298916.pdf	15/04/2019 00:40:48		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE_Professor.pdf	15/04/2019 00:39:03	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA	Aceito

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella.

Bairro: Ininga

CEP: 64.049-550

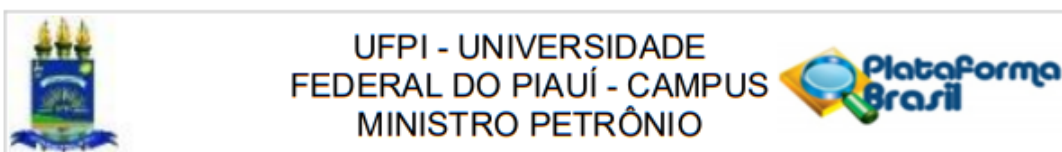
UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3237-2332

Fax: (86)3237-2332

E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 3.276.509

Justificativa de Ausência	TCLE_Professor.pdf	15/04/2019 00:39:03	LACERDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_EX_Professor.pdf	15/04/2019 00:38:44	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_EX_Diretor.pdf	15/04/2019 00:38:17	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_EX_Coordenador.pdf	15/04/2019 00:37:59	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_EX_Aluno.pdf	15/04/2019 00:37:33	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_TESE_CEP_Final.pdf	15/04/2019 00:36:59	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_Etico_Professor.pdf	18/02/2019 01:21:06	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_Etico_Ex_Professor.pdf	18/02/2019 01:20:13	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_Etico_Ex_Diretor.pdf	18/02/2019 01:18:59	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_Etico_Ex_Coordenador.pdf	18/02/2019 01:17:47	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_Etico_Ex_aluno.pdf	18/02/2019 01:16:40	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
Outros	Autorizacao_institucional.pdf	18/02/2019 01:14:59	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Samara.pdf	18/02/2019 01:13:27	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta_de_dados.pdf	18/02/2019 01:02:32	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
Outros	Termo_de_Confidencialidade.pdf	18/02/2019 01:00:44	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella.

Bairro: Ininga

CEP: 64.049-550

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3237-2332

Fax: (86)3237-2332

E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 3.276.509

Outros	Carta_de_Encaminhamento.pdf	18/02/2019 00:46:40	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	18/02/2019 00:41:47	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	18/02/2019 00:41:28	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_da_Pesquisadora.pdf	18/02/2019 00:36:08	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_SAMARA.pdf	18/02/2019 00:35:40	SAMARA MARIA VIANA DA SILVA LACERDA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TERESINA, 22 de Abril de 2019

Assinado por:

**Maria do Socorro Ferreira dos Santos
(Coordenador(a))**

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella.

Bairro: Ininga

CEP: 64.049-550

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3237-2332

Fax: (86)3237-2332

E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br

ANEXO B

INFORMAÇÕES DE CURSOS OFERTADOS PELA ETFPI

Curso: Técnico de Assistente de Administração

CURSO TÉCNICO DE ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO		ADMINISTRAÇÃO
1—Atividades do Técnico de Administração 1.1—Auxiliar a direção na execução das atividades meios da Empresa; 1.2—Efetuar a coleta de dados para elaboração de propostas orçamentárias; 1.3—Auxiliar na elaboração de relatórios e gráficos de trabalhos executados; 1.4—Informar sobre assuntos relativos à aplicação da política de pessoal; 1.5—Estabelecer o controle dos materiais existentes na Empresa; 1.6—Auxiliar na elaboração de planos de organização e execução da Empresa;	Parte Diversificada —Red. Exp. Língua Nacional —Matemática Financeira —Estudos Regionais —Programas de Saúde —Informação Profissional Disciplinas Profissionalizantes —Contabilidade Geral. —Administração Geral —Administração de Pessoal —Administração de Material —Administração Financeira —Organização de Empresas —Estatística —Legislação Trabalhista —Legislação Tributária —Técnicas de Vendas —Psicol. Aplic. à Administração —Economia e Mercados —Mecanografia	CONTABILIDADE EDIFICAÇÕES ELETRÔNICA ELETROTÉCNICA ESTATÍSTICA ESTRADAS MECÂNICA SANEAMENTO
2—Qualidades Necessárias 2.1—Iniciativa 2.2—Raciocínio Lógico 2.3—Liderança 2.4—Sociabilidade 2.5—Habilidade numérica 2.6—Senso de classificação e organização 2.7—Comunicabilidade 2.8—Meticulosidade	4—Mercado de Trabalho O Assistente de Administração exerce suas atividades no Setor Administrativo, notadamente nas Empresas de porte Médio e Alto. O desenvolvimento individual e a necessidade de racionalização administrativa, justificam plenamente a ampliação da oferta de Emprego.	
3—Currículo Carga horária: 2.490 horas. Além das disciplinas vistas no Curso Básico, estudam-se as seguintes disciplinas:		

Fonte: ETFPI (1979, p. 3).

Curso Técnico de Contabilidade

CURSO TÉCNICO DE CONTABILIDADE

1—Atividades do Técnico em Contabilidade

- 1.1—Exerce as atribuições gerais comuns ao nível de Técnico de Contabilidade.
- 1.2—Deve manter a diretoria da Empresa, ou entidade, informada sobre as atividades no setor de contabilidade.
- 1.3—Orienta e auxilia na elaboração da proposta orçamentária.
- 1.4—Elabora a programação financeira e acompanha sua execução.
- 1.5—Orienta e controla a emissão de empenho e sub-empenho e anulações.
- 1.6—Determina o pagamento de despesas autorizadas.
- 1.7—Determina e supervisiona o registro de dados de defesa, para o controle da aplicação dos recursos.
- 1.8—Elabora os balancetes mensais.
- 1.9—Consolida o balanço anual da empresa.
- 1.10—Elabora o relatório anual de atividades do setor, para o conhecimento da direção da empresa ou entidade.
- 1.11—Executa outras atividades inerentes à função a critério de seus superiores.
- 1.12—Auxilia na elaboração dos planos de contas.

2—Qualidades Necessárias

- Memória
- Habilidade numérica
- Raciocínio abstrato
- Meticulosidade
- Aptidão para cálculos
- Capacidade de concentração
- Potência e persistência
- Método e organização
- Senso de responsabilidade

3—Currículo

Carga horária: 2.430 horas

Além das disciplinas vistas no curso básico estudam-se as seguintes disciplinas:

Disciplinas Profissionalizantes

- Red. Exp. da Língua Nacional
- Matemática Financeira
- Estudos Regionais
- Programas de Saúde
- Informação Profissional

Parte Diversificada

- Contabilidade Geral
- Contabilidade Comercial
- Economia e Mercados
- Legislação Trabalhista
- Legislação Tributária
- Técnica de Liderança
- Mecanografia
- Contabilidade Industrial
- Contabilidade Bancária
- Contabilidade Pública
- Análise de Balanços
- Estatística
- Técnicas Comerciais

4—Mercado de Trabalho

Atualmente, a contabilidade é empregada em grande escala, do simples orçamento da família aos planos de Governo, são baseados em procedimentos contábeis. Portanto, a contabilidade interessa aos administradores, banqueiros, comerciantes, industriais, investidores, etc... Enfim, a todos aqueles que lidam com patrimônios público ou privado, próprio ou de terceiros.

Assim é que, mesmo nos grandes centros industriais, 6% dos empregos ainda são na área de serviço, e, nas regiões como a nossa, este índice é bem maior.

CONTABILIDADE

EDIFICAÇÕES

ELETRÔNICA

ELETROTÉCNICA

ESTATÍSTICA

ESTRADAS

MECÂNICA

SANEAMENTO

Fonte: ETFPI (1979, p. 4).

Curso Técnico de Edificações

CURSO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES	
1—Atividades do Técnico de Edificações 1.1—Desenvolver projetos arquitetônicos, estruturais, elétricos, hidráulicos e sanitários, partindo de esboços dados. 1.2—Elaborar programas físico-financeiros. 1.3—Trabalhar com o engenheiro em projetos. 1.4—Atuar junto ao canteiro de obras. 1.5—Estabelecer normas de serviços. 1.6—Relacionar materiais e levantar os quantitativos a partir de projetos especiais. 1.7—Elaborar orçamento.	—Programas de Saúde —Técnicas de Liderança —Complementos de Matemática —Complementos de Física —Complementos de Química —Informação Profissional
2—Qualidades Necessárias 2.1—Habilidades numéricas 2.2—Inteligência espacial 2.3—Atenção concentrada 2.4—Exatidão 2.5—Habilidade manual 2.6—Interesse e aptidão mecânica 2.7—Cálculos 2.8—Sentido de responsabilidade e precisão no trabalho. 2.9—Sentido artístico plástico	Disciplinas Profissionalizantes —Topografia —Mecânica dos Solos —Desenho Técnico de Arquitetura —Desenho Geométrico —Desenho Projetivo —Organização e Normas —Materiais de Construção —Mecânica Aplicada —Máquinas e Equipamentos —Resistência dos Materiais —Estabilidade e Concreto Armado —Tecnologia e Prática de Obras —Orçamentos —Higiene e Segurança do Trabalho
3—Currículo Carga horária: 3.420 horas. Além das disciplinas vistas no Curso Básico, estudam-se as seguintes disciplinas: Parte Diversificada —Red. e Exp. Língua Nacional —Estudos regionais	4—Mercado de Trabalho O Técnico em Edificações trabalha em Empresas de Construção Civil, em Departamento de Obras de Governo (Federal, Estadual, Municipal), em Escritório de Engenharia de Projetos, em fábricas de materiais de construção. A indústria de construção civil apresenta perspectivas favoráveis, de ofertas de empregos e salários.

EDIFICAÇÕES
ELETRÔNICA
ELETROTÉCNICA
ESTATÍSTICA
ESTRADAS
MECÂNICA
SANEAMENTO

Fonte: ETFPI (1979, p. 5).

Curso Técnico de Eletrônica

CURSO TÉCNICO DE ELETRÔNICA	
1—Atividades do Técnico em Eletrônica Com orientação do engenheiro, o Técnico desempenha as seguintes atividades: 1.1—Em projetos: Faz levantamentos de campo, coletas de dados, esquemas e diagramas, cálculos, especificação de materiais. 1.2—Em execução: Inspecciona a produção de montagem de aparelhos eletrônicos e sistemas de telecomunicações. 1.3—Em laboratório: Teste e ensaios de equipamentos eletrônicos recomendados por normas, cálculos e determinação de características destes equipamentos. Ajustes e regulagens. 1.4—Em operação: Toma decisões técnicas em geral, nos processos de apuração com equipamentos eletrônicos e sistemas de telecomunicações. 1.5—Em manutenção: Coordena e executa atividades relacionadas com a manutenção de equipamentos eletrônicos e sistemas de telecomunicações.	3—Currículo Carga horária: 3.420 horas Além das disciplinas vistas no Curso Básico, estudam-se as seguintes disciplinas: Parte Diversificada —Red. e Exp. Língua Nacional —Estudos Regionais —Programas de Saúde —Técnicas de Liderança —Complementos de Matemática —Complementos de Física —Complementos de Química —Informação Profissional Parte Profissionalizante —Eletricidade —Eletrônica Básica —Eletrônica Aplicada —Eletrônica Industrial —Análise de Circuito —Telefonia Básica —Transmissão —Comutação Telefônica —Redes Telefônicas —Desenho Técnico —Organização e Normas —Higiene e Segurança do Trabalho
2—Qualidades Necessárias 2.1—Capacidade de raciocínio 2.2—Atenção concentrada 2.3—Compreensão perfeita dos fenômenos elétricos, eletrônicos e mecânicos. 2.4—Interesse pelo desenvolvimento tecnológico e científico. 2.5—Habilidade e destreza manuais 2.6—Capacidade de concentração 2.7—Capacidade de comando de trabalho e de equipe	4—Mercado de Trabalho A grande aplicação da eletrônica faz crescer o campo de trabalho dos graduados nesse curso de indústria eletro-eletrônica e nas empresas de rádio e TV e telecomunicações.

ELETRÔNICA

ELETROTÉCNICA

ESTATÍSTICA

ESTRADAS

MECÂNICA

SANEAMENTO

Fonte: ETFPI (1979, p. 6).

Curso Técnico de Eletrotécnica

CURSO TÉCNICO DE ELETROTÉCNICA	
1—Atividades do Técnico em Eletrotécnica Sob a orientação direta do engenheiro, desempenha atividades correlatas como: 1.1—Em Projetos: Faz levantamentos de campo, coleta de dados, esquemas e diagramas, cálculos, especificações de materiais, orientação de plantas elétricas relativas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de equipamentos elétricos em geral. 1.2—Em Execução: Faz montagem de usinas térmicas e hidroelétricas, de linhas e redes de transmissão e distribuição de energia elétrica, de sistemas elétricos de alimentação das indústrias e prediais, de equipamentos elétricos em geral nas indústrias do ramo. 1.3—Em Laboratório: Faz testes e ensaios de equipamentos elétricos recomendados por normas, calcula e determina as características eletro-mecânicas dos equipamentos, faz ajustes e regulagens. 1.4—Em Operação: Toma decisões técnicas em geral, nos processos de geração, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica nas indústrias, bem como nas empresas de energia elétrica. 1.5—Em Manutenção: Coordena e executa atividades relacionadas com manutenção de sistemas elétricos bem como de equipamentos elétricos individualmente.	2.5—Sociabilidade 2.6—Habilidade e destreza manuais 2.7—Comunicabilidade 2.8—Meticulosidade 2.9—Conhecimento dos fenômenos elétricos, magnéticos e mecânicos. 3—Currículo Carga horária: 3.420 horas Além das disciplinas vistas no Curso Básico, estudam-se as seguintes disciplinas: Parte Diversificada —Red. Exp. Língua Nacional —Estudos Regionais —Programas de Saúde —Técnicas de Liderança —Complementos de Matemática —Complementos de Física —Complementos de Química —Informação Profissional Disciplinas Profissionalizantes —Desenho Técnico —Eletricidade —Eletrotécnica —Medidas Elétricas —Máquinas Elétricas —Instalações Elétricas I —Instalações Elétricas II —Proteção e Controle de Circuitos —Organização e Normas —Higiene e Segurança do Trabalho 4—Mercado de Trabalho O mercado de trabalho é por demais amplo, havendo em certas épocas o atendimento das necessidades locais. A grande procura é, geralmente, das usinas de energia elétrica, havendo perspectivas promissoras das indústrias locais, para ampliação do quadro atual.
2—Qualidades Necessárias 2.1—Iniciativa 2.2—Raciocínio lógico 2.3—Atenção concentrada 2.4—Liderança	ELETROTÉCNICA ESTATÍSTICA ESTRADAS MECÂNICA SANEAMENTO

Fonte: ETFPI (1979, p. 7).

Curso Técnico de Estradas

CURSO TÉCNICO DE ESTRADAS

1—Atividades do Técnico em Estradas

- 1.1—Auxiliar o engenheiro rodoviário
- 1.2—Fazer levantamentos topográficos e nivelamentos
- 1.3—Inspeccionar os trabalhos de construção de rodovias
- 1.4—Realizar o estudo dos solos (análise das rochas, formação existente no terreno)
- 1.5—Selecionar os materiais mais adequados para uso na construção de estradas
- 1.6—Indicar os equipamentos e máquinas que são usadas nas diversas fases da construção rodoviária

2—Qualidades Necessárias

- 2.1—Raciocínio mecânico
- 2.2—Habilidade numérica
- 2.3—Inteligência espacial
- 2.4—Interesse por trabalho ao ar livre
- 2.5—Resistência à fadiga, às variações do tempo e ao desconforto
- 2.6—Capacidade de adaptação.

3—Currículo

Carga horária: 3.420 horas

Além das disciplinas vistas no Curso Básico, estudam-se as seguintes disciplinas:

Parte Diversificada

- Red. e Exp. Língua Nacional
- Estudos Regionais

- Programas de Saúde
- Técnicas de Liderança
- Complementos de Matemática
- Complementos de Física
- Complementos de Química
- Informação Profissional

Disciplinas Profissionalizantes

- Topografia
- Desenho Geométrico
- Desenho Projetivo
- Desenho Topográfico
- Projetos de Estrada
- Organização e Normas
- Mecânica dos Solos
- Noções de Geologia
- Materiais de Construção
- Resistência dos Materiais
- Máquinas e Equipamentos
- Construção de Estradas
- Pavimentação
- Higiene e Segurança do Trabalho

4—Mercado de Trabalho

A maior oferta de emprego nessa área profissional está localizada no serviço Público Federal e Estadual, atualmente em expansão, com o plano nacional de transportes que exige um grande volume de construção de rodovias. O mercado de trabalho em empresas privadas está aumentando, uma vez que ele é figura imprescindível para as empresas construtoras de rodovias. Também o trabalho vem sendo confluído ultimamente à firmas particulares.

ESTRADAS

MECÂNICA

SANEAMENTO

Fonte: ETFPI (1979, p. 9).

Curso Técnico de Mecânica

CURSO TÉCNICO DE MECÂNICA

1—Atividades do Técnico em Mecânica

- 1.1—Prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas.
- 1.2—Orientar e coordenar a execução de serviços de manutenção de equipamentos e instalações.
- 1.3—Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados.
- 1.4—Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.
- 1.5—Confeccionar peças de máquinas, usando ferramentas manuais e máquinas ferramentais.

2—Qualidades Necessárias

- 2.1—Exatidão
- 2.2—Aptidão para o desenho
- 2.3—Atenção concentrada
- 2.4—Aptidão mecânica
- 2.5—Força física e agilidade
- 2.6—Discriminação para formas
- 2.7—Compreensão de estruturas

3—Currículo

Carga horária: 3.420 horas

Além das disciplinas vistas no Curso Básico, estudam-se as seguintes disciplinas:

Parte Diversificada

- Red. e Exp. Língua Nacional
- Estudos Regionais
- Programas de Saúde
- Técnicas de Liderança
- Complementos de Matemática
- Complementos de Física
- Complementos de Química
- Informação Profissional

Disciplinas Profissionalizantes

- Desenho Técnico
- Mecânica Técnica
- Resistência dos Materiais
- Elementos de Máquina
- Elementos de Eletricidade
- Administração da Produção
- Organização e Normas
- Higiene e Segurança do Trabalho
- Máquinas Hidráulicas e Térmicas
- Tecnologia dos Materiais
- Metrologia
- Ensaios Tecnológicos
- Produção Mecânica

4—Mercado de Trabalho

O setor de indústria mecânica é o segundo em importância no parque industrial brasileiro; porém, é o primeiro em número de estabelecimentos. A maior parte da oferta de trabalho está concentrada na região Rio-São Paulo. A procura de Técnicos de Nível Médio nesse setor é das mais intensas. Além disso, os Técnicos Mecânicos encontram colocação em outros setores industriais, tais como o naval e o automobilístico.

MECÂNICA

SANEAMENTO

Fonte: ETFPI (1979, p. 10).

Curso Técnico de Estatística

CURSO TÉCNICO DE ESTATÍSTICA	
1—Atividades do Técnico em Estatística 1.1—Executar cálculos estatísticos em geral. 1.2—Participar sob a orientação do estatístico de nível superior, de trabalhos realizados com a execução de pesquisas, levantamentos e análise de dados estatísticos. 1.3—Integrar-se à equipe chefiada por estatístico a fim de realizar estudos para elaboração padronizada de instrumentos de coleta de dados, gráficos, relatórios e pareceres, no campo da estatística. 1.4—Auxiliar o estatístico em tudo o que se relacionar com sua atividade profissional.	Parte Diversificada —Red. Exp. Língua Nacional —Complementos de Matemática —Estudos Regionais —Programas de Saúde —Informação Profissional Disciplinas Profissionalizantes —Estatística —Economia e Mercados —Processamento de dados —Legislação Trabalhista —Legislação Tributária —Desenho Geométrico —Técnicas de Liderança —Mecanografia
2—Qualidades Necessárias 2.1—Habilidade numérica 2.2—Atenção 2.3—Raciocínio abstrato 2.4—Precisão 2.5—Interesse por cálculo científico e aptidão para matemática. 2.6—Capacidade de concentração e atenção a detalhes 2.7—Paciência e persistência 2.8—Meticulosidade	4—Mercado de Trabalho Apesar do grande número de profissionais nessa área, é grande também a oferta, bastando para comprová-lo, uma consulta às páginas de anúncios de emprego nos jornais. O mercado está se alargando, inclusive horizontalmente, com algumas empresas empregando um número cada vez maior desses profissionais. Nessa área existe também a possibilidade do Técnico estabelecer-se como profissional liberal.
3—Currículo Carga horária: 2.490 horas Além das disciplinas vistas no Curso Básico, estudam-se as seguintes disciplinas:	ESTATÍSTICA ESTRADAS MECÂNICA SANEAMENTO

Fonte: ETFPI (1979, p. 8).

Curso Técnico de Saneamento

CURSO TÉCNICO DE SANEAMENTO

1—Atividades do Técnico em Saneamento

- 1.1—Assessorar o engenheiro e o médico sanitaristas.
- 1.2—Fazer estudos de higiene ambiental (tratamento e conservação do ambiente).
- 1.3—Supervisionar as instalações dos serviços de abastecimento de água, perfuração de poços artesianos e redes de esgoto.
- 1.4—Aplicar planos de drenagem (escoamento de água de terrenos, por meio de tubos, valas e fossos).
- 1.5—Fiscalizar as construções e a urbanização em geral para garantir os níveis mínimos de salubridade (conjunto de condições favoráveis à saúde do homem).

2—Qualidades Necessárias

- 2.1—Aptidão numérica e espacial
- 2.2—Interesse e aptidão para mecânica e cálculos
- 2.3—Interesse social e científico
- 2.4—Espírito de comunidade
- 2.5—Aptidão para Química e Bioquímica
- 2.6—Interesse pela saúde e pelo bem-estar coletivos.

3—Currículo

Carga horária: 3.420 horas

Além das disciplinas vistas no Curso Básico, estudam-se as seguintes disciplinas:

Parte Diversificada

- Red. Exp. Língua Nacional
- Estudos Regionais

- Programas de Saúde
- Técnicas de Liderança
- Complementos de Matemática
- Complementos de Física
- Complementos de Química
- Informação Profissional

Disciplinas Profissionalizantes

- Topografia
- Desenho Topográfico
- Desenho Geométrico
- Materiais de Construção
- Mecânica dos solos
- Organização e Normas
- Higiene e Segurança do Trabalho
- Máquinas e Equipamentos
- Des. Téc. de Proj. Sanitário
- Hidráulica
- Hidrologia
- Sistemas de Esgotos
- Abastecimento D'água
- Tratamento D'água
- Educação Sanitária
- Prática de Canteiro

4—Mercado de Trabalho

As oportunidades de emprego estão ligadas aos Serviços Públicos Federal, Estadual e Municipal e às empresas particulares que executam projetos elaborados por órgãos oficiais, podendo também o Técnico em Saneamento executar atividades em empresas de construção e urbanização.

SANEAMENTO

Fonte: ETFPI (1979, p. 11).